

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA

LUCAS OLIVEIRA DE MEDEIROS

Jornalismo sem partido?

A ideologia do apartidarismo no *ethos* do discurso jornalístico do *Congresso em Foco*

NATAL-RN

2020

LUCAS OLIVEIRA DE MEDEIROS

Jornalismo sem partido?

A ideologia do apartidarismo no *ethos* do discurso jornalístico do *Congresso em Foco*

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Linha de Pesquisa: Estudos de Mídia e Produção de Sentido.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Dantas Lemos

NATAL-RN

2020

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes - CCHLA

Medeiros, Lucas Oliveira de.

Jornalismo sem partido? A ideologia do apartidarismo no ethos do discurso jornalístico do Congresso em Foco / Lucas Oliveira de Medeiros. - 2020. 201f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020. Natal, RN, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Dantas Lemos.

1. Apartidarismo - Dissertação. 2. Congresso em Foco - Dissertação. 3. Discurso jornalístico - Dissertação. 4. Ethos discursivo - Dissertação. 5. Jornalismo político - Dissertação. I. Lemos, Daniel Dantas. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 070:32

LUCAS OLIVEIRA DE MEDEIROS

Jornalismo sem partido?

A ideologia do apartidarismo no *ethos* do discurso jornalístico do *Congresso em Foco*

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Linha de Pesquisa: Estudos de Mídia e Produção de Sentido.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Dantas Lemos

Aprovado em 17 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Dantas Lemos (orientador)
Presidente – UFRN

Prof. Dr. Adriano Charles da Silva Cruz
Examinador interno – UFRN

Profa. Dra. Daiane Bertasso Ribeiro
Examinadora externa – UFSC

A todos que vivem e lutam por um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que é Amor e é Pai, por todas as graças que me permitiu, me permite e me permitirá viver. Por me acolher como filho, e por me chamar a uma vida de serviço e de doação ao próximo, guiando-me em direção àquilo que Ele pensou para mim.

Aos meus pais, Rossana e Marcos, pelo apoio incondicional nas escolhas que faço para a minha vida, confiando que cada passo que dou é para o meu próprio crescimento pessoal. Palavras não são suficientes para expressar toda esta gratidão.

Aos gen 2, e à comunidade do Movimento dos Focolares, tantos que não me atrevo a nomeá-los, correndo o risco de esquecer alguém, pela unidade continuamente construída e por entender quando eu precisava me afastar das atividades do Movimento dos Focolares para me dedicar a este trabalho. Sejamos sempre mais luz e amor neste mundo que tanto precisa.

Ao meu orientador, Daniel Dantas Lemos, por ter sido um verdadeiro orientador acadêmico. Por acompanhar com seriedade o desenvolvimento deste trabalho, por disponibilizar uma rica base bibliográfica que me fez agarrar a Análise do Discurso para não soltar mais, e pela parceria acadêmica construída desde a orientação do meu TCC do bacharelado em Comunicação Social.

À turma do mestrado e do doutorado do PPGEM 2018.1, pelo companheirismo e pelos afetos durante as aulas ou tomando um café. O mestrado foi muito mais leve ao lado de pessoas como vocês, que fazem com que o ambiente acadêmico seja um lugar mais acolhedor e fraterno.

A todos e todas que compõem o Ateliê de Análise do Discurso (ADAD) do grupo de pesquisa Comunicação, Cultura e Mídia (COMIDIA) da UFRN, pelas tardes de aprendizado mútuo, e pela amizade construída. Sigamos firmes e fortes nesta caminhada da pesquisa acadêmica, por uma mídia de qualidade, ética, transparente e honesta.

A todas as pessoas que, nos encontros da vida, me perguntaram: “como está o mestrado?” ou “como está a dissertação?”. “Caminhando”, eu sempre respondia, e continuamos, passo após passo. Esses pequenos questionamentos serviram também de combustível para que eu chegasse até o final desta caminhada.

À CAPES, pela bolsa concedida durante estes dois anos de mestrado. Que a pesquisa científica possa resistir mesmo nos tempos mais sombrios.

“Nós só somos livres quando podemos tomar um partido, qualquer partido. Se assim não fosse, em nosso caso particular, o de divulgar informações (e em todas as informações há sempre alguma opinião), bastaria substituir o repórter por algum computador a ser criado. Ainda assim, a máquina guardaria, em sua memória, parcela da opinião do programador. Se existisse, o jornalista absolutamente imparcial não seria jornalista livre.”

(Mauro Santayana)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender como se manifesta o apartidarismo no *ethos* do discurso noticioso de uma mídia jornalística que se apresenta como apartidária. Pois o jornalismo político brasileiro busca colar em si uma imagem de apartidarismo, para não perder credibilidade perante seu público. Embasamo-nos na teoria sobre o *ethos* discursivo na Análise do Discurso segundo Maingueneau e Charaudeau para analisar o *ethos* discursivo do *website* jornalístico *Congresso em Foco*. O percurso teórico-metodológico de análise é composto por quatro passos, quais sejam, refletir sobre o *ethos* pré-discursivo do *Congresso em Foco*; analisar o *ethos* discursivo (*ethos* dito + *ethos* mostrado) do *website*; identificar as dimensões categorial, experiencial e ideológica do *ethos* do discurso do *Congresso em Foco*; analisar a ideologia do apartidarismo no discurso do jornalismo político do *Congresso em Foco*. Como *ethos* pré-discursivo foi identificado o *ethos* do jornalismo político, cujos elementos constituintes são a ancoragem no real, o compromisso com o público, a credibilidade, a crença na verdade, o papel de mediador do jornalista, as três provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*), a objetividade, a atualidade, a periodicidade e o apartidarismo. O *ethos* dito foi analisado a partir do *ethos* institucional do *Congresso em Foco*, a partir do qual foram identificadas 12 unidades de sentido de *ethos*. O *ethos* mostrado foi analisado a partir de 12 notícias publicadas no primeiro semestre de 2018. Foram identificados, no discurso noticioso do *Congresso em Foco*, na dimensão categorial do *ethos*: os semas de jornalismo político e de “cão de guarda” da sociedade; na dimensão experiencial: os semas de profissionalismo, credibilidade, relevância, velocidade, didatismo e pluralismo de vozes; e na dimensão ideológica: os semas de combate à corrupção e defesa da democracia, da diversidade e dos Direitos Humanos, de independência, de jornalismo para mudar e, paradoxalmente, de apartidarismo e de partidarismo. O apartidarismo é a ideologia que opera no discurso do *Congresso em Foco* e é outro modo de nomear a imparcialidade nos discursos político e jornalístico.

Palavras-chave: Apartidarismo. Congresso em Foco. Discurso jornalístico. *Ethos* discursivo. Jornalismo político.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to understand how the non-partisanship is manifested in the *ethos* of the news discourse of a journalistic media that presents itself as nonpartisan. For Brazilian political journalism seeks to glue within itself an image of non-partisanship, so as not to lose credibility with its public. We rely on the theory of discursive *ethos* in Discourse Analysis according to Maingueneau and Charaudeau to analyze the discursive *ethos* of journalistic website *Congresso em Foco*. The theoretical-methodological course of analysis consists of four steps, which are, to reflect on the pre-discursive *ethos* of *Congresso em Foco*; to analyze the discursive *ethos* (said *ethos* + shown *ethos*) of the website; to identify the categorical, experiential and ideological dimensions of the *ethos* of the *Congresso em Foco*'s discourse; to analyze the ideology of non-partisanship in the political journalism discourse of *Congresso em Foco*. As pre-discursive *ethos* was identified the *ethos* of political journalism, whose constituent elements are the anchoring in the real, the commitment to the public, the credibility, the belief in truth, the journalist's mediator role, the three rhetorical evidences (*ethos*, *pathos* and *logos*), the objectivity, the timeliness, the periodicity and the non-partisanship. The said *ethos* was analyzed from *Congresso em Foco* institutional *ethos*, from which 12 units of sense of *ethos* were identified. The shown *ethos* was analyzed from 12 news published in the first half of 2018. It was identified, in the news discourse of *Congresso em Foco*, in the categorical dimension of *ethos*: the meanings of political journalism and "watchdog" of society; in the experiential dimension: the meanings of professionalism, credibility, relevance, speed, didacticism and pluralism of voices; and in the ideological dimension: the meanings of fighting corruption and defending democracy, diversity and Human Rights, of independence, of journalism for change, and, paradoxically, partisanship and non-partisanship. The non-partisanship is the ideology that operates from behind the *Congresso em Foco* and it is other way of nominating the impartiality in the political and journalistic discourses.

Keywords: Non-partisanship. Congresso em Foco. Journalistic Discourse. Discursive *Ethos*. Political Journalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Exemplo de atualização em notícia do <i>Congresso em Foco</i>	p. 45
Figura 2 – A constituição do <i>ethos</i> efetivo	p. 48
Quadro 1 – <i>Corpus</i> da dissertação.....	p. 70
Quadro 2 – <i>Ethos</i> institucional e <i>antiethos</i> do <i>Congresso em Foco</i>	p. 71
Figura 3 – Marca e <i>slogan</i> do <i>Congresso em Foco</i>	p. 75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLDF.....	Câmara Legislativa do Distrito Federal
CPI.....	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM.....	Democratas
DIP.....	Departamento de Imprensa e Propaganda
IDEB.....	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LGBT.....	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros
MDB.....	Movimento Democrático Brasileiro
MP.....	Medida Provisória
OAB.....	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG.....	Organização Não-Governamental
PCdoB.....	Partido Comunista do Brasil
PEC.....	Proposta de Emenda Constitucional
PGR.....	Procuradoria-Geral da República
PL.....	Projeto de Lei
PLC.....	Projeto de Lei de Iniciativa da Câmara
PMDB.....	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD.....	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNSPDS.....	Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social
PR.....	Partido da República
PSD.....	Partido Social Democrático
PSDB.....	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL.....	Partido Social Liberal
PSOL.....	Partido Socialismo e Liberdade
PT.....	Partido dos Trabalhadores
PTB.....	Partido Trabalhista Brasileiro
STF.....	Supremo Tribunal Federal
SUSP.....	Sistema Único de Segurança Pública
TSE.....	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Estado da arte	17
2 ETHOS DISCURSIVO.....	24
2.1 <i>Congresso em Foco</i> : a materialidade linguístico-discursiva.....	26
2.2 Ideologia.....	29
2.3 Representação social e estereótipo.....	33
2.4 O <i>ethos</i> no discurso	36
2.4.1 <i>Ethos e cenas da enunciação</i>	39
2.4.2 <i>O ethos efetivo do discurso</i>	47
3 O ETHOS DO JORNALISMO POLÍTICO.....	51
3.1 As estratégias discursivas da objetividade e da credibilidade no jornalismo.....	55
3.2 Notícia como construção social da realidade	58
3.3 O Jornalismo Político no Brasil: um Quarto Poder?	63
4 O ETHOS DISCURSIVO DO CONGRESSO EM FOCO.....	70
4.1 <i>Ethos</i> institucional do <i>Congresso em Foco</i>	71
4.1.1 <i>Quem somos</i>	72
4.1.2 <i>A marca e o slogan</i>	74
4.1.3 <i>Editorial: Por que a bandeira LGBT também é nossa bandeira</i>	76
4.2 <i>Ethos</i> mostrado do <i>Congresso em Foco</i> nas notícias.....	80
4.2.1 <i>Cristiane Brasil recebeu R\$ 200 mil de caixa dois da Odebrecht, segundo delator</i>	81
4.2.2 <i>Cada deputado de Brasília tem R\$ 184 mil por mês só para contratar assessores. Veja os benefícios</i>	83
4.2.3 <i>Deputado preso é conhecido por vídeo pornô, ofensas e bate-bocas. Confira vídeos</i>	85
4.2.4 <i>Base de Temer se desmobiliza na Câmara e perde medida que prorroga concessões de rodovias</i>	90

4.2.5 <i>Bolsonaro e outros oito deputados migram para o PSL e já falam em “bancada da metralhadora”</i>	93
4.2.6 <i>“Você é uma pessoa horrível, mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia”, diz Barroso a Gilmar</i>	96
4.2.7 <i>STF decide destino de Lula em pedido de habeas corpus. Veja ao vivo</i>	99
4.2.8 <i>STF suspende sessão e adia decisão sobre habeas corpus e embargos de Paulo Maluf</i>	101
4.2.9 <i>STF interrompe sessão que já tem maioria para restringir foro a crimes em razão do cargo</i>	104
4.2.10 <i>Senado aprova Sistema Único de Segurança Pública; texto segue para sanção</i>	105
4.2.11 <i>Falta de acordo adia votação do marco regulatório dos caminhoneiros; anistia de multas será via MP</i>	106
4.2.12 <i>Câmara adia conclusão de projeto que dá permissão à Petrobras para negociar áreas do pré-sal</i>	110
4.3 <i>O ethos discursivo do Congresso em Foco</i>	111
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	120
ANEXOS	127

1 INTRODUÇÃO

As instituições nas quais os brasileiros menos confiam são, respectivamente, os partidos políticos e o Congresso Nacional, como indicam o *Índice de Confiança Social* (IBOPE INTELIGÊNCIA, 2019)¹ e o *Grau de confiança nas instituições* (FOLHA DE S. PAULO; DATAFOLHA, 2019)². E como mostra a pesquisa do IBOPE Inteligência, esse cenário não é recente, mas é inclusive anterior aos gritos de “sem partido!” que visavam expulsar qualquer manifestação partidária nos protestos que tomaram as ruas das cidades brasileiras a partir de junho de 2013. O sentimento de que a corrupção é orgânica e endêmica ao sistema político brasileiro criou no senso comum o sentimento de que todos os partidos são corruptos, e portanto, não são bem-vindos nos protestos contra corrupção. Nenhum partido viria capitalizar politicamente em cima de protestos construídos por grupos que não estavam ligados às estruturas partidárias.

No jornalismo político, o apartidarismo também é manifestado nas linhas editoriais e em *slogans*. Ser apartidário, se não significa ser imparcial ou neutro, significa pelo menos não ser conivente com os partidos políticos e suas práticas. O jornalismo político, segundo Gomes (2004), é herdeiro do jornalismo de opinião, liberal e iluminista, e aparenta ter como essência a ideia de vigilância da esfera política e de vínculo com o interesse público, afirmando-se como representante da esfera civil na exposição dos acertos e compromissos – e, acrescentamos, dos erros e atritos – da composição de forças no interior do campo político. A partir dessa especialização da prática jornalística, podemos – ou deveríamos poder – tomar conhecimento do que acontece nos intramuros dos Poderes constitucionais, bem como de todas as decisões que interferem diretamente no nosso modo de viver.

Porém, razões ideológicas e econômicas determinam o padrão de publicação numa mídia – isto é, uma instituição legitimada pela sociedade com a ambígua finalidade de serviço de informação a serviço da cidadania e de empresa numa lógica da economia liberal (CHARAUDEAU, 2006), dentro de uma lógica do entretenimento (GOMES, 2004) –, além da própria produção de conteúdo jornalístico, desde aquilo que será priorizado até o modo como será publicizado.

¹ 27% dos entrevistados afirmaram confiar nos partidos políticos e 34% no Congresso Nacional em 2019. Na série histórica anual desde 2009, essas duas estiveram sempre nas últimas posições entre todas as 20 instituições objetos da pesquisa. A exceção foram os anos de 2017 e 2018, nos quais a instituição “Presidência da República” foi a mais mal avaliada.

² 58% dos entrevistados afirmaram não confiar nos partidos políticos e 45% no Congresso Nacional em 2019. Em 2017 e 2018, junto à instituição “Presidência da República”, a desconfiança ultrapassou os 60%.

De outro modo, diz Navarro (2010, p. 83), “os aspectos ideológicos e econômicos determinam aquilo que o jornalista pode e deve escrever”. O mercado de produção de notícias visa, sobretudo, à produção de notícias aparentemente neutras, sem emoções implicadas nos textos, com o mínimo de adjetivos possível (se possível, nenhum), com o objetivo de dar significado a um mundo que está aí, onde infinitos acontecimentos se sucedem uns aos outros diariamente, até que alguém identifique um fato singular nesses acontecimentos que mereça ser transformado em notícia.

Nesta dissertação, definimos enunciado como aquilo que é dito, o produto da enunciação, que por sua vez compreendemos como o ato de dizer. “O ato de dizer, a enunciação”, diz Fiorin (2012, p. 48), “produz um dito, que é o enunciado”. Não há no enunciado, segundo Maingueneau (2013, p. 22), um sentido estável conferido pelo locutor. O contexto no qual se inscreve o enunciado pode resolver possíveis ambiguidades que poderiam ser geradas devido ao sentido lato de determinadas palavras que compõem o enunciado.

É por uma competência comunicativa eficaz que se maximiza a compreensão de um enunciado. A competência comunicativa eficaz, segundo Maingueneau (2013), é desenvolvida no âmbito de três competências: a competência enciclopédica (o conhecimento de mundo); a competência genérica (saber em qual gênero do discurso determinado enunciado se inscreve); e a competência linguística (o conhecimento da língua na qual o enunciado é produzido). No processo de interpretação de um enunciado no qual o coenunciador³ domine bem essas três competências, a construção de sentidos será a mais eficaz possível, estabelecendo, portanto, um uso mais eficaz da competência comunicativa.

Entretanto, todo ato de enunciação é fundamentalmente assimétrico, pois além da construção de sentido pretendida pelo locutor, há a construção de sentido por parte de quem interpreta o enunciado, a partir de seus próprios saberes, e que nem sempre coincide com aquelas representações do enunciador. A realidade não pode ser apreendida como tal a partir da linguagem, pois esta se manifesta através de signos, que por sua vez são incompletos. Assim, uma notícia, objeto linguístico, portanto também sócnico, não pode conter toda a realidade do acontecimento em si, e é sempre incompleta, embora haja uma pretensão ideológica de que ela seja completa quanto aos seus objetivos comunicacionais.

³ Conforme Maingueneau (2013), o termo “coenunciador” é preferível a “destinatário” para se referir ao interlocutor, pois o discurso é interativo e mobiliza dois parceiros ativos no processo de enunciação. Assim, para o EU do discurso, ou locutor, utilizaremos nesta dissertação o termo “enunciador” e para o TU do discurso, ou interlocutor, utilizaremos o termo “coenunciador”.

Analisar o discurso, portanto, é buscar compreender os movimentos linguísticos na comunicação humana, entendendo a linguagem como mediação entre o homem e o social. Por mediação entendemos a “circulação de significado” (SILVERSTONE, 2002, p. 33) e ela pode acontecer entre textos, entre discursos ou entre eventos.

Esta dissertação visa compreender como se manifesta o apartidarismo no *ethos* discursivo no jornalismo político, tendo como objeto de investigação notícias do *website* especializado na cobertura política de Brasília, *Congresso em Foco*, entendido aqui como uma mídia jornalística. Assim, nossa pergunta-chave de pesquisa é: como um veículo jornalístico especializado em política e que se declara apartidário se apresenta no seu discurso jornalístico cotidiano?

Adotaremos a Análise do Discurso, a partir dos estudos de Maingueneau (2008a, 2008b, 2013, 2015a, 2015b, 2018a, 2018b) e Charaudeau (2006, 2013, 2016a, 2016b), para compreender o *ethos* discursivo do *Congresso em Foco* no seu discurso jornalístico. Os dois autores produziram obras sobre a análise do discurso midiático e sobre o *ethos* no discurso, sendo que Maingueneau é o pioneiro em trazer a noção de *ethos*⁴ para a Análise do Discurso.

O *ethos* do enunciador de um discurso é identificado nas marcas discursivas que compõem determinado caráter que se quer mostrar ao auditório para se mostrar crível diante da intenção discursiva desse enunciador. Esses traços compõem o “tom” de um discurso. Porém, não é apenas na instância discursiva oral que se pode identificar o *ethos* do enunciador, mas também na escrita. O *ethos* liga-se à figura do enunciador, e corresponde à representação de seu corpo no discurso. O *ethos* discursivo é um elemento constituinte da imagem de si do enunciador de um discurso.

De acordo com Maingueneau (2015a) o *ethos* é uma noção discursiva, um processo interativo de influência sobre o outro e uma noção sócio discursiva. O *ethos* pré-discursivo (anterior ao texto), e o *ethos* discursivo, isto é, o *ethos* “mostrado” no texto em relação com o *ethos* “dito” (quando o enunciador evoca no texto a própria enunciação), são fatores que, interagindo entre si, formam o *ethos* de um discurso. O *ethos* de um discurso é um modo de

⁴ A noção de *ethos* é encontrada inicialmente nos tratados aristotélicos sobre Retórica e Ética. Eggs (2018), para quem o *ethos* é problemática e campo de pesquisa específico, concorda com Aristóteles ao afirmar que o *ethos* é a mais importante das provas produzidas pelo discurso (*logos*, *pathos* e *ethos*). Expressar o *ethos* no discurso está diretamente ligado às três qualidades aristotélicas que inspiram confiança: a *phrónesis* (prudência), a *areté* (virtude) e a *eúnoia* (benevolência). Eggs (2018, p. 32), também, propõe uma tradução explicativa mais moderna a esse trio de qualidades, a fim de explicar o que é ser prudente, virtuoso e benévolo: “Os oradores inspiram confiança, (a) se seus argumentos e conselhos são sábios e *razoáveis*, (b) se argumentam *honestamente* e *sinceramente*, e (c) se são *solidários* e *amáveis* com seus ouvintes” (grifos do autor). Dessa forma, relaciona a *phrónesis* ao *logos*, a *areté* ao *ethos* e a *eúnoia* ao *pathos*.

compreendermos a imagem de si do enunciador desse discurso a partir do modo como ele se expressa nos limites de uma formação discursiva.

Desse modo, formulamos a seguinte hipótese como possível resposta ao nosso problema de pesquisa: o discurso noticioso do *Congresso em Foco* situa-se num espaço discursivo político progressista e favorece editorialmente a publicação de notícias cujos fatos estejam alinhados à sua proposta editorial. Apresenta-se, assim, como uma mídia que enuncia um discurso jornalístico político progressista, independente das forças político-partidárias em conflito no Brasil.

Como pressupostos que sustentam essa hipótese, pode-se afirmar que:

1. O *Congresso em Foco* segue a linha editorial exposta na página *Quem somos* do *website*, dizendo-se uma mídia que respeita e defende a democracia e os Direitos Humanos, sem estar alinhada a nenhum partido político no seu discurso, tendendo a criticar nas notícias, sob o véu da objetividade jornalística, atores e situações políticos que se opõem ao que prega em linha editorial.
2. O *Congresso em Foco* se afirma como independente, apartidário e isento, elementos que contribuem para a credibilidade jornalística do *website*, e busca reforçar esses valores no seu discurso jornalístico enunciado em notícias e editoriais.

Assim, nosso objetivo geral é compreender como se manifesta o apartidarismo na construção do *ethos* do *website Congresso em Foco* no seu discurso jornalístico. Nossos objetivos específicos são: 1) analisar o discurso jornalístico do *website Congresso em Foco*; 2) identificar o *ethos* institucional do *website Congresso em Foco*; 3) refletir sobre a produção de sentidos nas notícias do jornalismo político do *Congresso em Foco*.

1.1 Estado da arte

Para o estado da arte da dissertação, a fim de elencarmos as pesquisas mais recentes no Brasil sobre *ethos* discursivo no jornalismo e verificarmos a novidade da nossa pesquisa, foram identificadas, entre teses e dissertações, 18 trabalhos, dos quais três teses de doutorado (BERTASSO, 2014; PIRIS, 2012; SILVA, L. 2017) e 15 dissertações de mestrado (BIERNATH, 2016; COSTA, F. 2016; DAVID JUNIOR, 2017; FREITAS, 2018; GIRARDI, 2018; GRANDO, 2012; MACHADO, 2017; MELO, 2018; RÊGO, 2017; SANTOS, 2017; SILVA, 2015; SILVA, M. 2017; SILVA JÚNIOR, 2018; WASSOASKI, 2016; ZAGHI, 2018).

Porém, a dissertação de Silva (2015), por analisar o *ethos* discursivo dos jornalistas que atuam em assessoria de imprensa, não compõe o estado da arte.

A partir do tema desenvolvido em cada trabalho, dividimos este estado da arte em três grupos. O primeiro grupo é composto por trabalhos que discutem *ethos* discursivo no jornalismo político. O segundo, por teses e dissertações que analisam o *ethos* discursivo de mídias jornalísticas sem foco no jornalismo político. E o terceiro, por pesquisas que analisam o *ethos* discursivo de jornalistas que atuam em mídias jornalísticas.

No grupo dos trabalhos que discutem *ethos* discursivo no jornalismo político, estão Piris (2012), M. Silva (2017), Silva Júnior (2018) e Wassoaski (2016). São pesquisas que, apesar da temática, se diferenciam da nossa por não se deterem na análise do apartidarismo no discurso do jornalismo político.

Eduardo Piris (2012), com a proposta de contribuir nos estudos sobre a produção discursiva da imprensa sobre o Golpe de 1964, traz em sua tese de doutorado uma análise discursivo-argumentativa de algumas primeiras páginas dos jornais *O Globo* e *Correio da Manhã* datadas do início de abril de 1964, investigando como o *pathos* contribui para a construção do *ethos* no discurso jornalístico. Duas formações discursivas foram identificadas, uma “revolucionária” e uma “antigolpista”, diametralmente opostas e interdependentes entre si, coexistindo numa dimensão de confronto de sentidos.

Marcelo Eduardo da Silva (2017), por sua vez, na sua dissertação de mestrado, descreve e analisa os não ditos, implícitos, imagens de si, marcados ou sugeridos, caracterizadas como falhas do sujeito no uso de estratégias linguístico-discursivas que resultam nos efeitos de sentido pretendidos pelo jornalista, a partir do estudo de um acontecimento discursivo-político-midiático, qual seja, a cobertura jornalística da cassação do mandato do ex-prefeito de Campo Grande (MS) Alcides Bernal, ocorrida entre 2014 e 2015. Sua análise mostrou que o texto jornalístico, mesmo com o uso de estratégias que corroborassem o posicionamento do jornalista de objetividade, neutralidade e imparcialidade, deixa pistas de uma subjetividade enunciativa.

Já a dissertação de mestrado de Carlos Humberto Ferreira Silva Júnior (2018) tem como objetivo analisar os discursos jornalísticos produzidos pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Valor Econômico* durante junho de 2013 em capas e editoriais sobre as Manifestações daquele ano em São Paulo, a fim de delimitar o *ethos* discursivo composto desses dois jornais. Seus resultados apontaram para o desenvolvimento da noção de “*ethos* discursivo composto” e que a *Folha de S. Paulo* apresentou um *ethos* discursivo composto volátil e o *Valor Econômico*, um *ethos* discursivo composto instável.

Ainda, a dissertação de mestrado de Edinei Wassoaski (2016) tem como objetivo identificar o *ethos* discursivo dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* a partir da divulgação de dados oficiais do governo sobre o Ideb⁵ e o Pnad⁶ durante os três meses que antecedem o primeiro turno eleitoral de 2014. Essa dissertação é interessante como material para compreender como os veículos jornalísticos se apresentam nos seus discursos.

O segundo grupo é composto pelos trabalhos que analisam o *ethos* discursivo de mídias jornalísticas, que se distanciam da nossa pesquisa por não estarem diretamente relacionados ao jornalismo político, portanto não entram na questão do apartidarismo no discurso jornalístico. Fazem parte desse grupo as pesquisas de Bertasso (2014), Biernath (2016), F. Costa (2016), David Junior (2017), Grandó (2012), Melo (2018), Rêgo (2017) e Zaghi (2018).

A tese de doutorado de Daiane Bertasso (2014) tem como objetivo geral compreender o *ethos* discursivo das revistas semanais de informação brasileiras *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *CartaCapital* a partir da análise de suas capas e editoriais. Partindo dos pressupostos de que o jornalismo é um lugar de produção de sentidos e de que o discurso jornalístico funciona por meio de um contrato de comunicação entre seus interlocutores, compreende após a análise discursiva que o *ethos* discursivo e o contrato de comunicação estão interligados pela situação de comunicação. Como resultado do procedimento analítico, foram identificados sete núcleos de sentidos que as revistas constroem sobre si mesmas.

Por outro lado, a dissertação de mestrado de Carlos Alberto Biernath (2016) analisa a identidade discursiva no jornalismo popularesco através do estudo do *ethos* discursivo e da análise de elementos imagético-sonoros de três programas policiais, a saber, o *Documento Especial*, o *Aqui Agora* e o *Balanço Geral*. Assim, identifica também o que seria pertencente à cultura popularesca. O critério de seleção do *corpus* foi a busca por reportagens dentro do campo temático da violência social. Biernath (2016, p. 12) justifica a temática de seu trabalho “por esta ser, em nosso entender, uma das que melhor representa a essência dos programas popularescos através de um discurso comumente compartilhado entre os programas”.

Na sua dissertação de mestrado, Felipe Souza Costa (2016) investiga os *ethé* discursivos da *Folha de S. Paulo* a respeito da “Gripe suína”, a partir de uma análise discursiva das manchetes e chamadas do jornal de maior circulação no Brasil. A análise mostrou vários *ethé* do diário, investigadas em três períodos distintos elencados pelo autor: uma fase inicial de descoberta, uma de desenvolvimento e uma terminal. Observou-se uma alternância entre um

⁵ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

ethos didático/pedagógico e um *ethos* científico, além de um *ethos* constante mostrado pelo cabeçalho de ser um jornal servil e patriótico.

Em outra dissertação de mestrado, de Roberto de Farias David Junior (2017), o objetivo é estudar a construção de *ethé* discursivos do jornal *O Globo* a partir de seus editoriais, identificando-os e as estratégias linguístico-discursivas utilizadas para a construção da imagem de si do periódico. A partir da análise, afirma que os *ethé* construídos pelo *O Globo* – os mais recorrentes foram o *ethos* de seriedade, o *ethos* de inteligência, o *ethos* de prudência e o *ethos* de benevolência – servem para manter o público leitor e pretendem atrair um público potencial.

Além dos trabalhos já citados, uma abordagem teórico-metodológica que parte do diálogo entre a Sociologia, a Pragmática e a Análise de Discurso para investigar a construção do *ethos* jornalístico é o cerne da dissertação de Carolina Pompeo Grandó (2012), que analisa o *ethos* discursivo da revista *CartaCapital* a partir da sua seção editorial. Destaca-se que o *ethos* é uma importante estratégia argumentativa, e seu papel na eficácia discursiva é incontestável.

Dina Pereira de Melo (2018), por sua vez, em sua dissertação de mestrado, analisa a construção de discursos verbais no jornal *Já Paraíba*, além das estratégias de persuasão do leitor, combinando elementos da semiótica greimasiana com a noção de *ethos* segundo Maingueneau e os jogos miméticos na narrativa de Ricoeur. Revelou na análise, assim, elementos de um *ethos* sensacionalista de um jornal popular.

Já a dissertação de mestrado de Sofia Costa Rêgo (2017) estuda o caso do Jornal da Record News para mostrar como o telejornalismo está incorporando ao seu contexto de produção estratégias transmídias, evidenciando como essas estratégias colaboram na construção da imagem do telejornal perante o público, reforçando os contratos de comunicação entre esses dois polos. Conclui que as estratégias transmídias do Jornal da Record News serviram mais para a construção do *ethos* do telejornal do que para a qualificação jornalística.

Por fim, Luis Henrique Lodi Zaghi (2018), na sua dissertação de mestrado, estuda o *ethos* discursivo do *Legionário*, órgão oficioso da Arquidiocese de São Paulo, publicado na primeira metade do século XX, usando como material empírico 11 artigos do principal redator, diretor e inspirador do jornal, Plínio Corrêa de Oliveira, de perfil católico conservador. Conclui que o *ethos* tem profunda relação com a construção de identidade em uma relação de interdiscursividade, além de identificar que o discurso do *Legionário* é jornalístico e com marcas de autoridade moral e religiosa.

Por último, o terceiro grupo é composto pelas pesquisas que trazem análises de *ethos* discursivo de jornalistas que atuam em mídias jornalísticas, distanciando-se de nosso trabalho por focarem não em uma instituição-empresa jornalística, que, como será visto adiante, assume

um papel de *metaenunciador*, mas em enunciadores ligados a sujeitos empíricos reais “em carne e osso”. Fazem parte desse grupo as pesquisas de Freitas (2018), Girardi (2018), Machado (2017), Santos (2017) e L. Silva (2017).

A dissertação de mestrado de Jefferson dos Santos de Freitas (2018) analisa a construção do *ethos* do sujeito enunciador Arnaldo Jabor em crônicas políticas publicadas entre 2006 e 2016 sobre a atuação política do Partido dos Trabalhadores (PT), um *ethos* eminentemente irônico.

Crislene Lisboa Girardi (2018), por sua vez, em sua dissertação de mestrado, estudou o *ethos* do jornalista Marcelo Rezende enquanto âncora do telejornal *Cidade Alerta*, a partir da caracterização das reportagens policiais de diminuição da fronteira entre jornalismo e entretenimento, adotando práticas sensacionalistas e levando seu público a crer que o telejornal presta um serviço à sociedade, enquanto na verdade agia muitas vezes sem responsabilidade social e comprometendo o serviço público que o jornalista deve prestar perante o interesse público.

Já o discurso do jornalista Hugo Mendes de Borja Reis no jornal *O Progresso* é o objeto de estudo de Carolina Correia Machado (2017), na sua dissertação de mestrado, a fim de compreender como esse jornalista concebia e defendia a imprensa no início do século XX, bem como a construção do *ethos* discursivo de Borja Reis, por meio de quem, segundo Machado, a imprensa se solidificou na cidade paranaense de Ponta Grossa. Afirma, assim, que o discurso de Borja Reis era rico em termos de vozes discursivas, de experimentações e referenciais teóricos filosóficos e políticos, com referências como Victor Hugo, o positivismo de Augusto Comte. Seu *ethos* mostrava um homem de imprensa, que defendia a “verdade”, o “povo”, a “república”, a “família”, a “moral” e todos os valores positivistas.

Ainda, Farnei Santos (2017), em sua dissertação de mestrado, analisa as marcas do *ethos* de dois entrevistadores brasileiros, quais sejam, a escritora Clarice Lispector e o ator e diretor Antônio Abujamra, com uma entrevista cada. Identificou que, enquanto Lispector revela na entrevista analisada um *ethos* de *areté*, Abujamra manifestou um *ethos* de *phrónesis*, além dos *ethé*, respectivamente, de escritora e de ator/diretor, mais do que permanecerem no propósito comunicativo tradicional de uma entrevista, o de colher informações significativas dos entrevistados.

Por fim, Luciano Alfonso da Silva (2017), na sua tese de doutorado, analisou as entrevistas feitas com 11 jornalistas especializados em artes visuais a fim de compreender a mediação que esses profissionais exercem no campo cultural e como eles articulam um *ethos*

profissional no jornalismo contemporâneo, usando a Análise de Discurso de linha francesa como referencial teórico-metodológico e o paradigma interacionista do jornalismo.

Quanto ao *Congresso em Foco* como objeto de estudo, encontramos dois trabalhos: o artigo “Jornalismo e democracia: o papel do mediador” (MORAES; ADGHIRNI, 2011), publicado na revista *E-Compós*; e o resumo “Jornalismo sem fins lucrativos e independência editorial: os casos do Congresso em Foco e Agência Pública” (CAMASÃO, 2015), publicado no caderno de resumos da *V Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina*.

O primeiro trabalho, cujo objetivo é “debater a mediação jornalística frente às possibilidades de participação do cidadão no processo de construção do noticiário na web” (MORAES; ADGHIRNI, 2011, p. 2), guarda alguma semelhança com o objetivo desta pesquisa, pois foca em práticas sociodiscursivas para analisar a mediação entre jornalistas e cidadãos, chegando a afirmar que o *website*, como sujeito da enunciação, “assume uma intenção e uma promessa cívica para com seu leitor” (MORAES; ADGHIRNI, 2011, p. 9). Porém, as autoras não vão a fundo (também não é do interesse delas) no processo de compreender a imagem de si do *Congresso em Foco*.

Já o resumo de Camasão (2015) trata-se de um trabalho em desenvolvimento apresentado em seminário do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem como objetivo estudar a relação entre jornalismo sem fins lucrativos na imprensa brasileira e o debate sobre independência editorial. O autor deixa claro no resumo que o que foi desenvolvido até aquele momento era provisório, sendo necessários mais refinamento e contextualização. Por isso, e por distanciar-se de uma perspectiva discursiva, esse trabalho também não interfere na nossa pesquisa de mestrado.

Desse modo, nossa pesquisa se mostra inédita por abordar com maior profundidade a questão do apartidarismo no *ethos* do discurso do jornalismo político brasileiro. Pois nem os trabalhos que tinham o *Congresso em Foco* como objeto ou aqueles que tinham alguma outra mídia enunciativa de jornalismo político se preocuparam em estudar os sentidos do apartidarismo no jornalismo político. Por ser o *ethos* um sentido construído em um discurso, e o nosso objeto ser uma mídia jornalística, esta dissertação se enquadra na linha de pesquisa “Estudos de Mídia e Produção de Sentido” do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Esta dissertação é dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo é esta introdução. No capítulo 2 é explicado o caminho teórico-metodológico adotado nesta pesquisa, qual seja, o da análise do discurso como teoria e método de pesquisa qualitativa, aprofundando a noção de

ethos discursivo como imagem de si e representação social do enunciador do discurso. No capítulo 3, abordam-se as características do *ethos* jornalístico, essencial para a compreensão do *ethos* discursivo do *Congresso em Foco*. No capítulo 4, empreendem-se as análises que permitirão compreender tanto o *ethos* institucional do *Congresso em Foco* quanto o seu *ethos* mostrado no *corpus*, a fim de ter elementos que permitam refletir sobre o *ethos* discursivo do *website* e sobre a produção de sentidos no jornalismo político. No capítulo 5, são feitas as considerações finais desta pesquisa de mestrado.

2 ETHOS DISCURSIVO

Esta dissertação consiste em uma análise do discurso do *website* jornalístico *Congresso em Foco*, a fim de compreender a construção de seu *ethos* discursivo a partir dos enunciados de suas notícias e de seu material institucional. Para tanto, a análise do discurso será aplicada como procedimento teórico-metodológico.

O *ethos* de um discurso se manifesta na enunciação: é a imagem de si do enunciador do discurso. Assim, quando alguém fala, apresenta na enunciação uma maneira de ser aliada a uma maneira de dizer. O *ethos* discursivo lida, desse modo, com as representações sociais e os estereótipos anteriores à enunciação, e por elas é influenciado na perspectiva do coenunciador do discurso. É uma manifestação da imagem do próprio enunciador no seu discurso. Pois, conforme Discini (2015, p. 36), o *ethos* “decorre da imagem do orador construída pelo auditório e veiculada pelos textos proferidos por esse mesmo orador”, confirmando-se como representação, isto é, construído simbolicamente pela língua, e mimese, isto é, uma interpretação linguageira que compreende representações de mundo. Ainda, como diz Amossy (2014b), a imagem discursiva de si é ancorada em estereótipos.

Todo discurso tem um enunciador, aquele que, segundo Maingueneau (2008b, p. 54), é capaz de “reconhecer enunciados como ‘bem formados’, isto é, como pertencentes à sua própria formação discursiva” e de “produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa formação discursiva”. É, assim, aquele que faz o melhor uso das possibilidades enunciativas da sua formação discursiva⁷.

O *ethos*, portanto, diz respeito ao enunciador de um discurso. Porém, o enunciador de um discurso e o autor de um texto inscrito num discurso nem sempre correspondem ao mesmo sujeito empírico, principalmente na esfera midiática. A problemática da “autoralidade”, isto é, sobre quem recai a responsabilidade do texto nessa esfera, vai além do que se entende comumente como autor, isto é, “um indivíduo bem identificado que elabora um texto do qual ele seria o único responsável” (MAINGUENEAU, 2013, p. 173). Um jornal, por exemplo, é reconhecido como o autor do seu material editorial, apagando na maioria das vezes a figura dos produtores dos textos. Eles aparecem, por exemplo, quando um jornalista assina uma reportagem. Neste caso, há uma hierarquização entre as instâncias autorais, pois a redação do

⁷ Entendemos, conforme Maingueneau (2008b, 2015b) que a formação discursiva é um sistema de restrições invisíveis que agrega enunciados de mesmo sentido. A noção de formação discursiva está relacionada a dois tipos de categorias privilegiados na análise do discurso, quais sejam, o posicionamento identitário num campo discursivo e o gênero textual ou discursivo, dispositivo de comunicação verbal numa sociedade (MAINGUENEAU, 2008a).

jornal é assumida como uma instância autoral superior à instância autoral do repórter. Nessa relação, o jornal é o *metaenunciador* do conjunto de textos publicados sob sua responsabilidade autoral. “É a este metaenunciador que se pode atribuir um *ethos* específico” (MAINGUENEAU, 2013, p. 175), cuja marcação no discurso é diferente dependendo do tipo de texto. É por isso que nesta dissertação analisa-se o *ethos* do *Congresso em Foco*, como metaenunciador, e não dos jornalistas que eventualmente assinam os textos que compõem o *corpus*.

Não há, portanto, neutralidade no discurso. Alguém fala com alguma intenção. A ideologia é, pois, um elemento importante na formação do discurso. Pela ideologia se manifestam as relações de poder em uma sociedade, e conseqüentemente os discursos são enunciados permeados por essas disputas de poder. A ideologia é simbólica, manifesta-se e se impõe antes de tudo pela atividade sígnica, como são as demais facetas da cultura.

Por isso, no que concerne a esta dissertação, é preciso antes debater a noção de ideologia, pois o *ethos* se manifesta num discurso e este, numa relação de poder operada em um interdiscurso⁸, pode revelar-se ideológico. Se o *ethos* manifesta uma imagem de si do enunciador no discurso, lidando com representações sociais e estereótipos, faz-se necessário também debater essas noções, para que, enfim, se possa aprofundar as características e o funcionamento do *ethos* no discurso.

E, como diz Maingueneau (2015b) que o analista do discurso constitui seu *corpus* para análise, isto é, que reúne os materiais que julga necessário para responder a um questionamento explícito, julga-se necessário também dedicar uma seção para explicar a constituição do *corpus* deste trabalho, bem como justificar a Análise do Discurso enquanto abordagem teórico-metodológica de caráter científico, para enfim poder-se discutir os conceitos a serem trabalhados na análise.

⁸ O discurso, diz Maingueneau (2013, 2015b), é considerado no bojo de um interdiscurso, ou seja, ele existe em relação com outros discursos, anteriores, posteriores ou concomitantes a ele. Reconhecer o primado do interdiscurso sobre o discurso (MAINGUENEAU, 2008b) é reconhecer que nenhum discurso se constrói sozinho. Por mais que um enunciador reivindique a autonomia de seu discurso, isso não passa de uma ilusão, visto que o discurso, desde sua gênese, é construído em concorrência a pelo menos outro discurso. Mesmo negando um discurso concorrente, ainda assim nessa negação há a relação de trocas que constitui a interdiscursividade. A identidade de um discurso, como a identidade de um sujeito, constrói-se dialogicamente em relação com o Outro. É vendo-se no Outro que se vê a si próprio, que se constitui como “eu”, como “Mesmo”. O Mesmo e o Outro são indissociáveis, pois o Outro é “aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 37).

2.1 Congresso em Foco: a materialidade linguístico-discursiva

O *Congresso em Foco*, lançado em fevereiro de 2004, afirma ser “um veículo jornalístico que faz uma cobertura apartidária do Congresso Nacional e dos principais fatos políticos da capital federal com o objetivo de auxiliar o (e)leitor a acompanhar o desempenho dos representantes eleitos” (CONGRESSO EM FOCO, 2018d). Seu atual *slogan* é “Respeitamos as diferenças”. Coloca-se na pretensão de contribuir para melhorar a qualidade da representação política no Brasil a partir do jornalismo. Conta ainda com colunistas e contribuintes eventuais, com perfis, campos de atuação, orientações políticas e origens geográficas variadas. Desde novembro de 2011, publica a *Revista Congresso em Foco*. Venceu ainda o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa (2009), o Troféu Tim Lopes do Prêmio Embratel (2009) – pelo melhor trabalho de jornalismo investigativo no Brasil –, o Prêmio Vladimir Herzog (2008, 2009 e 2014), entre outros⁹.

A audiência do *Congresso em Foco*, segundo o *mídia kit*¹⁰ do veículo, tem um perfil majoritário do que ele considera como tomadores de decisão ou formadores de opinião. São 75% dos leitores que se enquadram nessa classificação, entre políticos, autoridades, assessores parlamentares, jornalistas, lideranças sociais e empresariais, empresários, publicitários, operadores do mercado financeiro, profissionais liberais, professores e pesquisadores (CONGRESSO EM FOCO, 2018c).

O *Congresso em Foco* é produzido e mantido pela empresa *Caracol Web Design Ltda.*, sediada em Brasília, cujo principal sócio é o jornalista Sylvio Costa, fundador da empresa e do *website*. Suas principais fontes de receita são: publicidade no *website* e na revista; eventos; parcerias com outros veículos – com destaque para o UOL, que hospeda o *Congresso em Foco* desde 2010 –; a comercialização da revista (exemplares avulsos e assinaturas); e o Painel do Poder, uma ferramenta desenvolvida pelo *Congresso em Foco* que ouve regularmente os líderes do Congresso Nacional a fim de reunir “informações estratégicas fundamentais para orientar a ação de empresários, líderes de classe e todos aqueles que podem ser fortemente impactados pelas decisões do Congresso” (CONGRESSO EM FOCO, 2019b). Em 2019, o *website* disponibilizou uma nova página chamada “Serviços Premium”, na qual anuncia um pacote de serviços exclusivos para assinantes, que pode ser feito a nível corporativo ou individual, e que

⁹ Os três prêmios recebidos em 2009 foram decorrentes da série de reportagens “Farra das passagens”. O Prêmio Vladimir Herzog de 2008 foi uma menção honrosa decorrente da série de reportagens “Vida e morte correntina”. O Prêmio Vladimir Herzog de 2014 foi decorrente da série de reportagens “Jurados de morte: o drama de mais de 2 mil autoexilados no próprio país”, publicada na *Revista Congresso em Foco*.

¹⁰ Produto mercadológico feito para vender espaço publicitário de uma empresa midiática.

inclui: alertas diários por celular; um serviço semanal chamado “Farol Político”, que traz projeções, dados e *insights* “exclusivos” sobre o cenário político e econômico; a agenda semanal dos Três Poderes; e o resumo dos “principais fatos da semana” (CONGRESSO EM FOCO, 2020).

Desse modo, foram selecionadas como *corpus*, para fins de análise, doze notícias publicadas no primeiro semestre de 2018 no *website Congresso em Foco*, correspondentes à última notícia publicada na primeira e na terceira quartas-feiras de cada mês do período selecionado e identificada a partir da seção “Manchetes anteriores” na aba “Notícias” do *website*¹¹. A escolha da quarta-feira se deu por ser o dia central da semana, portanto, aquele no qual deveria haver mais movimentação no meio político. As sessões deliberativas no Congresso Nacional acontecem semanalmente da terça-feira à quinta-feira, e no Supremo Tribunal Federal (STF), nas quartas e quintas-feiras. Como material institucional, nos servirão para análise a página *Quem somos*, a logomarca, o *slogan* e o *mídia kit* do *website Congresso em Foco*, marcadamente gêneros de apresentação de si (MAINGUENEAU, 2018b).

Procura-se, ainda, fazer um contraponto aos inúmeros estudos de mídia no campo do jornalismo político que enfatizam grandes eventos, pois

uma atenção contínua ao excepcional provoca interpretações errôneas inevitáveis. Pois a mídia é, se nada mais, cotidiana, uma presença constante em nossa vida diária, enquanto ligamos e desligamos, indo de um espaço, de uma conexão midiática, para outro. Do rádio para o jornal, para o telefone. Da televisão para o aparelho de som, para a Internet. Em público e privadamente, sozinhos e com os outros. (SILVERSTONE, 2002, p. 20).

Portanto, se é na cotidianidade que o jornalismo se desenvolve, sendo enunciado nos mais diversos espaços midiáticos, é preciso também dar atenção ao jornalismo desenvolvido no cotidiano, e não apenas nos fatos noticiados e reportados marcados como mais importantes, dotados de maior destaque pelas mídias e pelos públicos. Assim, justifica-se o período selecionado para a coleta do *corpus*, além de que, por não se tratar de período eleitoral, não há restrições jurídicas quanto à publicação de notícias jornalísticas. Entender por que uma mídia enuncia determinados discursos dentro de um determinado sistema de restrições semânticas sobre temas variados nos dá elementos para compreender suas intenções discursivo-ideológicas.

¹¹ Em 28 de junho de 2018, o *Congresso em Foco* passou por uma reformulação de layout, no qual a seção “Manchetes anteriores” foi retirada, sem prejuízo para a dissertação, visto que o material que compõe o *corpus* da pesquisa já havia sido selecionado.

A análise do discurso, assim, é uma pesquisa qualitativa, pois é interpretativa da realidade social. Segundo Alves-Mazzotti (2004, p. 131), três características são essenciais aos estudos qualitativos, quais sejam, *visão holística*, *abordagem indutiva* e *investigação naturalística*.

A visão holística parte do princípio de que a compreensão do significado de um comportamento ou evento só é possível em função da compreensão das inter-relações que emergem de um dado contexto. A abordagem indutiva pode ser definida como aquela em que o pesquisador parte de observações mais livres, deixando que dimensões e categorias de interesse emergjam progressivamente durante os processos de coleta e análise de dados. Finalmente, investigação naturalística é aquela em que a intervenção do pesquisador no contexto observado é reduzida ao mínimo.

Na análise do discurso, temos visão holística quando compreendemos que o discurso só existe numa relação interdiscursiva, aplicamos uma abordagem indutiva quando identificamos os semas, isto é, os núcleos de sentido¹², que constituem categorias de *ethos*, por exemplo, e realizamos uma investigação naturalística quando, na crítica, usamos argumentos passíveis de serem provados e não opiniões embasadas em senso comum. Há um rigor na investigação em pesquisas qualitativas, a partir de critérios como credibilidade, transferibilidade, consistência e confirmabilidade, isto é, se os resultados e interpretações do pesquisador são plausíveis para os sujeitos envolvidos, se os resultados do estudo podem ser aplicados em outros contextos, se os resultados se mantêm estáveis no tempo e se os resultados são confirmáveis (ALVES-MAZZOTTI, 2004).

Não existe um único caminho de análise do discurso. “Em última instância”, diz Maingueneau (2015b, p. 79), “é o pesquisador quem decide de que maneira vai constituir e explorar os materiais a partir dos quais vai trabalhar, em função de seus objetivos”. Ou seja, é tarefa de cada analista do discurso, a partir de seus objetivos de pesquisa, encontrar, também, seus próprios caminhos analíticos dentro do enorme arcabouço teórico-metodológico desenvolvido pela Análise do Discurso. Como nosso problema de pesquisa envolve a questão da apresentação de si no discurso, é pela categoria do *ethos* que desenvolveremos a nossa

¹² Maingueneau (2008b) introduz na Análise do Discurso a noção de “sema”, que para o autor é a menor unidade do sentido do discurso. Cada discurso tem seus próprios semas, que constituirão o seu sistema de restrições semântico, bem como os registros positivos e negativos do discurso. Também com o *ethos* podemos aplicar essas noções, sendo os semas que constituem o registro positivo do *ethos* de determinado enunciador aqueles que o fazem enunciar “eu sou”, e o seu oposto, que constituem o anti*ethos*, isto é, o registro negativo, “aquilo que não sou”.

análise. Um *ethos* que, conforme dito anteriormente, por se manifestar num discurso, pode revelar-se, também, ideológico.

2.2 Ideologia

A tarefa de assumir um conceito de ideologia não é fácil, visto que é um termo bastante polissêmico. Eagleton (1997, p. 15) o define como “um texto, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais”, pois essa polissemia vêm dos vários usos conceituais que se fez do termo desde que surgiu com Destutt de Tracy na virada do século XVIII para o século XIX e sofreu sua primeira oposição com o imperador francês Napoleão Bonaparte. O conceito, diz Thompson (2011), oscila entre um sentido positivo e neutro, a partir do pensamento de Destutt de Tracy, de viés iluminista, para quem a ideologia seria uma ciência das ideias, e um sentido negativo e crítico. Napoleão, em 1812, após a derrota para os russos, justificou-a atacando os ideólogos e sua “doutrina”, vista como uma “metafísica difusa”, num combate ao desenvolvimento do estudo das ideias (EAGLETON, 1997). A este sentido negativo, por exemplo, se filia Marx. Esse sentido negativo, pejorativo, napoleônico-marxista de ideologia é aquele adotado pelo senso comum, na esfera do discurso social cotidiano.

Há, assim, dois tipos gerais de concepção de ideologia, quais sejam, concepções críticas de ideologia e concepções neutras de ideologia (THOMPSON, 2011).

As concepções críticas são caracterizadas por conferir à ideologia um sentido negativo, crítico ou pejorativo: a ideologia é enganadora e ilusória. Do mesmo modo, Eagleton (1997) apresenta duas tradições correntes sobre a ideologia, sendo uma de viés mais marxista, preocupada com a ideia de ideologia como ilusão, distorção e mistificação, ou seja, uma tradição ligada às concepções críticas.

Por outro lado, de acordo com as concepções neutras segundo Thompson (2011), a ideologia é um aspecto da vida social como outros, sem que os fenômenos ditos ideológicos sejam necessariamente enganadores ou ilusórios, além de ser acessível – na forma de sistema de crenças, formas e práticas simbólicas – a qualquer grupo social, seja ele conservador ou revolucionário, que desafie ou deseje sustentar o *status quo*. Na mesma linha, a segunda tradição apresentada por Eagleton (1997) apresenta um lado mais sociológico, trazendo a função das ideias na vida social, ou seja, uma tradição ligada às concepções neutras.

O termo ideologia pode ser empregado, na ordem do discurso, em referência “aos modos como os signos, significados e valores ajudam a reproduzir um poder social dominante”, numa concepção crítica, “mas também pode denotar qualquer conjuntura significativa entre discurso

e interesses políticos” (EAGLETON, 1997, p. 193), com um sentido mais neutro. Ou seja, a ideologia refere-se aos modos como discurso e interesses políticos se relacionam, e, se esses interesses políticos pertencem a um poder dominante, como se dá a reprodução desse poder.

É relevante destacar que, embora Thompson seja um teórico filiado à corrente dos Estudos Culturais e Eagleton seja um marxista e, por isso mesmo, um crítico dos Estudos Culturais, ainda assim é possível, nessa discussão acerca da noção de ideologia, estabelecer um diálogo entre os dois autores. Pois Thompson (2011) procura combater a neutralização do conceito de ideologia formulando uma nova concepção crítica do termo, argumentando que “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2011, p. 76), de modo que os fenômenos simbólicos assumem uma carga ideológica quando, numa situação sócio-histórica específica, são operados para estabelecer e sustentar relações de dominação. Assim, Thompson admite apoiar-se no que chama a concepção latente de Marx do conceito de ideologia, isto é,

um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideais que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social” (THOMPSON, 2011, p. 58).

Defende, porém, que não necessariamente as formas simbólicas dotadas de carga ideológica sejam ilusórias ou errôneas, ou que a ideologia funcione apenas em termos de relações de classe; para Thompson, importa dessa noção latente de Marx que a ideologia sustente relações de dominação. Ideologia é, assim, por natureza, hegemônica. As formas simbólicas contestatórias, que visam mudar o *status quo*, não são, para Thompson, ideológicas.

Ricoeur (2015a, 2015b), embora possamos categorizá-lo dentro das concepções neutras da ideologia, traz uma noção do termo similar à de Thompson. Para Ricoeur, ideologia e utopia constituem a imaginação social, estando diretamente relacionadas com a realidade, pois “a imaginação social é constitutiva da realidade social” (RICOEUR, 2015a, p. 17). O papel da ideologia é legitimar a autoridade, reclamada pela dominação e pelo poder, preservando a identidade de um grupo, enquanto a utopia é revolucionária, pretende alterar a ordem estabelecida pela ideologia, agindo sempre na esfera do poder.

A ideologia, assim, propõe a hierarquização da vida social, tornando possível uma política autônoma, fundada e sustentada por uma determinada autoridade. Como afirma Žižek (1996), um ponto de vista político pode ser correto, mas ideológico, do mesmo modo que pode ser equivocado, mas não ser ideológico, pois a ideologia existe como uma matriz geradora que

“regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação” (ŽIŽEK, 1996, p. 7), ou seja, como aquilo que trabalha, no sujeito, essas relações.

Porém, é importante ressaltar ainda que a ideologia não naturaliza toda a linguagem, mas, conforme Eagleton (1997), mascara, racionaliza, naturaliza, universaliza e legitima certos interesses ligados a uma visão política da sociedade. Existem determinados enunciados que, embora sejam constituintes de um discurso, no contexto em que são produzidos não são ideológicos na medida em que não têm efeito na condução ou mudança da ordem social estabelecida. A ideologia nasce e só existe em situação abertamente de confronto, de conflito, própria da modernidade (RICOEUR, 2015a).

Para explicar como opera a ideologia, Ricoeur (2015a, 2015b) estabelece três funções da ideologia: uma função integradora ou geral, uma função de dominação legitimação e uma função de distorção ou deformação.

A *função geral da ideologia*, integradora, consiste em preservar uma identidade, e se manifesta em alguns traços interligados entre si. O primeiro deles é a necessidade que um grupo social tem de representar a si, por meio da comemoração e rememoração de um ato fundador que instaura determinada comunidade histórica; os ideais identitários do grupo são reificados pela ideologia. O segundo traço é o dinamismo da ideologia, um motivo que faz da ideologia justificação e projeto de um grupo. Daí o terceiro traço, que é a ideologia como simplificadora e esquemática, ou seja, “uma grelha, um código, para se dar uma visão de conjunto, não somente do grupo, mas da história e, em última instância, do mundo” (RICOEUR, 2015b, p. 79). O quarto traço diz respeito à ideologia como operatória, não temática, isto é, ela “opera atrás de nós, mais do que a possuímos como um tema diante de nossos olhos” (RICOEUR, 2015b, p. 80); em outras palavras, o nosso ato de pensar é atravessado pela ideologia. Por fim, o quinto traço da função geral da ideologia é o aspecto temporal específico da ideologia, no qual o novo é percebido a partir do típico, ou seja, do que está na ideologia; nesse traço Ricoeur insere a função de dissimulação da ideologia: ela é “ao mesmo tempo interpretação do real e obturação do possível” (RICOEUR, 2015b, p. 81).

A *função de dominação* está ligada à hierarquia da organização social. A ideologia interpreta e justifica o sistema de autoridade, agindo como “a verdadeira mais-valia” na relação essencialmente dissimétrica que existe entre a pretensão de legitimidade da autoridade e a crença por parte dos indivíduos pertencentes a determinado grupo. Segundo Ricoeur (2015b), o caráter de distorção e dissimulação da ideologia passa ao primeiro plano na relação entre o fenômeno da dominação e o papel mediador da ideologia, mas ressalva que a redução da

ideologia unicamente a essa função de dissimulação não se justifica pois a integração de um grupo nunca é reduzida totalmente ao fenômeno da dominação.

A *função de deformação* é aquela propriamente marxista, segundo a qual a ideologia nos faz tomar a imagem pelo real, o reflexo pelo original, isto é, a ideologia como inversão para mascarar a ordem social capitalista vigente. Na concepção de Marx, “desmascarar a ideologia é desvelar e trazer à luz do dia a estrutura de poder que se dissimula por trás” (RICOEUR, 2015a, p. 115).

Essa função de deformação, por ser aquela dominante no senso comum, é, conforme Eagleton (1997), geralmente utilizada contra o outro para afirmar que a sua visão da realidade é distorcida devido a preconceitos decorrentes de um filtro doutrinário externo enquanto a própria visão da realidade é a “real”, isto é, a verdadeira. Haveria, portanto, uma visão racionalista – aberta, livre, verdadeira – em oposição a uma visão ideológico-dogmática – por sua vez, fechada, tacanha, inflexível, rígida, fantasiosa, falsa. Essa reflexão também não escapa a Ricoeur (2015b, p. 75, grifos do autor), quando afirma que se admite “com muita facilidade que o homem da suspeita está isento da tara que ele denuncia: a ideologia é o pensamento do *outro*”.

Nessa mesma linha, Žižek (1996) vê um aspecto identitário na ideologia, qual seja, a comparação feita pelo indivíduo submetido a uma ideologia distinguindo-a de outra, de modo que não se afirme essa submissão, havendo uma comparação que funciona a nível de distinção entre aquilo que é verdadeiro – seu pensamento ideologicamente marcado – das opiniões alheias assim ditas ideológicas. “Quando um processo é denunciado como ‘ideológico por excelência’”, diz Žižek (1996, p. 9), “pode-se ter certeza de que seu inverso é não menos ideológico”.

A partir disso, ideologia, neste trabalho, é assumida em uma concepção crítica, dizendo respeito aos modos como discurso e interesses políticos se relacionam e como se dá a reprodução do poder político dominante, a fim de sustentar e estabelecer essas relações de dominação, legitimando a autoridade desse poder dominante e preservando a identidade de determinado grupo social, podendo ou não distorcer aspectos da realidade para cumprir seu objetivo de dominação. No jornalismo a ideologia, assim, significa a manutenção de um sistema de representações que definem “o que é jornalismo de verdade e de credibilidade”, aliada a uma concepção dominante de poder político e econômico. O jornalismo que se diz factual, imparcial, objetivo, isento, de interesse público e de credibilidade, é, pode-se dizer, aquele que mantém e é mantido pela ideologia.

2.3 Representação social e estereótipo

Nesse momento, antes de uma discussão em profundidade do *ethos* no discurso, vê-se a necessidade de esclarecer alguns conceitos, quais sejam, *representação social e estereótipo*. Se, pela função de deformação da ideologia, se mostra a imagem como o real, esses conceitos são necessários para melhor se compreender o *ethos* no discurso, visto que o *ethos* não é aquilo que o enunciador diz sobre si, mas encontra-se em marcas discursivas presentes no enunciado (ou num conjunto de enunciados). O *ethos* que o orador (ou enunciador) constrói no discurso está no que ele enuncia e em como enuncia, embora nem sempre, diz Maingueneau (2008a, 2015a), o *ethos* visado corresponda ao *ethos* produzido. É fundamental, para a eficácia de seu discurso, que seu *ethos* o reforce e busque desconstruir eventuais estereótipos desfavoráveis que podem diminuir a eficácia do argumento.

As representações sociais, segundo Lemos (2013), são sempre constituídas a partir do discurso alheio e estruturam e renovam o senso comum, o qual “busca tornar o mundo como familiar aos sujeitos sociais” (p. 70). São um fenômeno dinâmico que significa um modo de compreender e comunicar o que já se sabe, organizando e dando sentido ao mundo social. As representações sociais são essenciais para a existência das coletividades, às quais pertencem os sujeitos sociais.

Portanto, na base do conhecimento do senso comum, encontramos as representações sociais como princípios organizadores dos entendimentos, das relações sociais, da própria realidade social intersubjetiva. Como uma manifestação de conhecimento prático, as representações funcionam como temas que orientam os sujeitos acerca de sua vida social e do conhecimento de senso comum que aparece em todas as formas de sociedade. São essas formas que fundamentam as construções de sentido da sociedade, sendo a sua força de comunicação e transformação (LEMOS, 2013, p. 73).

Também para Charaudeau (2006) é inerente a questão das representações, que para o autor são construções do real que se utilizam de imagens mentais transpostas em discurso e outros comportamentos dos agentes sociais. As representações, diz Charaudeau (2006, p. 47), “apontam para um desejo social, produzem normas e revelam sistemas de valores”, de modo que, como diz ainda Charaudeau (2014), elas se configuram em discursos sociais que testemunham os saberes de conhecimento e de crença¹³, isto é, que os confirmam na

¹³ Ver seção 3.2 deste trabalho.

enunciação. Em outras palavras, esses saberes só têm sentido a partir das representações sociais que, como discurso, os enunciam para o mundo.

Desse modo, a representação social torna-se fundamental no modo como se compreende a imagem de um objeto, principalmente quando esse objeto tem uma imagem pública, como políticos e empresas (e os órgãos midiáticos também são empresas), pois a imagem pública, “de uma instituição ou de um sujeito social”, diz Lemos (2013, p. 80), é entendida “na forma de uma representação social presente nas relações sociais daquele grupo”. Uma imagem de si no discurso, pode-se dizer, torna-se pública àqueles que têm acesso aos textos atravessados por esse discurso, e é pela representação social construída na relação entre enunciador e coenunciadores que ela se forma.

Por ser uma representação social, o *estereótipo* enquanto noção é importante na construção dessas representações. Os estereótipos são construções sociais moldadas pela cultura, a fim de organizar em generalizações a nossa percepção sobre aquilo que é estranho ao contexto sociocultural de um grupo social. É, como diz Amossy (2014a), um saber de senso comum.

Ele é um conceito importante no estabelecimento do *ethos*, pois para que a imagem de si do locutor seja reconhecida pelo auditório, este precisa buscar na memória coletiva modelos culturais aos quais relacionar a representação do *ethos*. A estereotipagem “é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (AMOSSY, 2018, p. 125).

Lippmann (2010) aponta as artes, os códigos morais, as filosofias sociais e as agitações políticas como origens das formas estereotipadas emprestadas ao mundo, ou seja, é a partir desses aspectos culturais que são retirados elementos imagéticos e cognitivos que compõem as formas estereotipadas: “esquemas, fórmulas, símiles, jargões já consagrados que marcam a linguagem” (CITELLI, 2007, p. 59). Na década de 1920, Lippmann (2010, p. 91) já afirmava que

a vida moderna é apressada e multifária¹⁴, acima de tudo as distâncias físicas separam homens que estão frequentemente em contato vital um com o outro, como o empregador e o empregado, o funcionário público e o eleitor. Não há nem tempo nem oportunidade para conhecimento íntimo. Em vez disso observamos um traço que marca um tipo muito conhecido, e o resto da imagem preenchemos com os estereótipos que carregamos em nossas cabeças.

¹⁴ Apresenta-se em vários aspectos.

Uma visão geral sobre a realidade está, então, nos estereótipos, que falam sobre o mundo antes de que ele seja visto pessoalmente. E, no contato com um objeto e/ou um sujeito estranhos a determinada cultura, tende-se a enquadrá-lo em um determinado estereótipo, cuja generalização se quebrará no momento em que o sujeito se familiarizar com esse objeto e/ou sujeito estranhos. Pois os estereótipos são “as fortalezas de nossa tradição” (LIPPMANN, 2010, p. 97), em cujas defesas sentimo-nos confortáveis: o mundo é daquele jeito e é do jeito que deve ser, é “simplesmente o mundo que esperávamos que fosse” (LIPPMANN, 2010, p. 103). Os estereótipos representam o mundo no qual acreditamos viver. Citelli (2007, p. 60) afirma que a grande característica do estereótipo é justamente dificultar questionamentos sobre o que é visto como pertencendo ao domínio público, sobre o que é visto como uma “verdade” consagrada.

Do mesmo modo, a construção prévia do auditório pelo locutor se dá mediante o uso de estereótipos, bem como a suposição pelo locutor de qual é a imagem que o auditório provavelmente tem dele. O orador, diz Amossy (2018, p. 126), “adapta sua apresentação de si aos esquemas coletivos que ele crê interiorizados e valorizados por seu público-alvo”. A construção da imagem de si pelo locutor se dá na construção do seu discurso, de forma indireta, dispersa, frequentemente lacunar ou implícita, pois é “o conjunto das características que se relacionam à pessoa do orador e a situação na qual esses traços se manifestam que permitem construir sua imagem” (AMOSSY, 2018, p. 127).

Baccega (1998), por outro lado, atribui aos estereótipos uma carga negativa de preconceitos e pré-juízos. O estereótipo seria, então, um processo de facilitação da aprendizagem carregado de juízos de valor, em bases emocionais que influenciam o comportamento humano, a partir de dados aceitos e recortados pela cultura, interferindo, assim, na nossa percepção da realidade. Mas Baccega (1998) não deixa de ver um aspecto positivo do estereótipo e das normas em um grupo social, pois “sem essas normas e estereótipos, estaríamos sempre redescobrimo a América e constatando de novo que o fogo queima e pode matar” (BACCEGA, 1998, p. 8), ou seja, os estereótipos são importantes para se ter uma noção geral e generalista sobre as coisas.

Assim, aquilo ou aquele que é estranho à nossa cultura é o Outro existente na relação do interdiscurso. Olhar o Outro significa construir um simulacro desse Outro em cada formação discursiva, de tal modo que seja percebido como o Outro em si, um Outro que se busca combater, e não como esse simulacro do Outro. O simulacro, segundo Possenti (2002), é uma tradução do discurso antagonista sobre seu adversário, e sua construção é diretamente proporcional ao confronto aberto entre discursos, ou seja, quanto mais antagonistas são determinados discursos, mais significativos serão os simulacros que serão construídos em um

discurso sobre o outro. É, portanto, a estereotipação do Outro, a fim de enquadrá-lo numa representação confortável às restrições semânticas de determinada formação discursiva. A polemização com o Outro garante, assim, a identidade de um discurso, visto que é no olhar do Outro e no olhar o Outro que se constrói a própria identidade. Um discurso, portanto, não pode existir por si só, mas em relação com vários outros discursos. Cada discurso com seu próprio tom e seu próprio *ethos*.

2.4 O *ethos* no discurso

A noção de *ethos* vem da Retórica aristotélica. Maingueneau (2008a, 2013, 2015a, 2018a, 2018b) a ressignifica para inscrevê-la em um quadro da análise do discurso, a fim de refletir sobre o processo de adesão de sujeitos a uma certa posição discursiva, mesmo por meio de textos escritos que, não apresentando nenhuma sequencialidade argumentativa, devem conquistar algum tipo de público.

Assim, ele vai além da oposição entre o oral e o escrito, pois os *corpora* escritos também são enunciados com uma determinada “voz” ou “tom”. Maingueneau (2008a, 2008b, 2013, 2015a, 2018a) afirma que todo e qualquer discurso, mesmo que a negue, tem uma vocalidade específica, um “tom” que, servindo tanto para o texto escrito como para a oralidade, permite relacionar a enunciação a uma fonte enunciativa. Esse tom, portanto, faz parte da identidade de um posicionamento discursivo. Ou seja, mesmo discursos que se apresentem como neutros, imparciais, afônicos, têm uma voz própria, que caracterizará essa tentativa de se mostrar como neutro, imparcial, afônico.

O discurso jornalístico, pois, que se pretende neutro, imparcial e objetivo é enunciado com um tom que procura instituir neutralidade, imparcialidade e objetividade. Isto é, pretende-se apertidário, “sem partido”. Charaudeau (2016b) coloca no jogo de credibilidade essa exigência de que o jornalista enunciadador não tome partido, isto é, que no seu papel de não somente reportar fatos e afirmações, mas também de esclarecer o cidadão quanto ao “como” e ao “porquê”, ele esclareça os vários lados da história para não influenciar o leitor. Em outras palavras, o jornalista seria neutro naquilo que diz: os fatos fariam por si.

De fato, Benetti (2008, p. 19) afirma que a imagem de si sobre a qual o jornalista enuncia “está alicerçada tanto em ideias como verdade e credibilidade quanto na consciência (às vezes, nem tão consciente assim, pois internalizada) sobre as condições de produção do discurso”, classificando ainda a verdade e a credibilidade como os conceitos pelos quais o jornalismo se

constitui como campo de saber específico “no imenso universo da comunicação midiática” (BENETTI, 2008, p. 24).

O jornalista, porém, diz Scadelai (2015, p. 187), “pode ser irônico, agressivo, crítico, divertido, simpático e/ou debochado em relação às citações e aos próprios entrevistados”, mesmo que a concepção de notícia procure negá-lo. De acordo com Cavalcanti (2015), a análise do *ethos* do enunciador, no campo do jornalismo, é interessante para trabalhar com a questão da aparente neutralidade jornalística e também como é possível, por meio do discurso, que a mídia exerça poder sobre a opinião pública.

Para Lippmann (2010), Opinião Pública (com letras maiúsculas)¹⁵, diz respeito às imagens feitas por grupos de pessoas ou por indivíduos agindo em nome de grupos, de modo que é por meio dela, como diz Charaudeau (2016a, p. 37), que “se constrói um saber coletivo de crença a respeito dos interesses da vida em sociedade e de seu ordenamento político”. A opinião pública, ainda segundo Charaudeau (2016a, p. 44, grifos do autor) está num permanente processo de construção,

na confluência de um triplo movimento de *reação* por parte dos grupos sociais, de *atribuição* por parte dos atores políticos, de *categorização* por parte das instâncias midiáticas. Apresenta-se ao mesmo tempo fragmentada e homogênea, reativa e intimidada, autônoma e sob influência, isto é, numa forma plural: não *uma* opinião pública, mas *várias* opiniões públicas.

Portanto, aquele poder que a mídia exerce sobre a opinião pública está na construção de imagens sobre o real a fim de que elas se tornem aquelas tomadas como o “crível”, o “verdadeiro” por parte dos grupos sociais que agem como coenunciadores do discurso midiático.

Assim, é possível constituir o corpo do enunciador, a partir de uma instância subjetiva encarnada a partir da leitura, que exerce o papel de fiador, investido de um *caráter*, isto é, características da ordem do psicológico, qualidades atribuídas ao enunciador pelo coenunciador; e uma *corporalidade*, que de certa forma institui um corpo “físico” ao seu enunciador. Este caráter e esta corporalidade se apoiam sobre “um conjunto difuso de representações sociais valorizadas ou desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a

¹⁵ Lippmann (2010, p. 40) diferencia Opinião Pública de opinião pública, que se refere àqueles “aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante”, sendo as imagens “na cabeça destes seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamento, [...] suas opiniões públicas”. Neste trabalho, porém, adotaremos a grafia “opinião pública”, em letras minúsculas, devido à pluralidade que está na semântica do conceito.

enunciação se apoia, e por sua vez, contribui para reforçar ou transformar” (MAINGUENEAU, 2018, p. 72).

Auchlin (2001) diz que o *ethos* é um fantasma ou ilusão do sujeito falante, um “holograma experiencial”, resultante do crescimento do tratamento interpretativo de dados internos aos enunciados e ao discurso e do tratamento sintomatológico e empático dos fatos externos e contingentes à fala, isto é, com o que é interno ao discurso e com o que é externo, mas afetivamente relacionado a ele. Portanto, esse fiador constituído no discurso é ilusório, no sentido de que é um efeito de sentido resultante da relação entre os sujeitos da enunciação.

Desse modo, o tom do discurso, aliado à imagem de um fiador de caráter e corporalidade definem uma representação social que corporifica o *ethos* do sujeito do discurso, uma vez que a identidade do sujeito também se dá por representações sociais, definidas no âmbito do grupo social ao qual ele pertence (CHARAUDEAU, 2013). Portanto, é a partir das possibilidades de representação social existentes nos imaginários coletivos que se corporifica o *ethos* no discurso. O *ethos* mais transparece do que aparece no discurso. Pela maneira como as ideias são apresentadas e pelo que significam as próprias ideias, pode-se construir imagens sobre quem as enuncia.

O modo como o coenunciador se relaciona ao *ethos* de um discurso, como se relaciona com essa representação social do enunciador de um discurso, está na *incorporação* que ele faz do fiador, a partir de três registros articulados entre si: a enunciação do texto confere uma corporalidade ao fiador; o coenunciador incorpora, assimila um conjunto de esquemas correspondentes a uma maneira específica de se remeter ao mundo habitando seu próprio corpo; e essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo da comunidade imaginária dos que aderem a um mesmo discurso (MAINGUENEAU, 2008a, 2008b, 2013, 2015a, 2018a, 2018b). Assim, por meio daquilo que diz e como o diz, o enunciador constrói uma representação social que legitima a maneira de ser apresentada no discurso: é uma maneira de ser apresentada por meio de uma maneira de dizer.

O fiador de um discurso é, portanto, eficaz se a sua identidade (caráter e corporalidade) é eficiente no mundo construído em seu enunciado. O coenunciador é também importante na construção do *ethos* visto que ele, com a sua competência comunicacional, resgata os elementos que permitirão compreender a construção e incorporação do fiador do discurso pretendido, procurando evitar o que Auchlin (2001) chama de “fracasso de *ethos*”, pois o *ethos*, diz, só existe na troca, quando o destinatário vê o que o orador é ou pretende ser na sua fala.

Porém, Maingueneau (2018b) reconhece que há dificuldades levantadas pela investigação do *ethos*, como a ineficácia da identificação do *ethos* a partir da figura do fiador em alguns tipos de texto. Para tanto, ele propõe atribuir ao *ethos* três dimensões:

1. a dimensão “categorial” recobre coisas muito diversas. Ela pode tratar de papéis *discursivos* ou de status *extradiscursivos*. Os papéis discursivos são aqueles ligados à atividade de palavra: animador, contador, pregador... Os status extradiscursivos podem ser de natureza muito variada: pai de família, funcionário, médico, camponês, americano, solteiro etc.;
2. a dimensão “experencial” do *ethos* recobre as características sócio-psicológicas estereotipadas, associadas às noções de incorporação e de mundo ético: bom senso e lentidão do camponês, dinâmica do jovem empreendedor...;
3. a dimensão “ideológica” refere-se a posicionamentos dentro de um campo: feminista, de esquerda, conservador ou anticlerical... dentro do campo político, romântico ou naturalista... dentro do campo literário etc. (MAINGUENEAU, 2018b, p. 322, grifos do autor).

A depender dos gêneros e do tipo de discurso, uma dimensão será privilegiada sobre as outras, embora todas as três possam ser identificadas no processo analítico. Assim, para evitar problemas na constituição do fiador do discurso jornalístico do *Congresso em Foco*, aplicaremos a proposta de Maingueneau das três dimensões do *ethos*.

O ato de enunciar o discurso é, portanto, acompanhado pela imagem de um enunciador, que tem um corpo e uma mente próprios constituídos como “hologramas experienciais”, que podem ser expressos em três dimensões interdependentes, e este enunciador é o ideal para aquele discurso.

2.4.1 *Ethos e cenas da enunciação*

Ainda, na análise do discurso, o *ethos* é parte constitutiva da cena de enunciação, e não apenas um meio de persuasão como estudado na Retórica. Para Maingueneau (2018a, p. 75), o discurso “pressupõe essa cena de enunciação para poder ser enunciado, e, por seu turno, ele deve validá-la por sua própria enunciação”, ou seja, no próprio discurso se “define” a cena de enunciação mais pertinente. O uso da noção de *cena*, segundo Maingueneau (2015b), tem como vantagem o uso semântico desse termo para se referir simultaneamente tanto a um quadro como a um processo, isto é, um espaço bem delimitado onde decorre uma ação e a sequência desta ação no tempo e neste espaço.

Assim como Goffman (2002) usa a metáfora do teatro para analisar as interações conversacionais, Maingueneau se apropria dela para analisar o discurso, pois “é nos gêneros

instituídos que os sujeitos estão mais conscientes de que participam de uma peça de teatro, de que desempenham um papel previamente imposto” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 118). Os gêneros instituídos determinam previamente papéis para os sujeitos que se inserem na sua lógica discursiva. Assumimos diversos papéis em diferentes gêneros discursivos, seja como enunciador ou coenunciador. E, diferentemente do teatro, onde os atores e atrizes podem, em algum momento, afastar-se de seu papel representado dramaturgicamente, encontramos “sempre confrontados com o paradoxo de uma teatralidade da qual não podemos sair” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 118), isto é, estamos “presos” aos papéis que nos são impostos pelos gêneros discursivos.

Desse modo, uma enunciação só pode ocorrer dentro de um contexto no qual há um cenário e sujeitos que desempenham papéis impostos pelo gênero discursivo, constituindo uma cena. Uma aula acontece num cenário escolar/didático entre o sujeito-professor e o sujeito-discente, seguindo determinadas regras genéricas construídas para tal situação. Uma notícia é enunciada num cenário midiático numa relação entre o sujeito-jornalista e o sujeito-leitor, seguindo determinadas regras genéricas que permitem aos sujeitos identificarem uma notícia como tal, e que um se identifique como jornalista e o outro como leitor, cientes de suas obrigações genéricas. Maingueneau (2008a, 2013, 2015b, 2018a, 2018b) afirma que a cena de enunciação integra três cenas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia.

A *cena englobante* corresponde ao tipo de discurso (literário, midiático, político...), a partir do “recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros de discurso” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 118). A cena englobante, numa análise do discurso, é definida pelo pesquisador em função de seus objetivos. Como se trata nesta dissertação de notícias no jornalismo político, para nossos objetivos de pesquisa enquadrámos o nosso *corpus* dentro da cena englobante jornalística.

A *cena genérica*, por sua vez, corresponde ao contrato associado a um gênero de discurso (editorial, sermão, notícia, visita médica...), funcionando como normas que suscitam expectativas. Assim, a cada gênero são associados: a) uma ou mais finalidades atribuídas à atividade discursiva; b) papéis para os parceiros actantes num gênero de discurso, que podem ser papéis estatutários, verbais e/ou ligados a certas atitudes durante a enunciação; c) um lugar apropriado para seu sucesso, que pode ser tanto um lugar fisicamente descritível ou espaços midiáticos; d) um modo de inscrição na temporalidade; e) um suporte; f) uma composição, isto é, das partes e dos modos de encadeamento do gênero; g) um uso específico de recursos linguísticos (MAINGUENEAU, 2015b).

Pensemos em uma notícia como cena genérica: tem uma finalidade clara de informar; estabelece os papéis do jornalista/jornal como enunciador e do espectador/leitor como coenunciador; tem seu lugar privilegiado de enunciação em espaços midiáticos; é atual e atualizante; pode ser associado a vários tipos de suporte – um *website*, nesta dissertação; pode ser composta a partir de modelos como a pirâmide invertida, por exemplo; usa recursos como lide, ordem direta da frase, frases curtas¹⁶.

Outra cena genérica típica do espaço midiático que é o jornalismo é o editorial. Os editoriais são textos opinativos, e o *Congresso em Foco* deixa isso claro ao alocar seus editoriais em um espaço chamado “Opinião” no *website*. O editorial é um espaço opinativo no qual a empresa jornalística se posiciona politicamente como instituição dentro de um espaço social acerca de uma temática ou um acontecimento atual. É, como diz Beltrão (1980, p. 52 *apud* MONT’ALVERNE; MARQUES, 2018, p. 23), “a voz do jornal, a sua tribuna”. Assim, os princípios que a empresa jornalística defende em linha editorial¹⁷ se fazem presentes abertamente no texto editorial.

É através do editorial, afirmam Mont’Alverne e Marques (2018, p. 31), “que o periódico realiza sua própria política, ao comentar e emitir juízos sobre as práticas da democracia e acerca de outros temas”, podendo funcionar como instrumento de pressão da empresa jornalística perante à sociedade e ao poder político acerca da principal temática do dia, dentro do papel de Quarto Poder, como “Poder Moderador”, que a imprensa, ao menos no Brasil, objetiva para si, agindo como “cão de guarda” da sociedade, ou seja, como órgão fiscalizador dos Poderes políticos. O editorial, assim, fornece ao leitor um quadro interpretativo da realidade, opondo-se à intenção de imparcialidade que é característica da deontologia profissional do jornalismo brasileiro na produção de notícias.

Já a *cenografia* é construída pelo próprio texto: uma reportagem pode ser enunciada como o roteiro de uma peça teatral. A noção de cenografia, diz Maingueneau (2015b, p. 123), “se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar”, ou seja, é uma construção discursiva feita pelo enunciador de modo a controlar o modo como ele enuncia, utilizando características genéricas distintas da cena genérica usual ao discurso enunciado.

¹⁶ Na seção 3.2 as características da notícia serão aprofundadas.

¹⁷ Adota-se neste trabalho a definição de linha editorial de Paixão (2018, p. 95-96), isto é, “um posicionamento político, que parte da direção do veículo jornalístico, e que interfere na escolha do tipo de informação a ser publicada e no tratamento que a empresa jornalística dará a essa informação”.

O quadro cênico do texto é definido pela cena englobante e pela cena genérica, que define de que forma a cena englobante será abordada com o(s) coenunciador(es). Porém, a cena da enunciação com a qual o coenunciador tem contato direto é a cenografia, levando o quadro cênico ao segundo plano (MAINGUENEAU, 2013).

As cenas enunciativas funcionam como cenário, uma das partes padronizadas da fachada (GOFFMAN, 2002), que diz respeito às partes cênicas de equipamento expressivo presentes no palco da interação social. Ou seja, são os elementos cênicos que tendem a permanecer fixos durante o ato de representação, não como moldura, mas como parte integrante da fachada, como parte essencial para que a representação se desenvolva tal qual determina a fachada, “pois para que o autor seja bem sucedido deve apresentar o tipo de cena que leva a cabo os estereótipos extremos dos observadores” (GOFFMAN, 2002, p. 45) a respeito da situação que se quer representar.

Pois uma representação (ou apresentação) de si – noção que, segundo Amossy (2014b), mantém relação estreita com a noção de *ethos* – implica em atuar no palco do social de acordo com o que se espera para o papel que se interpreta, isto é, de acordo com uma fachada, a “parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação” (GOFFMAN, 2002, p. 29). O *ethos* discursivo compõe a fachada, uma vez que é a forma como o enunciador se apresenta na prática discursiva. Pode-se relacionar o conceito de *ethos* aos dois estímulos que formam a fachada: as aparências e as maneiras. À aparência correspondem “os estímulos que funcionam no momento para nos revelar o status social do ator” (GOFFMAN, 2002, p. 31), enquanto à maneira correspondem “os estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar” (GOFFMAN, 2002, p. 31) em determinada situação.

Há características nas fachadas sociais assumidas pelos sujeitos que auxiliam a demarcar determinados modos de ser, de aparentar e de dizer, a determinados tipos de atividades sociais. É assim que um jornalista se comporta do modo como a sociedade espera ser um jornalista, um médico se comporta do modo como a sociedade espera que se comporte um médico, e uma mídia jornalística se comporta como a sociedade espera que atue uma mídia jornalística. Quando se identificam os pontos de ruptura, e um determinado sujeito não se comporta como a sociedade espera, surgem as inquietações, a perda de credibilidade e/ou de confiança no sujeito que não age conforme a fachada.

Na prática jornalística, pode-se dizer que o produto final (jornal impresso, telejornal, webjornal) é a região de fachada, isto é, o “lugar onde a representação é executada” (GOFFMAN, 2002, p. 102), pois é lá onde o indivíduo se mostra como jornalista que apresenta

um material bem apurado, escrito e editado; onde a realidade é apresentada como tal na forma de uma notícia, crônica, reportagem, artigo ou charge. Por outro lado, há a região de fundo ou dos bastidores, que para o jornalismo, está nas redações, onde repórteres, editores, diagramadores, pauteiros relacionam-se sem a preocupação de serem capturados pela opinião pública. Formam uma equipe entre si, parceiros que atuam em prol de uma mesma representação coletiva: a instituição jornalística.

Assim, na região de fachada, alguns gêneros de discurso têm como cenas de enunciação apenas a cena englobante e a cena genérica, como a bula de remédio ou a lista telefônica, enquanto outros gêneros exigem a escolha de uma cenografia, como os gêneros publicitários e políticos. Entre um extremo e outro, como diz Maingueneau (2018a, p. 76), “situam-se os gêneros suscetíveis de cenografias variadas, mas que, frequentemente, se atêm a sua cena genérica rotineira”.

A cenografia tem sua participação na construção de sentidos da enunciação. Mais que uma moldura na qual o discurso se “encaixa”, ela se desenvolve junto ao discurso no ato da enunciação. Maingueneau (2013) afirma que é preciso controlar o desenvolvimento da cenografia, mantendo certa distância do coenunciador, para se manifestar plenamente, tendo em vista que a cenografia legitima um enunciado ao mesmo tempo em que ele a legitima, em um enlaçamento paradoxal. A cenografia se desenvolve pelo modo como uma enunciação se legitima no interdiscurso, como processo constitutivo inerente ao desenvolvimento da enunciação. Em uma cenografia, a figura do enunciador e a figura correlativa do coenunciador estão associadas a uma cronografia, isto é, a um momento, e a uma topografia, um lugar, das quais o discurso supostamente surge (MAINGUENEAU, 2008a, 2018a). Em outras palavras, a cenografia se constitui a partir de um ponto no espaço e no tempo onde ela é possível e eficaz quanto às intenções do enunciador.

Na Web, onde se destaca a multimodalidade, Maingueneau (2015b) problematiza a questão das cenas da enunciação. A multimodalidade na verdade é bem antiga, pois a comunicação verbal já era desde sempre multimodal, visto sua enunciação a partir da associação de gestos corporais com signos linguísticos, entre cognição espacial e cognição verbal. Um elemento multimodal também não exclusivo da Web, mas que nesse não-lugar encontrou espaço para se desenvolver é o iconotexto: “produções semióticas em que imagem e fala são indissociáveis” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 160). A relação entre ícones e enunciados verbais se dá em dois níveis: quando os enunciados verbais complementam a imagem ou quando a imagem acompanha o texto, como numa logomarca; ou quando o conjunto formado entre imagens e enunciados verbais constitui uma forma em si, como na diagramação dos elementos

modulares de uma página de jornal, de revista ou de um *website*. Afirma Maingueneau ainda que a evolução na relação entre imagem e texto influi sobre os *corpora*, cada vez menos integralmente verbais, cada vez mais multimodais. Por exemplo, no *corpus* desta pesquisa há interação entre texto escrito, imagens, vídeos e *hiperlinks*.

A multimodalidade é tão presente na Web que Maingueneau põe em questão a concepção tanto de discursividade quanto dos gêneros de discurso. Quanto aos gêneros na Web, grande parte deles é uma adaptação de práticas anteriores (correio e e-mail, jornal e portal de notícias, conversa na praça e grupos de WhatsApp...), mas são gêneros de discurso diferentes. Retomando o sistema clássico das cenas de enunciação, na qual o hipergênero – “uma formatação com restrições fracas que pode recobrir gêneros muito diferentes” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 130) – assume um papel periférico, Maingueneau nega que ele seja um sistema pertinente à Web, afirmando que aqui a cena genérica é enfraquecida, bem como a cena englobante, enquanto há uma hipertrofia da cenografia digital, que por sua vez é distinta da cenografia estritamente verbal. Os dois tipos de cenografia podem ser encontrados nos *websites*, tidos pelo autor como unidades de comunicação da mesma natureza, pois estariam submetidos às mesmas restrições técnicas. “Esta homogeneização”, explica Maingueneau (2015b, p. 162), “é reforçada pela necessidade de poder circular por *hiperlinks* de um site a outro”.

Enquanto a cenografia verbal é implicada pela enunciação, a cenografia digital é composta por três componentes que interagem entre si, quais sejam,

- um componente *iconotextual* (o *site* mostra imagens e ele mesmo constitui um conjunto de imagens na tela);
- um componente *arquitetural* (o *site* é uma rede de páginas acionada de uma determinada maneira);
- um componente *procedural* (cada *site* é uma rede de instruções destinadas ao internauta (MAINGUENEAU, 2015b, p. 162-163, grifos do autor).

Assim, quando uma enunciação, que implica uma cenografia verbal, é integrada pela cenografia digital, ela se transforma dentro dessa nova configuração. A textualidade da Web é o hipertexto, termo criado por Theodor Nelson na década de 1960 para representar “uma escrita não sequencial, um texto com várias opções de leitura que permite ao leitor efetuar uma escolha” (CANAVILHAS, 2014, p. 4). A página da Web é, para Maingueneau (2015b, p. 163), “uma ‘tela’ que se oferece ao olhar, captura parcial de uma totalidade que não se dá jamais como tal, que é necessário fazer rolar tela abaixo”, e não abrange apenas um texto ou um iconotexto, mas um mosaico de módulos, que o autor enfatiza serem heterogêneos tanto do

ponto de vista enunciativo quanto do ponto de vista modal. É por isso que numa página de uma notícia do *Congresso em Foco* não está apenas o texto da notícia e eventuais imagens que o acompanhe, mas também a logomarca e *slogan* do site em um módulo, um menu em outro módulo, comentários, peças publicitárias, chamadas para outras notícias e artigos etc. Esses módulos “não são textos, nem mesmo fragmentos de textos autossuficientes, mas espécies de portas que, num clique, podem dar acesso a outro espaço” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 163), constituindo a própria essência da hipertextualidade, que é a quebra da ordem de leitura sequencial do texto. É uma “textualidade navegante”. Em tese, as portas são infinitas: é virtualmente impossível chegar “ao fim” da Internet.

Por exemplo, quando analisamos a cenografia digital do *website Congresso em Foco*, temos como componentes iconotextuais o *slogan* e a marca exibidos no topo da página, a barra de menus disposta logo abaixo, os banners publicitários, e os módulos de textos e de imagens que correspondem às enunciações que implicam cenografias verbais; como componentes arquiteturais os vários *hiperlinks* que transportam às várias páginas hospedadas no *website* – sejam elas notícias, artigos, ou a página *Quem somos*, que constitui um gênero de apresentação de si (MAINGUENEAU, 2018b) – ou mesmo fora dele, como os banners publicitários por exemplo; e como componentes procedurais, por exemplo, os blocos de módulos que guiam o internauta a determinadas categorias estabelecidas pelo metaenunciador *Congresso em Foco*, como “últimas notícias”, “destaques”, “mais comentadas”, “você também pode gostar”.

Maingueneau também problematiza a identidade do enunciado na Web, devido à transitoriedade que caracteriza o que aparece na tela. De fato, após uma atualização numa página *online* o conteúdo se transforma, converte-se em novo conteúdo. Nas notícias do *Congresso em Foco*, ao lado da autoria, está disponível também uma informação sobre a data de publicação e também da última atualização da notícia, como pode ser visto na figura 1. Por isso deve-se informar, ao referenciar uma página da Web, a data de acesso.

Figura 1 – Exemplo de atualização em notícia do *Congresso em Foco*

STF interrompe sessão que já tem maioria para restringir foro a crimes em razão do cargo

Por Joelma Pereira Em 02 maio, 2018 - 18:29 Última Atualização 02 maio, 2018 - 19:14

Fonte – Pereira, 2018d.

A estabilidade do texto vacila. Os gêneros na Web, para Maingueneau (2015b), seriam as grandes categorias de sites, diferentemente do que se entende por gêneros de discurso clássicos. Mas, por serem formatações pouco restritivas, que possibilitam muitas cenografias, ele prefere categorizá-los como hipergêneros. É, assim, a cenografia digital de cada site que o caracteriza, que dá sentido à sua atividade comunicacional.

É preciso, entretanto, questionar essa fragilidade da cena englobante e da cena genérica na Web. A hipertextualidade realmente enfraquece essas cenas e hipertrofia a cenografia digital? Ou há uma reformulação das próprias cenas genéricas, isto é, dos próprios gêneros de discurso? Uma notícia num *website* deixa de ter as características de notícia ou é transformada, pois tal qual existe um gênero notícia impressa, um gênero notícia televisiva – similares, mas com diferenças entre si quanto ao suporte –, também existiria um gênero “webnotícia”, uma cena genérica “webnotícia”? O coenunciador torna-se incapaz de reconhecer que um módulo de uma página na Web esteja numa cena genérica “notícia” sem cenografias que alterem a percepção desse gênero?

É certo que a internet, “de um ponto de vista comunicacional, funciona como um espaço desancorado que confunde as cartografias tradicionais”, é “um mundo ‘virtual’ de limites impensáveis, um mundo in-localizável, mas acessível de qualquer lugar” (MAINGUENEAU, 2015b, p. 148). Ela fornece um alcance virtual universal à enunciação discursiva. O *topos* da internet é o virtual, o não suporte (SILVA, 2013): ele existe, mas não palpavelmente, somente na forma de *bits* espalhados por servidores ao redor do globo terrestre e transmitidos por meio de correntes elétricas.

Segundo Chartier (2002), enquanto os objetos textuais escritos e impressos têm materialidades e formatos distintos, na textualidade eletrônica o suporte é a tela do computador para os textos de quaisquer tipos de gênero e as formas são aquelas decididas pelo leitor, de modo que se cria “uma continuidade que não mais diferencia os diversos discursos a partir de sua própria materialidade” (CHARTIER, 2002, p. 23). Essa continuidade gera uma leitura descontínua, pois a leitura de uma obra é fragmentada. A lógica de leitura, assim, deixa de ser necessariamente linear ou dedutiva para uma lógica aberta característica da hipertextualidade, constituindo o que o autor chama de mutação epistemológica “que transforma as modalidades de construção e crédito dos discursos do saber” (CHARTIER, 2002, p. 25). Já não se recebe o jornal por completo numa edição paginada, mas se acessa um *website* que conterà em si uma memória na qual se pode ler fragmentos de textos, conectados entre si por *hiperlinks*, gerando um hipertexto praticamente infinito. A tela, diz Chartier (2002, p. 31), “não é uma página, mas sim um espaço de três dimensões, que possui profundidade e que nele os textos brotam

sucessivamente do fundo da tela para alcançar a superfície iluminada”. A tela é o suporte no qual se desdobram os textos eletrônicos, como o hipertexto.

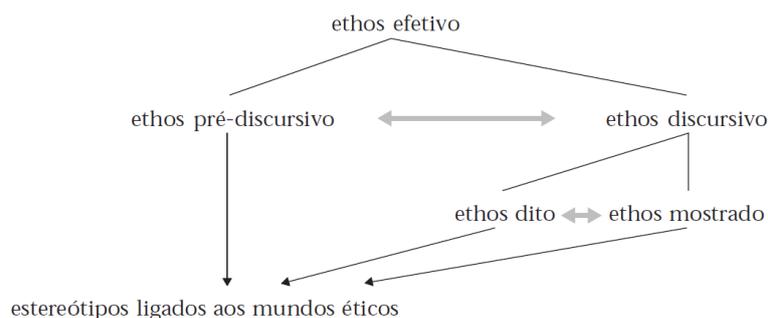
Chartier (2002), assim, nega que existam textos fora de um suporte material. Mesmo o não-suporte, o virtual, tem sua materialidade na forma de *bits*. O texto varia se o suporte varia e se mudam os dispositivos de sua escrita e comunicação, como diz Lemos (2014). A compreensão, conseqüentemente, acerca do enunciado do texto varia. Também Maingueneau (2008a) nega que o suporte seja exterior ao que ele veicula. Suporte e conteúdo são articulados, e essa articulação implica um modo de relacionamento entre enunciador e coenunciadores. Pereira (2006, p. 97) afirma que a necessidade de se superar a antinomia entre conteúdo e forma se justifica “uma vez que, especialmente a partir das novas mídias, torna-se extremamente difícil delinear com precisão o que é conteúdo e o que é forma em uma mensagem”.

Dessa forma, a cenografia digital pode até ter uma maior relevância na Web, mas os gêneros de discurso – notícia, recado, anúncio publicitário, receita culinária – continuam se manifestando em novos hipergêneros, como o blog, o portal de notícias, a enciclopédia digital colaborativa etc. – as grandes categorias de site que são os novos gêneros para Maingueneau. O suporte é a tela, são os *bits*. A diferença básica é a hipertextualidade como paradigma, enquanto nos suportes analógicos o paradigma é a textualidade linear. Por isso, na análise que aqui se empreende pode-se ainda falar das três cenas da enunciação num contexto digital.

2.4.2 *O ethos efetivo do discurso*

Em qualquer cena na qual o enunciador de um discurso se manifesta, o *ethos efetivo* desse discurso, segundo Maingueneau (2015a), é resultado da interação entre o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo (*ethos* mostrado e *ethos* dito), e destes com os estereótipos ligados aos mundos éticos¹⁸ (situações estereotipadas associadas a comportamentos verbais e não-verbais), conforme a figura 2 abaixo. No nosso caso, o mundo ético é aquele do jornalismo.

¹⁸ O termo “ético”, neste trabalho, faz referência à noção de “*ethos*” na retórica e na análise do discurso.

Figura 2 – A constituição do *ethos* efetivo

Fonte – Maingueneau, 2015a, p. 19.

O *ethos mostrado* é aquele percebido nas marcas discursivas da materialidade linguística; o *ethos dito* são fragmentos de texto em que o enunciador evoca direta ou indiretamente sua própria enunciação. “A distinção entre *ethos dito* e *mostrado* se inscreve”, para Maingueneau (2015a, p. 18), “nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o ‘dito’ sugerido e o puramente ‘mostrado’ pela enunciação”. Identificaremos o *ethos dito* do *Congresso em Foco* a partir daquilo que essa mídia diz de si, o seu *ethos* institucional. O *ethos mostrado* será analisado nos enunciados do discurso das notícias que compõem o *corpus* desta dissertação.

Assim, não só o enunciador é responsável pela caracterização do seu *ethos*, mas também “o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale” (MAINGUENEAU, 2018, p. 71), no que se começa a diferenciar o *ethos discursivo* do *ethos pré-discursivo*, ou *ethos prévio*. Charaudeau (2013) também defende a ideia de que o *ethos* não é apenas uma propriedade exclusiva do enunciador discursivo, mas diz respeito ao modo como o outro olha aquele que enuncia. Para Charaudeau (2016a), é uma construção contínua da sua imagem pelo público e da própria imagem que tem de si. É um “cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira pela qual pensa que o outro o vê” (CHARAUDEAU, 2016a, p. 72).

Todo ato de linguagem constitui uma construção de uma imagem de si, pois, constitutiva da própria humanidade do sujeito, é carregada pela sua carga psicológica e comportamental. Do mesmo modo, todo ato de linguagem é dirigido a alguém, e cada sujeito coenunciador lê aquele ato de linguagem de um modo único. Portanto, cada um “lê” o enunciador do ato de linguagem de um modo único. De fato, diz Auchlin (2001, p. 204), “a realidade do *ethos* está na troca e pertence ao interlocutor”.

A imagem do sujeito enunciador, para esse outro – o interlocutor, o coenunciador –, se constrói a partir de um *ethos* pré-discursivo, isto é, informações anteriores ao discurso acerca do seu enunciador, e das marcas discursivas presentes no ato de linguagem.

Estas informações anteriores ao discurso dizem respeito à identidade do sujeito falante, isto é, em um primeiro componente é a sua identidade social, que lhe dá o poder de fala que desempenha na situação de comunicação na qual enuncia seu discurso; e em um segundo componente é a identidade discursiva construída no ato de enunciação. O *ethos* é resultado dessa dupla identidade de “ser” e “dizer”, entre identidade social e identidade discursiva.

O *ethos* pré-discursivo é construído principalmente de enunciadores que constantemente são vistos pelo público, como o exemplo dado por Maingueneau (2018a) a respeito dos enunciadores do domínio político, que constantemente ocupam a cena midiática. O *ethos* pré-discursivo do *Congresso em Foco* é, portanto, o *ethos* jornalístico, a identidade profissional do jornalismo reconhecida pelo público como tal.

A cada nova enunciação, assim, se confirmará ou não o seu *ethos* prévio. Ainda, “mesmo que o coenunciador não saiba nada previamente sobre o caráter do enunciador, o simples fato de que um texto pertence a um gênero de discurso ou a um certo posicionamento ideológico induz expectativas em matéria de *ethos*” (MAINGUENEAU, 2018a, p. 71), ou seja, um novo enunciador, se é já apresentado dentro de um certo contexto, mesmo que desconhecido do público, terá um *ethos* prévio construído a partir desse contexto.

Tomando como base a ideia de que a eficácia da palavra depende da autoridade do orador (ou locutor), Amossy (2018) defende que a eficácia da palavra, e portanto, do *ethos*, não é nem puramente institucional nem puramente linguageira, mas acontece simultaneamente em diferentes níveis: o *ethos* discursivo e o *ethos* institucional se influenciam mutuamente. Diz Amossy (2018, p. 135), que a “interação é regrada não somente por estratégias verbais, mas também por jogos de poder simbólicos”. A ancoragem social do dispositivo enunciativo, isto é, a posição institucional e de autoridade exterior, são assim essenciais para a análise interna do discurso.

O tom dos enunciadores de um discurso deve, portanto, ser aquele institucionalizado pela organização a que se filiam e a que pertencem. A instituição não é um mero “suporte” em que se desenvolve um discurso, mas suas regras e sua própria semântica se desenvolvem no discurso, bem como o discurso é desenvolvido por elas. O discurso de uma mídia jornalística qualquer, assim, é permeado pelas regras e semânticas do jornalismo enquanto instituição.

Um discurso se desenvolve num contexto sócio-histórico-ideológico. Portanto, está ligado a uma temporalidade, a um espaço (físico ou virtual), a um grupo social, a uma ideologia

e, também, a uma instituição. Nesses aspectos, também coexistem outros discursos, que se confrontam uns com os outros.

O *ethos* discursivo dito, nessa perspectiva, se constitui a partir da posição institucional e do grau de legitimidade do orador dentro de um imaginário social, ligado a uma representação social revestida por estereótipos, e será testado nas marcas discursivas que compõem o *ethos* discursivo mostrado do orador.

Talvez se possa dizer que o *status* de que goza o orador e sua imagem pública delimitam sua autoridade no momento em que toma a palavra. Entretanto, a construção da imagem de si no discurso tem, em contrapartida, a capacidade de modificar as representações prévias, de contribuir para a instalação de imagens novas e de transformar equilíbrios, contribuindo para a dinâmica do campo (AMOSSY, 2018, p. 138).

É possível, portanto, que uma análise do discurso de um meio jornalístico, a fim de compreender o seu *ethos* discursivo, possa rejeitar parcial ou totalmente o seu *ethos* pré-discursivo, o mesmo *ethos* referente à identidade profissional do jornalismo, como pode confirmá-lo. E até esperamos que isso aconteça, pois se todas as mídias fossem iguais não haveria pluralidade da informação; estaríamos presos a uma única visão de mundo, a um único modo de representar o real, esse mundo a significar que recebe tantos sentidos quantos forem os sujeitos que falem dele.

Assim, em resumo, nosso percurso teórico-metodológico de análise é composto por quatro passos: 1) refletir sobre o *ethos* pré-discursivo do *Congresso em Foco*; 2) analisar o *ethos* discursivo (*ethos* dito + *ethos* mostrado) do *Congresso em Foco*; 3) identificar as dimensões do *ethos* do discurso do *Congresso em Foco*; 4) analisar a ideologia do apartidarismo no discurso do jornalismo político do *Congresso em Foco* em particular.

Como categoria principal de análise temos o apartidarismo, que supomos fazer parte do *ethos* institucional do *Congresso em Foco* e está no cerne do nosso problema de pesquisa. O apartidarismo é típico do jornalismo político, visto que o foco deste é a política partidária, um dos principais aspectos do campo político. Desse modo, ao fim da análise, o *ethos* discursivo do *Congresso em Foco* terá como uma de suas características ser partidário ou não. A próxima seção, portanto, será dedicada à reflexão do *ethos* pré-discursivo do *Congresso em Foco*, qual seja, o *ethos* do jornalismo político.

3 O *ETHOS* DO JORNALISMO POLÍTICO

O jornalismo é o mediador social por excelência dentre as instituições sociais devido à sua capacidade de capturar e articular informações espalhadas pelo mundo social e, trabalhando-as, as filtra e organiza em textos jornalísticos (MEDINA, 2006). Cada notícia é essencialmente polifônica e polissêmica, uma vez que há pelo menos a voz de uma fonte e a voz do jornalista, e pelo menos o sentido atribuído pela fonte a um fato ocorrido no mundo social e o sentido captado pelo jornalista (e o sentido captado pelo seu leitor). Mesmo que esses sentidos convirjam, o arcabouço cultural de cada um influencia no seu modo de ver o mundo e, conseqüentemente, de ler notícias e reportagens.

A lógica midiática é a lógica do entretenimento, da diversão, diz Gomes (2004). É por isso que no jornalismo são comuns manchetes chamativas e inusitadas, porque elas entretêm, chamam à atenção. O destinatário, nessa lógica, não precisa estar atento às notícias, mas desenvolve um “consumo distraído”. Assim, são subsistemas da lógica do entretenimento: a ruptura da regularidade, isto é, o espetacular, a produção da novidade, denunciamento; a diversão, ou seja, a recreação, o prazer como objetivo, o belo, o impactante; e o drama, pela dramatização por narração, por encenação, ou pela construção de personagens.

Assim, o *ethos* jornalístico refere-se à identidade profissional do jornalismo¹⁹, “construída socialmente e reconhecida pelos pesquisadores, pelos jornalistas e pelo público” (BERTASSO, 2014, p. 27). O jornalismo é, para a autora, uma instituição social, que se constitui em um campo que possui o poder simbólico de produzir conhecimentos e sentidos sobre a vida cotidiana, por meio de seus discursos, e que estabelece uma relação intersubjetiva de vínculo com seu público-leitor. Na mesma linha, diz Lopes (2013, p. 29-30) que, sendo

“construção de significado”, identidade considera os fazeres, mas também engloba os valores, as crenças, os mitos, os saberes, as representações sociais, a história, a memória, as relações de poder, além de outros elementos que são fonte de fortes ligações para os indivíduos que compõem um grupo.

Segundo Grando (2012), o Jornalismo é uma entidade abstrata, tal qual a Ciência e a Lei identificados por Maingueneau (2008a, 2015a). Isto é, entidades cujos enunciados são caracterizados pelo apagamento do enunciador: uma lei fala por si, um postulado científico fala por si. Porém, o *ethos* de um fiador caracteriza a fonte enunciativa. Ou seja, os membros das entidades coletivas (cientistas, homens da lei, jornalistas...) que se constituem como fiadores

¹⁹ A questão do *ethos*, segundo Maingueneau (2008a), está ligada à da construção da identidade.

dessas entidades são autorizados a falar em seu nome e seu discurso é associado a um mundo ético específico, isto é, normas, comportamentos, estereótipos, valores, relacionados a traços genéricos de *ethos* como neutralidade, objetividade, imparcialidade etc. São traços que, no senso comum, ainda são atribuídos ao jornalismo.

Quando falamos em jornalismo político, acrescentamos como característica do seu mundo ético específico o apartidarismo, isto é, o que Aldé (2004, p. 24), chama de neutralidade política, uma não filiação ideológica nem partidária, uma vez que na democracia partidária, “em que as pessoas escolhem suas fontes de informação de acordo com suas inclinações políticas, os partidos políticos não são mais proprietários de grandes jornais, o rádio e a televisão não têm, oficialmente, orientação partidária”. Charaudeau (2016b, p. 11, grifos do autor) diz que o discurso jornalístico “segundo as condições midiáticas, obedece a uma *intenção de informação*”, excetuando-se os casos em que o órgão informativo está a serviço de partidos políticos; ou seja, é condição midiática – poderíamos dizer, regular – o apartidarismo.

Desse modo, há no campo político um discurso jornalístico que se caracteriza por visar um *ethos* de apartidarismo, isto é, de construir uma imagem de si desvinculada de qualquer tipo de organização ou ideia partidária, de um jornalismo que não toma partido, sendo essa uma condição fundamental para a manutenção e o crescimento de sua credibilidade perante à opinião pública. Por outro lado, no mesmo campo discursivo há o jornalismo que não esconde sua imagem de si enquanto partidário, anunciando abertamente apoio a determinado partido político ou corrente política, colocando também como condição para ser credível justamente o fato de não temer expor o seu posicionamento político-partidário.

O discurso jornalístico que se admite partidário é assumido pelo discurso jornalístico que visa um *ethos* de apartidarismo como o Outro desse discurso, conseqüentemente, é lido a partir de um simulacro que compreende aquele discurso jornalístico “partidário” dentro do sistema de restrições semânticas do discurso jornalístico “apartidário”. De maneira que esse partidarismo abertamente exposto na enunciação jornalística é entendido, como Outro do discurso “apartidário” – embora, reiteremos, seja sempre simulacro do Outro –, como um jornalismo enviesado, incompleto, que coloca os interesses do partido político ou da corrente política que defende acima dos interesses puramente jornalísticos de fazer chegar a informação ao público de modo claro, completo e de modo a não influenciar o leitor. Assim, na ótica do discurso jornalístico que se diz apartidário, o apartidarismo permite o pleno compromisso com o público, isto é, com a sociedade, com a opinião pública, acima de tudo; o partidarismo colocaria acima até mesmo daquele compromisso com a sociedade o seu compromisso com o partido ou corrente política que defende.

Há assim, segundo Lopes (2013), um capital simbólico acumulado ao longo do tempo que foi incorporado à identidade jornalística, tanto por meio de processos políticos, econômicos, sociais e culturais, como de processos técnicos. Lopes (2013) define o que é jornalismo a partir de três dimensões: uma dimensão gnosiológica, uma dimensão político-discursiva e uma dimensão formal-funcional. Essas três dimensões, vale ressaltar, não funcionam separadamente, mas são inter-relacionadas entre si, coexistem em harmonia umas com as outras, e são essenciais para a constituição de um *ethos* do jornalismo.

A *dimensão gnosiológica* é relacionada à compreensão do jornalismo como forma de conhecimento, que para Genro Filho (2012), implica em um fazer e um saber específicos e em uma divisão do trabalho específica. Para Lopes (2013), o ponto crucial desse aspecto do jornalismo está no fato de ele sempre se reportar ao mundo real, estar ancorado no real, no vivido, no cotidiano; em outras palavras, o caráter (BORELLI, 2002) ou retórica (LAGE, 2012) referencial da notícia.

A *dimensão político-discursiva*, diz Lopes (2013), está ancorada no caráter retórico do jornalismo, a partir da aplicação das três provas aristotélicas produzidas pelo discurso, o *ethos*, o *pathos* e o *logos*, respectivamente ligados ao emissor, ao receptor e à mensagem. No âmbito midiático, há uma hipertrofia do *ethos* e um silenciamento do *pathos* nos meios de comunicação de massa, sendo a massa identificada como audiência e mercado a serem conquistados.

A *dimensão formal-funcional*, isto é, como o jornalismo funciona, segundo Lopes (2013, p. 43) está historicamente relacionada à atualidade e à periodicidade. Mesmo que a periodicidade não seja rítmica, ainda assim deve haver nos ambientes *online*, como blogs, *websites* jornalísticos e portais de notícias, certa regularidade, constância e presença com novas publicações.

O jornalismo, ainda, de acordo com Borelli (2002), se constitui como atividade de produção de sentidos, e não mera reprodução da realidade. Essa produção de sentidos se dá por meio de um sistema de codificação e produção da realidade de acordo com regras internas, rotinas próprias e códigos inerentes ao campo do jornalismo. A atividade jornalística, orquestrada pelo estatuto da linguagem, portanto, não reflete o real, não é neutra, mas constrói simbolicamente na linguagem a notícia, sendo impossível apagar completamente seu próprio arcabouço cultural no processo de produção jornalística.

Em resumo, são elementos constituintes do jornalismo a ancoragem no real, o compromisso com o público, a credibilidade, a crença na verdade, o papel de mediador do jornalista, as três provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*), a objetividade, a atualidade e a

periodicidade. Especificamente, ao jornalismo político acrescenta-se o apartidarismo como elemento constituinte.

Desse modo, para compreendermos o *ethos* do jornalismo político, é preciso compreender os seus elementos constituintes, seus fazeres, valores, crenças, mitos, saberes, representações sociais, história, memória e relações de poder. Segundo Lisboa e Benetti (2017, p. 58), agregam sentido ao *ethos* jornalístico valores como independência, imparcialidade, objetividade, precisão, equilíbrio e coerência, além da busca pela verdade e do compromisso com o interesse público.

De fato, as características compositivas do *ethos* jornalístico estão de tal modo enraizadas no senso comum que elas permeiam até mesmo o discurso científico sobre o jornalismo. É exemplar neste caso quando Gomes (2004, p. 185) diz que, ao contrário do que muitos pensam,

objetividade, imparcialidade e neutralidade no jornalismo político não são apenas resultado de uma demanda mercadológica de um consumidor sem qualquer disposição para o proselitismo partidário. Trata-se de valores democráticos fundamentais, voltados para assegurar ao cidadão a possibilidade de formar uma opinião política qualificada e protegida de coação. Por isso mesmo, objetividade, imparcialidade e neutralidade só aparecem como princípios em uma forma de vida social em que o interesse da cidadania, o interesse público, é considerado um altíssimo valor.

Pois é preciso questionar se objetividade, imparcialidade e neutralidade são apenas princípios ou metas, ou se são efetivamente possíveis na prática cotidiana do jornalismo. Por um lado, o ideal do jornalismo objetivo e imparcial é filho do positivismo científico, e se desenvolveu, como conta Lage (2012, p. 15), em contraponto às investidas da imprensa sensacionalista, “competitiva, voltada para a coleta de informações a qualquer preço e, eventualmente, mentirosa”, cujos maiores expoentes nos Estados Unidos foram os magnatas da mídia William Randolph Hearst e Joseph Pulitzer.

A imparcialidade e a neutralidade, porém, quando vistas sob a ótica da Análise do Discurso, não podem existir, pois nenhuma informação é dita por acaso, mas dentro de uma intenção comunicativa de quem informa. Pois comunicar e informar são escolhas, como diz Charaudeau (2006, p. 39, grifos do autor):

Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*.

Assim, para melhor compreender as características semânticas que compõem o *ethos* jornalístico, abordaremos algumas dessas estratégias discursivas. São elas: a objetividade, a credibilidade e a notícia. Por fim, traremos um pouco da história do jornalismo político no Brasil e como esta modalidade do jornalismo opera em meio às relações de poder político.

3.1 As estratégias discursivas da objetividade e da credibilidade no jornalismo

A objetividade é uma das mais importantes estratégias discursivas do jornalismo. Segundo Alsina (2009), para quem a objetividade jornalística é um mito, ela se desenvolve na década de 1960 como contraponto à possibilidade de manipulação das audiências por parte do emissor. A objetividade, segundo a qual a notícia deve conter informações específicas e as qualidades não devem ser adjetivadas, mas narradas ou descritas (GENRO FILHO, 2012), é uma das marcas do jornalismo. O processo de construção dos fatos tem sua face subjetiva e sua face objetiva. Os fatos, segundo o autor, por estarem na dimensão histórico-social, não são puramente objetivos, e mesmo que o jornalista não tenha aparente proximidade com o fato, ainda assim sua subjetividade (e de toda a linha produtiva da notícia) influencia na produção jornalística. Assim, por objetividade Genro Filho (2012) entende como aquilo que está lá independente do sujeito, e que oferece uma multidão infinita de aspectos, nuances, dimensões e combinações possíveis de serem selecionadas. O fato se dá na significação da objetividade pelos sujeitos.

Abramo (2016) faz uma distinção entre o conceito de objetividade e outros aos quais ele sempre aparece vinculado, como neutralidade, imparcialidade, isenção e honestidade. Pois enquanto esses se situam no campo da ação, e portanto se referem a categorias de comportamento moral, a objetividade se situa no campo do conhecimento. A objetividade, diz Abramo (2016, p. 55), “não é um apanágio²⁰ nem do sujeito nem do objeto, mas da relação entre um e outro, do diálogo entre sujeito e objeto; é uma característica, portanto, da observação, do conhecimento, do pensamento”. E embora seja impossível alcançar a objetividade em absoluto – pois o que é possível alcançar é uma gradação entre os extremos da completa objetividade e da total subjetividade na relação de apreensão e conhecimento do real – é possível buscá-la e aproximar-se ao máximo dela, e assim “é possível fazer jornalismo com o máximo possível de objetividade” (ABRAMO, 2016, p. 58). Objetividade total significa um

²⁰ Característica, atributo.

foco total no objeto, assim, uma notícia totalmente objetiva independeria de qualquer subjetividade para existir como tal. Aliás, uma notícia puramente objetiva seria construída “ocultando-se” qualquer tipo de subjetividade.

Tuchman (1972), por outro lado, defende que o uso semântico do termo “objetividade” no jornalismo é diferente em relação a outros campos do conhecimento e a outras atividades profissionais na sociedade. Sua tese é de que a objetividade é um ritual estratégico, com o uso de procedimentos de rotina, que o jornalista usa para se proteger dos riscos concernentes à sua atividade, para neutralizar possíveis críticas. Não seria uma “falsa objetividade” tal qual argumenta Abramo, mas um ritual importante para os jornalistas a fim de evitar problemas, como um possível atraso na finalização de uma edição do jornal ou mesmo processos judiciais por difamação.

Essa “falsa objetividade”, que Abramo (2016) afirma ser muito comum no jornalismo, é, na verdade, subjetiva, e está nos aspectos meramente aparentes e quantificáveis da realidade, aos gráficos, cifras, mensurabilidade etc., reflexo, podemos dizer, da asserção de que as leis da Matemática são universais e, portanto, de que seus dados são sempre objetivos. Porém, o uso que se faz desses dados pode não ser tão objetivo assim. Diz ainda Abramo que o uso abusivo e irracional da falsa objetividade provavelmente provocou um efeito contrário, igualmente abusivo e irracional, de abandono de uma busca em descrever objetivamente a realidade. A solução, portanto, está na já referida gradação, que variará conforme a linha editorial de cada mídia.

Neste trabalho, portanto, tomamos objetividade jornalística como um efeito discursivo gerado por meio de um ritual estratégico no qual o jornalista, usando de técnicas de observação, seleção e exposição pública de aspectos daquilo que está lá independente do sujeito, é por ele significado, mantendo-se o mais fiel possível à descrição do fato dentro dos limites da linha editorial da mídia jornalística da qual compartilha a enunciação. Diferentemente da objetividade em absoluto, um mito conforme Alsina (2009), a objetividade jornalística contém, desse modo, uma dose de subjetividade do sujeito-jornalista que converte “aquilo que está lá” independente dele em fato noticioso.

Assim, a efetividade do discurso jornalístico informativo está em saber fazer a informação chegar ao público. A mídia propõe um contrato de comunicação pragmático fiduciário: pragmático porque se compromete em relatar acontecimentos socialmente relevantes, e fiduciário porque a audiência confia que a mídia cumpre seu papel, sem deixar de lado a possibilidade que esse tipo de discurso tem de manipular, persuadir e emocionar, além de sua função básica de informar (ALSINA, 2009).

Para Charaudeau (2006), há uma dupla finalidade para o contrato de comunicação, qual seja, fazer saber e fazer sentir, expressa em dois polos do processo informativo da instância midiática – um polo de credibilidade e um polo de captação –, impedindo que uma informação seja completamente neutra, pois é preciso levá-la ao público de uma maneira, e não outra, que a mídia julga ser a mais apropriada para atingir o seu objetivo enquanto instância de finalidade ambígua: como serviço de informação em benefício da cidadania – imagem mostrada – e como empresa inserida numa lógica comercial liberal – imagem que se busca ocultar. Miguel (2002, p. 167) indica uma permanente tensão na autonomia do campo da mídia devido à sua inserção no campo econômico, classificando a empresa de comunicação como um “organismo bifronte”: de um lado os imperativos profissionais específicos dos vários subcampos midiáticos, como “fidelidade ao que é percebido como a realidade fática e busca da credibilidade, no jornalismo”; e de outro a ampliação do faturamento e do lucro.

A base desse contrato é, pois, a credibilidade de que a mídia dispõe perante sua audiência. Quando a audiência deixa de acreditar na realidade social construída pela mídia, a mídia precisa, então, utilizar-se de estratégias que façam com que essa confiança seja restaurada.

A credibilidade é, portanto, o capital do campo jornalístico (BERGER, 1996 *apud* BENETTI; HAGEN, 2010, p. 125), e é construída discursivamente no interior da máquina que compõe a instância midiática, na relação comunicativa que se estabelece na troca de informações entre o que Charaudeau (2006) chama de instância de produção, isto é, a mídia, no lugar de enunciador, e o que chama de instâncias de recepção, no lugar de coenunciador. Quanto mais credibilidade uma empresa jornalística angariar para si, maior legitimidade conquistará perante a sociedade.

Assim, como diz Alsina (2009), para a mídia desenvolver a sua função de construtora da realidade social é preciso que ela tenha credibilidade. Ele distingue três níveis de credibilidade, que se relacionam entre si, quais sejam, um contrato pragmático fiduciário; a enunciação; e o enunciado, isto é, a própria informação.

É preciso, portanto, haver uma correspondência entre a *credibilidade constituída* do orador e a *credibilidade percebida* pelo interlocutor numa relação intersubjetiva, para que aquela credibilidade pretendida pelo orador seja desse mesmo modo significada pelo interlocutor (LISBOA; BENETTI, 2017). A busca pela verdade e o compromisso com o interesse público são os elementos que formam a base da credibilidade constituída do jornalismo e a chave de leitura para a credibilidade percebida pelo interlocutor.

A credibilidade, segundo Charaudeau (2006), legitima-se no discurso pelo efeito de verdade. É importante distinguir “valor de verdade” de “efeito de verdade”. Enquanto o primeiro está ligado ao conhecimento, à evidência, a um “ser verdadeiro” construído através de uma construção explicativa elaborada por meio de uma ciência “exterior ao homem”, o segundo está na ordem do “acreditar ser verdadeiro”, isto é, da convicção e da opinião subjetiva. A credibilidade atribuída à instância midiática e a acessibilidade da informação são características importantes para que a instância de recepção dê crédito ao que informa a instância midiática de produção. “A lógica do jornalismo da atualidade”, comenta Alsina (2009, p. 199) “precisa da confiança dos seus leitores, no sentido de que o discurso informativo deve ter credibilidade”.

3.2 Notícia como construção social da realidade

O discurso jornalístico é, conforme Alsina (2009), um discurso social, inserido num sistema produtivo, do qual resulta a notícia, cujo processo de construção é trifásico: a notícia é produzida, é posta em circulação e é consumida. Produzir informação é “uma atividade complexa que se realiza industrialmente e no seio de uma instituição reconhecida socialmente” (ALSINA, 2009, p. 10). O autor, porém, ressalta que a mídia opera para que essa fase não seja transparente, a fim de se reforçar como transmissora da informação tal qual o fato ocorreu, isto é, de reforçar a sua imagem de reflexo da realidade.

A mídia, na verdade, é uma construtora da realidade social. Não a única, mas uma das mais relevantes na nossa sociedade. De fato, ela “não reflete a sociedade, mas a representa” (ALSINA, 2009, p. 65). Ela não produz fatos de interesse público, mas os noticia, validada simbolicamente pela esfera pública burguesa (SILVA, 2006). Essa construção e consequente representação da realidade social se dá discursivamente, e é continuamente legitimada na relação entre mídia e audiência a partir do contrato de comunicação pragmático fiduciário. Charaudeau (2006) aponta, na produção de sentido no discurso da informação, para uma mecânica da construção do sentido, para a categorização da natureza do saber e para os efeitos de verdade visados para o receptor.

O sentido, diz Charaudeau (2006), nunca é dado antecipadamente, mas é construído no uso da língua num contexto social, ao fim de um duplo processo de semiotização, isto é, por meio da transformação e da transação, que caracteriza a mecânica de produção de sentido.

O processo de transformação é a conversão de um “mundo a significar” em “mundo significado”, que Lemos (2013) identifica no jornalismo como a conversão do elemento da realidade social em notícia. Há cinco etapas nesse processo de construção de sentidos:

identificar os seres do mundo, *nomeando-os*; *qualificando* esses seres com propriedades; *narrando* as ações nas quais esses seres estão engajados; *argumentando* os motivos das ações narradas; *modalizando*, equilibrando os vários elementos de um enunciado.

Já o processo de transação consiste em atribuir um objetivo ao ato de linguagem em função dos seguintes parâmetros: as hipóteses sobre a identidade do outro (o destinatário-receptor); o efeito que pretende produzir nele; o tipo de relação que pretende instaurar com ele; e o tipo de regulação que prevê em função dos parâmetros precedentes.

O ato de informar, nessa mecânica de construção de sentido, está, no processo de transformação, na sua função de descrever (identificar e qualificar fato), contar (reportar acontecimentos) e explicar (apresentar as causas desses fatos e acontecimentos); e está no processo de transação por fazer circular um objeto de saber que em princípio um possui e o outro não, tendo o primeiro a responsabilidade em transmitir esse objeto de saber ao segundo. O receptor interpretará esse objeto de saber “em função dos dados específicos da situação de troca” (CHARAUDEAU, 2006, p. 42), isto é, em função da intencionalidade do informador, do contexto no qual se dá o ato de informar e dos saberes prévios que o receptor opera na interpretação da informação.

Charaudeau (2006, p. 41) ainda ressalta que “é o processo de transação que comanda o processo de transformação e não o inverso”, pois a pessoa fala para se colocar em relação com o outro. É nessa relação que a pessoa comenta o mundo. São as relações que o discurso representa, antes mesmo de representar o mundo, e é por elas que ele representa o mundo. Logo, se há toda uma mecânica de construção de sentido no processo de transmissão de informações, é impossível que qualquer informação transmitida seja neutra. O jornalismo não pode ser imparcial porque é impossível atingir a imparcialidade no discurso.

O saber, por sua vez, é resultado de uma construção humana, sem uma natureza extra-humana, a fim de tornar o mundo inteligível a partir de categorizações. No discurso, o saber se manifesta de dois modos: os saberes de conhecimento e os saberes de crença.

Os saberes de conhecimento estão relacionados a uma visão racionalizada do mundo. Sua construção se dá pela aprendizagem, seja por meio das práticas da experiência, isto é, pela empiria, ou pelos dados técnicos e científicos. Esses saberes são divididos em três categorias. A categoria existencial abrange a existência de objetos no espaço, no tempo e os portadores de determinadas propriedades materiais. A categoria evenemencial é determinada pela descrição daquilo que modifica o estado do mundo, e está inscrita na ordem da verossimilhança. Na categoria explicativa estão o porquê, o como e a finalidade dos acontecimentos, e seu discurso se desenvolve na base da argumentação.

Os saberes de crenças são aqueles que permitem comentar o mundo por um olhar subjetivo. Numa enunciação informativa, as crenças servem para que o outro compartilhe, de quem enuncia, os julgamentos sobre o mundo. As crenças dependem de sistemas de interpretação. Toda informação a respeito de uma crença funciona como interpelação do outro, pois ele fica obrigado a se posicionar quanto à avaliação que lhe é proposta.

Os efeitos de verdade estão ligados à crença, à convicção de que algo é verdadeiro, enquanto os valores de verdade, baseados na evidência, estão na esfera dos saberes de conhecimento. O efeito de verdade no discurso, como dito anteriormente, busca legitimar a sua credibilidade diante do outro. “Não basta ser verdadeiro”, diz Lage (2012, p. 27, grifos do autor), “é preciso *parecer verdadeiro*”. O discurso da informação modula o efeito de verdade a partir do porquê informar, de acordo com os traços psicológicos e sociais de quem informa e pelos meios que provam a veracidade da informação. Isto é: quanto às razões que justificam a transmissão de uma informação; quanto a quem informa, sendo o crédito dado à informação dependente do saber que aquela pessoa detém quanto ao tema abordado e quanto ao grau de engajamento do informador; e quanto às provas da verdade de uma informação, que estão na ordem do imaginário.

Os meios discursivos devem tender a provar a autenticidade ou a verossimilhança dos fatos, e o valor das explicações dadas. A autenticidade é caracterizada pela comprovação da informação por meio de documentos e provas concretas. A verossimilhança está ligada à reconstituição analógica de um fato, a partir da investigação posterior ao acontecimento, para mostrar como ele teria ocorrido. É o que Vattimo (2016, p. 8) nomeia como a ideia de verdade objetiva, que na mentalidade comum, “ainda está profundamente ligada [...] à ideia do verdadeiro como descrição objetiva dos fatos”, ou seja, é verdadeiro aquilo que corresponde aos fatos observáveis. É a ideia própria que permeia a verdade no jornalismo, como se pode encontrar em Lage (2012). Por fim, o valor da explicação dada está na ordem de se informar o porquê, os motivos e as intenções dos fatos, a partir da palavra de especialistas, peritos e intelectuais.

Assim, pela notícia se busca dar sentido aos fatos do mundo da vida cotidiana. O mundo da vida cotidiana é a realidade vivida pelos homens comuns em uma relação de intersubjetividade, onde o real é o senso comum apreendido pelo pensamento e pela ação destes homens. A vida cotidiana, segundo Berger e Luckmann, (2003, p. 35), “apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente”. A realidade da vida cotidiana, por seu aspecto como facticidade evidente das coisas do mundo da vida, é admitida como a própria realidade. Ela é a

realidade por excelência devido à sua posição privilegiada enquanto realidade na qual se desenvolvem as ações humanas intersubjetivamente e de modo ordenado. A linguagem tem um papel fundamental na constituição da realidade da vida cotidiana, pois é por meio dela que significamos os objetos que a constituem e é por meio dela que o sujeito se localiza na sociedade.

A realidade da vida cotidiana tende a ser rotinizada, isto é, o sujeito tende a colocar todos aqueles objetos que constituem o seu mundo da vida cotidiana numa zona de não-problematização, uma vez que ele sabe como lidar com as situações prováveis que se repetem no tempo na realidade em que vive. Quando surge um problema, “a realidade da vida cotidiana procura integrar o setor problemático dentro daquilo que já é não-problemático” (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 42).

Na realidade da vida cotidiana do sujeito-jornalista que atua para a editoria de Política, o rotineiro pode estar justamente no surgimento de problemas que o tiram de sua zona de conforto. Pautas com os problemas urbanos, políticos, sociais, eleitorais, têm potencial de alterar significativamente a realidade da vida cotidiana de um município, um estado, uma nação ou mesmo do planeta. O mundo da vida cotidiana do *Congresso em Foco* compreende o espaço político brasileiro que se desenvolve no dia-a-dia, tomando como foco as movimentações políticas em Brasília.

Desse modo, são noticiáveis os fatos que se destacam no cotidiano de quem produz a notícia, isto é, que de algum modo são percebidos como algo diferente daquilo que institucionalmente se configurou como a normalidade nas suas práticas cotidianas (SILVA, 2006; TUCHMAN, 1978). Quanto mais improvável é um fato, comenta Silva (2006), mais midiático ele é. A notícia, assim, é uma ruptura da normalidade da realidade do enunciador e de seu auditório, constituindo-se, como diz Tuchman (1978), em instituição social, em um método institucional de produção de informações e como produto de uma instituição social que está em relação com outras instituições. A notícia, portanto, é construção e produto da realidade social, e como diz Genro Filho (2012), é a unidade básica de informação do jornalismo. Pela notícia, sentidos são construídos sobre fatos e publicizados. A publicização é característica da notícia, que só é validada, “enquanto intenção de interferência no real, pelo conhecimento que socialmente dela se venha a ter” (BARRETO, 2004, p. 17).

A notícia é, assim, “uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 14) na forma de

relato jornalístico verdadeiro de fato tido como relevante, recentemente acontecido, prestes a ocorrer ou em processo de ocorrência e cujo conhecimento seja de interesse ou importância para o maior número possível de pessoas que estejam o mais próximo possível, espacial ou emocionalmente, de onde tal fato tenha recentemente ocorrido, esteja prestes a ocorrer ou esteja ocorrendo, chegando tal relato efetivamente ao conhecimento público e sobre este público obtendo repercussão (BARRETO, 2004, p. 52).

Para que haja notícia, portanto, é necessário um fato que seja significativo a ponto de ser entendido pela instância midiática como interessante ou importante de ser divulgado a um público. Assim, como diz Borelli (2002), no processo de produção e de construção de sentidos que é o jornalismo, determinados fatos são selecionados para serem transformados em acontecimentos, pois, de acordo com Mouillaud (1997 *apud* BORELLI, 2002), o acontecimento é uma sombra projetada do fato.

O acontecimento, segundo Berger e Luckmann (2003), é um fenômeno social determinado histórica e culturalmente. É uma construção social feita pelo sujeito que lê determinados elementos externos a ele, a partir daquilo que determina esse sujeito social, histórica e culturalmente. Dito de outra forma, o acontecimento não existe apenas como elemento externo a uma subjetividade, mas é a construção que essa subjetividade faz a partir da interpretação que desenvolve a partir daquele elemento externo, a saber, o fato, sempre numa relação de intersubjetividade.

Um acontecimento, diz Alsina (2009), tem dois elementos básicos, quais sejam, uma variação perceptível e comunicável do ecossistema ou do entorno e uma imprevisibilidade por parte do ocupante desse ecossistema. Porém, ressalta que no jornalismo também há acontecimentos previsíveis. Assim, um acontecimento não é unicamente constituído pela imprevisibilidade, mas é “algo anormal ou desviado”, o que inclui acontecimentos *a priori* previsíveis, mas que fogem à normalidade característica da sociedade na qual ocorre. Daí a sua noção de acontecimento jornalístico, ou seja, “toda variação comunicada do ecossistema, através da qual seus sujeitos podem se sentir implicados” (ALSINA, 2009, p. 139), em consonância com a noção de notícia segundo Tuchman (1978) como ruptura da normalidade da realidade do enunciador e de seu auditório.

A singularidade do fato em si, as particularidades que o tornam um acontecimento noticiável, não decorre do próprio fato, conforme Tuchman (1978), mas de sua imersão em uma classificação pré-definida a partir da própria atividade jornalística. Em outras palavras, o fato é identificado e transformado em acontecimento noticiável porque há uma classificação

institucional que opera assim. Existe uma instituição “Jornalismo” que define o que é fato jornalístico e o que não é, pois

o mundo real não se divide em fatos jornalísticos e não-jornalísticos, pela primária razão de que as características jornalísticas, quaisquer que elas sejam, não residem no objeto da observação, e sim no sujeito observador e na relação que este estabelece com aquele. O “jornalístico” não é uma característica intrínseca do real em si, mas da relação que o jornalista – ou melhor, o órgão do jornalismo, a imprensa – decide estabelecer com a realidade. Nesse sentido, todos os fatos, toda a realidade pode ser jornalística, e o que vai tornar jornalístico um fato independe das suas características reais intrínsecas, mas depende sim das características do órgão de imprensa, da sua visão de mundo, da sua linha editorial, do seu “projeto” (ABRAMO, 2016, p. 40-41).

Assim, na cultura profissional do jornalismo, para que um fato seja transformado em um acontecimento noticiável, é necessário um conjunto de critérios de noticiabilidade, isto é, que ele atenda a “critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 2009, p. 196).

Assim, podemos afirmar, com Lage (2012, p. 23), que o universo das notícias “é o das aparências do mundo”. Como ideologia, para Tuchman (1978), a notícia é um mecanismo de ocultação da verdade, pois não estimula análises estruturais da sociedade porque enfatiza aquilo que acontece no “agora”, apresentando por meio de métodos profissional e institucionalmente reconhecidos o que se divulga ser a realidade tal e qual aconteceu, embora haja uma construção social por trás. Uma notícia, então, seria completa por si, pois nela estaria toda a realidade sobre o acontecimento noticiado, e eventuais questionamentos sobre a notícia não seriam necessários, pois não há a necessidade de se questionar seu conteúdo, assim como não se questiona a realidade.

3.3 O Jornalismo Político no Brasil: um Quarto Poder?

O jornalismo político no Brasil teve um papel de destaque durante toda a história do Brasil independente. Confunde-se a história do jornalismo político brasileiro com a própria história do jornalismo brasileiro e os principais momentos políticos da própria história do Brasil. O jornalismo se porta e procura se firmar como um Quarto Poder, frente aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. É a independência do jornalismo frente aos poderes políticos. Porém, ao mesmo tempo, as empresas jornalísticas são empresas capitalistas, e a

mídia se compromete com a lógica empresarial capitalista mais do que com partidos ou facções políticas, conforme Albuquerque (2000), o que nos leva a questionar se existe uma tendência a que esses órgãos midiáticos assumam o mesmo discurso e defenda os mesmos interesses de partidos ou facções políticas comprometidos com a lógica empresarial capitalista.

Para Albuquerque (2000), é problemática essa questão do jornalismo como Quarto Poder no Brasil, uma visão importada do modelo norte-americano, pois é típica do modo como as instituições políticas se formalizaram no Brasil, a partir da noção de individualismo que caracteriza uma sociedade democrática. O individualismo à brasileira copia os valores do individualismo e do igualitarismo dos Estados Unidos, mas enquanto nestes a interdependência entre os Poderes e destes com a sociedade se dá por um contrato de união ratificado pela Constituição bicentenária, no Brasil o individualismo se constrói sob a proteção do Estado. Ser cidadão no Brasil é submeter-se à lei e ao Estado.

Outra instituição importada/imposta para o Brasil é a própria divisão dos Poderes constitucionais. De acordo com Albuquerque (2000), a divisão dos poderes no Brasil tem sido encarada pela cultura política mais como problema do que como solução, a ponto de ter-se criado um mecanismo de controle e arbítrio da tripartição constitucional durante o Império na forma do Poder Moderador, exercido pelo Imperador. Embora esse Poder imperial não tenha continuado no período republicano, outras instituições buscaram assumir esse “poder moderador”, de equilíbrio, neutro e apolítico, guardião da democracia, como fizeram, por exemplo, as forças armadas, especialmente no período democrático de 1945 a 1964 e não mais depois disso, em decorrência do golpe cívico-militar de 1964²¹. Porém, Albuquerque (2000) sugere ainda que novas instituições passam a reivindicar esse papel, sendo uma das principais a imprensa. Entretanto, diz,

a imprensa não o faz de modo tão explícito, afirmativo e, mesmo, consciente como o fizeram o imperador e o exército. O papel da imprensa não é constitucionalmente definido, nem conta ela com recursos materiais que lhe permita impor a sua vontade através da coação física. Ao invés disso, a imprensa reivindica o papel de intérprete privilegiado da realidade, e o faz se referindo à tradição americana do Quarto Poder. O ponto é que, talvez, “Quarto Poder” tenha, no Brasil, um significado totalmente distinto que nos Estados Unidos (ALBUQUERQUE, 2000, p. 31).

²¹ Querendo renovar o discurso de que as Forças Armadas continuam assumindo esse papel de “poder moderador”, na cerimônia do 211º aniversário do Corpo de Fuzileiros Navais, no Rio de Janeiro, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que “isso, democracia e liberdade, só existe quando sua respectiva Força Armada assim o quer”, quando é a Constituição Federal de 1988 a instituição que legalmente garante a democracia e a organização política no Brasil.

Porque, diz ainda Albuquerque (2000), se nos Estados Unidos a ideia de um “Quarto Poder” dizia respeito a um compromisso da imprensa com a conservação e o equilíbrio do sistema tripartite de divisão dos poderes – Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário –, no Brasil ela assume os contornos de uma tradição brasileira, que remonta ao período do Império, de um Poder Moderador. “Tal como o fizeram em tempos passados o Imperador e os militares”, explica Albuquerque (2000, p. 49), “a imprensa reivindica hoje exercer o papel de árbitro das disputas entre os poderes constituídos, decidindo sempre em favor do ‘Bem Comum’”, sujeitando-se, assim, a uma crescente hostilidade de membros de outras instituições que consideram como seus esses direitos pretendidos pela imprensa.

O Jornalismo como Quarto Poder, numa situação democrática – nos “surto republicanos”, para utilizar a expressão de Medina (2006) referindo-se à história política brasileira – é uma instituição social que fiscaliza os outros Poderes. Numa situação de autoritarismo político, de cerceamento de liberdade, é uma voz que, clandestinamente ou não, faz frente a esse autoritarismo. Porém, diz ainda Medina (2006), o jornalismo na contemporaneidade vai além de ser apenas um Quarto Poder, pois a própria compreensão do que é “poder” se tornou mais complexa. O jornalismo não lida só com as estruturas do poder político institucional, mas com o mercado e a sociedade civil. O jornalismo, assim, tem o papel de representar simbolicamente

um delicado tecido em que as tensões das microestruturas de poder e estruturas intermediárias de decisão procuram de alguma forma fazer valer seus interesses, suas competências e ideologias, sobretudo sua visão de mundo, frente à macroestrutura – essa sim representada pelos três poderes e pelas forças econômicas. Quem senão o repórter vai se entranhar nesse cipó? (MEDINA, 2006, p. 30).

Jornalismo e poder político no Brasil se relacionam desde o início da história do jornalismo no país. Uma relação que, de acordo com Gomes (2004), é sempre de hostilidade do jornalismo político em relação à esfera política, gerando no público uma desconfiança com aquilo que os atores políticos pretendem representar. Há, assim, um conflito entre jornalismo e política no que diz respeito ao controle do “espetáculo cotidiano da política” (GOMES, 2004, p. 343), que acaba se traduzindo no controle da narrativa dos acontecimentos cotidianos que se constituem em História.

Como diz Charaudeau (2013, p. 29), embora as mídias estejam “estritamente ligadas ao mundo político na busca de informação”, pois “os jornalistas são, de um lado, dependentes das fontes de informação, oficiais ou não, que se impõem a eles”, em nome da credibilidade

essas mesmas mídias procuram se distanciar do poder político a partir da pluralidade de fontes, pesquisas e investigações, a fim de revelar “os subterrâneos de certos negócios” e mostrar ao cidadão “que são independentes e estão imunes à influência política, pois existe sempre a suspeita do jornalista a serviço do poder estatal”. Ou seja, o jornalismo político busca sua independência ao mostrar que tem acesso a fontes de informação dentro do mundo político ao mesmo tempo em que se coloca numa posição de não se limitar a essas fontes, podendo mesmo denunciá-las caso se faça necessário, pois é função social do jornalismo.

A própria História brasileira desde seus primeiros anos como colônia portuguesa é um processo dialético entre descentralização e centralização do poder (SEABRA, 2006): capitânias hereditárias, Governo Geral, monarquia parlamentarista, República das Espadas, República dos Governadores, Estado Novo, período democrático, ditadura cívico-militar, redemocratização... Essa dicotomia, diz Seabra (2006, p. 112), “marcou o caráter da política nacional e influenciou certamente o tipo de jornalismo forjado no país a partir de 1808, quando da vinda da Família Real para cá e a criação da Imprensa Régia”.

Da chegada da Corte Real em 1808 até a abdicação ao trono de D. Pedro I em 1831, surgiram dezenas de jornais, quase todos amparados pela Coroa, com uma intenção por parte do rei português D. João VI de enfrentar a ação oposicionista do *Correio Braziliense* de Hipólito da Costa. Com a volta de D. João VI a Portugal devido à Revolução do Porto (1820) e a consequente instalação da Assembleia Constituinte portuguesa, abre-se o primeiro período de imprensa livre no Brasil. A imprensa teve um papel fundamental no movimento do “Fico”, que conseguiu impedir o regresso do então príncipe regente D. Pedro à metrópole portuguesa.

O reinado de D. Pedro I foi marcado por intensas disputas políticas e uma imprensa politicamente atuante. Foi um momento de afirmação da imprensa brasileira, principalmente com o início da vigência da Constituição de 1824, outorgada pelo imperador, e que garantia liberdade de imprensa, mas também um momento de violência contra jornalistas, como o assassinato do redator do *Observador Constitucional*, Líbero Badaró, em 1830, a perseguição e espancamento do editor de *A Malagueta*, Luis Augusto May, e o longo período de encarceramento do editor do *Sentinela da Liberdade*, Cipriano Barata. Esses conflitos foram determinantes para a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831 (SEABRA, 2006).

O período regencial de 1831 a 1840 é tido como a consolidação da independência e marcado pela consolidação de dois grandes grupos políticos, quais sejam, os liberais e os conservadores, além dos moderados, que constituíam o grupo de centro. Nessa década surgem dezenas de jornais e folhas no Brasil, muitos apenas pasquins de vida curta, caracterizadas por

Seabra (2006, p. 118) como uma “imprensa marrom de variado matiz ideológico” que não poupava ninguém. A imprensa também teve papel relevante nos conflitos regionais.

No Segundo Reinado (1840-1889), houve a consolidação dos dois grupos aristocratas, conservadores e liberais, em partidos políticos homônimos, e suas respectivas imprensas. Há um período de declínio do jornalismo político na década de 1850 devido ao clima de conciliação política entre as elites, seguido pela fase de incertezas marcada pela Guerra do Paraguai (1864-1870), a partir da qual ganham força o ideal republicano e antiescravagista. O avanço industrial representado pela abertura de ferrovias e o desenvolvimento da indústria gráfica permite que os jornais se modernizem e sua distribuição ganhe abrangência nacional.

É característico dessa época também a aproximação entre jornalismo e literatura, podendo ser citados como exemplos grandes nomes da literatura nacional como Machado de Assis e José de Alencar – este chegou inclusive a ser Senador do Império. “Essa aproximação entre literatura, jornalismo e política”, diz Seabra (2006, p. 123-124), “irá marcar o jornalismo brasileiro pelas próximas décadas, até que uma revolução surgida dentro das redações, já em meados do século XX, fará a separação do que historicamente nunca deixou de andar junto”²².

Seguindo a cronologia da história (política) brasileira, na República das Espadas ou dos Marechais (1889-1894), há uma imposição de censura à imprensa visando combater “jornais monarquistas”, ao mesmo tempo em que jornalistas do fim do Império, como Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva, assumiam importantes funções na república nascente. Na República dos Governadores (1894-1930), quando imperava a chamada “política do café-com-leite”, as oligarquias voltam ao poder depois do período militar, e dois jornais simbolizavam as disputas políticas nacionais: *O País*, ligado à elite do café-com-leite, e o oposicionista *Correio da Manhã*, ligado à classe média. “Os dois veículos assumiam o que os demais jornais tentavam esconder”, explica Seabra (2006, p. 125): “naquele tempo imprensa tinha que tomar partido, ou corria o risco de desaparecer”, e nesse quadro era praticamente impossível produzir jornalismo independente. Foi nessa época que Euclides da Cunha fez a cobertura da guerra de Canudos para *O Estado de S. Paulo*, caracterizado por Seabra (2006, p. 125) como algo que poderia ter sido “uma bela peça publicitária do governo de Prudente de Moraes”.

Em meio à efervescência de movimentos políticos no país em 1922, como a revolta do Forte de Copacabana, a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista do Brasil, apontava-se o declínio da política dos governadores. A resposta veio na promulgação da Lei de

²² O autor se refere à reforma de Pompeu de Sousa e Danton Jobim no *Diário Carioca* na década de 1950 que introduziu no Brasil a ideia de objetividade jornalística, com o uso do lide, da pirâmide invertida e da separação entre informação e opinião no jornalismo, buscando assim produzir notícias imparciais e isentas.

Imprensa no ano seguinte, instalando a censura prévia nos jornais. A censura à imprensa continua no período getulista (1930-1945), cujo ápice ditatorial se deu a partir de 1937 com a implantação do Estado Novo, com a implantação em 1939 do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Apenas no fim desse período a censura acaba e o jornalismo político, que praticamente havia desaparecido, volta ao cenário nacional.

O período democrático de 1945 a 1964 é chamado por Seabra (2006, p. 127) de “anos de ouro”, pois foi quando a imprensa brasileira viveu seu auge. O Brasil vivia um período de desenvolvimento econômico, social e cultural. O modelo norte-americano de jornalismo objetivo entra nas redações brasileiras e revoluciona completamente o modo de se fazer jornalismo no país. Jornais como o getulista *Última Hora*, de Samuel Weiner e a oposicionista *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, assumiram os embates entre governo e oposição, enquanto a mídia impressa como um todo se modernizava em reformas gráficas e editoriais. Duas décadas de plena liberdade de imprensa que viriam a ser suplantadas por outras duas décadas de forte censura e restrição à democracia e às liberdades de expressão e de imprensa.

O golpe cívico-militar de 1964 foi fruto de vários fatores, entre eles daquilo que Ênio Silveira (*apud* Seabra, 2006, p. 130) chamava de “jornalismo instigativo”, que denunciava um suposto “mar de lama” no Palácio do Catete. Diz ainda na mesma página Seabra:

Esse mesmo tipo de jornalismo tentou desmoralizar o governo de Juscelino Kubitschek e jogou muita água no moinho da intolerância e do golpismo que, juntos, forçaram o afastamento de Jango da Presidência da República. Para esse tipo de jornalismo, a versão é mais importante que os fatos, confirmando a máxima de José Maria Alkmin, uma velha raposa mineira.

O declínio do jornalismo político devido à censura contra tudo o que fosse contra a “Revolução” e as altas taxas de crescimento econômico no Brasil na década de 1970 – e a consequente crise do petróleo e a retomada do ciclo inflacionário – abriu espaço para o desenvolvimento na imprensa do jornalismo econômico. Por outro lado, o jornalismo político sobrevivia principalmente pelo trabalho da imprensa nanica, alternativa e de oposição à ditadura. Mais do que uma substituição à grande imprensa, a imprensa nanica buscava mostrar um contraponto, a versão da oposição. Com o fim da censura e a abertura política no final da década de 1970, “muitos daqueles profissionais que atuaram na imprensa alternativa aproveitaram a experiência para levar para as redações um jornalismo politizado, não necessariamente partidário, mas certamente comprometido com o restabelecimento da ordem democrática” (SEABRA, 2006, p. 133). O jornalismo político acompanhou a volta dos

anistiados políticos a partir de 1979, anunciou o movimento *Diretas Já*, e posicionou-se a favor de Tancredo Neves em 1985 contra Paulo Maluf, que representava o antigo regime.

Na redemocratização, o jornalismo político, novamente livre de qualquer tipo de censura governamental, acompanhou as primeiras eleições gerais para presidente (1989) desde a eleição de Jânio Quadros, três décadas antes; a renúncia de Fernando Collor para escapar do *impeachment*; a eleição de Fernando Henrique Cardoso e sua reeleição, a primeira na história do Brasil; a eleição e reeleição do primeiro presidente operário, Lula da Silva, em 2002 e 2006; casos de corrupção como o processo judicial do Mensalão e a Operação Lava-Jato; a eleição e reeleição da primeira mulher presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, em 2010 e 2014; os protestos de junho de 2013 e os subsequentes; o golpe jurídico-parlamentar²³ de 2016 (ALBUQUERQUE, 2018) e suas consequências políticas, jurídicas e institucionais que vivemos atualmente.

Segundo Cruvinel (2006), o crescimento urbano e das classes médias a partir da década de 1950 foi fundamental para que o jornalismo deixasse de ser proselitista, sectário, partidário, para tomar como atributo essencial a credibilidade, produzindo notícias objetivas a partir de uma cobertura factual. A necessidade da “despartidarização” nos veículos foi um atendimento à demanda do público, que exigia e exige uma cobertura qualificada no noticiário político. Informar, portanto, não basta mais, e surge uma demanda cada vez maior – impulsionada também pela proliferação de blogs no século XXI – por saber as causas e consequências de determinados acontecimentos políticos, bem como o comportamento dos atores políticos envolvidos. A análise e a interpretação entram na produção do noticiário político para sanar essa necessidade, sem eliminar a subjetividade do jornalista que inevitavelmente aparece nesse processo. O jornalismo analítico e interpretativo, portanto, não é necessariamente partidário, e é nessa ótica que o *Congresso em Foco* acredita afirmar operar.

²³ O golpe parlamentar é um “modelo ainda pouco usual nas democracias contemporâneas, mas que apresenta características em comum com um modelo de golpismo experimentado também pelo Paraguai e por Honduras (Pitts et al., 2016), no qual a aparência de normalidade das instituições políticas é mantida, ao mesmo tempo em que se recorre a brechas constitucionais para derrubar mandatários eleitos pelo voto popular. Ou seja, o processo adquire um verniz público legítimo na medida em que tudo se passaria ‘dentro da lei’” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 175).

4 O *ETHOS* DISCURSIVO DO CONGRESSO EM FOCO

Neste capítulo serão empreendidas as análises que darão os elementos para se refletir sobre o *ethos* do discurso jornalístico do *Congresso em Foco*. Já foi identificado o *ethos* pré-discursivo do *Congresso em Foco* como o *ethos* do jornalismo político, imbuído de todos os estereótipos e demais representações que o acompanham.

Na primeira seção serão analisados enunciados que constituem o *ethos* institucional do *Congresso em Foco*, quais sejam, sua página *Quem somos*, sua marca, seu *slogan*, seu mídia kit e um editorial *hiperlinkado* à página *Quem somos*, e que por essa razão justifica-se incorporá-lo ao *corpus* desta dissertação conforme o quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – *Corpus* da dissertação

Data	Título	Autor(a)
17/06/2016	Editorial: Por que a bandeira LGBT também é nossa bandeira	Sylvio Costa
03/01/2018	Cristiane Brasil recebeu R\$ 200 mil de caixa dois da Odebrecht, segundo delator	Edson Sardinha
17/01/2018	Cada deputado de Brasília tem R\$ 184 mil por mês só para contratar assessores. Veja os benefícios	Congresso em Foco
07/02/2018	Deputado preso é conhecido por vídeo pornô, ofensas e bate-bocas. Confira vídeos	Edson Sardinha
21/02/2018	Base de Temer se desmobiliza na Câmara e perde medida que prorroga concessões de rodovias	Fábio Góis
07/03/2018	Bolsonaro e outros oito deputados migram para o PSL e já falam em “bancada da metralhadora”	Isabella Macedo
21/03/2018	“Você é uma pessoa horrível, mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia”, diz Barroso a Gilmar	Joelma Pereira
04/04/2018	STF decide destino de Lula em pedido de habeas corpus. Veja ao vivo	Joelma Pereira
18/04/2018	STF suspende sessão e adia decisão sobre habeas corpus e embargos de Paulo Maluf	Joelma Pereira
02/05/2018	STF interrompe sessão que já tem maioria para restringir foro a crimes em razão do cargo	Joelma Pereira
16/05/2018	Senado aprova Sistema Único de Segurança Pública; texto segue para sanção	Joelma Pereira
06/06/2018	Falta de acordo adia votação do marco regulatório dos caminhoneiros; anistia de multas será via MP	Fábio Góis
20/06/2018	Câmara adia conclusão de projeto que dá permissão à Petrobras para negociar áreas do pré-sal	Congresso em Foco

Fonte – Elaborado pelo autor.

Pelas características dos enunciados pelos quais o *Congresso em Foco* afirma abertamente “eu sou isso”, ou seja, pelo *ethos* institucional, identificam-se marcas que

constituem o *ethos* dito do *website* em sua cenografia digital; o que não significa que elementos de *ethos* dito do *Congresso em Foco* não possam ser identificados no seu discurso jornalístico enunciado nas notícias. Na segunda seção, serão desenvolvidas as análises das 12 notícias elencadas no quadro 1 para relacionar *ethos* dito e *ethos* mostrado do *Congresso em Foco*. Por fim, a partir da relação entre as várias faces do *ethos* discursivo do *Congresso em Foco*, será feita uma reflexão sobre o *ethos* de seu discurso jornalístico.

4.1 Ethos institucional do Congresso em Foco

Se por um lado o jornalismo aponta para o mundo e produz ou reproduz eventualmente algum grau de conhecimento a respeito do real, por outro lado ele está também imbuído de uma retórica autorreferencial, frequentemente mencionando seus próprios produtos, referindo à sua própria ética, proclamando sua própria função, fazendo apontamentos para seu próprio dever cívico, sua própria competência, seus próprios sofrimentos, suas próprias vitórias, ataques de outros grupos contra ele, entre outros (LOPES, 2013). Analisando a página *Quem somos* do *Congresso em Foco*, percebe-se essa retórica autorreferencial como um meio de gerar uma representação social de si.

Assim, foram identificados na página *Quem somos* doze semas que constituem as categorias do *ethos* institucional do *Congresso em Foco* e, conseqüentemente, os doze semas que constituem o *antiethos* correspondente, conforme o quadro 2 abaixo. Os semas do *ethos* compõem a fachada (GOFFMAN, 2002) dessa instituição e, relacionadas às dimensões do *ethos* (MAINGUENEAU, 2018b), dão elementos para compreender o seu *ethos* institucional.

Quadro 2 – *Ethos* institucional e *antiethos* do *Congresso em Foco*

Dimensões do <i>ethos</i>	Semas do <i>ethos</i> institucional	Semas do <i>antiethos</i>
Ideológica	Apartidarismo	Partidarismo
	Defesa da democracia, Direitos Humanos e diversidade	Autoritarismo
	Independência	Dependência
	Jornalismo para mudar	Jornalismo tradicional
Experiencial	Credibilidade	Descrédito
	Empreendedorismo	Estagnação
	Pioneirismo	Tradicionalismo
	Pluralismo de vozes	Monofonia
	Profissionalismo	Amadorismo
Categorial	Relevância	Irrelevância
	“Cão de guarda”	“Chapa branca”
	Jornalismo político	Propaganda política

Fonte – Elaborado pelo autor.

Por se tratar de categorias de análise de um *ethos* dito, ou seja, daquilo que o *Congresso em Foco* afirma abertamente ser, algumas delas, como o *ethos* de “cão de guarda” e seu conseqüente *antiethos* de “jornalismo ‘chapa branca’” são significadas com o valor e o peso ideológicos que o enunciador dá a essa categorização de si. Jornalismo “cão de guarda” é aquele denunciante, o fiscal dos agentes e atividades políticos que a sociedade não via e passa a ver; é, assim, o jornalismo que se propõe a mudar a política e a sociedade. Como diz Lopes (2007, p. 65), a

representação do jornalista como cão de guarda da sociedade tende a afirmar que o jornalista é aquele profissional cuja missão é descobrir “a verdade”, seguir pistas para desvendar algo encoberto, ou vai averiguar se outros agentes sociais (um político ou uma instituição, por exemplo) estão agindo corretamente.

O jornalismo “chapa branca”, de acordo com o jargão profissional, é justamente o oposto disso, é aquele que não tem o menor interesse em prejudicar quem está no poder, mas que usa da legitimação social do jornalismo para manter o *status quo*.

4.1.1 Quem somos

No vídeo *Um making off do Congresso em Foco*, que inicia o texto do *Quem somos*, são construídos os registros de seriedade, credibilidade e profissionalismo no *ethos* dito da instituição, pelas imagens que mostram jornalistas trabalhando não só na redação do *Congresso em Foco*, mas também na Praça dos Três Poderes, o centro do poder político no Brasil. Reforça-se também, por meio de uma enunciação do jornalista Sylvio Costa, fundador e principal sócio do *Congresso em Foco*, que o jornalismo produzido por eles não tem apenas a função de reportar fatos, mas principalmente despertar nas pessoas a necessidade de reagir e mudar: jornalismo a serviço da mudança. O sema do apartidarismo é enunciado como característica do *ethos* dito quando Costa destaca que não importa o partido político que esteja defendendo posições de respeito à democracia e à diversidade, pois essa instituição não está alinhada com nenhuma das forças políticas em conflito no país, enunciado também como condição para a credibilidade e respeitabilidade conquistadas pelo *Congresso em Foco*. Também o sema do empreendedorismo transparece quando Costa enuncia que vê o *Congresso em Foco* como uma *startup*.

Curiosamente, o sema do apartidarismo no *ethos* dito do *Congresso em Foco* é uma constante. Há uma necessidade de repetidamente reiterar na enunciação que “somos apartidários”. Na página *Quem somos* do *website*, é enunciado pelo menos três vezes: no vídeo *Um making off do Congresso em Foco*, ao negar alinhamento com qualquer força política em conflito no país, na primeira linha do texto escrito – “O Congresso em Foco é um veículo jornalístico e faz uma cobertura apartidária do Congresso Nacional e dos principais fatos políticos[...]” (CONGRESSO EM FOCO, 2018d) – e reiterado no início do segundo parágrafo – “Não temos vinculação com nenhum partido político [...]”. O *Congresso em Foco*, assim, se pretende como uma mídia jornalística “sem partido”.

Essa constante necessidade de se reafirmar como apartidário é característico do encaixar-se no sistema de restrições do *ethos* jornalístico: um jornalismo partidário não teria credibilidade para monitorar as atividades da política nacional sem enviesar o discurso para defender este ou aquele partido político, pois não seria independente o suficiente para enunciar inclusive notícias que porventura manchem a imagem de determinado partido político. O pluralismo de vozes está diretamente relacionada ao sema do apartidarismo, pois ter colunistas de variados perfis e campos de atuação e posições geográficas, e colocar-se como fórum de discussão e debate democráticos são traços que implicam ao *Congresso em Foco* afirmar-se como ágora: “aqui tem lugar para todo mundo se expressar”.

Por isso, o apartidarismo, mais do que uma dimensão ideológica do *ethos* institucional do *Congresso em Foco*, se constitui como a identidade mesma do discurso jornalístico do *website*, e conseqüentemente, como o elemento identitário a partir do qual e para o qual convergem todos os demais semas discursivos. É porque o *Congresso em Foco* é, ou melhor, pretende ser, apartidário, que ele se propõe à defesa da democracia, dos Direitos Humanos e da diversidade, que permite que seu jornalismo seja independente e possa efetivamente mudar a situação política nacional, pois não é Outro, partidário, autoritário, fechado em si mesmo, e por isso mesmo dependente e submisso a forças políticas. Assim, o apartidarismo traz credibilidade, relevância e profissionalismo, permite ser empreendedor, ser aberto a um pluralismo de vozes, e pioneiro, é condição para atuar como “cão de guarda” da sociedade.

Portanto, mais do que uma dimensão ideológica do seu *ethos* institucional, o apartidarismo é a ideologia operada no discurso jornalístico do *Congresso em Foco*. Pois legitima a autoridade institucional do fazer jornalismo do *website*, preserva sua identidade enquanto tal, movendo sentidos para estabelecer e sustentar relações de poder – o poder de informar e saber informar sem estar vinculado a nenhuma força política –, justifica e propõe o seu projeto editorial e discursivo, age como mais-valia entre sua pretensão de legitimidade

institucional e a crença de seu público leitor, e está num permanente conflito próprio da atividade jornalística em relação às forças de poder político e – por ser uma empresa privada numa economia liberal – com os meios jornalísticos concorrentes.

Por outro lado, a imparcialidade não é característica do *ethos* dito do *Congresso em Foco* a partir do momento em que a instituição se diz apoiadora de causas que consideram de interesse geral, “como a defesa da democracia e dos Direitos Humanos (em especial, de grupos discriminados como as mulheres, os negros, indígenas e a população LGBT²⁴); a luta contra as desigualdades sociais e regionais; e o combate à corrupção” (CONGRESSO EM FOCO, 2018d). Nesse momento, o *Congresso em Foco* enuncia sua parcialidade.

O empreendedorismo é identificado nas taxas de crescimento enunciadas, bem como no parágrafo no qual são enunciadas as principais fontes de financiamento dessa empresa privada, quais sejam, “publicidade, no *site* e na revista; eventos; parcerias com outros veículos (sobretudo com o [portal] UOL, que nos hospeda desde 2010); a venda de exemplares e de assinaturas da revista [Congresso em Foco]; e o Painel do Poder” (CONGRESSO EM FOCO, 2018d, grifos do autor).

Em seu *mídia kit*, outra forma de apresentação de si, desta vez com um viés mercadológico, visto que é um produto feito para vender espaço publicitário da empresa, o *Congresso em Foco* apresenta-se como pioneiro na cobertura segmentada e multiplataforma da Política nacional e como um dos mais reconhecidos e influentes veículos de comunicação do país. Apresenta um perfil de audiência composto por 75% do que eles consideram formadores de opinião: políticos, autoridades, assessores parlamentares, jornalistas, lideranças sociais e empresariais, empresários, publicitários, operadores do mercado financeiro, professores, pesquisadores e profissionais liberais. Apresenta-se ainda como influente no Congresso Nacional, ao mostrar dados que apontam que 60% das lideranças parlamentares acessam o *website* diariamente (CONGRESSO EM FOCO, 2018c, 2018d). Reforça assim, os semas do empreendedorismo, da relevância e da credibilidade.

4.1.2 A marca e o slogan

A marca “Congresso em Foco” (figura 3) é uma designação desviada (MAINGUENEAU, 2013) de um nome de marca evocador, pois explora o valor semântico da expressão que o nomeia, apresentando-se como algo ou alguém que terá o Congresso Nacional

²⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros.

(perceptível por meio de competência enciclopédica) em foco, ou seja, nada do que acontece lá passará ao acaso daqueles que operam sob a marca “Congresso em Foco”. Como veículo jornalístico, que preza pela credibilidade da informação e pela divulgação de informações de interesse público, o nome da marca tem a carga semântica com força necessária para delimitar o seu território de atuação enquanto “cão de guarda” da sociedade.

Figura 3 – Marca e *slogan* do *Congresso em Foco*



Fonte – Congresso em Foco, 2019a.

O *Congresso em Foco*, enquanto marca, nasceu com o propósito de especializar-se na cobertura dos eventos relacionados ao âmbito do Congresso Nacional. Porém, com o constante relacionamento entre os Três Poderes Federativos, a cobertura foi ampliada para toda a vida política de relevância nacional, centrada em Brasília, mas não deixando em segundo plano acontecimentos de relevância nacional que ocorram em outras partes do território brasileiro: “Cobrimos o dia a dia do Parlamento e da política sem virar as costas para o país e o mundo” (CONGRESSO EM FOCO, 2018d).

Também o enunciado que constitui o *slogan* do *Congresso em Foco* é parte de seu discurso institucional, uma vez que busca resumir em pouquíssimas palavras a mensagem mais importante que a instituição quer passar sobre si. É característica de muitos *slogans*, diz Maingueneau (2013), que eles estejam ancorados na situação de enunciação. O *slogan* atual do *Congresso em Foco* é “Respeitamos as diferenças”, junto a uma bandeira listrada com as cores do arco-íris, símbolo da luta LGBT. No topo de qualquer página do *website*, abaixo do nome “Congresso em Foco” o *slogan* está exposto. Com isso o *Congresso em Foco* atrela diretamente ao seu próprio nome outro dos valores defendidos no *Quem somos*, a saber, a defesa da democracia e dos Direitos Humanos, especialmente de minorias sociais.

A bandeira LGBT, entretanto, vai além da simples presença no *slogan* do *Congresso em Foco*. O símbolo não existe apenas como estratégia discursiva de apresentação de si do *website*, mas é reforçado no discurso jornalístico. De fato, um traço interessante percebido na análise de discurso na página *Quem somos* é que a única expressão que contém um *hiperlink* no texto e que não redireciona a notícias sobre prêmios recebidos pelo *Congresso em Foco* ou a outros produtos da marca, é “população LGBT”, que redireciona para um editorial, intitulado *Por que*

a bandeira LGBT também é nossa (COSTA, S. 2016). Por isso, julgamos relevante acrescentá-lo ao nosso *corpus*, conforme apresentado no quadro 1.

4.1.3 Editorial: *Por que a bandeira LGBT também é nossa bandeira*

O *Congresso em Foco* não tem o hábito de publicar editoriais regularmente, mas apenas em raras ocasiões, quando acredita ser necessário. Esses espaços opinativos que servem de porta-vozes institucionais do jornalismo e de pressão social constituem as poucas vezes em que o *Congresso em Foco* opina abertamente sobre um tema, reservando esse caráter opinativo às colunas de personalidades convidadas. Esse aspecto torna relevante propor uma análise do discurso do editorial redirecionado via *hiperlink* diretamente da página *Quem somos*, como um complemento à identidade discursiva do *website*.

O editorial, por representar a voz institucional de uma mídia jornalística, geralmente não é assinado, mas a mídia na função de metaenunciador é quem assume a autoria do texto. O caso em análise²⁵, assim, se constitui em uma exceção, visto que é assinado pelo jornalista Sylvio Costa, fundador e sócio principal do *Congresso em Foco*, assumindo-se assim como porta-voz – que de fato é, pelo seu lugar institucional – da empresa.

O título – *Por que a bandeira LGBT também é nossa bandeira* – inicia o texto do editorial com uma justificativa, que será respondida por meio dos argumentos que Sylvio Costa desenvolverá no editorial. Há uma apropriação da bandeira LGBT como bandeira também do *Congresso em Foco*. “Bandeira” significa a identidade de um grupo. Uma bandeira nacional simboliza a identidade de um povo enquanto nação. Defender uma bandeira é defender os interesses desse grupo, defender suas causas e integrar-se às suas lutas. Portanto, quando o *Congresso em Foco*, por meio de seu porta-voz, jornalista Sylvio Costa, se apropria da bandeira LGBT, ele toma para si a defesa e a luta também pela causa LGBT, reafirmando o sema da defesa da diversidade e dos Direitos Humanos ao *ethos* do *Congresso em Foco*.

A defesa da bandeira LGBT, o *Congresso em Foco* explica em cena genérica editorial e em uma cenografia verbal que se constitui em um diálogo com o leitor, utilizando-se de embreantes que ancoram essa situação de enunciação, como o uso corrente dos pronomes “você” e “vocês”, que só pode se referir ao leitor, coenunciador do texto editorial; em contraponto, também regularmente há a presença do “nós”, que se refere ao *Congresso em Foco*

²⁵ A partir deste momento e até o final da análise deste editorial especificamente, todas as citações diretas farão referência a S. Costa (2016). Como, para efeitos de análise, abordaremos vários recortes de enunciados do texto em análise, procederemos assim para evitar uma grande repetição da mesma referência.

enquanto instituição; e também são utilizadas expressões coloquiais, como “dá licença, fio”, isto é, “dá licença, filho”, e “Beleza”, que aqui não se refere a uma qualidade estética, mas semanticamente significa “Tudo bem”, “Certo”. O *Congresso em Foco*, assim, demonstra um *ethos* amistoso, de querer estar próximo do leitor, como um amigo com quem o leitor pode contar nas horas de necessidade.

Em todo o editorial, o *Congresso em Foco* reafirma seu *ethos* de defensor dos Direitos Humanos, das minorias e das diversidades: desde a adoção da bandeira LGBT – uma “bela bandeira” segundo o texto – em solidariedade às vítimas do “massacre de Orlando”²⁶, no expressar que não se pode mais tolerar os intolerantes, no condenar os

mesmos retrógrados – de moralismo frequentemente hipócrita, como pode ter sido o caso do assassinato de Orlando – que usam a religião ou a defesa da família como instrumento para invadir o espaço privado alheio e desrespeitar os outros no que têm de mais essencial, isto é, a forma que encontram para expressar o seu amor e sua sexualidade.

O *Congresso em Foco* utiliza o editorial continuamente para pregar o respeito à diferença e defender aqueles setores sociais que a instituição afirma serem os mais vulneráveis, quais sejam, mulheres, negros, índios, crianças, idosos, migrantes, deficientes físicos e mentais, grupos étnicos marginalizados e as comunidades LGBT.

A essa defesa dos mais vulneráveis o *Congresso em Foco* alia o seu profissionalismo, e de um modo que pode ser interpretado como arrogante: “Usem o prestígio e a audiência que conquistamos em seu favor! Eles são, acreditem, maiores do que temos sido capazes de propagar”. Um detalhe é que *prestígio* e *audiência* constituem *hiperlinks* para notícias institucionais do próprio *Congresso em Foco* que justificam essas qualidades da instituição. Reforçando que é uma empresa privada, e não uma Organização Não-Governamental (ONG), o *Congresso em Foco* se dispõe a receber sugestões e contribuições de seus leitores em seus canais institucionais, como o e-mail da redação do *website* e seus perfis em redes sociais. Ao reforçar sua abertura às contribuições dos leitores, o *Congresso em Foco* reafirma seu *ethos* de pluralismo de vozes.

Também, e por causa de tudo isso, a função social do jornalismo – do jornalismo para mudar a que se propõe o *Congresso em Foco* – é enunciada no editorial. Para tanto, se vale do valor de verdade, isto é, do valor de evidência do artigo 3º da Constituição Federal, dos

²⁶ Atentado ocorrido na boate gay Pulse, na cidade de Orlando, estado da Flórida, nos Estados Unidos, em 12 de junho de 2016, quando Omar Mateen, de 29 anos, matou a tiros 49 pessoas e feriu outras 53. O atirador morreu em confronto com a polícia.

objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, dentre os quais, promover o bem de todos sem qualquer tipo de discriminação; e da Lei 9.459/1997, que tipifica como crime a prática, indução ou incitação à discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Outra função social do jornalismo defendida nesse editorial é a da denúncia de irregularidades e injustiças, e a defesa da democracia: “não há jornalismo digno desse nome sem compromisso com a humanidade e os princípios democráticos”.

Por essa função social, o *Congresso em Foco* reafirma a sua ideologia apartidária: seu jornalismo é relevante, age como “cão de guarda” sem lado partidário, aliás, o seu lado é o da justiça e da idoneidade, o lado daqueles que se enojam com a corrupção que mancha a democracia brasileira. Usa, inclusive, da ironia para reafirmar-se apartidário, colocando-se como superior – outro traço de arrogância percebido em seu *ethos* – a quem o critica pela sua atuação como “cão de guarda”:

“O Congresso em Foco saiu do armário. Agora assumiu que é um site gay”, dirá alguém. Seria um carinhoso adjetivo para quem nos últimos tempos se acostumou a ser brindado, felizmente por uma minoria, com os pobres clichês que a polarização política colocou no centro do palco do atual momento brasileiro. “Petralhas”, berraram alguns quando – por exemplo – destacamos, antes de qualquer outro veículo, o 7 a 0 que marcou o anúncio do ministério Temer. Sete, em alusão aos indicados às voltas com acusações criminais. Zero, para a representação de mulheres, negros e índios (estes últimos, eternamente esquecidos pelo poder). “Golpistas”, atiram outros quando dedicamos atenção às inesgotáveis revelações da Operação Lava Jato, às vezes publicando em primeira mão alguns dos seus aspectos mais constrangedores para Lula e o PT.

Para o *Congresso em Foco*, ser apartidário é não estar alinhado a nenhuma força política, é não ser “cozinha” nem “mortadela”, “petralha” ou “golpista”. O apartidarismo é próprio da proposta jornalística que os inspira. O *Congresso em Foco* se coloca além das disputas políticas e para eles “só os desinformados ou os mal intencionados”, não se dão ou não querem se dar conta disso. Nessa linha, sem o apartidarismo, do ponto de vista institucional o jornalismo do *Congresso em Foco* perderia toda a sua credibilidade.

Por outro lado, se “mulheres ou homens, LGBT ou héteros, nordestinos ou sulistas, afrodescendentes ou brancos de olhos azuis, idosos ou jovens, índios ou descendentes europeus, brasileiros natos ou imigrantes que escolheram o Brasil como lar” são “muitíssimo bem-vindos neste Congresso em Foco” – e ressaltando que “bem-vindos neste Congresso em Foco” está colorido num gradiente que perpassa as sete cores do arco-íris, ou seja da bandeira LGBT e, agora, do próprio *Congresso em Foco* – percebe-se que os posicionamentos políticos foram

silenciados entre aqueles que são bem-vindos: não se refere a “esquerdistas ou direitistas” ou a “socialistas e liberais”, por exemplo. Porém, mais à frente, o próprio autor do editorial colocará que, na verdade, nem todos são tão bem-vindos assim ao *Congresso em Foco*:

Quer jogar futebol com as mãos, como fazem os homofóbicos? Então, dá licença, fio. Esta não é a página da internet mais indicada pra você.
Por outro lado, queremos garantir ampla liberdade de opinião para os que seguem as regras do jogo democrático. Ouvir quem pensa diferente só pode nos enriquecer. Aumenta a qualidade do debate. Abre caminho para a superação de problemas comuns.

Ou seja, apenas aqueles afeitos à democracia e às regras do jogo democrático são efetivamente bem-vindos ao *Congresso em Foco*. Quem quer “jogar futebol com as mãos”, ou seja, quem quer inverter as normas, as leis, as regras do jogo, como os intolerantes e os homofóbicos, devem ser combatidos: esta é a parcialidade jornalística – e moral – da instituição. O *Congresso em Foco* toma, então, um partido. Não é uma legenda partidária, um partido político institucionalizado, mas é uma posição política que pode “bater de frente” com o que eventualmente pregue um partido político. Apartidarismo e imparcialidade, portanto, são conceitos semanticamente próximos: é impossível não adotar um lado, não tomar um partido; até “ficar em cima do muro” é tomar um partido, uma posição, um lado, uma opinião, um posicionamento.

Por fim, no último parágrafo do editorial, o *Congresso em Foco* justifica que o novo *slogan* – “Respeitamos as diferenças” – será coerente aos *slogans* anteriores já adotados pelo *website*, indicando, assim, que o discurso do *Congresso em Foco* permanece o mesmo desde a sua fundação. Sua proposta editorial permanece inalterada.

Assim, em resumo, no editorial percebem-se praticamente todos os semas que compõem o *ethos* dito do *Congresso em Foco* conforme identificados na página *Quem somos*, demonstrando que, até o momento, a instituição mantém uma identidade coerente entre aquilo que diz de si e aquilo que diz sobre o mundo.

Um detalhe que não pode escapar à análise diz respeito às datas de publicação e de última atualização do editorial. O texto foi publicado originalmente em 17 de junho de 2016, às 18h48, portanto no calor do debate sobre o atentado de Orlando. Porém, há uma informação sobre a última atualização feita no texto, datado de 25 de outubro de 2018, às 19h02. Não temos acesso senão à versão mais atualizada. É a instabilidade dos enunciados na Web percebidas por Maingueneau (2015b). Não temos como saber, também, o que mudou da publicação original para a atualizada, mas um dado relevante é que a última atualização foi feita três dias antes do

segundo turno das eleições gerais de 2018, 28 de outubro, quando Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) foi eleito presidente do Brasil em uma disputa contra Fernando Haddad (PT). Essa disputa e a iminente vitória de Bolsonaro segundo constavam as pesquisas eleitorais resultaram na publicação de outro dos raros editoriais do *Congresso em Foco*, em 26 de outubro de 2018, um dia depois da atualização do editorial acima analisado, intitulado *Nossa opinião: Bolsonaro é o pior que nos pode acontecer*²⁷. Por Bolsonaro, em seu discurso e propostas, representar um risco e uma ameaça à comunidade LGBT e a outras minorias, vai de encontro com a proposta editorial do *Congresso em Foco*, e ainda que este se coloque como apartidário, acaba por se posicionar contra o então candidato do PSL.

4.2 Ethos mostrado do Congresso em Foco nas notícias

Analisaremos a seguir as notícias elencadas no quadro 1, publicadas durante o primeiro semestre de 2018. Por meio da análise de discurso, busca-se compreender o *ethos* mostrado do *Congresso em Foco*, isto é, seu *ethos* nas marcas discursivas presentes nos enunciados das notícias, numa chave de leitura que compreende a relação do seu discurso noticioso com o seu *ethos* pré-discursivo e seu *ethos* dito, que entendemos na seção passada como seu *ethos* institucional. Assim, poderemos compreender o *ethos* do *Congresso em Foco* no seu discurso noticioso e qual o efetivo papel do apartidarismo nos sentidos expressos nesse *ethos*.

Essas notícias têm algumas características em comum. Em conformidade ao *ethos* jornalístico, os títulos estão escritos na ordem direta da frase, e a maioria está escrita no tempo presente do indicativo, construindo o efeito de atualidade e de ação corrente no tempo presente. O *website*, ainda, supõe que algumas informações que coloca nos títulos das notícias façam parte já da competência comunicativa de seus leitores-coenunciadores, isto é, do mundo da vida cotidiana do *Congresso em Foco* e de seus leitores. Assim, pode escrever informações como “Cristiane Brasil”, “Base de Temer”, “diz Barroso a Gilmar”, por exemplo, sem precisar dar mais detalhes no título, pois subentende que seus leitores saibam o que essas expressões significam.

Guardando semelhança com o jornalismo impresso, são significativos também os módulos dispostos entre os parágrafos do texto das notícias, ou mesmo ao final delas, com a mesma função semântica do “olho”, isto é, pequenos enunciados que destacam alguma informação importante do texto jornalístico como um todo. O diferencial, aqui, é que esses

²⁷ Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/opinioao/editorial/nossa-opinioao-bolsonaro-e-o-pior-que-nos-pode-acontecer/>. Acesso em: 8 ago. 2019.

“olhos” são na verdade portas do interdiscurso, pois são *hiperlinks* que redirecionam a outras notícias que cruzam ou compõem a temática da notícia em questão.

Há, também, sempre ao menos uma fotografia ilustrando a notícia, com a função de ancorar o acontecimento no real e reproduzir uma representação dos personagens da notícia, gerando um efeito de objetividade que corresponde àquela do *ethos* jornalístico, que é o *ethos* prévio do *Congresso em Foco*. Em algumas notícias, vídeos dispostos ao longo do texto também assumem essa mesma função, com o adicional de permitirem ao internauta não apenas “olhar” o acontecimento noticiado, mas efetivamente assisti-lo. Pela prática intersemiótica (MAINGUENEAU, 2008b) – pois o sistema de restrições semânticas abrange objetos derivados de domínios semióticos diferentes pertencentes a uma mesma prática discursiva – abre-se a possibilidade de se analisar discursivamente imagens.

Assim, cada subseção a ser apresentada a seguir é nomeada com o título da notícia a ser analisada. É importante ressaltar que nem todas as categorias de *ethos* identificadas na análise do *ethos* institucional aparecerão no *ethos* mostrado, e que algumas novas categorias de *ethos* podem surgir no decorrer do processo analítico. Do mesmo modo conforme procedido na análise do editorial, para evitar o excesso de referências no texto, no início de cada análise será identificada a referência da notícia em análise.

4.2.1 *Cristiane Brasil recebeu R\$ 200 mil de caixa dois da Odebrecht, segundo delator*

A notícia *Cristiane Brasil recebeu R\$ 200 mil de caixa dois da Odebrecht, segundo delator* (SARDINHA, 2018a), desde o título, confirma o *ethos* de produtor de jornalismo político do *Congresso em Foco*. Informações do mundo da vida cotidiana do *Congresso em Foco* presentes no título são: “Cristiane Brasil” é uma deputada federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) pelo Rio de Janeiro, filha do ex-deputado federal Roberto Jefferson, condenado à prisão dentro do processo criminal de corrupção que ficou conhecido como “Mensalão”, e ela é de interesse jornalístico porque foi anunciada como ministra do Trabalho do governo do presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)²⁸; “caixa dois” é um tipo de crime; “Odebrecht” é uma grande companhia nacional de construção civil envolvida em casos de corrupção; “delator” se refere ao mecanismo de delação premiada, pelo qual um réu em ação penal colabora na investigação criminal entregando comparsas e informações sigilosas.

²⁸ Em 15 de maio de 2018 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) acatou a mudança do nome do PMDB para Movimento Democrático Brasileiro (MDB), aprovada pelo diretório nacional do partido em dezembro de 2017.

Assim, o *Congresso em Foco* expressa seu *ethos* de “cão de guarda” da sociedade, dando publicidade a uma denúncia que envolve alguém prestes a ser empossada ministra de Estado. Aliás, é este fato novo que gerou noticiabilidade para a republicação da denúncia, pois no próprio texto o *Congresso em Foco* informa que a delação foi divulgada pela primeira vez em abril de 2017, e já naquela ocasião Cristiane Brasil tinha negado as acusações.

O efeito de objetividade, constituinte do *ethos* prévio do jornalismo, e do *ethos* institucional do profissionalismo do *Congresso em Foco*, se manifesta na notícia pelo uso de técnicas como o lide, isto é, o primeiro parágrafo da notícia, que contém as informações mais importantes e servem como resumo e apresentação de toda a notícia; o título expresso na ordem direta da frase, indicando uma ação corrente; o uso do contraditório, ao apresentar os dois lados da história, isto é, do delator e da delatada. Também a fotografia que ilustra a notícia enuncia um efeito de objetividade: a imagem, que mostra uma mulher discursando numa tribuna, nos leva a compreender que ela é Cristiane Brasil, a partir da conexão entre a legenda da imagem, que se refere à “nova ministra do Trabalho”. A fotografia auxilia no efeito de ancoragem no real que é próprio da notícia: Cristiane Brasil existe, eis sua fotografia.

O uso de citações diretas é comum também na notícia, gerando um efeito de verdade pela verossimilhança ao eximir o *Congresso em Foco* da responsabilidade sobre o que está citado, sendo, segundo Maingueneau (2013), algumas funcionalidades do uso do discurso direto a busca pela autenticidade daquilo que foi citado, um distanciamento do enunciador citante frente à enunciação citada, e um aparentar objetividade ao que é dito, sendo que o contexto no qual o enunciador citante insere o discurso direto alheio é que definirá o porquê de seu uso naquela situação de enunciação. É importante também destacar que outro modo de o enunciador indicar que não é responsável por determinado enunciado é no uso da modalização em discurso segundo, no qual o uso de modalizadores indicam a responsabilidade alheia sobre aquele enunciado, como no título.

Por apresentar os dois lados da história, mais do que se pretender imparcial – o que já foi mostrado que não é possível no discurso jornalístico e o próprio *Congresso em Foco* não se admite imparcial – o *website* reforça seu *ethos* de defesa da democracia, uma vez que conclui a notícia não só enunciando por citação direta a nota de defesa de Cristiane Brasil, como deixando margem para que ela se defenda pelas vias democráticas da justiça. O *Congresso em Foco* acusa por meio da republicação da delação premiada do executivo Leandro Andrade: ela é “apontada em delação premiada” como beneficiária de caixa dois. A partir do seu papel acusatório, dá a margem necessária para que a Justiça cumpra seu papel. Pois o *Congresso em*

Foco cumpriu o seu de denunciar, o que se pode perceber também no peso maior que o *website* dá, na notícia, para a denúncia em detrimento da defesa.

É nessa linha também que se manifesta o efeito de apartidarismo no discurso do *Congresso em Foco*: o suposto caixa dois foi denunciado, mas não há condenação prévia até que se prove o contrário. E, embora a denúncia mexa com os interesses do governo Temer, cujo posicionamento político é neoliberal, à direita, o *Congresso em Foco* busca não ser taxado de “petralha” utilizando-se de um traço presente no interdiscurso, qual seja, lembrar que o ex-deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ), que é pai da deputada federal e possível ministra do Trabalho, Cristiane Brasil, foi “pivô do mensalão”, caso que afetou sobretudo o PT, forte opositor ao governo Temer.

Os “olhos” são significativos aqui, porque, mais do que um destaque, como dito anteriormente são também portas, pois são *hyperlinks* que redirecionam a outras notícias do *Congresso em Foco* dentro da mesma temática referente à nomeação de Cristiane Brasil ao Ministério do Trabalho. O primeiro – “Cristiane Brasil, deputada filha de Roberto Jefferson, é a nova ministra do Trabalho” – é uma porta para a primeira notícia do *Congresso em Foco* sobre a nomeação, com destaque à qualificação dada a Cristiane Brasil de ser “deputada filha de Roberto Jefferson”; o segundo – “Roberto Jefferson chora com nomeação de filha como ministra: ‘É um resgate’” – também é uma porta, para outra notícia, com foco agora no discurso de Jefferson sobre a nomeação da filha como ministra, sendo ambos filiados a um partido, ao menos no nome, trabalhista.

4.2.2 Cada deputado de Brasília tem R\$ 184 mil por mês só para contratar assessores. Veja os benefícios

Logo no título da notícia, *Cada deputado de Brasília tem R\$ 184 mil por mês só para contratar assessores. Veja os benefícios* (CONGRESSO EM FOCO, 2018a), o *Congresso em Foco* mostra que não é uma mídia fechada no Congresso Nacional ou, em uma escala um pouco maior, na Praça dos Três Poderes, mas mostra que está interessado, e conseqüentemente, que é de interesse de seu público, na política do Distrito Federal (DF). Pode-se justificar esse interesse no fato de que, como afirma tanto na página *Quem somos* como no *mídia kit*, fazem parte de seu público leitor pessoas que, por desenvolverem suas atividades políticas ou profissionais no DF, são, também, contribuintes brasilienses.

É preciso abrir um parêntese para destacar que a estrutura administrativa do Distrito Federal é diferente daquela das outras unidades da federação. Não existe um prefeito nem

vereadores em Brasília ou nas cidades-satélites do DF, mas apenas o Governo do Distrito Federal e a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) na condição de, respectivamente, Poder Executivo e Poder Legislativo distritais. O que permite que o *Congresso em Foco* qualifique os deputados distritais como “deputados de Brasília” no título; essa mesma operação semântica não seria adequada, a título de exemplo, no Rio Grande do Norte: os deputados estaduais são potiguares, e não natalenses.

Essa alternância entre DF e Brasília como equivalentes também está presente no lide, em “parlamentar do Distrito Federal custa ao contribuinte brasileiro”. O uso do verbo “custar”, aqui, é significativo para o *ethos* de “cão de guarda” da sociedade assumido pelo *Congresso em Foco*, pois o *website* denuncia no seu texto noticioso que um deputado distrital consome um terço a mais de dinheiro público do que um deputado federal. “Custar” dá, ainda o sentido de despesa, diferentemente, por exemplo, do termo “investimento”, que dá o sentido de ganho para a sociedade.

O *ethos* de “cão de guarda” é o predominante na notícia. A denúncia já está no título – “Veja os benefícios” –, isto é, o *Congresso em Foco*, por meio da credibilidade que afirma ter, diz ao seu leitor: “veja o absurdo que o brasileiro paga como benefício para os deputados distritais contratarem assessores”, que se materializa no final da notícia em forma de uma tabela que escrutina todos os benefícios recebidos pelos deputados distritais. A tabela confere à notícia um efeito de objetividade e um efeito de verdade a partir do saber de conhecimento manifesto pela exposição de dados numéricos que justificariam esses benefícios. Porém, esses mesmos benefícios não são apresentados como sendo para a população, mas apenas para os parlamentares.

Ao mesmo tempo que denuncia, o *Congresso em Foco* toma uma posição contrária à soma que representa os benefícios dos deputados distritais, defendendo a campanha “Câmara mais barata”, qualificada como uma “iniciativa popular e apartidária que pretende reduzir as despesas da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e tornar as informações mais transparente”, portanto, inserida no universo semântico do *ethos* institucional do *website*. O apartidarismo enunciado é referente à não filiação partidária das associações que defendem a campanha, conseqüentemente, também, o *Congresso em Foco* aí se inclui. Porém, mais uma vez, ao assumir um lado, neste caso o partido do melhor uso dos recursos públicos, o que inclui um valor ideológico em si, o *Congresso em Foco* não pode ser apartidário, porque não é imparcial.

Ao enunciar que a realidade dos altos benefícios dos deputados distritais “pode estar com os dias contados”, na introdução à defesa da campanha, o *Congresso em Foco* transparece

mais uma vez seu *ethos* de “cão de guarda” pela denúncia, e de jornalismo para mudar, ao dar espaço midiático para promover uma campanha que intenciona beneficiar a população, bem como ao informar a quantidade mínima de assinaturas necessárias para que a “Câmara mais barata” vire projeto de lei. A defesa pela transparência é uma defesa da democracia, do bom funcionamento das instituições democráticas.

Quanto ao *ethos* de profissionalismo, se por um lado o uso de um link em “campanha ‘Câmara mais barata’” e nos “olhos” ao final da notícia mostram que o *Congresso em Foco* já vinha desenvolvendo a temática da campanha em outras notícias, configurando uma suíte, isto é, um conjunto de notícias que acompanham o desenrolar de um evento, além de trazer um link complementando a discussão no âmbito federal (“Quanto custa um deputado federal”), por outro lado, podemos questionar a legenda da fotografia que ilustra a notícia, qual seja, “Ao todo serão oferecidas 86 vagas”. De que são essas vagas? De assessor legislativo distrital? É uma inferência que se pode fazer, visto que a fotografia é uma imagem da fachada do prédio da CLDF, o que auxilia também a ancorar a notícia na realidade política distrital, diferente do tema mais comum ao *Congresso em Foco*, que é a realidade política nacional. Voltando à legenda, não se entende o porquê de ela ter sido enunciada, uma vez que a notícia não se refere a um processo seletivo para as “86 vagas” (de quê?), nem essas vagas são retomadas no texto noticioso.

Portanto, o *Congresso em Foco* usa a sua imagem, isto é, o seu *ethos*, de profissionalismo, bem como mais uma vez busca colar em si um *ethos* impossível de apartidarismo, para reforçar o seu *ethos* de “cão de guarda”.

4.2.3 Deputado preso é conhecido por vídeo pornô, ofensas e bate-bocas. Confira vídeos

Nesta notícia, *Deputado preso é conhecido por vídeo pornô, ofensas e bate-bocas. Confira vídeos* (SARDINHA, 2018b), para analisar o *ethos* discursivo do *Congresso em Foco* faz-se necessário, além de analisar a própria voz do *website*, também analisar o *ethos* discursivo do deputado catarinense João Rodrigues, do Partido Social Democrático (PSD), o “deputado preso” citado no título, bem como a representação imagético-discursiva construída sobre ele pelo *website*.

Já no título as duas categorias da dimensão categorial do *ethos* institucional do *Congresso em Foco* podem ser percebidas, quais sejam, a de jornalismo político, por focar a notícia em um “deputado preso”; e a de “cão de guarda” da sociedade, por se aliar a uma moral social que põe e critica no mesmo campo semântico categorias como “vídeo pornô”, “ofensas”

e “bate-bocas”. Constrói-se assim uma primeira representação do deputado na qual não se estranha ele ter sido preso, uma vez que é conhecido por tais ações. Nesse sentido, o *website* também atribui a si um *ethos* de combate à corrupção, que será reafirmado ao longo da notícia, podendo ser assimilado ainda ao *ethos* de defesa da democracia, isto é, das instituições democráticas.

“Confira vídeos”, que encerra o título, por um lado remete ao *ethos* de profissionalismo do *Congresso em Foco*, bem como ao *ethos* de credibilidade, na medida em que permite ao internauta conferir em vídeo todas essas denúncias que o *website* diz, isto é, dá valor de verdade pela verossimilhança àquilo que é enunciado na notícia. Por outro lado, há na enunciação uma ambiguidade intencional, pois o título sugere ao leitor que será possível conferir na notícia “vídeo pornô, ofensas e bate-bocas” relacionados ao “deputado preso”. Ou seja, há uma indicação de que o leitor, em seu “consumo distraído” das notícias do *website*, é convidado a assistir, no decorrer da notícia, a vídeos pornô, a vídeos de ofensas e vídeos de bate-bocas protagonizados pelo deputado. Essa ambiguidade é possível dentro da lógica do entretenimento que rege a lógica midiática, pois configura uma manchete inusitada que impacta e dramatiza construindo um personagem moralmente polêmico.

Os semas de credibilidade e profissionalismo do *ethos* do *Congresso em Foco*, bem como um efeito de objetividade, característica de seu *ethos* prévio, isto é, do *ethos* jornalístico, se manifestam também na frase “O Congresso em Foco selecionou algumas das principais polêmicas de João Rodrigues na Câmara”. O efeito de objetividade está no apagamento discursivo da principal marca subjetiva, que é a enunciação em primeira pessoa. O *Congresso em Foco* se coloca, por outro lado, em terceira pessoa, como se fosse outro e não ele a enunciar. O *ethos* de credibilidade está no fato do *Congresso em Foco* se afirmar como crível o suficiente para que seja visto como competente (*ethos* de profissionalismo) na sua ação discursiva para selecionar algumas das principais – ou seja, existem mais, porém essas são mais relevantes – polêmicas do deputado João Rodrigues em sua atuação parlamentar. Ele diz: eu tenho credibilidade para isso. Constrói, assim, esse *ethos* dito de credibilidade no interior do discurso jornalístico em uma notícia.

Há uma representação discursiva do deputado João Rodrigues construída na notícia, tanto pelo que o *Congresso em Foco* diz dele quanto do próprio *ethos* do parlamentar, construído a partir do seu discurso reproduzido de modo direto ou indireto na notícia, ou seja, a partir de sua própria enunciação recortada de acordo com o interesse editorial do *Congresso em Foco*. Assim, do discurso direto e indireto do deputado João Rodrigues, identificam-se os seguintes semas de *ethos*: polêmico, brigão/combativo, raivoso, sarcástico, crítico, político de

carreira; e as seguintes representações construídas pelo *Congresso em Foco*, não contempladas nos já citados semas de *ethos*: barulhento, corrupto, intolerante e hipócrita.

O título já demonstra uma representação de polêmico ao deputado. A fotografia que ilustra a notícia, que mostra um homem, identificado na legenda como “João Rodrigues”, ou seja, o “deputado preso” do título, com dedos em riste, na tribuna do plenário da Câmara dos Deputados, com uma expressão fechada, discursando ao microfone, reforça o *ethos* combativo e crítico. Os verbos *dicendi*²⁹ usados pelo *Congresso em Foco* sempre que introduz ou conclui uma citação do deputado João Rodrigues também reforçam a representação do parlamentar construída pelo *website*. São utilizados com frequência pelo *website*, nesse sentido, verbos ou locuções verbais ligados a uma situação de combate, como “ameaçar”, “mandar calar a boca”, “envolver-se em bate-boca”, “criticar”, “ironizar”, “atacar”, “disparar”, “pegar o microfone para atacar”.

Assim, pela defesa da democracia e das instituições democráticas e pelo combate à corrupção, o *Congresso em Foco* assume uma postura institucional contrária àquela do deputado, tendo em vista sua condenação por fraude e dispensa irregular de licitação, aliando a esse crime o que chama de “principais polêmicas de João Rodrigues na Câmara”. O *ethos* de defesa da democracia também transparece no uso dos verbos e locuções verbais combativos que caracterizam o discurso citado de João Rodrigues na notícia, tendo em vista que “ameaçar”, “mandar calar a boca”, “atacar” e “disparar”, por exemplo, são antidemocráticos, pois tendem a um silenciamento do outro.

Esse mesmo posicionamento discursivo aparece no “olho” ao final da notícia, um *hiperlink* cujo enunciado é: “Além de deputado na Papuda, Congresso tem bancada de parlamentares condenados à prisão”, ou seja, o *Congresso em Foco*, por meio do discurso noticioso, satiriza o fato de o Congresso Nacional ter vários parlamentares condenados à prisão, e inclusive com um deputado já preso no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, a ponto de formar uma “bancada” parlamentar.

No seu discurso jornalístico, o *Congresso em Foco*, ainda, coloca sempre o deputado catarinense em contradição, expondo ou revelando uma hipocrisia entre discurso e ação do deputado. Para isso, se utiliza do mecanismo discursivo da citação do discurso alheio, notadamente as várias vezes em que o então deputado federal Jean Wyllys (PSOL³⁰-RJ) retomava o caso do vídeo pornô nos “bate-bocas” com João Rodrigues.

²⁹ Verbos que auxiliam na reprodução de um discurso alheio.

³⁰ Partido Socialismo e Liberdade.

Também quando escolhe editorial e discursivamente reproduzir em citação direta, e com o uso de “protestou” como verbo *dicendi*, o discurso do deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), qual seja, “Isso [João Rodrigues chamar Edmilson de ‘filho da puta’] é um desrespeito com a minha mãe que é viva e tem 83 anos”, o *Congresso em Foco* reafirma seu *ethos* de defesa da mulher (constituente do *ethos* de defesa dos Direitos Humanos), reforçando seu posicionamento discursivo, que aqui mais uma vez diverge daquele representado pelo deputado João Rodrigues.

Outro caso é quando o *Congresso em Foco* disse que ele “sem meias palavras, mandou, aos gritos, os colegas calarem a boca” (grifos nossos), ressaltando a representação de barulhento e raivoso que constrói sobre o deputado. O uso de expressões como “revogação do Estatuto do Desarmamento” quando Rodrigues, em vídeo, defende a aprovação do “Estatuto da Defesa”, criticando a qualificação “Estatuto do Armamento” também coloca o *Congresso em Foco* em uma posição discursiva oposta ao do deputado.

Mais uma marca discursiva que opõe o *Congresso em Foco* ao deputado João Rodrigues está na seção “Boa prisão”. À ironia do deputado enunciada contra o empresário Wesley Batista em sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da JBS, quando deseja “boa hospedagem” ao empresário na prisão para a qual voltaria ao fim daquela sessão inquisitorial, o *website* responde assumindo certo *ethos* sarcástico, quando diz que “Os dois não devem se cruzar na cadeia porque Wesley está preso em São Paulo”.

Estruturalmente, a notícia se divide em três partes. A primeira consiste em uma introdução, que apresenta a representação social e discursiva do deputado que o *Congresso em Foco* desenvolverá ao longo da notícia.

A segunda parte é composta por seis casos classificados pelo *Congresso em Foco* como polêmicos, narrados em ordem cronológica e separados por intertítulos que resumem o acontecimento e construídos com uma estrutura narrativa similar: inicia situando o internauta no tempo em que se deu o acontecimento, descreve brevemente o fato polêmico, traz o discurso do deputado em forma de citação e, quando houve, discursos de outros deputados com os quais Rodrigues tenha entrado em confronto, finalizando com um vídeo que ancora no real as situações, mostrando que elas realmente aconteceram, e dando detalhes que complementam a seção da notícia, como trechos das falas dos deputados que não apareceram no texto escrito por uma escolha discursivo-editorial. Sobre esses discursos de outros deputados, é importante ressaltar que foram todos de parlamentares do PSOL, a saber, Jean Wyllys e Edmilson Rodrigues, embora no vídeo que encerra a seção “Briga com Jean Wyllys” também haja uma enunciação do também deputado do PSOL, Ivan Valente, e embora outros partidos tenham sido

citados de modo raivoso por João Rodrigues, quais sejam, o PT e o PCdoB³¹. Todos os três partidos pertencem à esquerda política e fazem parte do Outro do posicionamento discursivo-ideológico assumido por João Rodrigues.

Por fim, a terceira parte, de conclusão da notícia, é composta por mais duas seções. A primeira é intitulada “Balanço Geral”, um trocadilho com o nome do programa televisivo que João Rodrigues apresentou em 2015 e que serve também para explicar a seção, que faz um “balanço geral” das atividades profissionais e políticas desenvolvidas pelo deputado. Na última seção da notícia, “O crime e o processo”, o enunciador se detém em narrar e descrever como e por que João Rodrigues foi preso em segunda instância.

Os vídeos deveriam encerrar cada uma das seções, e isso acontece em quatro das seis seções da segunda parte da notícia. Em uma delas – “Na tua cara que vou dar” – o vídeo aparece como indisponível pois a conta do *YouTube* associada a ele foi encerrada, e em outra – “Ataque a professora” – o vídeo não aparece depois do imperativo “Veja vídeo”, o que sugere que o vídeo não foi carregado na notícia desde a sua publicação. Os vídeos, assim, podem ser entendidos como citações diretas, uma vez que nenhum deles foi publicado no canal oficial do *Congresso em Foco* no *YouTube*, mas em canais como “Sempre gente filmando”, “TV 748”, “Deputado João Rodrigues” e “O BERRO da Formiga”, o que esclarece o fato de um deles não estar mais disponível, pois foi uma ação independente da vontade do metaenunciador *Congresso em Foco*.

Ou seja, em todos os vídeos o *Congresso em Foco* reproduz um discurso alheio, mostrando-se claramente não como gerador de um discurso próprio, mas como um enunciador imerso em um interdiscurso que cruza o discurso jornalístico com os discursos políticos. Porém, pode-se dizer que o vídeo assume plenamente a função de discurso alheio quando reproduz os discursos de deputados federais no plenário da Câmara Federal. No caso do vídeo que reproduz a notícia do SBT Brasília, na seção “Pornô no plenário”, a voz do repórter no vídeo confunde-se com a voz do *Congresso em Foco*, isto é, o *website* se apropria do discurso de outro metaenunciador jornalístico como seu próprio. Mesmo citando o SBT Brasília como fonte de informação da notícia no texto escrito, as vozes de jornalistas e jornais que narram um mesmo acontecimento num mesmo texto se confundem numa só.

Assim, percebe-se que não há sequer a tentativa de parecer apartidário nessa notícia, mas o *Congresso em Foco* assume uma postura oposta à de João Rodrigues, não somente pelo fato de ele ter sido condenado em segunda instância e ter sido preso quando desembarcava no

³¹ Partido Comunista do Brasil.

Aeroporto de Guarulhos vindo dos Estados Unidos, mas principalmente pelos posicionamentos discursivo-ideológicos assumidos pelo deputado, chegando em alguns momentos a enunciar em um *ethos* jocoso em crítica ao parlamentar. O *Congresso em Foco*, ainda, e por isso, mantém em seu discurso o *ethos* de “cão de guarda” da sociedade e de jornalismo político, em sintonia com o *ethos* de defesa da democracia e dos Direitos Humanos, enunciando ainda em um *ethos* mostrado de credibilidade e profissionalismo.

4.2.4 Base de Temer se desmobiliza na Câmara e perde medida que prorroga concessões de rodovias

O *ethos* de jornalismo político é bem presente desde o título da notícia *Base de Temer se desmobiliza na Câmara e perde medida que prorroga concessões de rodovias* (GÓIS, 2018a), trazendo, como nas outras notícias analisadas, elementos que compõem o mundo da vida cotidiana da política partidário-legislativa brasileira. Infere-se, assim, que “base de Temer” significa a base parlamentar composta pelos deputados federais que apoiam a administração do presidente Michel Temer e “medida” significa aqui Medida Provisória (MP).

No geral, a notícia adota um tom narrativo, trazendo doses de análises, abordando com naturalidade noções próprias daquele mundo da vida cotidiana. Pode-se, inclusive, afirmar que predomina na notícia uma cenografia de narração de um duelo travado entre governo e oposição: o “duelo regimental” que nomeia um dos intertítulos do texto, com comentários do jornalista-autor. Justifica-se essa cenografia também pelo uso de expressões como “perda e ganho”, “sepultada a reforma da Previdência”, “mais uma derrota”, “acusações e ofensas de parte a parte”, “vácuo de comando”, “reclamou”, “fustigou”, “prontamente confrontado”, “impasse”, “discussão”, “acusações”, além do uso intercalado de citações diretas e indiretas de deputados tanto da oposição como da situação, como assaltos em uma luta de boxe. A exposição do contraditório e das vozes de deputados governistas e opositores reforçam o *ethos* de pluralismo de vozes do *Congresso em Foco*, no sentido de abrir-se a várias vozes distintas.

Embora no título se coloque que o Poder Executivo federal perde a batalha pela aprovação da MP 800/17, que prorrogava concessões de rodovias, no texto fica explícito que essa é na verdade uma perda em potencial. O enunciador analisa que, mesmo que haja tempo hábil para a aprovação da MP, a realidade política naquele momento no Congresso Nacional, isto é, de desmobilização da base governista e de forte obstrução oposicionista impediriam a virtual aprovação do texto em questão tanto na Câmara quanto no Senado Federal até a data-limite, qual fosse, a segunda-feira após a publicação da notícia, que se deu numa quarta-feira.

Esse uso constante de várias datas, referentes à tramitação da MP, fez com que houvesse um grande uso de embreantes de tempo, como “hoje”, “próxima segunda-feira”, “desta quarta-feira”, “ontem”, “em menos de dois anos”, “nas próximas semanas”, “antes das 21h”, inclusive com a explicitação do dia da semana e/ou do mês, ancorando o texto num tempo específico do qual faz parte, mas possibilitando sua leitura e máxima compreensão mesmo depois de sua publicação. A instantaneidade típica do webjornalismo se faz presente quando se vê que a sessão foi encerrada “antes das 21h” e a notícia foi publicada às 21h53 do mesmo dia, ou seja, num intervalo menor do que uma hora.

Percebe-se, ainda, certo *ethos* didático do *Congresso em Foco*. Mesmo se várias vezes no texto, como já dito, termos típicos do mundo da vida cotidiana da política partidário-legislativa tenham sido colocados no texto sem explicá-los, por inferir-se que o leitor do *website* os conheça previamente, por outro lado o enunciador se ocupa, por exemplo, em explicar o conteúdo da MP na última parte da notícia, cujo intertítulo é, justamente, “A MP”. Assim, o leitor terá a informação completa, isto é, não só que a MP sobre a concessão de rodovias estava para perder a validade, o porquê desse fato, os argumentos favoráveis e contrários e, finalmente, o conteúdo da MP. De fato, como diz Charaudeau (2006, p. 62), o discurso informativo e o discurso didático têm uma proximidade no que diz respeito à atividade explicativa para um público amplo. Essa atividade se dá como “vulgarização”, isto é, a informação é enunciada de um modo que seja acessível a um público amplo e não especializado, sendo para isso deformada para que possa ser acessível ao público.

Um deslize que não faz jus ao *ethos* institucional de profissionalismo do *Congresso em Foco* é o fato do mesmo texto – “Rodrigo Maia conduziu a sessão até ver que a matéria não seria aprovada” – ter sido usado como legenda das duas fotografias que ilustram a notícia, denotando uma pressa pela publicação da notícia e uma falta de zelo ao não produzir uma legenda específica para cada fotografia.

Por outro lado, no mesmo *ethos* profissional e no *ethos* de credibilidade, nota-se que esse texto jornalístico faz parte de duas suítes: uma específica sobre a tramitação da MP 800/17, perceptível no *hiperlink* em “iniciada”, sobre o início da discussão da MP no plenário da Câmara, como em uma suíte sobre a pauta do Executivo no Poder Legislativo naquela semana, perceptível nos dois *hiperlinks* presentes no lide da notícia: “intervenção federal” e “sepultada”, respectivamente sobre a aprovação no Congresso Nacional da intervenção federal no Rio de Janeiro – vitória para o governo Temer – e sobre suspensão da tramitação da Reforma da Previdência proposta pelo Executivo federal justamente como efeito da intervenção no RJ, pois

nenhuma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) poderia tramitar no Congresso Nacional enquanto o decreto da intervenção estivesse em vigência.

Os olhos-*hiperlinks* da notícia, inclusive, não são diretamente relacionados à MP 800/17, mas à intervenção federal no RJ e às relações entre Executivo e Legislativo federais, ou seja, temas que tangenciam a temática principal da notícia, característica da lógica aberta de leitura típica da hipertextualidade (CHARTIER, 2002), que é fragmentada e que se completa de um modo distinto para cada internauta, na medida em que cada um constrói seu próprio caminho de leitura, estabelece seu modo próprio de relacionar-se com essa textualidade navegante, como diz Maingueneau (2015b), e, conseqüentemente, sua própria relação de coenunciação com o *Congresso em Foco*.

Assim, na posição de observador privilegiado desse “duelo”, o *Congresso em Foco* tenta enunciar em um *ethos* de apartidarismo. Contudo, embora não haja uma crítica aberta à MP na voz do *website*, e em todo o tempo comente sobre os impasses, as “acusações e ofensas de parte a parte”, as “perdas e ganhos” do governo, percebe-se que a notícia enfatiza mais as estratégias oposicionistas que aquelas pró-governo, chegando a dizer que “além de parecer não haver disposição do governo em dispender tanto esforço em nome de um (*sic*) medida provisória não prioritária, não seria fácil convencer deputados e senadores a aprovar o texto no mesmo dia”, e de chamar em intertítulo de “esperança frustrada” aquela da base governista em ver aprovada a MP 800/17.

Afirmar que “o deputado governista Pedro Paulo (PMDB-RJ) tentou, em vão, convencer os pares a respeito da suposta pertinência da medida” também é um elemento que coloca o *Congresso em Foco* posicionado mais contrário que favorável à MP, pois o uso de “em vão” é indicativo de que, na visão do *website*, o deputado perdeu tempo e fôlego tentando convencer os demais deputados sobre a “suposta pertinência” da MP, ou seja, o *Congresso em Foco* se coloca no lugar de quem duvida de que a MP seja necessária e deixa isso explícito no texto.

Outras escolhas discursivas do *Congresso em Foco* que intencionam gerar esse efeito que resulta no *ethos* de apartidarismo estão na enunciação de temas não-relacionados à MP que o *website* decidiu publicar, também para justificar o “duelo” encenado na notícia. Destaca-se: ao citar que na discussão da matéria falou-se da intervenção federal no Rio de Janeiro aprovada pelo Senado no dia anterior e da possibilidade de prisão do ex-presidente Lula (PT), que havia sido condenado a 12 anos e um mês de prisão. Assim, procura mostrar-se como crítico a todos os lados do espectro político.

Porém e por fim, o *Congresso em Foco* acaba por conceder mais espaço para o discurso da oposição, com seus argumentos contrários à MP, do que para o discurso da situação,

favorável à MP. Chega, inclusive, a denunciar que o Governo Federal estaria trabalhando para agir contra a lei, ao prever que ele “deve editar uma matéria semelhante nas próximas semanas”, mesmo que a legislação determine que “o governo não pode editar outra MP sobre o assunto no mesmo ano”.

4.2.5 *Bolsonaro e outros oito deputados migram para o PSL e já falam em “bancada da metralhadora”*

A notícia *Bolsonaro e outros oito deputados migram para o PSL e já falam em “bancada da metralhadora”* (MACEDO, 2018) é um caso interessante de análise sobretudo do sema do profissionalismo que caracteriza a dimensão experiencial do *ethos* institucional do *Congresso em Foco*.

Nessa notícia, o *website* se coloca numa situação de oposição ao então deputado federal e pré-candidato à Presidência, Jair Bolsonaro (PSL), justificando esse lugar de oposição como posto pelo próprio político, ao enunciar que no evento noticiado havia “entre uma intervenção e outra, ataques à imprensa – que, por força do ofício, cobria o evento”. Aqui o *Congresso em Foco* se mostra como uma mídia jornalística profissional, pois é “força do ofício” cobrir eventos mesmo que – e, talvez, principalmente porque – a imprensa seja atacada neles. Manifesta-se nesse enunciado, também, o *ethos* de “cão de guarda”, pois a imprensa está onde a sociedade não consegue estar: assim o *Congresso em Foco* está onde a sociedade não consegue estar, no caso, no evento de filiação de Bolsonaro e outros oito deputados ao PSL e o lançamento oficial da pré-candidatura daquele à Presidência do Brasil.

O outro sema da dimensão categorial do *Congresso em Foco*, qual seja, o de jornalismo político, está também presente desde o título, no qual são necessários conhecimentos prévios, uma competência comunicativa eficaz para compreendê-lo: é preciso já saber que havia um movimento de mudança partidária por parte de Bolsonaro e outros deputados, e que eles eram parte da chamada “bancada da bala”, frente parlamentar que defende a flexibilização em leis armamentistas, e não só, mas ao ponto de renunciarem uma “bancada da metralhadora”, conotando um maior radicalismo dentro daquela “bancada”. É também interessante o modo como os parlamentares são nomeados e qualificados, aliás, o único nomeado no título é Bolsonaro, sendo os demais apenas qualificados como “deputados” – outro modo de iniciar o título seria “Nove deputados migram...” ou “Deputados migram...” –, pois pelo critério de noticiabilidade de importância, é mais válido nomear especificamente aquele que já vinha

angariando maior protagonismo na cena política brasileira a ponto de ser pré-candidato à Presidência.

O sema da credibilidade, da dimensão experiencial do *ethos*, também se manifesta na notícia. A credibilidade no *ethos* discursivo do *Congresso em Foco* é percebida aqui em profunda relação ao *ethos* de profissionalismo: “por força do ofício” também significa que o *Congresso em Foco* tem credibilidade para estar presente no evento como imprensa e que por isso o que diz é verdadeiro.

Ainda, a expressão “este site adiantou ontem” – “este site” é um embreante de pessoa que se refere ao próprio *Congresso em Foco* e “ontem” um embreante de tempo que se refere ao dia anterior à publicação da notícia analisada – é um link que detalha a informação adjacente à expressão, qual seja, de que a bancada do PSL poderia crescer para cerca de 20 deputados até o fim da janela partidária, período no qual parlamentares poderiam mudar de partido sem sofrer quaisquer sanções. Esse mesmo link aparece no final da notícia, na forma de olho: “Bolsonaro quer bancada de pelo menos 20 deputados no PSL para turbinar corrida presidencial”. A expressão serve, assim, também como marca discursiva da credibilidade e do profissionalismo característicos do *ethos* discursivo do *Congresso em Foco*, pois mostra que essa mídia sabe do que está falando, pois está acompanhando o caso profissionalmente. Aqui se manifesta também o *ethos* de independência.

Outros dois elementos significativos ao *ethos* de credibilidade são a fotografia colocada no início da notícia e o vídeo disponibilizado no final do texto, pois são elementos de ancoragem no real, caracterizando que a notícia é verdadeira, pois ali está uma reprodução do que aconteceu, além de gerarem um valor de verdade pela verossimilhança. A fotografia aparenta ser um quadro do vídeo, visto que compõem o mesmo enquadramento. O vídeo é um recorte do discurso de Bolsonaro no evento noticiado e cujos enunciados ditos pelo político estão presentes na forma de citação no corpo da notícia. O vídeo, assim, funciona unicamente como estratégia discursiva de ancoragem no real, para enunciar a verossimilhança entre o que está escrito na notícia e o que realmente aconteceu, pois não acrescenta mais nada à notícia além desse efeito discursivo de verdade.

O *Congresso em Foco*, por fim, se mostra com um *antiethos* em relação ao *ethos* de Bolsonaro. A partir dos enunciados do político recortados na notícia, nota-se um *ethos* militarista, bélico, nacionalista, de direita, antiesquerda e anti-imprensa. A repulsa ao vermelho, historicamente ligado a partidos comunistas e socialistas, e a preferência pelo verde, que “oliva” representa o militarismo e “bandeira” representa a bandeira nacional, é típico do discurso

militarista nacionalista à direita, que defende um patriotismo simbólico, isto é, referenciado pelos símbolos oficiais nacionais, dentre os quais a bandeira do Brasil e o hino nacional.

O *Congresso em Foco*, identificando-se como Outro desse discurso, enuncia na notícia várias expressões que manifestam sua oposição à posição política de Bolsonaro. Já na primeira frase do lide, Bolsonaro é qualificado como “mito dos pés de barro”, expressão que também serve como *hiperlink* para outra página que reproduz a reportagem de capa “Jair Bolsonaro, o mito dos pés de barro” da edição 26 da *Revista Congresso em Foco* (POMPEU, 2019), enunciada em um tom crítico ao político. O mesmo *hiperlink* aparece em olho, cujo enunciado é idêntico ao título da reportagem. O fato de uma reportagem de capa dessa revista ser enunciada com esse tom é significativo para afirmar que há uma relação de oposição entre *ethos* e discurso do *Congresso em Foco* e de Jair Bolsonaro. Portanto, não é possível afirmar que há apartidarismo na enunciação do *Congresso em Foco*.

Pois a expressão “pés de barro”, diz Borja (2018), remonta ao Antigo Testamento da Bíblia, à profecia de Daniel, e significa falsos valores políticos na vida pública, ou seja, um político que tem “pés de barro” não tem méritos próprios. No referido texto bíblico, lembra Borja (2018), Daniel interpreta um sonho de Nabucodonosor, rei da Babilônia, no qual há uma grande estátua com cabeça de ouro, torso e braços de prata, ventre e músculos de cobre, pernas de ferro, e pés de barro. Uma pedra que rolou de uma montanha se chocou com os pés de barro e desintegrou toda a estátua. “Na vida política cotidiana”, compara Borja (2018, tradução nossa), “com frequência vemos ídolos com pés de barro, criados pelos meios de comunicação de massa e pelos truques publicitários, que se desintegram ao primeiro contato com a realidade”³².

Já “mito” é uma expressão utilizada por apoiadores de Bolsonaro para se referirem a ele, com um sentido quase divino, mas que Pompeu (2019) ironiza logo no início da reportagem afirmando que “segundo os dicionários, é uma ficção, um ser sobrenatural, um herói, uma figura cuja existência não pode ser comprovada e domina o imaginário coletivo”: um falso deus. Assim, Jair Bolsonaro, como “mito dos pés de barro”, seria, na ótica do *Congresso em Foco*, essa figura política polêmica que se acha um deus, mas que na verdade é falso, frágil e inconsistente, e que ganhou repercussão nacional como um personagem mítico criado midiaticamente.

Outras expressões que refletem a postura ética do *Congresso em Foco* de oposição a Bolsonaro são “Jair Bolsonaro (RJ) voltou a fazer barulho na Câmara, acompanhado de um

³² Do original: “En la vida política cotidiana con frecuencia vemos ídolos con pies de barro, creados por los *mass media* y la publicidad trucada, que se desintegran al primer contacto con la realidad”.

séquito de defensores do militarismo”; “com artilharia apontada contra o ‘politicamente correto’”; “Bolsonaro foi recebido aos já característicos gritos de ‘mito’ – expressão que passou a ser ridicularizada por adversários como mantra dos chamados ‘Bolsominions’”; “discursou Bolsonaro, ovacionado por sua claque”, para colocar algumas das mais significativas, além de um olho-link cujo enunciado é “As frases polêmicas de Jair Bolsonaro”.

Pois “voltar a fazer barulho” indica que o político é incômodo com suas pautas e seu discurso também para o *Congresso em Foco*; além de “artilharia” remeter a um discurso belicista, o fato de ser apontada contra o “politicamente correto” vai de encontro ao sema de defesa dos Direitos Humanos característico da dimensão ideológica do *ethos* institucional do *Congresso em Foco*; e ressaltar que “mito” é uma expressão ridicularizada como “mantra” do que os adversários chamam de “Bolsominions”³³, isto é, ressaltar que seguidores de Bolsonaro o reverenciam cega e ridiculamente como “mito”, estes mesmos representados como “claque” de Bolsonaro que o ovaciona sempre que discursa. O uso do termo “claque” é significativo porque representa um grupo de pessoas *contratadas* para aplaudir um espetáculo.

Assim, embora o *Congresso em Foco* critique as posições políticas bolsonaristas e não exalte as posições político-partidárias contrárias, é muito mais significativo no seu discurso essa oposição que se dá entre o discurso bolsonarista e o próprio discurso do *Congresso em Foco*. Em toda a notícia, o *website* se esforça para mostrar que seu *ethos* discursivo é oposto àquele bolsonarista, no lugar de mostrar que enuncia em um *ethos* apartidário.

4.2.6 “Você é uma pessoa horrível, mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia”, diz Barroso a Gilmar

Do início ao fim do texto, percebe-se que a notícia “Você é uma pessoa horrível, mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia”, diz Barroso a Gilmar (PEREIRA, 2018a) é sobre a discussão entre os ministros do STF Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Mesmo o *hiperlink* estruturado como “olho” presente no final da notícia remete a uma notícia de 26 de outubro de 2017 que noticiava outra discussão entre os dois ministros em sessão ordinária do STF. Ainda, o título constrói uma dramatização por encenação ao trazer uma citação direta do

³³ Expressão resultante da combinação entre os termos “Bolsonaro” e “minions” para se referir pejorativamente aos apoiadores de Jair Bolsonaro. Minions são pequenos seres amarelados fictícios do universo do cinema, que têm como propósito servir aos vilões mais malvados da história sem questioná-los. Segundo Pena (2019, p. 363), numa perspectiva da psicologia, os bolsominions “[s]eguem o líder, a quem chamam de mito, e dão vazão aos recalques narcísicos atacando as diferenças dos grupos que elegem como rivais. Daí a constante referência agressiva a homossexuais, negros e feministas”.

ministro Barroso ao ministro Gilmar Mendes. É possível, pelo trecho destacado, constituir um fiador do ministro Barroso como um homem severo, que não se deixa tomar desaforos.

Percebe-se, também, que a urgência em publicar a notícia foi maior do que a necessidade de uma revisão básica no texto, trazendo um deslize na legenda da primeira fotografia – “Barroso disparou contra Barroso...” –, que não condiz com um *ethos* de profissionalismo manifestado em outros textos do *Congresso em Foco*, inclusive em seu *ethos* institucional.

O *website* aqui vai além da cobertura das atividades do Congresso Nacional e acompanha o que acontece em outro dos endereços da Praça dos Três Poderes, o STF, mostrando-se atento a tudo o que possa influenciar a vida política no Brasil. De certa forma, no princípio constitucional de independência e interdependência que caracteriza a divisão político-administrativa do país em Três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – torna-se impossível para uma mídia jornalística especializada em política focar em apenas uma face desse trio, mas é preciso expandir seu olhar analítico-narrativo para todos os três, pois as ações de um se refletem no que fazem os outros. Dessa forma, manifesta o seu *ethos* de jornalismo político sempre que noticia algo de relevante referente a qualquer um dos Três Poderes, pois é neles que institucionalmente a vida da nação se firma, se constitui e se institui.

Há também uma proximidade com o leitor, manifestando um *ethos* de credibilidade quando o *Congresso em Foco* enuncia “Veja no vídeo abaixo” ou “Assista ao trecho no vídeo abaixo”, instando o leitor a ver com os próprios olhos que aquilo que está na notícia tem valor de verdade, realmente aconteceu, está ali no vídeo se você não acreditou até agora. De fato, o teor da discussão é inusitado frente ao que se espera do comportamento de ministros do STF – a mais alta Corte Judiciária do Brasil – em uma sessão plenária. Há um *ethos* prévio do sujeito “ministro do STF”, uma imagem idealizada pode-se dizer, que é rechaçada diante do *ethos* mostrado dos ministros Barroso e Mendes na situação noticiada. Inclusive, percebe-se um posicionamento machista dos dois ministros ao ignorar a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, uma mulher, anunciando que a sessão estava suspensa.

A cenografia do gênero discursivo “sessão plenária do STF” assumiu, conforme se pode interpretar a partir da notícia do *Congresso em Foco*, “pitadas de picuinha”. As escolhas discursivas do *Congresso em Foco* são marcantes no sentido de se construir essa arena entre os ministros do STF. A primeira fotografia ilustra o ministro Barroso com rosto franzido e dedos em riste, mostrando claramente que ele estava discutindo com alguém no momento. O verbo utilizado na legenda, qual seja, “disparou”, remete a uma arma que dispara balas contra um adversário. No próprio texto, o uso de expressões como “clima acalorado”, “Inconformado e querendo responder ao colega”, “mal-estar” e “discussão”, enunciadas pelo *Congresso em*

Foco, reforçam a cenografia belicista. As duas citações diretas, a saber, a do ministro Barroso no título e a do ministro Mendes no primeiro parágrafo, também constroem um sentido de embate direto entre os dois: um bate, o outro rebate.

Essa mesma cenografia caracteriza a narração do texto noticioso. O título, que é uma citação direta de Barroso referente ao início de seu desabafo contra Mendes, age como lide. A legenda da primeira foto, mesmo com seu deslize já analisado, além de ancorar a notícia no real – como também o farão a segunda fotografia e o vídeo –, é uma continuação daquilo que está enunciado no título. A legenda da segunda fotografia também segue a história, pois se naquele momento a tensão entre os dois ministros foi descarregada discursivamente, enuncia-se que em algum momento no passado “Gilmar e Barroso *ainda* conseguiam ler o mesmo texto sem trocar acusações” (grifos nossos), dando a entender que essa inimizade foi construída com o tempo. De fato, a fotografia ilustra os dois ministros em situação de proximidade, inclinados e lendo a mesma cópia de um texto indeterminado. Essas fotografias e as citações diretas – inclusive com repetições próprias da oralidade, o que indica fidelidade à expressividade oral de, no caso, Gilmar Mendes –, juntamente ao vídeo, enunciam um valor de verdade pela ancoragem no real e pela verossimilhança.

Em relação ao texto escrito da notícia, este é constituído por dois parágrafos. O primeiro, junto com o título, mostra que para o *Congresso em Foco* seus leitores têm uma competência comunicativa suficiente para saber que Barroso é Luís Roberto Barroso, que Gilmar é Gilmar Mendes e que, junto a Cármen Lúcia, são ministros do STF, além de que a ministra era a então presidente desse tribunal, reforçando o *ethos* de jornalismo político do *Congresso em Foco*. O parágrafo dá a entender que a notícia constitui uma suíte, pois a primeira frase, qual seja, “Com o clima acalorado no plenário, Cármen Lúcia anunciou que suspenderia a sessão”, supõe que houvesse alguma informação noticiosa anterior que contextualizasse a situação. Mas não dá para confirmar isso visto que, diferentemente de outras notícias analisadas, não há um *hiperlink* sequer que localize o internauta quanto a uma contextualização maior referente àquela sessão específica na qual é narrado o evento noticiado.

A única contextualização vem no segundo parágrafo, que informa o que estava sendo analisado naquela sessão plenária do STF. A discussão é a notícia.

Mesmo aparentemente não havendo maior desenvolvimento do *Congresso em Foco* sobre a ação ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra o dispositivo da Lei das Eleições que permitia doações ocultas a candidatos, ainda assim o *ethos* anticorrupção, de defesa da democracia do *website* se manifesta em um tom crítico a esse dispositivo ao repetir a informação de que a ação visava combater esse tipo de doação,

configurando uma redundância, no trecho destacado a seguir, que denota essa necessidade moralista do *Congresso em Foco* em contribuir para um sistema político mais honesto e limpo no Brasil.

No momento da discussão, os ministros do tribunal analisavam a ADI 5.394, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra dispositivo da Lei das Eleições (9.504/1997) que permite “doações ocultas a candidatos. uma ação sobre doações eleitorais ocultas.

Ou seja, se por um lado seria de interesse de partidos políticos manter esse dispositivo – afinal, foram parlamentares filiados a partidos políticos que em 1997 aprovaram a Lei das Eleições e, conseqüentemente, o dispositivo questionado pela OAB –, por outro, é de interesse de entidades, como a OAB e o *Congresso em Foco*, que haja cada vez mais idoneidade e transparência com quem administra o erário.

Assim, o *ethos* de apartidarismo, conforme entendido pelo *Congresso em Foco*, manifesta-se na não-preferência por um dos lados, isto é, ministro Barroso ou ministro Gilmar Mendes, no discurso. Porém, o *Congresso em Foco* assume sim um lado, aquele que defende a normalidade institucional, identificado no discurso em expressões da cenografia analisada, como “mal-estar”, indicando assim que o *website* considera a situação imprópria para o espaço onde aconteceu, isto é, no plenário do STF, e também por uma reafirmação sobre a ação que visava combater doações eleitorais ocultas. Há, assim, um olhar reprovador do *Congresso em Foco* frente à situação, ao mesmo tempo em que o olhar jornalístico que mira o inusitado e que se pretende “cão de guarda”, fiscal dos Poderes, não permite omitir-se quanto à publicação do fato.

4.2.7 STF decide destino de Lula em pedido de habeas corpus. Veja ao vivo

Em mais uma notícia, *STF decide destino de Lula em pedido de habeas corpus. Veja ao vivo* (PEREIRA, 2018c), tendo como tema uma sessão plenária do STF, um dos elementos discursivos mais marcantes são os enunciados que dão a impressão de tempo real à notícia, dentro daquilo que se entende como a instantaneidade do webjornalismo. Expressões como “veja ao vivo”, “assista ao vivo o julgamento”, e verbos conjugados no futuro como “ficarão” e “terão” dão esse sentido de “tempo real”. As duas primeiras expressões, por instarem o internauta a acompanhar o julgamento do STF ao vivo, no mesmo momento em que acontecia, em vídeo disponibilizado no corpo da notícia. Talvez por esse aspecto de “ao vivo”, o vídeo

estivesse indisponível no momento em que se empreendeu esta análise. O uso dos verbos no futuro do presente do indicativo situa a notícia em um “aqui e agora” que mais uma vez coincide com o tempo em que o fato noticiado acontece, do mesmo modo em que no início da notícia se diz que o STF “retomou, nesta quarta-feira (4), o julgamento...”, no tempo pretérito. A publicação da notícia, às 14h08 de 4 de abril de 2018, portanto, se deu durante o referido julgamento.

Nesse sentido, o *Congresso em Foco* enuncia em um *ethos* de velocidade, instantaneidade, ao qual se somam as categorias de credibilidade, de profissionalismo e de relevância de *ethos* devido à importância dos atores envolvidos no fato noticiado, quais sejam, o STF e o ex-presidente Lula, cujo pedido de *habeas corpus* é o objeto de julgamento. O *Congresso em Foco* busca se firmar, assim, como relevante por estar acompanhando jornalisticamente de modo profissional “em tempo real” o julgamento que, na prática, poderia resultar na prisão de Lula caso o *habeas corpus* fosse negado.

Outro elemento interessante para a análise é o uso do termo “manifestações” tanto como intertítulo como para caracterizar as ações de grupos populares que se concentravam fora do prédio do STF. A palavra “manifestação” aqui enunciada tem um equivalente de sentido diferente, qual seja, “protesto”, sendo a primeira mais neutra ideologicamente do que o segundo. Enquanto o uso de “manifestação” no contexto midiático significa um grupo de pessoas que reivindicam algo, “protesto” por outro lado tende a indicar uma manifestação mais agressiva, geralmente com confronto com as forças de segurança, e portanto, mais crítica em relação ao ato popular.

Aliás, quando se refere às forças de segurança, o *Congresso em Foco* usa aspas para indicar que as alterações feitas no trânsito brasileiro foram “para garantir a segurança dos manifestantes”. O mecanismo do discurso citado aqui é usado para que o *website* deixe claro que são as forças de segurança, e não ele, que dizem qual o papel delas durante as manifestações, recuperando uma memória de histórico de confrontos entre policiais e manifestantes. Assim, ao usar “manifestação” e não “protesto”, ao dar a responsabilidade, no discurso, às forças de segurança quanto à garantia de segurança dos manifestantes, o *Congresso em Foco* enuncia em um *ethos* de defesa da democracia e dos Direitos Humanos, pois não combate os direitos de manifestação e liberdade de expressão, que são inclusive garantidos constitucionalmente.

Ainda, a estrutura textual que funciona como “olhos” no final da notícia contém dois *hiperlinks* que transportam a notícias relacionadas ao tema “prisão de Lula”, protagonizados por dois críticos do ex-presidente. O mais significativo para a análise é o segundo, “Dallagnol

anuncia jejum por prisão de Lula; juiz da Lava Jato, Bretas apoia: ‘Acompanhá-lo-ei em oração’”.

Sem entrar no mérito legal do procurador-chefe da Operação Lava Jato (informação a que se chega pelo conhecimento prévio acerca da Lava Jato) e de um juiz federal que atua em julgamentos da mesma operação se manifestarem fora dos autos contra um dos réus da Lava Jato ou no uso de um discurso religioso por ambos pela prisão do ex-presidente Lula, no que diz respeito à apresentação de si no discurso do *Congresso em Foco* vale destacar o uso da citação direta de discurso do juiz Bretas em “Acompanhá-lo-ei em oração”. Há um sentido de mostrar a polidez na enunciação de Bretas, na conjugação “acompanhá-lo-ei”, que pelo emprego da mesóclise é incomum no uso coloquial da língua, mas comum em discursos marcados pelo uso formal da língua, como é o discurso jurídico. Assim, o *Congresso em Foco* reforça, quase como em uma enunciação irônica, a imagem de formalismo que Bretas diz de si nesse enunciado.

4.2.8 STF suspende sessão e adia decisão sobre habeas corpus e embargos de Paulo Maluf

O *Congresso em Foco*, nesta notícia, *STF suspende sessão e adia decisão sobre habeas corpus e embargos de Paulo Maluf* (PEREIRA, 2018e), se mantém na dimensão categorial de jornalismo político de seu *ethos* discursivo pelo assunto abordado, qual seja, um julgamento no STF cujo réu é um deputado federal, naquele momento afastado, e figura notória do cenário político brasileiro, Paulo Maluf. Assim, a fotografia que ilustra a notícia, que retrata Maluf, não precisa de mais esclarecimentos sobre quem ele é. A legenda que acompanha a fotografia – “O deputado foi preso em dezembro do ano passado, após o STF” – embora ajude a contextualizar a relação entre STF e Maluf na notícia, parece incompleta, pois falta uma ação que complemente “após o STF”.

Porém, por se tratar de uma notícia cujo acontecimento é um processo judicial, o *Congresso em Foco* assume um *ethos* didático por explicar várias expressões próprias do discurso jurídico e que não fazem parte dos conhecimentos comuns do mundo da vida cotidiana de quem acompanha a política partidário-parlamentar. É assim que o *Congresso em Foco* explica “embargos infringentes” como “contestação de sentença”, “não transitou em julgado” como “não se esgotaram todos os recursos”, “decurso de prazo” como “prescrição de pena”. A explicação do termo jurídico em uma linguagem mais acessível veio sempre, nesses casos, entre parênteses, de modo a marcar simbolicamente que naquele momento o enunciatador assumia um

tom didático para que seu público compreendesse melhor aqueles elementos do discurso jurídico.

O *Congresso em Foco*, ainda, por meio da enunciação de discursos citados alheios, reafirma seu *ethos* de defesa da democracia e dos Direitos Humanos, quando traz a questão da prisão domiciliar concedida a Maluf em dezembro de 2017 por decisão do ministro Dias Toffoli como uma “prisão domiciliar humanitária” ao réu que, lembra o *website*, tem 86 anos e está em um estado de saúde delicado. Inclusive, o *Congresso em Foco* narra que, em oposição ao pedido do procurador Humberto Jacques, que naquele momento representava Procuradoria-Geral da República (PGR), e que criticou o pedido de *habeas corpus* de Maluf, que estava sendo relatado por Dias Toffoli, o ministro “logo interrompeu o procurador para ler o laudo médico do deputado afastado Paulo Maluf e ressaltar que sua decisão não se deu com base em notícias de imprensa”. Ou seja, o *Congresso em Foco* valora positivamente a ação de Toffoli destacando que o ministro decidiu pelo *habeas corpus* apresentando provas com valor de verdade, isto é, um laudo médico, que é um documento oficial, e não provas com efeito de verdade, como seriam as notícias da imprensa.

Porém, por mais que aparente em determinado momento fazer uma defesa para Paulo Maluf, o *Congresso em Foco* o faz por ser defensor dos Direitos Humanos. E como defensor da democracia e agente midiático contra a corrupção, isto é, como “cão de guarda” da sociedade, o *website* expõe ainda os motivos que levaram Maluf ao banco dos réus, a saber, propina recebida quando ele era prefeito de São Paulo na década de 1990. Em dois momentos o *Congresso em Foco* se coloca contra a morosidade da Justiça, quando diz que o processo “transcorreu por cerca de 20 anos e *se arrastou* graças à prerrogativa de foro especial de que gozava Maluf antes de ser preso” (grifos nossos), e quando diz que as investigações “*se arrastaram* por mais de 10 anos desde a instauração do primeiro inquérito, ainda na primeira instância da Justiça” (grifos nossos). O uso do verbo “arrastar-se” dá essa ideia de lentidão e demora.

Esse mesmo *ethos* de “cão de guarda” do *Congresso em Foco* é manifestado nos olhos-*hiperlinks*, dispostos tanto no meio da notícia quanto no final. Dos dois olhos-*hiperlinks* no meio da notícia, em um deles “De ‘bandido bom é bandido preso’ a elogios ao ‘amigo Dória’: o que Maluf postou nas redes antes da prisão”, o *Congresso em Foco* destaca um enunciado irônico de Maluf – “bandido bom é bandido preso” – visto que ele próprio viria a ser preso, e tenta ligar a imagem de Maluf à imagem de João Dória (PSDB³⁴), que na época da publicação

³⁴ Partido da Social Democracia Brasileira.

da notícia havia acabado de renunciar ao cargo de prefeito da cidade de São Paulo para tentar ser governador do estado homônimo. No outro, “Cármem Lúcia nega reverter prisão de Maluf: ‘Recorrer é legítimo; abusar deste direito é fraude’”, o *Congresso em Foco* ecoa o enunciado de Cármem Lúcia contra Maluf, assumindo também a visão de que Maluf passou tempo demais impune, a ponto de ter recorrido tanto na Justiça que seu caso seria já uma “fraude”.

Já dos “olhos” ao final da notícia, em “Câmara suspende salários e benefícios de deputados presidiários”, o *Congresso em Foco* amplia o olhar a partir de uma notícia sobre um deputado preso, Maluf, com todo o universo de deputados presidiários. É interessante ainda, além do fato de haver deputados presidiários, isto é, parlamentares, legisladores que não gozam do direito à liberdade por terem cometido crimes e terem sido condenados por isso, que seja notícia a Câmara Federal suspender salários e benefícios dessa “bancada” parlamentar, ou seja, que esse acontecimento – a suspensão dos salários e benefícios de deputados presidiários – seja uma ruptura da normalidade institucional e não uma regra.

No último olho, “Réu da Lava Jato, Maluf e o deputado do confete estão entre os mais faltosos na Câmara”, mais uma vez o *Congresso em Foco* se coloca como “cão de guarda” pois enfatiza que Maluf, além de estar sendo julgado por um crime cometido na década de 1990 quando era prefeito de São Paulo, ainda é réu na Operação Lava Jato e, mais ainda, junto ao “deputado do confete”, é um dos menos assíduos na Câmara dos Deputados.

Aqui, é importante destacar ainda que o *Congresso em Foco* acredita que “deputado do confete” se refere a alguém de amplo conhecimento por quem acompanha o noticiário político nacional, igualando-o nominalmente a “Maluf”, isto é, o *website* faz supor que “deputado do confete” é tão conhecido no seu mundo da vida cotidiana quanto “Maluf”, a ponto de não julgar necessário dizer no título quem é esse deputado. Porém, fica a dúvida se realmente é possível deduzir quem é o “deputado do confete” e qual a relevância de chamá-lo assim, isto é, se o episódio que relaciona o parlamentar com confete é tão icônico no mundo político a ponto de ligarmos instantaneamente a pessoa à alcunha.

Portanto, o *Congresso em Foco*, ao mesmo tempo em que manifesta o *ethos* de “cão de guarda” da sociedade ao denunciar e noticiar os casos de corrupção que envolvem parlamentares, não deixa de manifestar seu *ethos* de defesa da democracia e dos Direitos Humanos para, ao invés de enunciar algo como “bandido bom é bandido morto”, prefere dar eco a “bandido bom é bandido preso em condições adequadas”. Além disso, quando sai da “zona de conforto” dos fatos acontecidos nos corredores e salões do Congresso Nacional e vai até o STF, onde o discurso deixa de ser o discurso político-partidário-parlamentar e passa a ser o discurso jurídico, assume um *ethos* didático para explicar termos do discurso jurídico ao seu

público casual. Por outro lado, exatamente na sua “zona de conforto”, o *Congresso em Foco* pode acabar enunciando expressões que não são de amplo domínio público, como “deputado do confete”.

4.2.9 STF interrompe sessão que já tem maioria para restringir foro a crimes em razão do cargo

Embora os atores principais da notícia *STF interrompe sessão que já tem maioria para restringir foro a crimes em razão do cargo* (PEREIRA, 2018d) sejam o STF e seus ministros, o que indica a abrangência da cobertura jornalística do *Congresso em Foco* para além dos corredores do Congresso Nacional, ainda assim o tema da notícia cruza o universo dos deputados e senadores, pois a medida em votação pelo STF afetará diretamente os Três Poderes nas três esferas administrativas, quais sejam, federal, estadual e municipal. O STF é um ambiente de seriedade, como mostra a fotografia que ilustra a notícia, ancorando-a no real: homens de toga – ministros do STF – são representados na fotografia em fileira, sentados, com semblante sisudo olhando seu trabalho na mesa diante deles no plenário do STF. Nota-se, ainda, a ausência de mulheres ministras do STF na fotografia, considerando que à época quem presidia a Corte era uma mulher, a ministra Cármen Lúcia.

Essa notícia, portanto, pertence ao mundo do jornalismo político, e o *Congresso em Foco*, ao publicá-la, reafirma sua dimensão categorial do *ethos*.

Os semas de credibilidade, profissionalismo e relevância se manifestam sobretudo na relação do texto noticioso com os olhos, que, sempre *hiperlinks*, redirecionam a outras notícias publicadas pelo *Congresso em Foco* a respeito das atividades do STF no que diz respeito aos processos que lá devem correr por causa da prerrogativa de foro privilegiado de que gozam os chefes dos Poderes, os ministros de Estado e os parlamentares federais, isto é, do foro decorrente de prerrogativa de cargo, e dito “privilegiado” porque constitui efetivamente um privilégio dos ocupantes desses cargos de não serem julgados criminalmente na primeira instância do Poder Judiciário, onde são julgados todos os crimes comuns.

O sema da defesa da democracia da dimensão ideológica se manifesta no apoio que o *Congresso em Foco* presta ao combate à corrupção. É significativo que o enunciador repita constantemente no texto que o caso noticiado restringe o foro privilegiado para crimes cometidos em razão e no exercício do cargo, sendo os demais remetidos à primeira instância.

Esse sentido de *ethos* também está presente nas críticas que o *Congresso em Foco* enuncia a respeito da morosidade característica da Justiça brasileira a ponto de ser estereótipo

deste Poder, como no olho “Um em cada cinco processos caduca no Supremo”, no olho “Quatro anos de Lava Jato: 188 condenações na Justiça, nenhuma delas no STF” e na retranca “Procrastinação do julgamento”, esta última em clara crítica à morosidade do Judiciário, mesmo que a enunciação original, do ministro Luís Roberto Barroso, se referisse à procrastinação do julgamento de políticos que deixavam o mandato e, portanto, em razão da mudança da prerrogativa de foro, o processo judicial passava para outra instância, atrasando o julgamento.

A crítica à morosidade do Judiciário pelo *Congresso em Foco* também está presente na narração e modulação do acontecimento noticioso, presente já no título: qual seria a razão do STF interromper uma sessão na qual *já* tem maioria para restringir foro a crimes em razão do cargo? Ou seja, uma decisão que em tese já está formada, a saber, que já tem maioria dos votos favoráveis entre os 11 ministros do STF, não é concluída porque um ou outro ministro pede vistas, isto é, pede para suspender o julgamento para entender melhor o processo judicial que tem em mãos, constituindo uma prática que pode ser interpretada como uma forma de atrasar o final do processo e, conseqüentemente, de atrasar a entrada em vigor da decisão aprovada no plenário do STF.

O *ethos* profissional do *Congresso em Foco* também é mostrado quando o *website* não apenas noticia o acontecimento, isto é, a interrupção do julgamento que *já* tem maioria, mas também de se preocupar de narrar o fato que deu origem ao processo. Narração esta que inicia com a recorrente crítica à morosidade do Judiciário: “Iniciado em maio do ano passado, o julgamento de hoje é baseado...”, ou seja, um ano depois o caso ainda está sendo julgado pelos onze ministros do STF.

Por fim, é por se admitir apartidário e “cão de guarda” que o *Congresso em Foco* se vê na função de publicar essa notícia, pois é algo que afetará a todo o universo político-partidário e político-administrativo. O combate à corrupção, além de ser característico da defesa da democracia para o *Congresso em Foco*, também é característico do ser “cão de guarda” – pois denuncia as práticas ilícitas e anuncia as práticas que visam combater as ilicitudes – e do apartidarismo – pois não importa o partido político do sujeito investigado, se ele agir contra o Estado, deve pagar por isso.

4.2.10 Senado aprova Sistema Único de Segurança Pública; texto segue para sanção

A notícia *Senado aprova Sistema Único de Segurança Pública; texto segue para sanção* (PEREIRA, 2018b) tem como tema a aprovação do projeto legislativo que cria o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

(PNSPDS). De tal forma que a única citação direta recortada pelo *Congresso em Foco* em toda a notícia é um trecho desse projeto de lei.

O *ethos* de jornalismo político do *Congresso em Foco*, que supõe um público cuja competência comunicativa abranja o rito de tramitação legislativo, se apresenta por exemplo, no uso de expressões como PLC³⁵ e PL³⁶, que podem soar estranhas a quem não acompanha o dia-a-dia do Congresso Nacional. Ou seja, o *Congresso em Foco* julga que seu público sabe que PLC nada mais é do que um PL que veio da Câmara dos Deputados para o Senado Federal. Também quando se refere ao senador mineiro Antonio Anastasia como “tucano” sem citar o PSDB, em referência ao modo como os políticos desse partido são conhecidos.

Por outro lado, o *Congresso em Foco* manifesta um *ethos* didático ao expor, em alguns momentos, trechos do PL que informam quais as propostas dele, quem formará o SUSP e como esse sistema funcionará e quais os papéis da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios nesse projeto.

O *ethos* de profissionalismo e o de credibilidade, ligados à prática jornalística do *Congresso em Foco*, que justificam o porquê de o *website* publicar esta notícia, estão no final do texto: “Com informações da Agência Câmara e da Agência Senado”. Ou seja, o *Congresso em Foco* deixa explícito de que fontes vieram as informações que expõe na notícia, quais sejam, as agências oficiais de imprensa das duas Casas Legislativas federais, dando assim à notícia um valor de verdade devido à notoriedade desses informadores.

O *ethos* ideológico do apartidarismo, por fim, também se manifesta nessa notícia, pois o *Congresso em Foco* não assume lado favorável ou contrário ao SUSP ou ao PNSPDS, limitando-se a expor o que considera as principais partes do PL. Do mesmo modo, os únicos parlamentares citados, o senador Antonio Anastasia (PSDB) e o deputado federal Alberto Fraga (DEM³⁷), só aparecem no texto porque foram, respectivamente, relatores do PL no Senado e na Câmara.

4.2.11 Falta de acordo adia votação do marco regulatório dos caminhoneiros; anistia de multas será via MP

Um elemento constante nesta notícia, *Falta de acordo adia votação do marco regulatório dos caminhoneiros; anistia de multas será via MP* (GÓIS, 2018b), é a presença de

³⁵ Projeto de Lei de iniciativa da Câmara.

³⁶ Projeto de Lei.

³⁷ Democratas.

marcas discursivas que remetem à região de fundo, os bastidores, do *Congresso em Foco* enquanto instância midiática. Ou seja, o *website* se identifica no enunciado várias vezes mostrando que foi um ator construtor da notícia, enunciado em um *ethos* de credibilidade e de profissionalismo que vai além da região de fachada, isto é, além da publicação da notícia como algo que aconteceu independente do enunciador. Quando o *Congresso em Foco* diz “A parlamentar disse ao Congresso em Foco que...”, “Representantes dos caminhoneiros disseram ao Congresso em Foco que...”, “ele disse ao Congresso em Foco que...” e “Como este *site* mostrou ontem...”, o enunciador se coloca como ator da notícia, enuncia em um *ethos* dito de profissionalismo e credibilidade na notícia, pois as fontes de informação dizem diretamente ao *Congresso em Foco* aquilo que é pertinente à notícia; mantém, porém, um efeito de objetividade ao se colocar em terceira pessoa, e não em primeira pessoa.

O *ethos* de jornalismo político está também bem presente em toda a enunciação da notícia, cujo assunto é o impasse na Câmara dos Deputados entre parlamentares e representantes dos caminhoneiros sobre a votação do PL 4860/2016, apelidado de “marco regulatório dos caminhoneiros”, que foi à votação em plenário no contexto da greve dessa categoria em 2018, que causou desabastecimento geral no Brasil de vários tipos de produtos, desde alimentos até combustível.

Aliado a essa categoria de *ethos*, o *ethos* de profissionalismo se manifesta também no recurso dos *hiperlinks* ao longo da notícia, de modo a permitir ao leitor voltar a notícias publicadas anteriormente pelo *website* sobre a greve dos caminhoneiros. Mostra-se, assim, como uma mídia que está acompanhando com muita proximidade o evento, não deixando nenhum detalhe escapar, principalmente quando relaciona elementos da crise à atuação parlamentar.

A hipertextualidade se manifesta também nos olhos da notícia: o primeiro, no meio do texto, diz “Queda de Parente, desabastecimento, escoltas, inquéritos... veja números e fatos sobre a greve dos caminhoneiros”, apontando assim para uma nova página com o resumo de tudo o que vem acontecendo em consequência da greve. “Queda de Parente”, ainda, não necessita de explicações para o leitor habitual do *Congresso em Foco* na visão desta mídia porque se refere a uma figura comum no cenário político à época, quem seja, Pedro Parente, então presidente da Petrobras, que saiu do cargo justamente por causa da greve. No final da notícia, o outro olho, “Ministro da Fazenda diz que governo não estuda subsídio para reduzir preço da gasolina”, também mantém profunda relação com a temática da greve dos caminhoneiros, visto que a alta no preço dos combustíveis foi uma das causas do movimento paredista.

O *Congresso em Foco* joga na notícia, entre os argumentos dos parlamentares a favor da aprovação do PL e de representantes dos caminhoneiros autônomos, contrários ao marco regulatório. Embora o efeito de objetividade jornalística de trazer citações de fontes dos dois lados da questão possa também sugerir a enunciação em um *ethos* de apartidarismo, isto é, o *Congresso em Foco* poderia dizer de si, e trabalha discursivamente para manter essa imagem de si, que não estava atuando nem a favor nem contra os caminhoneiros, mas que estava apenas noticiando que uma falta de acordo entre deputados federais ainda não permitia que a votação do PL 4860/2016 fosse viabilizada.

Porém, pode-se identificar marcas discursivas que sugerem que o *Congresso em Foco*, na verdade, assume um posicionamento pró-caminhoneiros. Mais, enuncia em um *ethos* de defesa dos Direitos Humanos, consequentemente, dos trabalhadores, no caso, caminhoneiros. Na frase “A parlamentar disse ao Congresso em Foco que uma delas se refere a normas sobre o descanso de motoristas, que corria o risco de ser modificado em plenário”, o uso da expressão “correr o risco”, que não fica claro se veio da deputada federal paranaense Christiane Yared, do Partido da República (PR)³⁸, a parlamentar referenciada no trecho, mas é uma clara escolha discursiva do *Congresso em Foco*, e tem uma carga semântica de que algo ruim provavelmente acontecerá.

Outra situação é o embate enunciado pelo *Congresso em Foco* entre caminhoneiros e patrões. Ainda usando a voz da deputada Yared, o *website* diz: “A deputada quer evitar justamente que isso aconteça, e que as empresas se responsabilizem pelo custo”. O uso de “evitar”, mesmo como citação indireta, tem também um valor semântico de impedir que algo de ruim aconteça, assim, quando o *Congresso em Foco* opta por usar esse verbo, expressa também sua preocupação em “evitar que isso aconteça”.

Mais um caso no qual se percebe a tendência pró-caminhoneiros do *Congresso em Foco* aparece no seguinte trecho:

Chamado de “marco regulatório dos caminhoneiros”, o PL foi pinçado dos arquivos do Congresso justamente para ajudar no enfrentamento da crise do transporte de cargas, mas tem causado atritos entre parlamentares, donos de transportadores e condutores autônomos, que veem na matéria um instrumento de retirada de direitos. Representantes dos caminhoneiros disseram ao **Congresso em Foco** que, além de atingir direitos, o PL foi concebido sob medida para beneficiar os patrões – neste sentido, lembram que o primeiro acordo com o governo, no calor da paralisação nacional, foi assinado por oito entidades, sete das quais representantes do patronato.

³⁸ Em 7 de maio de 2019, o TSE autorizou o PR a mudar de nome para voltar a ser chamado de Partido Liberal.

Há uma recorrência no que diz respeito à retirada de direitos, enunciada indiretamente na voz dos caminhoneiros autônomos, aliás, os únicos a terem alguma voz neste parágrafo. Além disso, há uma denúncia ao corporativismo patronal frente aos caminhoneiros autônomos. Essa mesma denúncia aparece quando, em um *ethos* didático, o *Congresso em Foco* informa que a então Advogada-Geral da União, Grace Mendonça, havia acionado “o STF para aplicar multas a corporações envolvidas na greve”, explicando entre parênteses que se trata de crime de locaute.

Ainda na defesa percebida em prol dos caminhoneiros, o *Congresso em Foco* afirma ainda que “o projeto não é de interesse do governo, o que reduz suas chances de aprovação em caráter prioritário”, depois de afirmar que havia mais de 400 deputados na Câmara no momento de produção da notícia, o que tecnicamente viabilizaria a votação do PL. Assim, critica, sob o viés da objetividade jornalística, certa omissão do Governo Federal e de sua base de apoio na Câmara dos Deputados quanto ao caso dos caminhoneiros, mesmo com toda a repercussão nacional em decorrência da greve do setor.

Destacamos nesse grupo, ainda, o último parágrafo da notícia, na qual o *Congresso em Foco* reproduz em citação direta as preocupações de Wallace Landim, líder do Movimento Caminhoneiros por um Brasil Melhor, bem como em citação indireta as conquistas que o caminhoneiro afirmou ter conseguido em prol da categoria. O *Congresso em Foco* finaliza a notícia com uma citação direta de Landim: “Mas e depois disso?”. Uma vez que a escolha de trechos de discurso citado são escolhas discursivas do enunciador principal do texto, o *website* assume também para si o questionamento de preocupação em relação ao futuro da categoria dos caminhoneiros.

E, embora em alguns parágrafos, o *Congresso em Foco* traga na voz do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e da advogada-geral da União, Grace Mendonça, argumentos contrários a anistiar as multas dos caminhoneiros grevistas, ainda assim fica aberta a possibilidade de, pelo menos, discutir a conversão de alguns tipos de multas em advertências, ou seja, de algum modo beneficiar os caminhoneiros. Conforme o título da notícia, a anistia das multas, que era um dos pontos mais sensíveis do marco regulatório, foi retirada do texto e seria editada como MP.

4.2.12 Câmara adia conclusão de projeto que dá permissão à Petrobras para negociar áreas do pré-sal

A notícia *Câmara adia conclusão de projeto que dá permissão à Petrobras para negociar áreas do pré-sal* (CONGRESSO EM FOCO, 2018b) contém um desdobramento a respeito da votação do PL 8939/2017, que permitia à Petrobras negociar a cessão onerosa do Pré-sal, como pode ser percebido com o olho no meio da notícia, cujo *hiperlink* redireciona a uma notícia publicada no dia anterior sobre a mesma temática. A publicação desse acontecimento como notícia é um elemento que caracteriza a enunciação do *Congresso em Foco* em um *ethos* de jornalismo político.

O *ethos* de profissionalismo do *website* na prática jornalística é percebido pelo efeito de objetividade jornalística que permeia o texto noticioso. É uma notícia curta, de quatro parágrafos apenas, escrita no formato tradicional da pirâmide invertida, com as informações consideradas mais importantes pelo *Congresso em Foco* vindo no início, na forma de lide, seguida por outras informações, nesse caso, em ordem cronológica de acontecimentos. A fotografia que ilustra a notícia, representando o plenário da Câmara dos Deputados em sessão ordinária, ancora o texto noticioso no real, ao mostrar que naquele momento fotografado o plenário da Câmara estava cheio e atuante.

Um elemento curioso é que, diferentemente das outras notícias analisadas no *corpus* deste trabalho, inexistem citações diretas de fontes de informação, gerando um efeito de que o *Congresso em Foco* apenas esteve lá no plenário da Câmara como um observador que depois contou em texto noticioso aquilo que viu. A exceção poderia ser o trecho “o deputado fluminense anunciou que os três últimos destaques seriam votados na próxima semana”, indicando uma citação indireta do deputado federal Rodrigo Maia (DEM), presidente da Câmara Federal. Porém, mesmo esse trecho indica a ação de um observador que presenciou a cena no momento em que ela aconteceu.

Há, ainda, um traço de *ethos* didático no qual o *Congresso em Foco* enuncia, quando explica o que é o PL 8939/17, bem como quando explica porque, mesmo tendo maioria dos votos, a urgência para um projeto de decreto legislativo foi rejeitada: “Para este tipo de projeto, era necessário maioria absoluta”, além de explicar qual era o conteúdo desse projeto.

O *ethos* de apartidarismo se manifesta no sentido de que o *Congresso em Foco* não toma lado nenhum a respeito da aprovação ou não do PL 8939/17, limitando-se apenas a noticiar o que foi votado e qual foi o placar das votações.

4.3 O ethos discursivo do Congresso em Foco

O *Congresso em Foco* pretende fazer um jornalismo apartidário. Para essa mídia jornalística, ser apartidário é não estar ligado a nenhuma força político-partidária, isto é, não estar vinculado a partidos políticos. Só assim seria possível ter credibilidade e independência para perseguir os próprios objetivos sem interferências externas. Seu profissionalismo no jornalismo estaria na sua capacidade de defender a democracia, os Direitos Humanos e a diversidade sem, para isso, levantar bandeiras partidárias, sem favorecer este ou aquele partido político que porventura assuma as mesmas bandeiras que o *Congresso em Foco*. É um “cão de guarda” da sociedade, e quem quiser defender o que é justo, é bem-vindo. É o que diz sobre si.

É possível perceber que o *Congresso em Foco* se esforça discursivamente para manter essa imagem de si. Porém, o apartidarismo, como não-filiação ideológica ou partidária – conforme concluímos a partir de Aldé (2004) –, tal qual a imparcialidade, é impossível na ordem do discurso. Pode-se até mesmo dizer que “apartidarismo” é um outro nome para “imparcialidade” no campo discursivo político.

Pois o discurso é atravessado por ideologias. A principal ideologia que atravessa o discurso jornalístico do *Congresso em Foco* é, justamente, a ideologia do apartidarismo. Essa ideologia se manifesta no discurso por meio de estratégias típicas do efeito de objetividade do discurso jornalístico, como o uso de técnicas como o lide e a pirâmide invertida, do uso de citações diretas de atores do acontecimento noticiado, fotografias e vídeos como efeitos de verdade pela verossimilhança, da enunciação dos vários lados da história e do contraditório, entre outros. Principalmente a enunciação dos vários lados da história, e um aspecto denunciante que não poupa políticos da esquerda à direita, visam gerar esse efeito ideológico de apartidarismo, que se manifesta também como um sema ideológico do *ethos* discursivo do *Congresso em Foco*.

Apesar de usar constantemente de elementos típicos do webjornalismo, dentro da lógica aberta da hipertextualidade, como por meio da inclusão de *hiperlinks* no texto noticioso ou o uso de vídeos hospedados em vários canais do YouTube, inclusive em canal do próprio *Congresso em Foco* – o que caracteriza também a inclusão do seu discurso jornalístico dentro de um interdiscurso –, percebe-se que essa mídia jornalística ainda utiliza técnicas do jornalismo impresso, como os “olhos” cortando o texto noticioso, dando destaque a informações que o *website* julgou mais relevantes em relação ao tema da notícia. Embora seja uma estrutura do jornalismo impresso, o olho no webjornalismo é transformado em *hiperlink*, sendo mais porta que olho. E, ainda que esses elementos constituam uma leitura aberta, o uso

da pirâmide invertida denota certo conservadorismo na produção de notícias pelo *Congresso em Foco*, ao invés de apostar em técnicas que exploram mais o potencial da leitura aberta da hipertextualidade no virtual, como a pirâmide deitada³⁹ ou o jornalismo transmídia⁴⁰.

Assim, foram identificados, no discurso noticioso do *Congresso em Foco*, na dimensão categorial do *ethos*: os semas de jornalismo político e de “cão de guarda” da sociedade; na dimensão experiencial: os semas de profissionalismo, credibilidade, relevância, velocidade, didatismo e o pluralismo de vozes; e na dimensão ideológica: os semas de combate à corrupção e defesa da democracia, da diversidade e dos Direitos Humanos, de independência, de jornalismo para mudar e, paradoxalmente, de apartidarismo e de partidarismo.

Pois, reforçamos, o *ethos* de apartidarismo do *Congresso em Foco* é tão somente uma intenção discursivo-ideológica, um efeito discursivo de apagamento das marcas de subjetividade, tal qual o efeito de imparcialidade. Como, por exemplo, quando denuncia a corrupção como no caso da nomeação da então deputada federal Cristiane Brasil para o cargo de ministra do Trabalho, mas abrindo espaço ao contraditório, uma vez que o julgamento sobre a acusação de corrupção contra a deputada não está finalizado, pois ela se coloca à disposição da justiça e da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários. Mas era preciso, como “cão de guarda” da sociedade, alertar que essa nomeação não poderia ser tão idônea assim.

Por outro lado, porém, o caso mais emblemático está na notícia sobre a filiação do então deputado federal Jair Bolsonaro e outros oito colegas no PSL, de modo a turbinar a candidatura daquele à Presidência da República. Nesse momento o *Congresso em Foco*, ao invés de demonstrar apartidarismo, mostrou-se no discurso alguém que está no campo de oposição a Bolsonaro e daqueles que comungam de suas ideias políticas. É compreensível esse *ethos* de oposição, visto que é enunciado na notícia que o próprio Bolsonaro enunciava ataques à imprensa; além disso, quando se conhece as posições político-ideológicas dele, uma mídia que expõe no seu *slogan* a bandeira LGBT dificilmente enunciaria um discurso que se aproximasse do discurso bélico-conservador de Bolsonaro. É relevante também, neste ponto, que o editorial

³⁹ O paradigma da pirâmide deitada, proposto por Canavilhas (2007), propõe quatro níveis de leitura distribuídos em páginas na internet hiperlinkadas entre si: uma unidade base, composta pelo lide, respondendo às perguntas “o quê”, “quando”, “quem” e “onde”; um nível de explicação, que responde às perguntas “por quê” e “como”; um nível de contextualização, onde são oferecidas informações complementares ao que já foi noticiado em formatos variados (texto, vídeo, som, infografia...); e um nível de exploração, que faz a conexão da notícia com arquivos sobre a notícia, internos ao website ou externos a ele.

⁴⁰ Na proposta do jornalismo transmídia, segundo Porto e Flores (2012), o conteúdo jornalístico varia com o uso de várias plataformas comunicacionais, como vídeo, fotografia, texto, animação, áudio, de modo que cada um elabore sua própria mensagem. O conjunto de todos os elementos transmídia de uma reportagem ou de uma notícia coexistem numa relação mútua de independência e de interdependência, de modo que são complementares entre si e não excludentes. Além disso, o leitor pode optar por ver todo o conteúdo ou apenas uma parte, mas aquilo que vê deve ser suficiente para que ele compreenda o acontecimento jornalístico.

analisado foi atualizado às vésperas do segundo turno das eleições gerais de 2018, quando Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil, e mais de dois anos após a sua publicação original. Em toda a notícia, o *website* se esforça para mostrar que seu *ethos* discursivo é oposto àquele bolsonarista, no lugar de mostrar que enuncia em um *ethos* apartidário.

Além disso, pelo uso de técnicas de redação de notícias e que geram efeito de objetividade jornalística, o *Congresso em Foco* confirma, em parte, o seu *ethos* prévio, qual seja, o *ethos* do jornalismo. Pelo fato de a imparcialidade e a neutralidade serem impossíveis na ordem do discurso, e por ter efetivamente se posicionado em algumas notícias, conforme visto nas análises, torna-se impossível para esse *website* (e qualquer outra mídia jornalística) confirmar no seu discurso todas as características do *ethos* jornalístico expostas neste trabalho.

Portanto, como *ethos* discursivo do *Congresso em Foco*, pode-se dizer que o *website* mostra-se no discurso como uma mídia jornalística parcial, que toma partido por questões relacionadas aos Direitos Humanos, à diversidade social e à democracia, buscando agir como “cão de guarda” da sociedade no enfrentamento e na denúncia de atos de corrupção política e econômica, publicando em seus textos noticiosos, quando julga necessário, propostas de iniciativa popular que se aliam à sua visão particular de mundo, com a proposta de fazer um “jornalismo para mudar”. Procura, ainda, ser didático no seu discurso quando traz elementos que não fazem parte do seu mundo da vida cotidiana, explicando de modo vulgar termos que fogem da normalidade do mundo político, principalmente quando noticia fatos ocorridos na ordem do discurso judiciário.

Demonstra, ainda, ter credibilidade para noticiar fatos do mundo da vida cotidiana da política nacional, buscando enunciar, no seu próprio discurso, traços de discursos alheios pertencentes a atores políticos das mais variadas vertentes partidárias e ideológicas, embora tenda a valorar mais positivamente discursos mais à esquerda no espectro político, enquanto se opõe a discursos mais à direita.

E se, por um lado, o profissionalismo do *Congresso em Foco* se manifesta de modo predominante no seu discurso noticioso, seja pela precisão das informações – constatadas muitas vezes com a presença de vídeos na notícia que corroboram o discurso jornalístico do *website* – como pela constante atualização das notícias de acordo com o princípio da instantaneidade do webjornalismo, por outro lado, essa mesma instantaneidade, que gera um efeito de *ethos* de velocidade ao *Congresso em Foco* faz com que por vezes haja deslizos que vão de encontro com esse *ethos* de profissionalismo, conforme identificado nas análises principalmente em legendas de fotografias cujos enunciados estavam incompletos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender como se constitui o *ethos* do discurso noticioso do *Congresso em Foco*, realizamos um caminho reflexivo-analítico que começou pelo desenvolvimento do *ethos* do jornalismo político, isto é, a identidade profissional do jornalismo político. Assim, compreendemos que o *ethos* do jornalismo político é marcado pelo apartidarismo e pelas características identitárias do jornalismo de um modo geral, isto é, ser, enquanto instituição social, o mediador por excelência dentre as instituições sociais, ter como elementos constituintes a ancoragem no real, o compromisso com o público, a credibilidade, a crença na verdade, as três provas retóricas, a objetividade, a atualidade e a periodicidade, além de ter como unidade básica de informação a notícia, construção e produto da realidade social.

Em seguida, iniciamos o processo de análise do *ethos* discursivo do *Congresso em Foco* a partir da compreensão do seu *ethos* institucional e analisando 12 notícias publicadas pelo *website*, tendo o apartidarismo como categoria principal de análise. As 12 notícias que constituem, além do editorial “Porque a bandeira LGBT também é nossa bandeira”, o *corpus* desta dissertação, por estarem temporalmente distribuídas nos seis meses da primeira metade de 2018, permitiram que, também pela variação temática, pudéssemos analisar o *ethos* no discurso do *Congresso em Foco* em uma variedade maior de assuntos em épocas variadas do ano, fora do período eleitoral, quando há restrições jurídicas em referência à publicação de material jornalístico noticioso.

O apartidarismo, para o *website Congresso em Foco*, na sua prática discursiva do jornalismo político, significa não estar alinhado a nenhum partido político, e assim agir com independência no cenário político brasileiro. O apartidarismo é tão significativo no *ethos* institucional do *Congresso em Foco* que pode-se afirmar que é a própria ideologia operada no seu discurso jornalístico. Todo o seu *ethos* institucional é significado para reforçar esse sema principal do apartidarismo. Sua credibilidade, seu profissionalismo, sua abertura a um pluralismo de vozes, seu pioneirismo, dependem da manutenção de uma imagem de si que evoca o apartidarismo. A defesa dos Direitos Humanos, da democracia e da diversidade estão mergulhadas no seu dito apartidarismo. Agir como “cão de guarda” da sociedade quando se faz cobertura jornalística dos eventos políticos nacionais protagonizados em Brasília só é possível, para o *Congresso em Foco*, dentro de uma imagem apartidária de si.

Quando se parte para a análise do discurso em notícias do *website*, nas quais o compromisso de informar – e não só informar, mas gerar reflexão nos leitores em prol de uma mudança do *status quo* – fala mais alto, característica do *ethos* jornalístico, percebe-se que o

ethos de “cão de guarda” e o *ethos* de defesa da democracia, dos Direitos Humanos e da diversidade, além do próprio *ethos* jornalístico, do *ethos* de credibilidade, do *ethos* de profissionalismo e do *ethos* de independência, são os mais significativos para reforçar o efeito de sentido de apartidarismo na imagem de si do discurso jornalístico do *Congresso em Foco*.

Na hipótese desta dissertação argumentava-se que o discurso noticioso do *Congresso em Foco* situa-se num espaço discursivo político progressista e favorece editorialmente a publicação de notícias cujos fatos estejam alinhados à sua proposta editorial. Apresenta-se, assim, como uma mídia que enuncia um discurso jornalístico político progressista, independente das forças político-partidárias em conflito no Brasil. Essa hipótese foi embasada em dois pressupostos, quais sejam, de que o *Congresso em Foco* segue a linha editorial exposta na página *Quem somos* do *website*, dizendo-se uma mídia que respeita e defende a democracia e os Direitos Humanos, sem estar alinhada a nenhum partido político no seu discurso, tendendo a criticar nas notícias, sob o véu da objetividade jornalística, atores e situações políticos que se opõem ao que prega em linha editorial; de que o *Congresso em Foco* se afirma como independente, apartidário e isento, elementos que contribuem para a credibilidade jornalística do *website*, e busca reforçar esses valores no seu discurso jornalístico enunciado em notícias e editoriais

Dentre as pautas progressistas no universo político brasileiro atual estão questões como a defesa dos Direitos Humanos, o respeito às diversidades, a defesa da democracia, que compõem o *ethos* institucional do *Congresso em Foco*, além de um desejo de avanço social, de desenvolvimento social e econômico, presentes na semântica da palavra “progresso”. Esses mesmos elementos transparecem no *ethos* do *Congresso em Foco*.

De fato, é característico do *ethos* discursivo do *Congresso em Foco*, presente tanto em seu *ethos* dito/institucional quanto no seu *ethos* mostrado, a defesa da democracia, dos Direitos Humanos e da diversidade (étnica, de gênero, racial, ideológica...). Mesmo quando o foco é um indivíduo criticado pelo *Congresso em Foco*, como Paulo Maluf, por exemplo, o *Congresso em Foco* defende o direito do então deputado federal à “prisão domiciliar humanitária”. Em outra notícia traz em seu discurso marcas que o colocam em posição de defesa dos caminhoneiros quando da greve de maio de 2018, isto é, do lado de trabalhadores que enfrentavam o poder político e o patronato.

Porém, ao invés de percebermos um favorecimento editorial à publicação de notícias cujos fatos estejam ligados a essa proposta progressista – “jornalismo para mudar” –, é muito mais perceptível que as características semânticas desse discurso jornalístico preocupado com

um Brasil melhor politicamente se manifestam nas próprias notícias, mais do que no seu temário.

Assim, de um modo geral, o *Congresso em Foco* segue a lógica de publicar em formato de notícia os acontecimentos mais relevantes politicamente no dia, embora possamos identificar como casos de notícias publicadas especificamente devido à linha editorial progressista do *website* as notícias “Cristiane Brasil recebeu R\$ 200 mil de caixa dois da Odebrecht, segundo delator”, “Cada deputado de Brasília tem R\$ 184 mil por mês só para contratar assessores. Veja os benefícios” e “Deputado preso é conhecido por vídeo pornô, ofensas e bate-bocas. Confira vídeos”.

A primeira e a terceira por serem complementos ao acontecimento principal, respectivamente, a nomeação de Cristiane Brasil para o Ministério do Trabalho e a prisão do então deputado federal João Rodrigues, portanto partes de um trabalho de “cão de guarda” assumido pelo *Congresso em Foco*, indo além do acontecimento básico noticiável; e a segunda por estar fora do âmbito normal de cobertura do *Congresso em Foco* e também por ser uma forma do *website* promover a campanha “Câmara mais barata”, dita uma iniciativa popular e apartidária.

Embora o *Congresso em Foco* não anuncie explicitamente vínculo a nenhum partido político – pelo contrário, nega veementemente essa possibilidade –, há um tom crítico mais forte a atores políticos situados à direita no espectro político-ideológico-partidário brasileiro. Nessas situações, o *Congresso em Foco* não exprime nenhum esforço em parecer apartidário. Na notícia em que destaca “algumas polêmicas” envolvendo o então deputado federal João Rodrigues, na ocasião em que ele tinha sido preso por fraude em licitação quando era prefeito de uma cidade no interior de Santa Catarina, o *Congresso em Foco* assume uma postura oposta à do parlamentar, seja por ter sido condenado em segunda instância e preso, mas sobretudo por se colocar em um polo discursivo-ideológico oposto ao do deputado.

O mesmo acontece na notícia sobre a filiação do então deputado federal Jair Bolsonaro e outros oito parlamentares ao PSL. No texto em questão, o elemento mais significativo analisado estava na oposição mutuamente estabelecida entre o *ethos* bolsonarista e o *ethos* do *Congresso em Foco*, pois o *website*, no lugar de mostrar-se apartidário, enunciou de modo a mostrar-se em um *antiethos* bolsonarista.

Um terceiro exemplo é a notícia sobre a desmobilização da base do então presidente Michel Temer na Câmara dos Deputados na aprovação de uma MP que prorrogava a concessão de rodovias. Aqui, o *Congresso em Foco*, embora faça escolhas discursivas que intencionam gerar um efeito de sentido de apartidarismo em seu *ethos* discursivo, acaba concedendo mais

espaço para o discurso da oposição do que para o discurso governista, chegando mesmo a denunciar que o Governo Federal estaria trabalhando para burlar a legislação.

É importante, ainda, ressaltar que as técnicas de objetividade jornalística, de apagamento do sujeito no discurso, de trazer no texto os dois ou mais lados da questão noticiada, de trabalhar com técnicas como o lide, são usadas correntemente na enunciação do discurso noticioso do *Congresso em Foco*, como estratégia discursiva para esconder a parcialidade dessa mídia e como um esforço de produção de sentido de apartidarismo em seu discurso e em seu *ethos* discursivo.

A independência do *Congresso em Foco* é relativa às forças políticas e partidárias em conflito no cenário brasileiro, e caracteriza sua pretensão ao apartidarismo. Por outro lado, o *Congresso em Foco*, como qualquer sujeito enunciador de um discurso, é dependente das próprias ideias e dos próprios posicionamentos. É um sujeito que enuncia com uma ideologia que opera no seu discurso. O *Congresso em Foco* tem lado, e enuncia com precisão tanto em textos de apresentação de si, como a página *Quem somos*, como em textos claramente opinativos, como os editoriais. Seu discurso jornalístico é também um discurso político, na medida em que se propõe a fazer “jornalismo para mudar”, a ser uma ferramenta de conscientização político-cidadã para o “(e)leitor”. Isso se manifesta como um elemento ideológico de seu *ethos* discursivo, pois são os posicionamentos ético-políticos do *Congresso em Foco* que definem o que significa dizer “eu faço jornalismo para mudar a política nacional até o ponto em que eu considero constituir uma sociedade ideal”.

Portanto, ser apartidário na ordem do discurso, portanto, é tão impossível quanto ser imparcial. Pois o apartidarismo é outro modo de nomear a imparcialidade nos discursos político e jornalístico.

A própria isenção jornalística é um posicionamento adotado, quando consideramos que o mundo não é maniqueísta, não é dividido apenas nas forças do bem e do mal, mas é atravessado por uma quantidade infinita de discursos em um grande interdiscurso. Tal qual a objetividade jornalística nunca é objetividade pura e a subjetividade do jornalista não é subjetividade pura, mas a enunciação ocorre em um gradiente composto tanto de traços objetivos quanto subjetivos.

Além disso, o *Congresso em Foco*, tal qual coloca Charaudeau (2006) sobre a finalidade ambígua da mídia, não é somente um órgão de informação a serviço do público, mas também é uma empresa inserida na lógica capitalista. No seu discurso autorreferencial, presente na página *Quem somos*, o *ethos* empreendedor do *Congresso em Foco* é construído quando o jornalista Sylvio Costa classifica o *website* como *startup*; também quando é apresentada como

fontes de receita sua o “Painel do Poder”, a revista *Congresso em Foco*, e, mais recentemente, em outra página na arquitetura do *website*, “serviços premium” que podem ser adquiridos de forma individual ou por pacotes corporativos e que se propõem a antecipar “riscos e oportunidades para seu negócio” (CONGRESSO EM FOCO, 2020). Ou seja, o *Congresso em Foco* busca se firmar dentro da lógica empresarial capitalista não apenas como mais uma mídia a serviço do público produzindo jornalismo político, mas também oferecendo uma gama de serviços que afirma serem exclusivos e de qualidade, a fim de convencer até mesmo a corporações de que, pagando um valor justo, receberá informações valiosas para a sua própria manutenção no mercado. Desse modo, o *Congresso em Foco* lança estratégias mercadológicas para se colocar como empresa competitiva no complexo sistema existente entre mercado(s) e política. E, por se pretender e continuamente se afirmar como mídia apartidária, o *Congresso em Foco* intenciona, também, coletar um amplo leque de clientes, da esquerda à direita.

Porém, o fato de o *Congresso em Foco* não ser apartidário, pois assume posicionamentos claros enviesados por uma ideologia que se pretende, paradoxalmente, ser apartidária, e, conseqüentemente, não ser isento, conforme apontado nas análises realizadas, não significa que não seja independente do modo em que essa mídia institucionalmente compreende como independência. Nem significa que não possa desenvolver análises acuradas sobre o cenário político brasileiro a fim de comercializá-las em pacotes de serviços exclusivos. Do mesmo modo, não significa que não tenha credibilidade jornalística.

Pois a credibilidade não decorre de um pretenso apartidarismo ou de uma pretensa isenção jornalística, mas é uma categoria de *ethos* fortemente aliada às categorias de *ethos* de profissionalismo e de “cão de guarda”: é o valor de verdade, os efeitos de verdade pela verossimilhança e a anexação de vídeos comprobatórios – que denotam a apuração característica do fazer jornalístico –, as denúncias que ferem os poderosos de Brasília – que colocam o *website* em posição de defesa da sociedade –, que auferem credibilidade – capital do jornalismo – ao *Congresso em Foco*.

Mais uma vez, como exemplo, trazemos a notícia sobre a filiação de Bolsonaro e outros deputados ao PSL. Nesta notícia, a credibilidade no *ethos* discursivo do *Congresso em Foco* está fortemente ligada ao *ethos* de profissionalismo, pois foi “por força do ofício” que o *Congresso em Foco* teve credibilidade para estar presente no evento como imprensa e tinha competência para publicar a referida notícia porque sabia do que estava falando.

Em outra notícia, sobre a falta de acordo para votar o marco regulatório dos caminhoneiros, o *Congresso em Foco* se coloca como ator construtor da notícia, pois se identifica várias vezes no enunciado – na maior parte, em terceira pessoa, mantendo um efeito

de objetividade. Assim, enuncia tanto em um *ethos* de credibilidade quanto em um *ethos* de profissionalismo.

Diante disso, em cumprimento ao objetivo geral desta dissertação, de compreender como se manifesta o apartidarismo na construção do *ethos* discursivo do *Congresso em Foco*, reitera-se que o apartidarismo é enunciado como intenção ideológica-discursiva por parte do enunciador. Ideológico na medida em que, paradoxalmente, por um lado o *Congresso em Foco* enumera uma série de posicionamentos, isto é, de partidos que toma frente a várias temáticas que permeiam o universo político, e por outro o *website* nega ter preferências político-partidárias.

O paradoxo se desfaz na medida em que os posicionamentos adotados pelo *Congresso em Foco* se aproximam mais aos posicionamentos de partidos de centro-esquerda e de esquerda, ao mesmo tempo em que, no *corpus*, percebe-se críticas mais efusivas – e muitas vezes camufladas pelos efeitos de sentido derivados das técnicas de objetividade jornalística – a atores políticos ideologicamente alinhados a um perfil mais conservador e à direita no espectro político-partidário.

Com esta dissertação, buscamos contribuir com a compreensão do fenômeno do apartidarismo no jornalismo político brasileiro a partir da apresentação de si no discurso, isto é, do *ethos* discursivo. Declarar-se partidário nada mais é do que uma estratégia ideológico-discursiva de afirmar-se independente frente às forças político-partidárias. A independência, para o jornalismo, é um elemento importante na manutenção da credibilidade, mas não o único. Apartidarismo, tal qual imparcialidade, é uma estratégia ideológico-discursiva utilizada para agradar a um público o mais amplo possível. Mas nem todos “mordem a isca”. Por isso, mais do que querer agradar (ou incomodar) a todos, é tarefa do jornalismo independente, honesto, ético, trabalhar com responsabilidade social, pois é daí que, acreditamos, será angariado o capital da credibilidade. Esperamos, assim, contribuir para o desenvolvimento dos estudos do discurso jornalístico em particular, e do discurso midiático em geral.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, P. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ALBUQUERQUE, A. A comunicação política depois do golpe – notas para uma agenda de pesquisa. **Compólitica**, v. 8, n. 2, p. 171-205, 2018.
- ALBUQUERQUE, A. Um outro “Quarto Poder”: imprensa e compromisso político no Brasil. **Contracampo**, n. 4, p. 23-57, jan./2000.
- ALDÉ, A. **A construção da política**: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Tradução de Jacob A. Pierce. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. O método nas ciências sociais. *In*: ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p. 107-188.
- AMOSSY, R. Estereótipo. Tradução de Pedro Luis Navarro Barbosa. *In*: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs.). **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014a. p. 213-216.
- AMOSSY, R. *Ethos*. Tradução de Sandoval Nonato Gomes-Santos. *In*: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs.). **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014b. p. 220-221.
- AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. *In*: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 119-144.
- AUHLIN, A. *Ethos* e experiência do discurso: algumas observações. Tradução de Emília Mendes Lopes e Wander Emediato de Souza. *In*: MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (org.). **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE/UFMG, 2001. p. 201-225.
- BACCEGA, M. A. O estereótipo e as diversidades. **Comunicação & Educação**, n. 13, p. 7-14, 30 dez. 1998.
- BARRETO, E. F. P. **Eleições para o governo do RN 2002**: a cobertura do Diário de Natal/O Poti: os discursos, as manchetes. Natal: 2004. 361f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
- BENETTI, M. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- BENETTI, M.; HAGEN, S. Jornalismo e imagem de si: o discurso institucional das revistas semanais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 123-135, jan./jun. 2010.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 23. ed. Petrópolis: Vozes: 2003.
- BERTASSO, D. **Jornalismo de revista e ethos discursivo**: as imagens de si nas capas e nos editoriais de Veja, Época, IstoÉ e CartaCapital. Porto Alegre: 2014. 170 f. Tese (Doutorado) – Universidade

Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação.

BIERNATH, C. A. G. **Marcas da identidade discursiva no jornalismo popularesco: análise do ethos** nos televisivos Documento Especial, Aqui Agora e Balanço Geral. Bauru: 2016, 141f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

BORELLI, V. **Jornalismo como atividade produtora de sentidos**. Biblioteca On-line de Ciência da Comunicação, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/38UfwWB>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BORJA, R. “*pies de barro*”. **Enciclopedia de la política**, [S.l.], 16 jul. 2018. Disponível em: http://www.encyclopediadelapolitica.org/pies_de_barro/. Acesso em: 18 dez. 2019.

CADA deputado de Brasília tem R\$ 184 mil por mês só para contratar assessores. Veja os benefícios. **Congresso em Foco**, Brasília, 17 jan. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2Vk8BSj>. Acesso em: 28 mai. 2019.

CÂMARA adia conclusão de projeto que dá permissão à Petrobras para negociar áreas do pré-sal. **Congresso em Foco**, Brasília, 20 jun. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/38WgvFJ>. Acesso em: 28 mai. 2019.

CAMASÃO, L. D. J. Jornalismo sem fins lucrativos e independência editorial: os casos do Congresso em Foco e Agência Pública. *In: JORNADA DISCENTE*, V, 2015, Florianópolis. **Caderno de resumos [...]** Florianópolis: UFSC, 2015, p. 79-81.

CANAVILHAS, J. Hipertextualidade: Novas arquiteturas noticiosas. *In: CANAVILHAS, J. (org.). Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença*. Covilhã: Livros Labcom, 2014. p. 3-24.

CANAVILHAS, J. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. *In: BARBOSA, S. (org.). Jornalismo digital de terceira geração*. Covilhã: Livros Labcom, 2007. p. 25-40.

CAVALCANTI, J. R. Considerações sobre o *ethos* do sujeito jornalista. *In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 173-184.

CHARAUDEAU, P. **A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016a.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. Tradução de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. Discurso jornalístico e posicionamentos enunciativos: fronteiras e distanciamentos. **Parágrafo**, v. 4, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2016b.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. Tradução Dilson Ferreira da Cruz e Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, P. Representação social. Tradução de Nilton Milanez. *In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (orgs.). Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 431-433.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CITELLI, A. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.

CONGRESSO em Foco. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/>. Acesso em: 22 nov. 2019a.

CONGRESSO EM FOCO [Mídia kit]. Disponível em: <https://bit.ly/3a1863Y>. Acesso em: 23 mai. 2018c.

CONGRESSO EM FOCO. **O que pensa e para onde vai o Congresso**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/painel-do-poder/>. Acesso em: 14 mar. 2019b.

CONGRESSO EM FOCO. **Quem somos**. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 21 jun. 2018d.

CONGRESSO EM FOCO. **Serviços premium**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/assine-aqui/>. Acesso em: 26 fev. 2020.

COSTA, F. S. **Pandemia em (dis)curso**: *ethé* discursivos do jornal Folha de S. Paulo em manchetes e chamadas sobre Influenza A (H1N1). Guarulhos: 2016, 171f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Letras.

COSTA, S. Por que a bandeira LGBT também é nossa bandeira. **Congresso em Foco**, Brasília, 17 jun. 2016, atualizado em 25 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2HWOqXr>. Acesso em 13 ago. 2019.

CRUVINEL, T. Colunismo: análise, opinião e ética. In: SEABRA, R.; SOUSA, V. (orgs.). **Jornalismo político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 211-233.

DAVID JUNIOR, R. F. **Ethé dicursivos em editoriais do jornal O Globo**: uma abordagem semiolinguística. Rio de Janeiro: 2017, 227f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas.

DISCINI, N. *Ethos* e estilo. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 33-54.

EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP; Boitempo, 1997.

EGGS, E. *Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 29-56.

FIORIN, J. L. Enunciação e comunicação. In: FIGARO, R. (org.). **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 45-78.

FOLHA DE S. PAULO; DATAFOLHA. **Grau de confiança nas instituições**. Disponível em: <https://bit.ly/38VF18E>. Acesso em: 8 set. 2019.

FREITAS, J. S. **“O golpe, o golpe, o golpe”**: entre ecos de protesto, a construção de um *ethos* irônico nas crônicas políticas de Arnaldo Jabor. Niterói, RJ: 2018, 196 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GIRARDI, C. L. **A construção discursiva nas narrativas de Marcelo Rezende**: o *ethos* como uma espetacularização estratégica. Vitória da Conquista, BA: 2018, 175 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

- GÓIS, F. Base de Temer se desmobiliza na Câmara e perde medida que prorroga concessões de rodovias. **Congresso em Foco**, Brasília, 21 fev. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2wJtCvF>. Acesso em 28 mai. 2019.
- GÓIS, F. Falta de acordo adia votação do marco regulatório dos caminhoneiros; anistia de multas será via MP. **Congresso em Foco**, Brasília, 6. jun. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/39Sgdjc>. Acesso em: 28 mai. 2019.
- GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRANDO, C. P. **Elementos para um estudo do *ethos* discursivo do jornalismo**: análise da seção editorial de CartaCapital. Florianópolis: 2012, 133f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.
- IBOPE INTELIGÊNCIA. **Índice de confiança social 2019**. Disponível em: <https://bit.ly/2PkgMuh>. Acesso em: 8 set. 2019.
- LAGE, N. **Estrutura da notícia**. 6. ed. 4. reimp. São Paulo: Ática, 2012.
- LEMOS, D. D. **Blogs e as práticas de letramento digital**: um estudo de caso sobre o Blog do Tas. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- LEMOS, D. D. **Discurso e argumentação no blog “Fatos e Dados” da Petrobras**. Feira de Santana, BA: Curviana, 2013.
- LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Tradução de Jacques A. Wainberg. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LISBOA, S.; BENETTI, M. Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 51-62, jan./jun. 2017.
- LOPES, F. L. **Auto-referência e construção da identidade jornalística**. Rio de Janeiro: 2007, 257f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.
- LOPES, F. L. **Ser jornalista no Brasil**: identidade profissional e formação acadêmica. São Paulo: Paulus, 2013.
- MACEDO, I. Bolsonaro e outros oito deputados migram para o PSL e já falam em “bancada da metralhadora”. **Congresso em Foco**, Brasília, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2T89WsZ>. Acesso em: 28 mai. 2019.
- MACHADO, C. C. **Borja Reis, discurso e imprensa**: estratégias discursivas empregadas em *O Progresso/Diário dos Campos* em Ponta Grossa-PR. Ponta Grossa: 2017, 126f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do *ethos*. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015a. pp. 11-32.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.
- MAINGUENEAU, D. **Cenas da enunciação**. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.
- MAINGUENEAU, D. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2015b.

MAINGUENEAU, D. *Ethos*, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018a. p. 69-92.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MAINGUENEAU, D. Retorno crítico à noção de *ethos*. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 53, n. 3, p. 321-330, jul./set. 2018b.

MEDINA, C. Lugar do jornalista: no centro das tensões. In: SEABRA, R.; SOUSA, V. (orgs.). **Jornalismo político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 23-36.

MELO, D. P. **Fait divers e estesia**: o sensacionalismo revelado nas narrativas do *Já Paraíba*. João Pessoa: 2018, 134 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, n. 55-56, p. 155-184, 2002.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. In: MARQUES, F. P. J. *et al.* (orgs.). **Estudos sobre jornalismo político**. Curitiba: CPOP, 2018. p. 13-36.

MORAES, F. M.; ADGHIRNI, Z. L. Jornalismo e democracia: o papel do mediador. **E-Compós**, Brasília, v. 14, n. 2, maio/ago. 2011.

NAVARRO, P. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, M.; GASPAR, N. R. (Org.). **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 79-93.

PAIXÃO, P. Linha editorial no jornalismo brasileiro: conceito, gênese e contradições entre a teoria e a prática. **Alterjor**, São Paulo, v. 8, ed. 17, p. 90-108, jan./jun. 2018.

PENA, F. “Estivador de sapatilhas”: Felipe Pena exuma as fraturas do jornalismo brasileiro no período pós-golpe. [Entrevista concedida a] Pedro Nunes, Joana Belarmino e Cláudio Paiva. In: NUNES, P. (org.). **Imprensa, crise política e golpe no Brasil**. João Pessoa: Editora do CCTA; Aveiro: RIA Editorial, 2019. p. 345-374.

PEREIRA, J. “Você é uma pessoa horrível, mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia”, diz Barroso a Gilmar. **Congresso em Foco**, Brasília, 21 mar. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2Vhd2xm>. Acesso em 28 mai. 2019.

PEREIRA, J. Senado aprova Sistema Único de Segurança Pública; texto segue para sanção. **Congresso em Foco**, Brasília, 16 mai. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/2PmhPtL>. Acesso em: 28 mai. 2019.

PEREIRA, J. STF decide destino de Lula em pedido de habeas corpus. Veja ao vivo. **Congresso em Foco**, Brasília, 7 abr. 2018c. Disponível em: <https://bit.ly/2TcPN4S>. Acesso em 28 mai. 2019.

PEREIRA, J. STF interrompe sessão que já tem maioria para restringir foro a crimes em razão do cargo. **Congresso em Foco**, Brasília, 2 mai. 2018d. Disponível em: <https://bit.ly/2T8a8bH>. Acesso em: 28 mai. 2019.

PEREIRA, J. STF suspende sessão e adia decisão sobre habeas corpus e embargos de Paulo Maluf. **Congresso em Foco**, Brasília, 18 abr. 2018e. Disponível em: <https://bit.ly/2PkSJeR>. Acesso em 28 mai. 2019.

PEREIRA, V. A. Reflexões sobre as materialidades dos meios: *embodiment*, afetividade e sensorialidade nas dinâmicas de comunicação das novas mídias. **Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, RS, v. VIII, n. 2, p. 93-101, mai./ago. 2006.

PIRIS, E. L. **O ethos e o pathos no hipergênero “primeira página”**: análise discursiva das edições de abril de 1964 dos diários *Correio da manhã* e *O Globo*. São Paulo: 2012, 249f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa.

POMPEU, A. Jair Bolsonaro, o mito de pés de barro. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/jair-bolsonaro-o-mito-de-pes-de-barro/>. Acesso em: 6 set. 2019.

PORTO, D; FLORES, J. **Periodismo transmedia**: reflexiones y técnicas para el ciberperiodista desde los laboratórios de medios interactivos. Madrid: Editorial Fragua, 2012.

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

RÊGO, S. C. **Estratégias transmídias e construção do ethos do Jornal da Record News**. Recife: 2017, 111f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

RICOEUR, P. **A ideologia e a utopia**. Tradução de Sílvio Rosa Filho e Thiago Martins. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015a.

RICOEUR, P. **Hermenêutica e ideologias**. Tradução de Hilton Japiassu. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015b.

SANTOS, F. **Perguntas que revelam**: o *ethos* de entrevistadores brasileiros. Franca, SP: 2017, 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Franca. Programa de Mestrado em Linguística.

SARDINHA, E. Cristiane Brasil recebeu R\$ 200 mil de caixa dois da Odebrecht, segundo delator. **Congresso em Foco**, Brasília, 3 jan. 2018a. Disponível em: <https://bit.ly/2vVTO5P>. Acesso em 28 mai. 2019.

SARDINHA, E. Deputado preso é conhecido por vídeo pornô, ofensas e bate-bocas. Confirma vídeos. **Congresso em Foco**, Brasília, 7 fev. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/38V4QqF>. Acesso em 28 mai. 2019.

SCADELAI, E. *Ethos* e comentário de fala na notícia impressa. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Ethos discursivo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 185-194.

SEABRA, R. Jornalismo político: história e processo. In: SEABRA, R.; SOUSA, V. (org.). **Jornalismo político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 109-140.

SILVA JÚNIOR, C. H. F. **Vestígios de junho**: o *ethos* discursivo composto nas manifestações de 2013 em São Paulo. São Bernardo do Campo, SP: 2018, 162 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo. Escola de Comunicação, Educação e Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.

SILVA, J. M. Os suportes da comunicação: entre meio e poder. **Matrizes**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 47-57, jan./jun. 2013.

SILVA, L. A. **Percepções de profissionais do jornalismo cultural sobre ethos jornalístico e mediação das artes visuais**. Porto Alegre: 2017, 156 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação.

SILVA, L. M. Jornalismo e interesse público. *In*: SEABRA, R.; SOUSA, V. (org.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 45-84.

SILVA, M. E. **A ilusão de imparcialidade e de neutralidade como estratégia de não assunção da responsabilidade enunciativa**: a cobertura jornalística do caso Bernal. Campo Grande/MS: 2017, 161f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

SILVA, R. P.. **Ethos, discurso e identidade profissional dos jornalistas em assessoria de imprensa**. Juiz de Fora: 2015, 169f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** Tradução de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2002.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Tradução do Grupo de Estudos sobre Ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do Instituto de Psicologia da PUCRS. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TUCHMAN, G. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: The Free Press, 1978.

TUCHMAN, G. Objectivity as strategic ritual: an examination of newsmen's notions of objectivity. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 77, n. 4, p. 660-679, Jan./1972.

VATTIMO, G. **Adeus à verdade**. Tradução de João Batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2016.

WASSOASKI, E. J. **Ethos discursivo**: um estudo da divulgação de dados oficiais do governo por jornais impressos durante o primeiro turno das eleições 2014. Curitiba: 2016, 145f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens.

WOLF, M. **Teorias das comunicações de massa**. Tradução Karina Jannini. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ZAGHI, L. H. L. **A constituição do ethos discursivo no periódico “Legionário”**. São Paulo: 2018, 117f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestrado em Língua Portuguesa.

ŽIŽEK, S. O espectro da ideologia. *In*: ŽIŽEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. pp. 7-38.

ANEXOS

ANEXO A – PÁGINA *QUEM SOMOS DO CONGRESSO EM FOCO*

Home > Quem somos

Quem somos

Um making off do Congresso em Foco



O **Congresso em Foco** é um veículo jornalístico que faz uma cobertura apartidária do Congresso Nacional e dos principais fatos políticos com o objetivo de auxiliar o (e)leitor a acompanhar o desempenho dos representantes eleitos.

Não temos vinculação com nenhum partido político, mas apoiamos causas que consideramos de interesse geral, como a defesa da democracia e dos direitos humanos (em especial, de grupos discriminados como as mulheres, os negros, indígenas e a **população LGBT**); a luta contra as desigualdades sociais e regionais; e o combate à corrupção.

Nossa pretensão é contribuir para melhorar a qualidade da representação política no país. Em outras palavras: colocar as melhores técnicas e ferramentas do jornalismo a serviço da mudança. Daí o lema que preencheu por muito tempo o cabeçalho de nossas páginas e até hoje nos inspira, “jornalismo para mudar”.

Vencedor do **Prêmio Esso** de Melhor Contribuição à Imprensa em 2009, o *site* experimenta, desde o seu lançamento (em fevereiro de 2004), crescimento constante e acentuado da sua audiência e influência.

Em 2017, segundo o Google Analytics, o **Congresso em Foco** teve mais de 23,6 milhões de visitas, feitas por 13,5 milhões de usuários únicos. No período, foram visualizadas mais de 41,4 milhões de páginas, o que representou um crescimento de 81% em relação ao ano anterior.

Em novembro de 2009, o **Congresso em Foco** tornou-se o primeiro veículo da internet a receber o Troféu Tim Lopes do **Prêmio Embratel**, destinado ao melhor trabalho de jornalismo investigativo produzido por todos os meios de comunicação brasileiros. Recebeu ainda, em 2008, em 2009 e 2014, o **Prêmio Vladimir Herzog**; e os prêmios iBest (2005) e Engenho (2008, 2010 e 2013).

O *site* acumula incontáveis “furos” e citações em outros veículos, incluindo desde os principais órgãos de imprensa brasileiros até diversos veículos estrangeiros, nos quais é constantemente citado.

Cobrimos o dia a dia do Parlamento e da política sem virar as costas para o país e o mundo. Daí o espaço aberto para colonistas e contribuintes eventuais, de diferentes perfis, campos de atuação e origem geográfica, sempre assegurando a liberdade de expressão e a pluralidade de opiniões.

Desde novembro de 2011 também publicamos a **Revista Congresso em Foco**, em versões impressa e digital, com conteúdo exclusivo e destinado a assinantes.

Mantido por empresa privada criada pelo jornalista Sylvio Costa (fundador e principal sócio), o **Congresso em Foco** tem como principais fontes de receita: publicidade, no *site* e na revista; eventos; parcerias com outros veículos (sobretudo com o UOL, que nos hospeda desde 2010); a venda de exemplares e de assinaturas da revista; e o **Painel do Poder**.

Os colunistas fixos e colaboradores eventuais do site expressam as suas opiniões, que não são necessariamente as do Congresso em Foco. Os comentários publicados por leitores são de exclusiva responsabilidade deles, inclusive para efeitos legais e judiciais.

Se você se julgar ofendido por qualquer conteúdo veiculado pelo Congresso em Foco, ou perceber que ele necessita de retificação, escreva para redacao@congressoemfoco.com.br.

O **Congresso em Foco** é produzido pela empresa Caracol Web Design Ltda., que é registrada no CNPJ sob o nº 09.124.478/0001-06 e tem sede no SIG, Quadra 1, Lote 385, Ed. Platinum Office, sala 207, Brasília, DF, CEP 70.610-410.

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por:  ELAV

ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO “Um making off do Congresso em Foco”

Sylvio Costa: Eu entendo muito como um papel de um veículo jornalístico não apenas reportar, não apenas cobrir os fatos, mas de alguma maneira tentar despertar nas pessoas para a necessidade de reagir, para a necessidade de mudar. A primeira diferença nossa era essa busca de uma visão mais individualizada da ação dos parlamentares.

Edson Sardinha: Uma das marcas do site desde o início foi o monitoramento das atividades do Congresso, né? Ou seja, mostrar ali qual que é o papel de cada parlamentar, como eles se posicionam em cada uma das votações...

Sylvio Costa: Noticiar, reportar, apurar, publicar, tendo em vista alguns princípios fundamentais, quer dizer, a questão da democracia, a questão de gênero, a questão de respeito à raça, etnia. E não importa qual é o partido político que, naquele momento, está defendendo essas posições, né?

Joelma Pereira: Trabalhar no Congresso em Foco é um aprendizado diário. O trato dos editores com o texto, o olhar diferenciado sobre os acontecimentos, e o respeito à diversidade fazem com que a motivação sempre se renove. Eu, particularmente, me sinto em uma escola com grandes professores.

Sylvio Costa: Como a gente não tem um alinhamento com nenhuma das forças políticas em conflito no país, a gente acabou virando referência para a imprensa internacional. Então, assim, do ponto de vista da credibilidade, do ponto de vista da respeitabilidade até do veículo, eu acho que isso tem nos ajudado bastante.

Sylvio Costa: Eu vejo assim, o Congresso em Foco como uma startup. Adolescente, mas ainda startup. E eu tenho absoluta certeza que os nossos melhores furos, os nossos maiores produtos, as coisas mais bacanas que a gente tem a fazer estão no futuro, não no nosso passado.

ANEXO C – EDITORIAL “Por que a bandeira LGBT também é nossa bandeira”



Home > Opinião > Opinião >

Por que a bandeira LGBT também é nossa bandeira

Por **Sylvio Costa** Em 17 jun, 2016 - 18:48 Última Atualização 25 out, 2018 - 19:02

Editorial Opinião Congresso em Foco



Reparou a bela bandeira no cabeçalho das nossas páginas? Sim, ela mesma, o símbolo máximo do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Na semana em que todos nós, com o mínimo de apreço pela espécie humana, fomos afrontados pelo **massacre de Orlando**, ela vem tingir este *site* com as cores do respeito à diversidade sexual.

“O **Congresso em Foco** saiu do armário. Agora assumiu que é um *site gay*”, dirá alguém. Seria um carinhoso adjetivo para quem nos últimos tempos se acostumou a ser brindado, felizmente por uma minoria, com os pobres clichês que a polarização política colocou no centro do palco do atual momento brasileiro. “Petalhas”,

berraram alguns quando – por exemplo – destacamos, antes de qualquer outro veículo, o 7 a 0 que marcou o **anúncio do ministério Temer**. Sete, em alusão aos indicados às voltas com acusações criminais. Zero, para a representação de mulheres, negros e índios (estes últimos, eternamente esquecidos pelo poder). “Golpistas”, atiram outros quando dedicamos atenção às inesgotáveis revelações da **Operação Lava Jato**, às vezes publicando em primeira mão alguns dos seus aspectos mais constrangedores para **Lula e o PT**.

Não, gente! Da mesma forma que só os desinformados ou os mal intencionados nos veem como “coxinhas” ou “mortadelas”, ignorando ou fingindo não compreender o caráter apartidário da proposta jornalística que nos inspira, não pretendemos transformar este bat-canal em um gueto LGBT. O que estamos dizendo, e já nos preparávamos para dar esse passo quando fomos surpreendidos pelos disparos assassinos de Omar Mateen, é que não dá pra tolerar mais os intolerantes, aqueles que colocam em risco vidas e valores preciosos por fazerem da discriminação sua razão de ser.

A Constituição Federal é clara. Um dos “objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil”, define ela em seu terceiro artigo, é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Mulheres ou homens, LGBT ou héteros, nordestinos ou sulistas, afrodescendentes ou brancos de olhos azuis, idosos ou jovens, índios ou descendentes europeus, brasileiros natos ou imigrantes que escolheram o Brasil como lar, todos são muitíssimo **bem-vindos neste Congresso em Foco!**

Liberdade de opinião

O que pedimos, em primeiro lugar, é respeito à opinião de quem pensa e age diferente. Não nos esqueçamos que é crime “praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” (Lei 9.459/1997). Vai aqui também um convite: se você encontrar em qualquer um de nossos canais manifestações que considerar ofensivas, nos acione pelos perfis que mantemos no **Facebook**, no **Twitter** e no **Instagram** ou pelo e-mail **redacao@congressoemfoco.com.br**. Sua queixa será avaliada e, quando for o caso, os comentários serão suprimidos. No limite, seus autores poderão ser bloqueados ou banidos.

Da mesma maneira que no futebol a deslealdade e a desobediência sistemática às regras do jogo devem ser punidas com cartão vermelho, a democracia deve ter salvaguardas contra quem usa as liberdades democráticas para sabotá-la. Quer jogar futebol com as mãos, como fazem os homofóbicos? Então, dá licença, fio. Esta não é a página da internet mais indicada pra você.

Por outro lado, queremos garantir ampla liberdade de opinião para os que seguem as regras do jogo democrático. Ouvir quem pensa diferente só pode nos enriquecer. Aumenta a qualidade do debate. Abre caminho para a superação de problemas comuns.

A questão LGBT

Em segundo lugar, com a bandeira LGBT estampada no alto de nossas páginas, queremos expressar nossa firme solidariedade com uma pauta que hoje é um divisor

de águas na luta pela democracia em todo o mundo. No instante em que levamos ao ar este editorial, não estão totalmente claras as causas do atentado de Orlando. É possível atribuí-lo em parte à frouxidão das regras de controle de armas de fogo vigentes nos EUA, em parte ao terrorismo. Mas não há dúvida de que a homofobia contribuiu para inundar de sangue a boate Pulse e o planeta naquele domingo trágico. “Se você está tentando derrubar o governo americano, você não ataca um bar gay em Orlando”, observou com propriedade um **advogado ouvido pelo jornal *The New York Times***. Ou seja: trata-se de um grave problema mesmo em nações de tradição democrática bem mais longa que a nossa.



Ao contrário do que imaginam alguns, nem sempre foi assim. A homossexualidade foi aceita por várias culturas da antiguidade. Passou a ser associada ao pecado ou ao crime sobretudo a partir da Idade Média. Aos olhos de hoje parece inacreditável, mas até 17 de maio de 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) a classificava como transtorno mental. A data tornou-se, em todo o mundo e também no Brasil, emblemática da luta pela cidadania plena e pelo respeito aos direitos humanos da

população LGBT (ou LGBTTI, como preferem alguns, para frisar as diferenças entre travestis, transexuais e intersexuais nas três últimas letras). Não podemos admitir que os avanços da ciência e da civilização humana sejam ameaçados pelos mesmos retrógrados – de moralismo frequentemente hipócrita, como pode ter sido o caso do **assassino de Orlando** – que usam a religião ou a defesa da família como instrumento para invadir o espaço privado alheio e desrespeitar os outros no que têm de mais essencial, isto é, a forma que encontram para expressar o seu amor e sua sexualidade.

Não satisfeitos em se empenhar noite e dia para impor as suas normas de conduta a todos, passando por cima da extrema diversidade que caracteriza o gênero humano, os homofóbicos aumentam a população dos cemitérios. Lá e também aqui. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 22 horas a homofobia mata uma pessoa no Brasil. As mortes costumam ter em comum a extrema violência: tiros e facadas em quem já não respira, longas sessões de espancamento e tortura. Sem falar das humilhações, do assédio no trabalho, dos constrangimentos em locais públicos. Reagir contra esse quadro é – ou deveria ser – uma tarefa acima de todos os partidos, todas as igrejas, todas as ideologias. Estão em questão a solidariedade humana e a defesa dos valores democráticos mais básicos.

Setores vulneráveis

Em terceiro lugar, ao pregar o respeito à diferença, queremos fazer um gesto em favor dos setores sociais mais vulneráveis. Muitas vezes chamados de minorias, eles formam na verdade a grande maioria dos habitantes desta ou de qualquer outra nação do planeta: as mulheres, os negros, índios, crianças, idosos, migrantes, deficientes físicos e mentais, grupos étnicos marginalizados, além de gays, lésbicas e diversos outros grupos identitários que não se encaixam nas classificações mulher/homem, homo/hétero.

Gostaríamos muito que vocês se sentissem em casa ao frequentar estas páginas. Contribuam com artigos, comentários, sugestões, puxões de orelhas! Usem o **prestígio** e a **audiência** que conquistamos em seu favor! Eles são, acreditem, maiores do que temos sido capazes de propagar. Qualquer coisa, vocês sabem, estamos no **redacao@congressoemfoco.com.br**. Não somos uma ONG. Somos uma empresa em

busca de lucros. Mas isso não pode nos desviar dos melhores trajetos possíveis, no rumo de uma sociedade mais igualitária e mais justa. E a busca da igualdade passa pelo reconhecimento das diferenças.

Você acha estranho? É, pode ser. Mas é que as coisas que a princípio soam estranhas têm sido as mais legais que temos visto nos últimos tempos. Porque não há jornalismo digno desse nome sem compromisso com a humanidade e os princípios democráticos. Sabemos que teremos em troca incompreensão, pancadas, novos riscos. Ou talvez optem simplesmente por nos ignorar. Beleza. Recusar caminhos mais fáceis e seguir a consciência têm o seu preço.

Uma menção especial merece a questão da mulher. Foi-se o tempo em que o paradigma para a defesa dos direitos humanos era o homem. Quando aquela menina no Rio foi violentada por um monte de bárbaros e depois publicamente insultada, não foi só a **alma dela que doeu**. Doeu, e ainda dói, também a nossa. O estupro coletivo e moral de que ela e tantas outras mulheres são vítimas ultrajam toda a população, não só a feminina. Sob ameaça, os valores mais caros da vida em sociedade. De certa forma, a própria ideia de uma sociedade democrática é estuprada quando se comete um crime dessa natureza.

Ah, sim. O trabalho guardará coerência com os dois *slogans* que precederam o que agora inauguramos. “*Respeitamos as diferenças*” porque continuamos acreditando em um “*jornalismo para mudar*”. Porque, no limite dos nossos recursos físicos e profissionais, somos irrigados a todo minuto pelo sonho de apresentar, a cada palavra, a cada imagem, a cada *post*, “*o Congresso e a política como você nunca viu*”.

Mais sobre o Congresso em Foco

Mais sobre a questão LGBT



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 **Assine**



Sylvio Costa

Jornalista, é o fundador do Congresso em Foco. Mais informações na seção Quem somos.

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por:  ELAV

ANEXO D – “Cristiane Brasil recebeu R\$ 200 mil de caixa dois da Odebrecht, segundo delator”



Home > Corrupção >

Cristiane Brasil recebeu R\$ 200 mil de caixa dois da Odebrecht, segundo delator

Por Edson Sardinha

Em 03 jan, 2018 - 18:13

Última Atualização 03 jan, 2018 - 18:21

Corrupção Justiça



Nova ministra do Trabalho nega ter recebido dinheiro ilegalmente da empreiteira

A deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ), confirmada como nova ministra do Trabalho, foi apontada em delação premiada como beneficiária de R\$ 200 mil em caixa dois para sua campanha a vereadora em 2012. Um dos delatores da Odebrecht na Operação Lava Jato,

o executivo Leandro Andrade disse que a deputada recebeu pessoalmente dele a quantia a pedido da campanha do então prefeito do Rio, Eduardo Paes (PMDB). O repasse, segundo ele, foi solicitado pelo deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ), à época coordenador da campanha à reeleição de Paes.

”

<< Cristiane Brasil, deputada filha de Roberto Jefferson, é a nova ministra do Trabalho

Filha do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), pivô do mensalão, Cristiane nega ter recebido os valores citados pelo delator e diz que jamais se encontrou com ele. Leandro Andrade contou ao Ministério Público que o acerto foi feito entre Paes e outro executivo do grupo, Benedicto Junior, mais conhecido como BJ, no primeiro semestre de 2012. Não há informações sobre abertura de inquérito para apurar o caso.

O delator disse que se encontrou com a deputada por acaso:

“O que aconteceu foi que eu estava no dia da programação de ela ir retirar esse dinheiro nesse escritório. Eu não ficava direto lá, mas ia de vez em quando para reuniões. Ela mesma foi retirar esse dinheiro. O que aconteceu foi que o portador nosso, o doleiro, não sei exatamente como é que chama, demorou a chegar. Ela ficou na antessala do escritório. Minha secretária que atendia lá veio dizer: ‘Tem uma deputada aí, que está esperando há um tempão, já está ficando nervosa’. Fui e a chamei para tentar fazer uma sala. Realmente nós conversamos, me apresentei, não conhecia. Ela estava lá para pegar o dinheiro”, relatou.

”

**<< Roberto Jefferson chora com nomeação de filha como ministra:
“É um resgate”**

Segundo ele, Cristiane estava sozinha e demonstrava desconfiança. “Teve um fato também pitoresco. Nessa sala que eu tinha, existia uma câmera para fazer conference call e Skype com minhas obras no interior. Ela ficou super incomodada com aquilo, achando que eu estava gravando aquele momento. Ela perguntou: ‘mas aquilo ali funciona?’. Eu percebi o constrangimento e falei: ‘não se preocupe que aquilo não é...’. Eu mesmo fui lá, tirei a câmera e botei no chão.”

Leandro contou que “o portador chegou” cerca de 20 minutos depois e entrou na sala com uma mochila na qual, segundo ele, estava o dinheiro destinado à deputada, que na época era vereadora. “De dentro da mochila, ele tirou o pacote de plástico onde tinha um valor de R\$ 250 mil anotado em cima, R\$ 200 mil, desculpa, anotado em cima. Ela pegou esse valor, ela estava com uma mochila. Pegou esse valor, botou dentro da mochila, agradeceu e saiu. Esse fato foi exatamente eu entregando para ela”, disse.

O delator disse que buscou mas não encontrou registro da entrada de Cristiane na entrada do prédio em que trabalhava. Em nota divulgada na época da divulgação do episódio pela imprensa, em abril de 2017, Cristiane Brasil refutou o relato do executivo da Odebrecht.

“O STF não solicitou investigação contra mim e não há nada a meu respeito senão um comentário sem qualquer prova feito por um dos delatores da operação. Esclareço que os poucos contatos que já tive com profissionais da companhia se limitaram a raros eventos institucionais. Estou, como sempre estive, à disposição da justiça e da sociedade para esclarecer o que for necessário.”

[Bj](#) [Caixa Dois](#) [Corrupção](#) [Cristiane Brasil](#) [Delação Premiada](#) [Leandro Andrade](#)
[Odebrecht](#) [Pictures](#) [Roberto Jefferson](#)



Edson Sardinha

Formado em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás em 2000. Integra a equipe do Congresso em Foco desde o lançamento do site, em 2004.

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

ANEXO E – “Cada deputado de Brasília tem R\$ 184 mil por mês só para contratar assessores. Veja os benefícios”



Home > Legislativo >

Cada deputado de Brasília tem R\$ 184 mil por mês só para contratar assessores. Veja os benefícios

Por Congresso Em Foco

Em 17 jan, 2018 - 16:40

Última Atualização 17 jan, 2018 - 19:43

Legislativo Notícias



Ao todo, serão oferecidas 86 vagas

Com R\$ 184 mil por mês para contratar e manter assessores de sua confiança, parlamentar do Distrito Federal custa ao contribuinte brasileiro quase um terço a mais que um integrante da Câmara dos Deputados. Essa é a maior verba de gabinete paga por um Parlamento em todo o Brasil – o dobro dos R\$ 92 mil reservados para a mesma finalidade aos deputados federais. O valor supera, até mesmo, o que a Câmara

dos Deputados gasta mensalmente com cada parlamentar, incluindo salário, remuneração de servidores e demais vantagens pessoais: R\$ 160 mil, no caso dos representantes do próprio Distrito Federal, e R\$ R\$ 175 mil, quantia desembolsada com os congressistas de Roraima. Essa realidade, no entanto, pode estar com dias contados.

O Observatório Social de Brasília e o Instituto de Fiscalização e Controle (IFC), associações sem fins lucrativos que promovem a transparência e o controle social dos gastos públicos, lançaram nessa terça-feira (16), no Museu da República, a **campanha “Câmara mais barata”**, iniciativa popular e apartidária que pretende reduzir as despesas da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e tornar as informações mais transparentes para a população. O presidente da CLDF, Joe Valle (PDT), também participou do ato, declarou apoio às medidas e foi um dos primeiros a assinar o anteprojeto. Para que o texto vire projeto é preciso reunir 30 mil assinaturas.

Benefícios de um deputado distrital	Valores
Salário	R\$ 25.322,25
Verba indenizatória	R\$ 25.322,25
Verba para contratar funcionários	R\$ 184.104,93 *
Servidores por gabinete	23 *
Auxílio-creche	681,85 ***
Auxílio-alimentação	R\$ 1.072,00
Total	R\$ 235.821,43

* No caso de líderes podem ser indicados até 28 funcionários ao custo de R\$ 214,8 mil por mês

** Pago por cada filho menor de sete anos de idade



<< *Campanha pretende reduzir gastos da Câmara Legislativa do Distrito Federal*

<< Quanto custa um deputado federal

<< Câmara Legislativa de Brasília gasta mais que o Congresso, aponta ONG



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

Assine



Congresso Em Foco

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por: ELAV

ANEXO F – “Deputado preso é conhecido por vídeo pornô, ofensas e bate-bocas. Confira vídeos”



Home > Corrupção >

Deputado preso é conhecido por vídeo pornô, ofensas e bate-bocas. Confira vídeos

Por Edson Sardinha Em 07 fev, 2018 - 18:42 Última Atualização 08 fev, 2018 - 8:46

Corrupção Justiça



Gustavo Lima/Ag. Câmara

João Rodrigues

Em seu segundo mandato na Câmara, o deputado João Rodrigues (PSD-SC), **preso nesta quinta-feira (8) pela Polícia Federal**, é mais conhecido pelas confusões em que se meteu do que por sua produção legislativa. Flagrado assistindo a um vídeo pornô no

plenário em 2015, ele já se envolveu em diversas polêmicas com outros parlamentares. Em seus discursos, chamou colegas de “vagabundos”, “pilantras” e “escória”. Ameaçou dar “porrada” e “cacete” em deputados que divergiam dele. Também mandou congressistas calarem a boca.

Condenado em segunda instância a cinco anos e três meses de prisão em regime semiaberto, por fraude e dispensa irregular de licitação, Rodrigues também desejou “boa hospedagem” na cadeia ao empresário Wesley Batista, do grupo J&F, preso desde setembro, durante depoimento do delator na CPI da JBS. Na ocasião, frisou, “a Justiça falha, mas não tarda”.

O deputado integra duas das bancadas mais barulhentas da Casa, a da bala e a ruralista. João Rodrigues, de 50 anos, entrou para a política após uma carreira como apresentador de rádio e TV. Antes foi fuzileiro da Marinha. Já apresentou programas populares e policiais no SBT e na Record e foi prefeito de Pinhalzinho e Chapecó, ambas no oeste catarinense. Antes de chegar à Câmara, foi deputado estadual. Rodrigues foi preso assim que chegou ao Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, vindo dos Estados Unidos.

O deputado quer continuar a exercer o mandato mesmo preso.

O Congresso em Foco selecionou algumas das principais polêmicas de João Rodrigues na Câmara:

Pornô no plenário

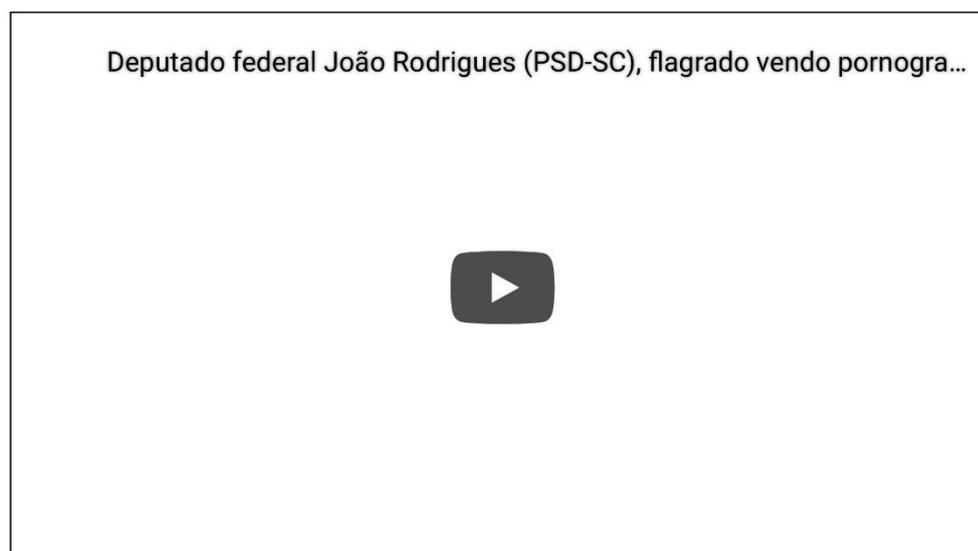
Em maio de 2015, o deputado foi flagrado em plenário pela reportagem do SBT Brasília assistindo, pelo smartphone, a um vídeo de sexo explícito na sessão sobre a reforma política da Câmara.

Nas imagens gravadas pelo SBT, João Rodrigues mostra as imagens aos colegas. “Abri para ver o que era, e daí apareceu uma imagem pesada, por isso, coloquei o celular embaixo da mesa e mostrei para o deputado ao lado. Eu disse ‘olha a imagem pesada que eu recebi pelo Whatsapp’ e ele falou: ‘que merda é essa?’”, explicou-se na época.

Na ocasião, ele contou que o vídeo foi apagado logo após ser visto. “Eu acho que a emissora está transgredindo a legislação brasileira com isso.” O episódio não teve consequências, mas viria a ser lembrado por colegas em discussões futuras com João

Rodrigues.

Veja vídeo:



Briga com Jean Wyllys

Em outubro de 2015, João Rodrigues se envolveu em um bate-boca com o deputado Jean Wyllys (Psol-RJ). Os dois voltariam a se enfrentar em 2017. No primeiro confronto, Rodrigues subiu à tribuna para criticar parlamentares que se opunham à revogação do Estatuto do Desarmamento, como Jean.

No discurso, o apresentador de TV ironizou a passagem do colega pelo BBB, da TV Globo, e a sua primeira eleição com 13 mil votos. Na sequência, atacou Jean por defender a descriminalização das drogas e o chamou de “escória deste país”.

“A sua vida pregressa eu não conheço. A sua experiência política eu sei. Tenho sete mandatos, fui três vezes prefeito. E tive a honra de ser o segundo deputado mais votado na história de Santa Catarina. Posso até ser criticado, mas vindo do senhor é elogio. Um parlamentar que defende perdão para drogas, que defende que adolescente pode trocar de sexo, mesmo sem autorização dos pais. Isso não é deputado, é a escória deste país, mas ocupa lugar como deputado”, afirmou.

Jean reagiu. Acusou o colega de ser “ladrão de dinheiro público” e de ter atitude “fascista”. “Ele e todos os fascistas vão ter que me engolir. Sou homossexual assumido, sim, e vocês vão ter que me engolir. Vocês não vão me intimidar”, declarou.

Rodrigues entrou com representação contra o colega. O caso acabou arquivado.

No bate-boca, o deputado do Psol lembrou o episódio do vídeo pornô. “Homens decentes não assistem a vídeos pornôs em plena sessão plenária, não são condenados por improbidade administrativa, como o deputado foi. Quem não tem moral para representar o povo brasileiro é ladrão. Qualquer programa de televisão é mais decente que deputado que rouba dinheiro do povo. É mais decente que deputado que usa sessão para ver vídeo pornô”, disse Jean Wyllys. “Resta saber se seu vídeo pornô era hétero ou não”, provocou.

Veja vídeo:



“Cala a boca”

Na véspera da autorização da abertura de processo de impeachment da então presidente Dilma, em abril de 2016, João Rodrigues chamou deputados do PT e do Psol de “cara de pau” em seu discurso a favor da cassação da petista. Sem meias palavras, mandou, aos gritos, os colegas calarem a boca.

“Só fico observando os deputados do PT e do Psol. Não quero agredir, mas vocês têm uma cara de pau sem tamanho. Mas, com todo respeito... silêncio, estou utilizando a palavra. Cala a boca, que estou falando. Quietos, estou falando, cala a boca, não mete o bico, PT. Fica na sua. Vocês ofendem o povo brasileiro todos os dias e todas as horas. Enquanto estou na tribuna, calem as suas bocas, porque amanhã o Brasil e este Congresso farão os senhores silenciarem”, disparou.

Veja vídeo:



“Na tua cara que vou dar”

Em de outubro de 2017, João Rodrigues e o deputado Edmilson Rodrigues (Psol-PA) quase se agrediram fisicamente no plenário. O catarinense fez um discurso em defesa da “moral e dos bons costumes” ao criticar a polêmica performance de um homem nu no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo. O caso gerou discussões por causa da presença de crianças na exposição.

"Não consigo acreditar que tenha algum pilantra, algum vagabundo, dentro desta Casa, que aplauda isso. Porque, se tiver, tem que levar porrada, tem que levar cacete, para aprender. Bando de traidores da moral brasileira, tem que ir para a porrada. Nós não podemos mais aturar isso. Se você apoia patife, se você apoia tarado, é na tua cara que eu vou dar", disse.

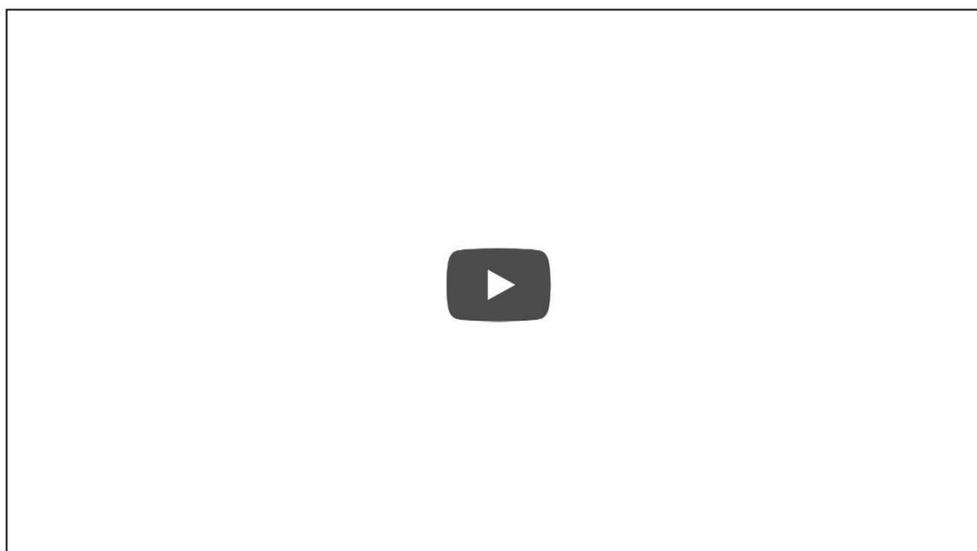
Sem citar o nome de João Rodrigues, Edmilson disse que falta de moral era deputado ver filme pornô dentro do plenário. Depois desse comentário, o catarinense partiu para cima do paraense e teve de ser contido. Edmilson usou o microfone para dizer que foi chamado de “filho da puta” pelo colega. "Isso é um desrespeito com a minha mãe que é viva e tem 83 anos", protestou.

João Rodrigues classificou os defensores da exposição no MAM como “pilantras”, “covardes” e “vagabundos”. “Semana passada o Brasil foi pego de surpresa. Aliás, tanta coisa tem sido feita em ataque a família brasileira, a moral e aos bons costumes.

Que se chegou, literalmente ao fundo do poço, quando o Museu de Arte Moderna de São Paulo, dez ou vinte pessoas, insanos, sentados ao solo apreciando a entrada de um marmanjo completamente nu de mãos dadas com três ou quatro crianças, fazia uma apresentação cultural. Foi um crime cometido, de acordo com o ECA. Alguém tem que parar essa gente. Isso é pra mexer com subconsciente dos tarados do Brasil.”

Jean Wyllys mais uma vez bateu boca com Rodrigues e lembrou novamente do episódio do vídeo pornô.

Veja vídeo:



Boa prisão

Integrante da CPI da JBS, criada para investigar o grupo após a delação premiada que comprometeu o presidente Michel Temer (MDB), João Rodrigues foi um dos parlamentares mais duros com o empresário Wesley Batista. Irritado com a recusa do delator de responder às perguntas dos parlamentares, ele ironizou a prisão do empresário. Os dois não devem se cruzar na cadeia porque Wesley está preso em São Paulo.

“A Justiça tarda, mas não falha. Sei que daqui o senhor retorna para a sua cadeia e todos nós que aqui estamos, e o povo sofrido lá fora que está pagando a conta cara para manter este país em pé, [lhe desejamos] boa hospedagem e que ela dure muito tempo até que os senhores abram e falem a verdade para o povo brasileiro.”



Wesley Batista ouve calado o sermão do Dep. João Rodrigues(PSD).



Ataque a professora

Novamente durante uma discussão sobre reforma política, em agosto de 2017, João Rodrigues voltou a ser notícia. Não por suas propostas, mas por sua língua ferina. O então líder do PSD pegou o microfone para atacar a professora Marcia Friggi, agredida por um aluno dias antes.

Ele relativizou a agressão à professora em razão de comentários publicados antes por ela em uma rede social.

“Fiquei extremamente chocado com a atitude daquele adolescente de ter batido de forma covarde na professora. Mas depois quando eu leio as redes sociais daquela educadora, não que a agressão se justifique, pelo contrário, mas ela disse que o ato de jogar ovos num deputado pode. O que é uma violência. Se uma professora que prega isso em sala de aula é obvio que desperta a revolta também de um estudante”, criticou.

Rodrigues fazia referência a comentário de Marcia a respeito de um protesto em que jogaram ovos no deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) no interior de São Paulo.

O parlamentar também criticou a professora por ela ter se posicionado contra o projeto da “Escola sem Partido”. “Escola é lugar de ensinar uma criança. Não quero que meu filho tenha a lavagem cerebral de uma ratazana dizendo o que ele deve pensar da política brasileira e de seus líderes. Não perdoarei, meu caro deputado Jair Bolsonaro, se minha filha viesse para casa com a camisa e a foto daquele bandido chamado Che Guevara, que muitos professores idolatram”, emendou.

Veja vídeo:

Balanço Geral

João Rodrigues apresentou o Balanço Geral de Santa Catarina em 2015. Ex-fuzileiro naval, ele entrou para o mundo do radialismo ainda na juventude. De 1988 a 2000, trabalhou como radialista na Rádio Centro-Oeste de Pinhalzinho. Nos últimos quatro anos conciliava a apresentação de programa com o cargo de vice-prefeito da cidade. Na mesma época também apresentou o SBT-Comunidade.

Foi eleito prefeito pelo PFL em 2000. Dois anos depois deixou o mandato na metade para tomar posse como deputado estadual. Passados mais dois anos, elegeu-se prefeito de Chapecó. Rodrigues se reelegeu em 2008. Renunciou em março de 2010, para concorrer, com sucesso, a deputado federal nas eleições daquele ano. Em 2014, ele conquistou o seu segundo mandato. Ele também já comandou a Secretaria da Agricultura e Pesca de Santa Catarina.

O crime e o processo

O Supremo Tribunal Federal confirmou nessa terça a condenação em segunda instância, determinada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) em 2009.

O ex-prefeito de Pinhalzinho é acusado de infringir a lei ao dispensar licitação para a alienação de uma retroescavadeira e ao comprar uma nova, custeada, em parte, com recursos da Caixa Econômica Federal. Ele recorreu ao Supremo, com um habeas corpus, para derrubar a decisão do tribunal de segunda instância.

Inicialmente, porém, a defesa apelou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) pedindo que o processo fosse anulado, alegando incompetência da Justiça Federal para julgar o caso e a inépcia da denúncia. Argumentou ainda que não houve dano aos cofres públicos.

Por ele ser parlamentar, o STJ remeteu o recurso para o Supremo, onde correm as ações envolvendo congressistas e outras autoridades federais. Em outubro de 2016, o ministro Luiz Fux negou o habeas corpus apresentado pelos advogados do deputado. Em março do ano passado, o Supremo havia acolhido pedido da defesa para julgar a apelação.

O julgamento de Rodrigues também foi marcado pela manifestação do ministro Alexandre de Moraes, a favor da execução provisória da pena após o fim dos recursos na segunda instância da Justiça.

Em seu voto, Moraes afirmou que a execução provisória da pena é compatível com a Constituição. Ele disse que resolveu se manifestar sobre o caso após o anúncio da presidente do STF, Cármen Lúcia.

Na semana passada, a ministra disse que não pautará o assunto novamente. Com a condenação do ex-presidente Lula pela segunda instância da Justiça Federal, há manifestações a favor da revisão do entendimento.



<< Além de deputado na Papuda, Congresso tem bancada de parlamentares condenados à prisão

Reportagem publicada às 18h42 de 8 de fevereiro de 2017 e atualizada às 8h46 de 9 de fevereiro.



Bancada Da Bala

Crise Brasileira

Edmilson Rodrigues

Jean Wyllys

João Rodrigues

Pictures

Processos

Ruralistas



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 **Assine**



Edson Sardinha

Formado em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás em 2000. Integra a equipe do Congresso em Foco desde o lançamento do site, em 2004.

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por:  ELAV

ANEXO G – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO “Deputado federal João Rodrigues (PSD-SC), flagrado vendo pornografia no Congresso”

Repórter: Durante a sessão, uma cena inusitada: o deputado João Rodrigues assistia vídeos pornográficos no celular. O parlamentar alega que estava apenas apagando imagens que tinha acabado de receber num aplicativo de mensagens instantâneas.

João Rodrigues: Quando abri, vi algo impróprio, apontei para o colega ao lado, fiz questão de colocar embaixo da mesa para que não fosse visto, vi do que se tratava, e apaguei, deletei do meu WhatsApp. Um ato normal, como qualquer cidadão de bem, qualquer cidadão brasileiro faz.

ANEXO H – Transcrição do vídeo “João Rodrigues x Jean Wyllys”

João Rodrigues: Me permitam ocupar o espaço do nosso partido, o PSD. Primeiro para contestar as afirmações de alguns parlamentares que, desde ontem, quando nós, da Comissão Especial que discute o estatuto do direito da defesa, como nós assim denominamos, ou, para aqueles que querem ser um pouco mais agressivos, o Estatuto do Armamento, se postam como se fossem verdadeiros defensores de bandidos. Porque o que nós votamos ontem até pode precisar de reparos. São até necessários alguns reparos que serão feitos no Plenário desta Casa. Mas a forma determinada com que alguns parlamentares defendem parece-me que estão extremamente ligados a quadrilhas, ao narcotráfico, a bandidos. O que a maioria desta Casa - ou pelo menos os parlamentares que lá estavam -, nós deixamos muito claro que nós queremos é apenas o direito da defesa de o cidadão trabalhador, de o brasileiro honesto e decente poder ter uma arma em casa para defender a sua família. E eu observo alguns parlamentares, deputado Ivan Valente, ontem, quando travamos alguns debates no campo de ideias, eu defendo, eu observo que alguns se equivoquem em determinados momentos, como, por exemplo, o deputado Jean Wyllys, o ex-BBB, que na sua primeira eleição, com 13 mil votos, deputado Torgan, chegou a esta Casa pelo seu mérito, pela sua exposição naquele programa extremamente culto que a televisão brasileira apresenta, que acrescenta demais à cultura dos brasileiros. Mas veio, chegou, com pouco, mas com seu mérito aqui veio. Questionou o comportamento de cada parlamentar, inclusive o meu, afirmando e chamando parlamentares de bandidos. Quero aqui afirmar, deputado Jean Wyllys, o senhor que é do Rio de Janeiro, a sua vida pregressa eu não conheço, a sua experiência política eu não sei. Eu tenho sete mandatos, fui três vezes prefeito, três vezes deputado, e tive a honra de ter sido, na última eleição, juntamente com meu colega, deputado Esperidião Amin, o segundo deputado federal mais votado na história do meu estado de Santa Catarina. Posso até ser criticado e contestado pelas minhas posições. Agora, vindo do senhor é um elogio. Um parlamentar que defende a liberação das drogas e o perdão para traficantes (palmas); um parlamentar que defende que um adolescente pode trocar de sexo, mesmo sem a autorização dos pais: ISSO NÃO É DEPUTADO! ISSO É A ESCÓRIA DA POLÍTICA DESTES PAÍSES! Mas ocupa espaço como qualquer outro parlamentar aqui desta Casa. É importante dizer isso. É importante afirmar olhando nos olhos do nobre ou do referido parlamentar.

Chico Alencar: Escória, não! Espere aí! Mantenha o nível!

João Rodrigues: Não merece o meu respeito!

Chico Alencar: Não venha com esse tiro sujo. Escória, não! Escória, não, hein?

João Rodrigues: Enquanto eu estou com a palavra... ENQUANTO ESTOU USANDO A PALAVRA, CALEM-SE OS SENHORES! CALEM-SE, DEFENSORES DE BANDIDOS!

Eduardo Cunha: Calma! Depois eu dou. Eu cedo depois. Agora a palavra está com o orador.

João Rodrigues: DEFENSORES DE MARGINAIS! CALEM-SE, QUE AQUI QUEM ESTÁ FALANDO É QUEM RESPEITA O POVO BRASILEIRO, NÃO É QUEM DEFENDE BANDIDO. ENTÃO, É PRECISO AFIRMAR... SENTEM-SE E CALEM-SE.

João Rodrigues: Você não merece o respeito da maioria dos deputados desta Casa, que trabalham ordenadamente, que trabalham com muita dedicação e respeito aos seus eleitores. Então venho aqui atestar publicamente o meu sentimento. Posso até estar exagerando, deputado Chico Alencar. Até quero retirar “escória”, para não ficar tão ofensivo, atendendo o seu pedido de respeito, mas quero afirmar que o referido parlamentar, pela sua história aqui nesta Casa, não merece o meu respeito, não merece o meu respeito em hipótese alguma, e talvez o da maioria dos deputados. Contestar parlamentares e a maioria do povo brasileiro que quer dar o direito do cidadão de bem ter a arma para defender o seu patrimônio, defender a sua vida, é muito fácil. Agora, lutar para liberar as drogas só pode interessar a quem, deputado Enio? A traficante! Só pode interessar a bandido! A porta da entrada do crime, a porta da entrada da cocaína, do crack, da heroína, das maiores drogas que destroem a família brasileira, deputado Marcos Montes, o senhor que é médico, começa na maconha! É ali que começa! Quando eu vejo um deputado defendê-la abertamente, com todo o respeito, vamos debater, vamos discutir posições, vamos colocar comportamentos, vamos comparar história, mas o senhor é acostumado, pelo seu estilo de fazer política, o senhor é acostumado a retaliar colegas, a diminuir pessoas. Só que aqui, amigo, você pisou no banhado

errado! Você falou com a pessoa errada! Respeite a nossa história. Aqui é Santa Catarina, meu amigo! Aqui tem peito e coragem para olhar nos seus olhos! Por isso, trago aqui meu carinho e respeito à maioria dos deputados desta Casa, homens honrados, homens de bem, que respeitam a todos, mas não admitimos que alguém que caiu de paraquedas aqui, que veio no seu primeiro mandato a reboque de um programa que diminui a sociedade, vem dar moral de cueca aqui, não. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. parlamentares. (Palmas.)

Jean Wyllys: Senhor Presidente, eu fui citado, eu tenho o direito.

Eduardo Cunha: Um minuto, Vossa Excelência.

Jean Wyllys: Não, eu quero mais de um minuto. Vou falar. Bom, o deputado pediu um debate. Primeiro, para um debate, tem que se agir com honestidade intelectual e informação. Estupidez não vale. Então, dizer que eu cheguei aqui com 13 mil votos é falta de informação. Cheguei aqui com mais de 145 mil votos. Primeira informação. A segunda informação...

Éder Mauro: Cala a boca aí, pô! Quer aparecer aí! Sai daí, rapaz! Sai daí, palhaço!

Orlando Silva: Senhor Presidente! Senhor Presidente!

Erika Kokay: O deputado está descontrolado. Ele tem que ser atendido pelo serviço médico.

Eduardo Cunha: Por favor, eu peço à segurança que o contenha.

Orlando Silva: Senhor Presidente, tem que repreender.

Erika Kokay: O deputado está descontrolado, não sabe atuar na condição de uma Casa que tem que ser pautada pela democracia. O deputado tem que ter uma reprimenda.

Orlando Silva: Senhor Presidente, tem que repreender! Senhor Presidente, use o microfone!

Eduardo Cunha: Eu peço que os ânimos se acalmem.

Jean Wyllys: O senhor pode...

Eduardo Cunha: Pera, pera, pois não, pode concluir.

Jean Wyllys: Bom, eu vou falar daqui, eu vou falar daqui. Bom, homens decentes não assistem vídeo pornô em plena sessão plenária! (Palmas.) Homens decentes não são condenados por improbidade administrativa, por roubar dinheiro público, como o deputado foi! Portanto, quem não tem moral para representar o povo brasileiro é ladrão! Ladrão que não tem moral para representar o povo brasileiro! Eu vou dizer uma coisa: qualquer programa de televisão é mais decente que um deputado que rouba dinheiro do povo na sua administração pública. Qualquer programa de televisão é mais decente que deputado que, em vez de honrar o voto e o dinheiro público, fica usando a sessão plenária para assistir filme pornô. Eu quero dizer a esse deputado que eu não tenho medo de coronéis, os tempos mudaram! Ele e todos os fascistas desta Casa vão ter que me engolir! Me engolir! Eu sou homossexual assumido, sim, e se acostumem com isso! Vocês vão ter que lidar comigo, com a minha inteligência e com a denúncia que eu vou fazer dos abusos de autoridade de V.Exas., entendeu? Da maneira truculenta com que vocês querem agir dentro desta Câmara. Ladrões, bandidos! Ladrões do dinheiro público! Improbidades administrativas serão, sim, denunciadas! E vocês não vão me intimidar. E olha, deputado: resta saber se o seu vídeo pornô era hétero ou era homossexual, porque há sempre homossexualidade reprimida e enrustida nesta Casa. Muito obrigado. (Palmas.)

Eduardo Cunha: Para falar como líder. Pode falar como líder.

Ivan Valente: Pela ordem, presidente!

Eduardo Cunha: Não, não, não tem mais líderes inscritos aqui. Eu já cedi, eu já...

Ivan Valente: Eu fui citado nominalmente. Eu quero resposta a essa pergunta. Eu fui citado nominalmente!

Eduardo Cunha: Calma. Veja bem! Veja bem! Vamos botar um pouco de ordem.

Ivan Valente: Eu fui citado nominalmente, senhor presidente!

Eduardo Cunha: Eu vou ceder, eu vou ceder, deputado, vou dar um minuto para o deputado Ivan Valente. Tem três líderes na frente, ainda.

Ivan Valente: Eu fui citado nominalmente!

Eduardo Cunha: Vou dar para o deputado Ivan Valente um minuto, para o deputado João Rodrigues um minuto, e está encerrado esse debate. É com Vossa Excelência.

Ivan Valente: Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, eu queria em primeiro lugar dizer que ontem, quando nós tivemos o debate, na Comissão Especial, do Estatuto do Desarmamento, eu chamei a atenção desse deputado porque ele tinha falado que queria fazer uma faxina contra pobres. Faxina! Isso aí é pregar assassinato de pobres excluídos. Ele inclusive respondeu, só que eu falei de uma maneira mais delicada. Ele falou que os Secretários de Segurança Pública de São Paulo e do Rio de Janeiro eram preguiçosos.

Eduardo Cunha: Deputado, conclui, conclui por gentileza.

Ivan Valente: Vou concluir, senhor Presidente. Hoje, ele reafirmou isso ao jornal O Globo. Prática de assassino, pregação de assassinato de pobres na periferia! Faxina! É isso o que pensa o deputado João Rodrigues, assassinar pobres excluídos no Brasil!

Eduardo Cunha: Por favor, deputado Ivan. Por favor. OK, concluiu. deputado, eu dou um minuto a Vossa Excelência, eu vou esperar os outros líderes e eu vou para a Medida Provisória.

João Rodrigues: Senhor Presidente, eu quero apenas fazer uma observação a esse menino Jean, que veio do BBB. O problema é dele, faz o que quer, do jeito que ele quer, a vida pessoal é dele. Quanto a condenação, nunca tive na minha vida pública. Então, deveria ser um pouco mais decente, um pouco mais honesto. Se é homossexual, o problema é dele. Agora, ser safado e mentiroso, isso é um problema que inclusive dá decoro parlamentar, quando acusa todo mundo de ladrão e de bandido aqui dentro. Na minha vida pública, nunca fui condenado. E quanto ao deputado Ivan Valente, quero dizer, em nome da família brasileira, o senhor deveria orientar a esse jovem parlamentar, seu colega de partido, que respeite as pessoas de bem. Nós, e eu particularmente preservo isto: eu respeito as pessoas de bem.

Ivan Valente: Eu não falo em nome da família brasileira, não!

João Rodrigues: Deputado Jean Wyllys e o deputado do PSOL, o senhor, ontem afirmei e reafirmo hoje: este País precisa passar por uma faxina...

Eduardo Cunha: Conclua, deputado, conclua.

João Rodrigues: <NÃO COMPREENSÍVEL>... tirando a bandidagem da rua e os corruptos da política, os quais os senhores defendem com unhas e dentes. E da mesma forma, deputado Jean, quando o senhor diz que um adolescente pode trocar de sexo, entrando na Justiça, sem a autorização dos pais, o senhor agride o que há de sério neste País. Crie vergonha na sua cara e respeito pela população brasileira!

Eduardo Cunha: Bom, eu vou pedir, em primeiro lugar à deputada Erika Kokay, Edmilson Rodrigues e <NÃO COMPREENSÍVEL>, uma comissão para acompanhar o problema da rodoviária dos professores. Vou passar a Medida Provisória, depois eu chamo os líderes, continuação da discussão.

Jandira Feghali: Presidente, se o senhor votar a medida, não vai ter ninguém para...

Eduardo Cunha: Tem três líderes na frente, eu vou votar. Eu vou acalmar uns dez minutos aqui, depois eu chamo. É, a continuação da discussão...

Jandira Feghali: ...ninguém fala aqui, presidente.

Eduardo Cunha: Continuação da discussão. deputado orador favorável, deputado Otávio Leite.

ANEXO I – Transcrição do vídeo “Deputado João Rodrigues manda o PT calar a boca”

João Rodrigues: Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, olha, tudo que já foi dito aqui, tudo o que vem a se dizer, é praticamente repetir a mesma coisa. Mas eu quero aqui falar pra, para todos os brasileiros, eu só fico observando os senhores deputados do PT, do PCdoB, do PSOL, com todo o respeito, eu não quero agredi-los, mas me permitam: vocês têm uma cara de pau sem tamanho. Mas com todo o respeito – silêncio, estou utilizando a palavra – CALA A BOCA QUE EU TÔ FALANDO! QUIETO! TÔ FALANDO, CALA A BOCA! ENQUANTO EU TÔ FA... NÃO METE O BICO, PT! FICA NA SUA! FICA NA SUA! FICA QUIETO! VOCÊS OFENDEM O POVO BRASILEIRO TODOS OS DIAS, TODAS AS HORAS! ENQUANTO ESTOU NA TRIBUNA, CALEM... AS SUAS... BOCAS! PORQUE AMANHÃ O BRASIL E ESTE CONGRESSO FARÃO OS SENHORES SILENCIAR-SE! Afinal de contas, falar em corrupção... O GOVERNO DE VOCÊS COMEU DUAS PETROBRAS! Um dos combustíveis mais caros do mundo é pago pelo trabalhador brasileiro. A energia elétrica aumentou, a cesta básica aumentou, a inflação é galopante! BILHÕES, BILHÕES DE DINHEIRO ROUBADO. Vocês querem usar a tribuna pra falar em corrupção? Com todo o respeito, senhoras e senhores, amanhã este Congresso haverá de dar uma resposta. É bem verdade que hoje os senhores, os seus coordenadores e o grande capitão, o chefe, Luís Inácio, que hoje de tarde carregou a malinha e voltou pra São Paulo. Fez as suas negociações num quarto de hotel de luxo. Quero aconselhar alguns parlamentares que o visitaram. Inclusive o vice-presidente desta Casa. Que até a semana passada era pró-impeachment. Hoje, é contra. Qual é o agrado que fizeram? Quanto pagaram? Será que parlamentar não tem sentimento e responsabilidade? Ontem é a favor, hoje contra. O governo mudou. Melhorou. Deu resposta à sociedade. Absolutamente nenhuma. O povo amanhã vai conferir. Quem faltar e não justificar com certidão de óbito seu próprio é porque se vendeu. Quem vier, e manter posição firme, quer seja contra ou a favor, há de se respeitar, desde que seja aquele compromisso histórico, como é o PT, o PSOL, o PCdoB. Porque vocês estão aí nesta trincheira. Agora aqueles que estavam do lado de cá, e amanhã vão pro lado de lá, é porque tem preço. E amanhã serão julgados, e depois, em 2018, despedidos pelo eleitor.

Presidente da sessão: Tem a palavra Pepe Vargas.

Pepe Vargas: Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas...

Presidente da sessão: Deputado Pepe, fica prorrogada a sessão por mais uma hora.

ANEXO J – Transcrição do vídeo “Wesley Batista ouve calado o sermão do Dep. João Rodrigues(PSD).”

Wesley Batista: Deputado, continuarei seguindo a orientação dos meus advogados, e me mantere em silêncio.

João Rodrigues: Evidentemente que o senhor está muito bem orientado juridicamente, mas o que nós podemos extrair, por mais que façamos alguma centena de perguntas, é importante que as pessoas olhem nos seus olhos, na sua face, talvez nesse momento o senhor esteja aí querendo ser o açougueiro do seu frigorífico do que ser dono desse grupo, que já foi orgulho para esse país. O senhor se aproveitou de toda a possibilidade que tinha de crescimento, em parte até pode ser do seu trabalho, mas em parte quando o senhor se envolve em relações promíscuas no campo político, o senhor comete um crime grave. Utiliza-se de dinheiro público, que poderiam financiar centenas e milhares de pequenas empresas, que gerariam tantos quantos empregos o senhor em tese geraria, mas de forma lícita e decente. O senhor pegou este dinheiro, e tá provado que foi ilícito, que se não fosse o senhor não pagava propina. Se o dinheiro fosse limpo, honesto, decente, nem o senhor e nem os membros da sua quadrilha utilizariam recursos para dar propina para ladrão. O maior crime que o senhor cometa, além disso tudo – o senhor e o seu grupo, o senhor e sua quadrilha –, é generalizar, como todos os homens públicos, quer do Senado, quer da Câmara, quer homens públicos de todo o país foram cooptados pelo senhor. Se fala em 1800. Talvez o que a sua delação extremamente frágil, se ela fosse correta, o senhor não estava na cadeia. Mas eu acredito que, pelo comportamento e pela forma de deboche nas auto-gravações que os senhores fizeram, tratando o Judiciário como se fosse um porão da casa de vocês, cuidando do Ministério Público como se fosse um bando de bandido, e tratando o Legislativo brasileiro como um bando de canalhas e de ladrões. É assim que vocês trataram este país. Tanto é que o dia após a sua delação, os senhores pegaram o seu jatinho, foram para Nova Iorque, curtir a vida, dando risada dos palhaços aqui desse país. A Justiça tarda, mas não falha. Isso é só o começo. Os senhores e demais integrantes da sua quadrilha vão pagar absolutamente tudo o que fizeram a esse país. E lhe digo com muita tranquilidade, porque nunca recebi sequer, e creio que boa parte dos parlamentares, ou quase todos que aqui estão, absolutamente nada que venha dos senhores. Dinheiro sujo. Dinheiro mal captado, cooptado, captado. Dinheiro ilícito! Ele vai de forma rápida para o ralo. Os senhores brincaram com a economia do país, os senhores fizeram absolutamente tudo o que puderam pra destruir o país que deu as melhores oportunidades para os senhores. É óbvio que eu perguntaria: como brasileiro, o senhor não tem vergonha? O senhor não tem vergonha de tudo o que vocês fizeram aqui por esse país? Ou contra esse país? O senhor poderia responder a essa pergunta?

Wesley Batista: Excelência, com todo o respeito, eu me mantere em silêncio por orientação dos advogados.

João Rodrigues: Isso tá muito claro, que o senhor não se arrepende em momento algum, porque o senhor disse que suas delações foram as melhores delações e as mais completas. De que os senhores acreditariam que estariam mudando este país. Não. Vocês contribuíram para piorar este país. Se assim fosse, o senhor criaria coragem e seria homem de verdade, colocaria as calças aqui na frente do povo brasileiro, abriria o seu coração, seria honesto uma vez na sua vida! Decente uma vez na sua vida! Para contar absolutamente tudo, nem que esteja aqui no meio alguém que tenha sido beneficiado diretamente pelo esquema bandido e criminoso montado pelo grupo JBS, pelo grupo J&F, que tem sob a coordenação o senhor e os demais integrantes da sua família, que me perdoem, os demais integrantes desta grande quadrilha. Senhor presidente, só resta dizer, em nome do povo brasileiro, que vergonha. Quem nos orgulhou nos decepcionar de tal forma. Mas a justiça tarda, mas não falha. Eu sei que daqui, o senhor retorna para a sua cadeia. E todos nós que aqui estamos, e o povo sofrido lá fora, pagando uma conta cara, para poder manter este país de pé. Boa hospedagem, e que ela dure por muito tempo, até que os senhores abram e falem a verdade para o povo brasileiro.

ANEXO K – “Base de Temer se desmobiliza na Câmara e perde medida que prorroga concessões de rodovias”



Home > Legislativo >

Base de Temer se desmobiliza na Câmara e perde medida que prorroga concessões de rodovias

Por Fábio Góis Em 21 fev, 2018 - 21:53 Última Atualização 22 fev, 2018 - 22:13

Legislativo Notícias



Rodrigo Maia conduziu a sessão até ver que a matéria não seria aprovada

A semana começou com perdas e ganhos para o governo. Se em certa medida reverteu a pauta negativa com a **intervenção federal** no Rio de Janeiro, o governo viu **sepultada** a **reforma da Previdência** e anunciada a objeção dos presidentes do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a pauta que sugeriu como compensação. Hoje (quarta, 21), mais uma derrota: a provável perda de validade da

Medida Provisória 800/17, que autoriza a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a conceder mais prazo para que as concessionárias de rodovias federais executem investimentos previstos. A matéria perde vigência na próxima segunda-feira (26).

”

<< **Maia diz que governo desrespeita Parlamento com pauta econômica: “Café velho e frio”**

<< **Eunício diz que Senado não é puxadinho de outro Poder, mas elogia relação com Planalto**

A discussão da MP, **iniciada** na tarde desta quarta-feira (21), já evidenciava que a vida do governo não seria fácil no plenário da Câmara. Aliás, a dificuldade já estava sinalizada desde ontem (terça, 20), quando partidos da oposição e da própria base aliada anunciaram obstrução à votação da proposta, embora apenas o PSD tenha mantido a obstrução na sessão de hoje. Pouco antes de a sessão ser encerrada, deputados governistas admitiram que a MP cairia.

Com mais três dias úteis até o fim do prazo de vigência, e com a obrigação de aprovação também em um Senado voltado para um pacote de segurança pública, o governo verá a matéria perder validade: além de não ter havido convocação para votação em uma quinta-feira, e como quase não há votações nas sextas, restaria a próxima segunda-feira, no limite do prazo para aprová-la.

Mas, além de parecer não haver disposição do governo em dispender tanto esforço em nome de uma medida provisória não prioritária, não seria fácil convencer deputados e senadores a aprovar o texto no mesmo dia. Assim, findam-se as chances de aprovação. É a segunda medida provisória sobre o assunto derrubada em menos de dois anos (leia mais abaixo). Como determina a legislação, o governo não pode editar outra MP sobre o assunto no mesmo ano – o que não é o caso em questão, ou seja, o governo deve editar uma matéria semelhante nas próximas semanas.

Duelo regimental

Por 234 votos a 25, a maioria governista chegou a conseguir a rejeição de um requerimento apresentado pela oposição para retirar a matéria da pauta. Mas, como a obstrução perdurava à medida que o quórum de votação ia caindo, diversos líderes passaram a defender o encerramento da sessão, já sem Rodrigo Maia no comando da sessão plenária – outra sinalização de que o governo seria derrotado da Câmara. Depois de muitos apelos, André Fufuca (PP-MA), que conduzia a plenária no vácuo de comando, não viu alternativa a não ser o encerramento dos trabalhos, antes das 21h.

Antes disso, entre acusações e ofensas de parte a parte, a discussão sobre a matéria se alternava com a abordagem de temas diversos, como a intervenção federal, definitivamente aprovada ontem no Senado, e até a possibilidade de prisão do ex-presidente Lula, condenado a 12 anos e um mês de prisão. Para o deputado opositor Afonso Motta (PDT-RS), o governo na verdade queria beneficiar com a edição da MP, empresas que não cumpriram contratos.



Rodrigo Maia conduziu a sessão até ver que a matéria não seria aprovada

“A medida é benevolente com os concessionários que descumprem as obrigações contratuais, gerando riscos ao usuário”, discursou o parlamentar.

Por sua vez, Hugo Leal (PSB-RJ) lembrou que o governo já tentou, em 2016, rever alguns contratos de concessão de rodovias ao incluir a extensão dos investimentos por meio de outra medida provisória, a MP 752/16. Naquela ocasião, a maioria dos deputados também não aceitou aprovar a proposição.

“São rodovias que não são duplicadas, ampliando o risco de mortes e acidentes”, reclamou Hugo Leal, para quem o usuário brasileiro teria perdas caso fosse mantido o novo prazo para investimentos.

Por sua vez, o deputado governista Pedro Paulo (PMDB-RJ) tentou, em vão, convencer os pares a respeito da suposta pertinência da medida. “Daremos mecanismos ao governo de alavancar investimentos a partir das concessões. Essa é a questão central”, defendeu.

Líder do PSDB, Nilson Leitão (MT) levantou outra questão importante. “Nós queremos exatamente entender como nós vamos sair dessa. Se o contrato permanecer com uma empresa que não tem capacidade de executar as obras do contrato, e ela entrar na Justiça e começar a brigar para não perder o contrato, nós vamos ficar mais um ano sem obras, com uma rodovia totalmente complicada, com acidentes e sem nenhum tipo de atendimento”, observou o tucano.

Esperança frustrada

Ontem (terça, 20), alguns partidos da base também decidiram pela obstrução, aliando-se à oposição para evitar que a MP fosse aprovada. Na tarde de hoje, entretanto, o líder do DEM, deputado Rodrigo Garcia (SP), afirmou que seu partido apoiaria a proposta após ser convencido, em reunião, de que o prazo de 14 anos permitirá a revisão em contratos firmados nos governos de Lula e Dilma Rousseff (PT).

“Nós estamos consertando a bandalheira que eles fizeram com essas estradas. Se nós não votarmos isso, vão de quatro a seis anos para uma nova licitação. Vocês vão ser responsáveis!”, fustigou o vice-líder do governo na Câmara Darcísio Perondi (PMDB-RS), prontamente confrontado pela petista Érika Kokay (DF), que apontava “jabutis” na medida, ou seja, conteúdo enxertado no texto sem qualquer relação com o tema central.

"Nós temos aqui um processo de inclusão na prorrogação de licitação daqueles que ganharam portos secos antes de 2003. Portanto, se houver alguma coisa parecida com concessão à época da escravidão, ela estará concedida também, antes de 2003. Não há o marco de término, é antes de 2003, e estaria tudo incluído. Trata-se de matéria absolutamente estranha, porque aqui se fala de isentar as concessionárias da responsabilidade contratual, dos investimentos que foram postos – que estão, inclusive, no púlpito da tarifa do pedágio, e o pedágio não diminuirá", apontou Érika.

O impasse prevaleceu em plenário. Sucessivos requerimentos e pedidos de verificação de votação impediram que a matéria avançasse e fosse votada. Durante a discussão, os deputados de oposição criticaram os propósitos do governo e apresentaram diversos requerimentos para protelar a deliberação e conseguiram impedir que a MP fosse votada hoje.

Entre diversas outras acusações, a oposição reclamou da extensão do prazo de cinco para 14 anos para que os investimentos sejam concluídos. Deputados, entre um discurso e outro, apelidaram a medida de “0800” – alusão à gratuidade desse prefixo telefônico –, pois a matéria concede adiamento para investimentos que já deveriam ter sido feitos, sem que as concessionárias sofram multas ou punições.

A MP

Em resumo, o projeto de lei de conversão elaborado pelo deputado José Rocha (PR-BA) determina que a postergação dos investimentos ocorre uma única vez, em comum acordo com a concessionária. O prazo máximo da reprogramação seria de até 14 anos, desde que demonstrada a sustentabilidade econômico-financeira da concessão. Além de a reprogramação contratual implicar a suspensão das obrigações de investimento, as multas por esse atraso não seriam aplicadas.

O governo alegava que um dos objetivos do prorrogamento era atender às concessões firmadas no governo Dilma Rousseff, entre 2012 e 2014, quando contratos previram a duplicação do trecho concedido em até cinco anos. Mas as concessionárias alegaram ter sido afetadas pela crise econômica, que levou à redução das receitas com pedágio e inviabilizando o cumprimento do cronograma de investimentos originalmente definido. As multas pela não execução dos investimentos no prazo era outro empecilho para as empresas.

A MP estabelecia ainda que a reprogramação dos investimentos deveria priorizar a destinação de recursos para trechos com mais concentração de demanda. As empresas que aderissem à reprogramação de investimentos não poderiam optar pela devolução amigável da concessão, a chamada “relicitação”, hipótese prevista na Lei 13.448/17.

”

<<

Relatora de decreto quer mais recursos para o Rio e descarta reforma previdenciária: “Esquece”

<< Oposição diz que intervenção é “cortina de fumaça”, não é séria e desrespeita situação do Rio



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 **Assine**

Fábio Góis



Repórter do Congresso em Foco desde 2007, atuou antes como jornalista de cultura e assessor de imprensa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), entre outras instituições. Em 2014, integrou a equipe do Broadcast Político, serviço de reportagem em tempo real do jornal O Estado de S. Paulo.

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por:  ELAV

ANEXO L – “Bolsonaro e outros oito deputados migram para o PSL e já falam em “bancada da metralhadora””



Home > Direitos Humanos >

Bolsonaro e outros oito deputados migram para o PSL e já falam em “bancada da metralhadora”

Por Isabella Macedo Em 07 mar, 2018 - 21:19 Última Atualização 07 mar, 2018 - 22:15

Direitos Humanos Eleições



Bolsonaro impulsionou o aumento de candidatos do PSL: eram 832 em 2014, número que aumentou 51,4%, chegando a 1260

De saída do Partido Social Cristão (PSC) para o Partido Social Liberal (PSL), o “**mito dos pés de barro**” Jair Bolsonaro (RJ) voltou a fazer barulho na Câmara, acompanhado de um séquito de defensores do militarismo. Ao anunciar, oficialmente, a filiação ao PSL nesta quarta-feira (7), Bolsonaro protagonizou ato promovido pelo partido na Câmara e, com artilharia apontada contra o “politicamente correto”, afirmou que o

ex-ministro da Defesa, Raul Jungmann, agora titular da pasta extraordinária da Segurança Pública, é um “comunista” (veja trecho do discurso no vídeo abaixo). O deputado presidenciável, ao criticar partidos de esquerda, afirmou que a bandeira brasileira só será vermelha com seu sangue – referência à cor que identifica o PT do ex-presidente Lula, cuja rejeição de parcela do eleitorado é usada por Bolsonaro para reforçar sua pré-candidatura.

”

<< **Jair Bolsonaro, o mito de pés de barro**

<<

As frases polêmicas de Jair Bolsonaro

Além de Bolsonaro, o PSL terá outros oito deputados: Eduardo Bolsonaro (SP), Major Olímpio (SP), Carlos Manato (ES), Mandetta (MS), Marcelo Álvaro Antônio (MG) e os delegados Waldir (GO), Francischini (PR) e Éder Mauro (PA). A expectativa é que a bancada do partido conte com cerca de 20 deputados até o fim da janela, como **este site adiantou** ontem (terça, 6).

Ao chegar ao plenário, Bolsonaro foi recebido aos já característicos gritos de “mito” – expressão que passou a ser ridicularizada por adversários como mantra dos chamados “Bolsominions” – e clamores de “presidente”. Apontado como membro da chapa presidencial do deputado, o senador Magno Malta (PR-ES) chegou ao ato sob gritos de “vice” e discursou por mais de meia hora. Antes de tomar a palavra, Bolsonaro convidou o possível candidato a vice para fazer uma oração. Entre uma intervenção e outra, ataques à imprensa – que, por força do ofício, cobria o evento.

Caprichando no tom bélico do discurso, Bolsonaro afirmou que a chamada “bancada da bala” aumentará na próxima legislatura e, com o deputado Francischini, delegado por formação, poderá ser a “bancada da metralhadora”. “Mais importante que a nossa

vida é a nossa liberdade”, disse, antes de afirmar que Jungmann é um “desarmamentista e comunista”.

Já falando como pré-candidato do PSL à Presidência da República, o deputado afirmou que “ditaduras se consolidam depois do programa de desarmamento”, que afirma ter sido feito nos governos FHC e Lula, e que é necessário mudar a questão do armamento no país – às vésperas do Dia Internacional da Mulher, celebrado nesta quinta-feira (8), ele tem dito que, para acabar com o feminicídio, é só distribuir armas para mulheres, com o objetivo de que elas mesmas se defendam.

“As ditaduras se consolidam depois de um programa de desarmamento, como foi feito lá no governo de FHC até o governo Lula. Nós temos que mudar a questão do armamento no Brasil. Temos aqui vários parlamentares que são chamados, jocosamente, de 'bancada da bala'. Essa bancada vai crescer no ano que vem”, discursou Bolsonaro, ovacionado por sua claque.

Discurso verde-oliva

Com uma bandeira brasileira na mão, o deputado também afirmou que “só tem um jeito dessa bandeira ficar vermelha, e é com o meu sangue”. Bolsonaro e os outros oito deputados que passarão a integrar as fileiras do PSL só assinarão as fichas de filiação ao novo partido nos próximos dias, para evitar nulidade na janela partidária que se inicia amanhã (quinta, 8).

As já conhecidas posições do deputado e se seus apoiadores foram recebidas enfaticamente por apoiadores da campanha do deputado à Presidência da República, que encheram o plenário 1 da Câmara dos Deputados. Pouco antes de o evento começar, pessoas se aglomeravam nas portas da sala. Antes que o deputado falasse, os presentes pediram para que todos se levantassem para cantar a primeira parte do hino nacional, que defendem que volte a ser cantado nas escolas do país.

O deputado demonstrou emoção ao citar o pai, já falecido, e por cerca de meia hora discursou aos apoiadores. Dizendo que sua candidatura tem apoio de militares e civis, ele citou como exemplo o coronel Augusto Heleno, das Forças Armadas, e o astronauta Marcos Pontes – que, de acordo com o próprio Bolsonaro, procurou-o para perguntar

o que poderia fazer pelo país caso o deputado fosse eleito presidente. Todas as menções às Forças Armadas, ao Exército e às polícias militares eram recebidas com festejos pelos correligionários.

Veja trecho da fala de Bolsonaro:



”

<< **Bolsonaro quer bancada de pelo menos 20 deputados no PSL para turbinar corrida presidencial**

<< **Bolsonaro critica intervenção militar no Rio: “Bando de vagabundos”**



Bolsominions

Bolsonaro

Carlos Manato

Crise Brasileira

Delegado Francischini

[Delegado Waldir](#) [Ditaduramilitar](#) [Éder Mauro](#) [Eduardo Bolsonaro](#) [Eleições](#) [Eleições 2018](#)
[Jair Bolsonaro](#) [Major Olímpio](#) [Mandetta](#) [Marcelo Álvaro Antônio](#) [Partido Social Cristão](#)
[Partido Social Liberal](#) [Pictures](#) [PSC](#) [PSL](#)



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 **Assine**



Isabella Macedo

Repórter - Graduou-se em Jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP). Foi Foca do Curso Estado de Jornalismo, curso de extensão do jornal O Estado de S. Paulo em parceria com a Universidade de Navarra, em 2015. É repórter do Congresso em Foco desde maio de 2017.

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por:  ELAV

ANEXO M – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO “Bolsonaro lança candidatura na Câmara”

Jair Bolsonaro: Apoia Raul Castro...

Alguém: Canalhas!

Jair Bolsonaro: Onde que tem uma foice e um martelo vive de amores com Kim Jong-Un da Coreia do Norte. Agora, as ditaduras, elas ficam empenhadas apenas nisto. Consolidam depois um programa de desarmamento. Como foi feito lá no governo FHC até o governo Lula. Nós temos que mudar a questão do armamento no Brasil.

Plateia: É isso mesmo! (Aplausos)

Jair Bolsonaro: Temos aqui vários parlamentares. Que são chamados honrosamente da bancada da bala. Essa bancada vai crescer no ano que vem.

Plateia: AÊÊÊÊÊ!!!!

Jair Bolsonaro: Queremos os policiais civis, militares <INCOMPREENSÍVEL>. Quem sabe aqui por sugestão do <INCOMPREENSÍVEL> não surge a bancada da metralhadora?

Plateia: AÊÊÊÊÊ!!!!

Jair Bolsonaro: A bancada da metralhadora, mais do que defender a vida de cada um de nós, vai defender a liberdade desse povo, a liberdade do nosso Brasil. Mais importante que a nossa vida, é a nossa liberdade. Que sem liberdade, não há vida. E nós não aceitamos a viver a não ser num sistema com liberdade. E as nossas Forças Armadas, que eu não falo por elas, quem fala por elas não é nem esse... não o atual ministro, não é? Mas o ministro anterior, Raul Jungmann. Um desarmamentista, um comunista, que agora é ministro da Segurança.

Alguém: CANALHA!

Jair Bolsonaro: Tem que começar no tocante a isto. Então, meus senhores, uma das bandeiras...

ANEXO N – “Você é uma pessoa horrível, mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia’, diz Barroso a Gilmar”



Home > Justiça >

“Você é uma pessoa horrível, mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia”, diz Barroso a Gilmar

Por Joelma Pereira Em 21 mar, 2018 - 17:35 Última Atualização 21 mar, 2018 - 18:51

Justiça Notícias



Barroso disparou contra Barroso por mais de um minuto. Veja no vídeo abaixo



Em outros tempos, Gilmar e Barroso ainda conseguiam ler o mesmo texto sem trocar acusações

Com o clima acalorado no plenário, Cármen Lúcia anunciou que suspenderia a sessão. Inconformado e querendo responder o colega, Gilmar deu continuidade ao mal-estar: “Presidente, eu estou com a palavra e continuo, presidente. Continuo com a palavra, presidente, eu continuo com a palavra. Presidente, eu vou recomendar ao ministro Barroso que feche seu escritório, feche seu escritório de advocacia”.

No momento da discussão, os ministros do tribunal analisavam a ADI 5.394, ajuizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra dispositivo da Lei das Eleições (9.504/1997) que permite "doações ocultas" a candidatos. uma ação sobre doações eleitorais ocultas.

Assista ao trecho no vídeo abaixo:

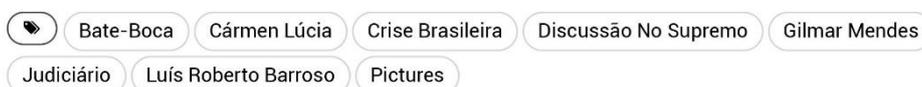
Ministro Luis Roberto Barroso discute com Gilmar Mendes





”

<< “Vossa excelência soltou Dirceu”, diz Gilmar; “Vossa excelência não trabalha com a verdade”, rebate Barroso



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 **Assine**



Joelma Pereira

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por:  ELAV

ANEXO O – TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO “Ministro Luis Roberto Barroso discute com Gilmar Mendes”

Luís Roberto Barroso: Me deixe de fora desse seu mau sentimento. Você é uma pessoa horrível, uma mistura do mal com atraso e pitadas de psicopatia. Isso não tem nada a ver com o que tá sendo julgado. É um absurdo Vossa Excelência aqui fazer um comício, cheio de ofensas, grosserias... Vossa Excelência não consegue articular um argumento, fica procurando... já ofendeu a Presidente, já ofendeu o Ministro Fux, agora chegou a mim... a vida pra Vossa Excelência é ofender as pessoas! Não tem uma ideia! Não tem nenhuma ideia! Nenhuma! Nenhuma! Só ofende as pessoas, ofende as pessoas. Qual é a sua ideia? Qual é a sua proposta? Nenhuma! Nenhuma! É bÍlis, ódio, mau sentimento, mal secreto... é uma coisa horrível. Vossa Excelência não se envergonha.

Gilmar Mendes: Eu estou com a palavra, Presidente. Eu estou com a palavra.

Barroso: Vossa Excelência é uma desonra pro tribunal! Uma desonra pra todos nós! Um temperamento agressivo, grosseiro, rude! É péssimo isso! Vossa Excelência sozinho desmoraliza o Tribunal.

Cármem Lúcia: Caros ministros...

Barroso: É muito ruim. É muito penoso para todos nós termos que conviver com Vossa Excelência aqui.

Cármem Lúcia: Senhores ministros...

Barroso: Não tem ideia! Não tem patriotismo! Está sempre atrás de algum interesse que não é o da Justiça! É uma coisa horrorosa!

Cármem Lúcia: Senhores ministros, eu vou suspender a sessão. Eu vou suspender a sessão. Está suspensa a sessão pelo período regimental. Volto para completar o voto de Vossa Excelência. Está suspensa a sessão.

Barroso (ao mesmo tempo que Cármem Lúcia): Uma coisa horrorosa! Uma vergonha! Um constrangimento! É muito feio isso! Isso é o Supremo Tribunal Federal! Uma coisa horrível!

Mendes: Presidente, eu estou com a palavra. Eu estou com a palavra e continuo. Presidente, por favor. Eu estou com a palavra e continuo.

Cármem Lúcia: Mas eu estou suspendendo apenas para o voto.

Mendes: Não. Eu estou com a palavra e continuo, presidente.

Barroso: Está suspensa ou não está?

Cármem Lúcia: Está suspensa a sessão.

Mendes: Não. Eu continuo com a palavra, Presidente. Eu continuo com a palavra. Continuo com a palavra. Presidente, eu vou recomendar ao ministro Barroso que feche seu escritório, feche seu escritório de advocacia.

ANEXO P – “STF decide destino de Lula em pedido de habeas corpus. Veja ao vivo”



Home > Corrupção >

STF decide destino de Lula em pedido de habeas corpus. Veja ao vivo

Por Joelma Pereira Em 04 abr, 2018 - 14:08

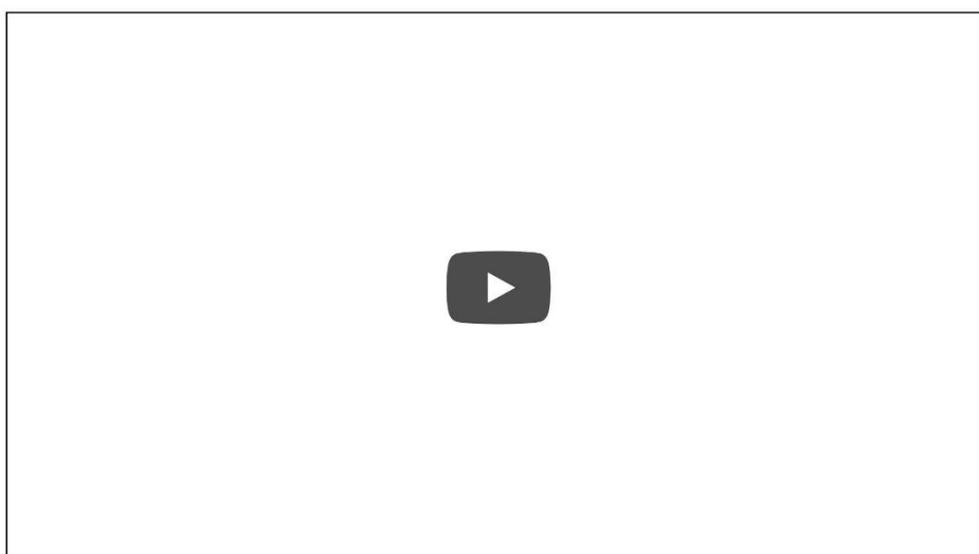
Corrupção Justiça



O Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, nesta quarta-feira (4), o julgamento do habeas corpus no qual a defesa do ex-presidente Lula (PT) tenta impedir eventual prisão após o fim dos recursos na segunda instância da Justiça Federal. O caso começou a ser julgado no dia 22 de março, mas, com o avançar das horas, a sessão foi interrompida na Corte.

Na ocasião, o tribunal atendeu a pedido da defesa do petista e concedeu um salvo-conduto para que ele não pudesse ser preso até a decisão desta tarde. Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro a nove anos e seis meses de prisão e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que aumentou a pena para 12 anos e um mês na ação penal do triplex do Guarujá (SP), na Operação Lava Jato. No julgamento de hoje, os ministros devem entrar no mérito do pedido de Lula, que deseja responder à acusação em liberdade até que sejam esgotados todos os recursos em última instância - no caso, no STF. O primeiro voto é do ministro Edson Fachin

Assista ao vivo o julgamento:



”

Manifestações

Do lado de fora da Corte, manifestações pró e contra o ex-presidente já iniciaram. As forças de segurança fizeram alterações no trânsito da cidade “para garantir a segurança dos manifestantes”. As manifestações ficarão limitadas à Alameda das

Bandeiras, em frente ao Congresso Nacional, a cerca de 200 metros do prédio. Itens como balões e bonecos infláveis gigantes terão o acesso barrado em uma grande área delimitada na Esplanada dos Ministérios.

”

<< *Comandante do Exército faz crítica à impunidade na véspera da decisão do STF sobre Lula*

<< *Dallagnol anuncia jejum por prisão de Lula; juiz da Lava Jato, Bretas apoia: “Acompanhá-lo-ei em oração”*

[Ao Vivo](#)
[Crise Brasileira](#)
[Ex-Presidente Lula](#)
[Habeas Corpus](#)
[Julgamento STF](#)
[Manifestações](#)
[Prisão De Lula](#)
[PT](#)
[STF](#)
[Supremo Tribunal Federal](#)



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

Assine



Joelma Pereira

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#)
[Revista Congresso em Foco](#)
[Fale conosco](#)
[Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por: ELAV

ANEXO Q – “STF suspende sessão e adia decisão sobre habeas corpus e embargos de Paulo Maluf”



Home > Especial > Notícias >

STF suspende sessão e adia decisão sobre habeas corpus e embargos de Paulo Maluf

Por Joelma Pereira Em 18 abr, 2018 - 19:29 Última Atualização 18 abr, 2018 - 20:16

Notícias



O deputado foi preso em dezembro do ano passado, após o STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou para amanhã (quinta-feira, 19) a decisão sobre o futuro do deputado afastado Paulo Maluf (PP-SP). A defesa de Maluf ajuizou os chamados embargos infringentes (contestação de sentença) contra execução da pena do congressista e com pedido de *habeas corpus* pleiteando o cumprimento de sua condenação em regime domiciliar, devido a problemas de saúde.

Na sessão desta quarta-feira (18), sete ministros apresentaram seus votos. O ministro Edson Fachin, relator da ação penal, concluiu no sentido do não cabimento dos embargos infringentes. Até o momento, a decisão foi acompanhada pelos ministros Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux.

”

<<

De “bandido bom é bandido preso” a elogios ao “amigo Doria”: o que Maluf postou nas redes antes da prisão

<< Cármen Lúcia nega reverter prisão de Maluf: “Recorrer é legítimo; abusar deste direito é fraude”

Por outro lado, o ministro Dias Toffoli votou no sentido de que a Corte admita a interposição dos embargos. Além disso, para o ministro, com essa tese, deve ser concedida a liberdade plena do deputado do PP, uma vez que o processo não transitou em julgado (não se esgotaram todos os recursos).

Na prática, caso esse entendimento seja seguido, os ministros entenderiam que a decisão de Fachin, que mandou executar a pena, não teria sido adequada, já que ainda cabia recurso. A divergência foi aberta com base no voto divergente de Marco Aurélio quando do julgamento que condenou o político à prisão, no ano passado. Para o ministro, como a votação na Primeira Turma contou com um voto divergente, a pena não poderia ser executada.

Além de Toffoli, votaram favoráveis ao recurso de Maluf os ministros Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski. No entendimento deles, quando uma decisão não for unânime, desfavorável ao réu, deve-se admitir embargos infringentes. Se essa tese

prevalecer, será suspensa a execução de pena e não será analisado o pedido de *habeas corpus*. Ainda faltam os votos de Gilmar Mendes, Celso de Mello, Marco Aurélio Mello e Cármen Lúcia.

O congressista foi condenado no ano passado pelo STF a sete anos e nove meses de prisão pelo crime de lavagem de dinheiro, além do pagamento de multa de aproximadamente R\$ 1,3 milhão. O processo transcorreu por cerca de 20 anos e se arrastou graças à prerrogativa de foro especial de que gozava Maluf antes de ser preso.

Prisão domiciliar

Maluf, que tem 86 anos, foi preso no dia 22 de dezembro de 2017. No dia 28 de março o ministro Dias Toffoli, por meio de liminar, concedeu prisão domiciliar ao deputado. Em seu voto, Toffoli, que é o relator do pedido de *habeas corpus* na Corte, justificou que não decidiu tornar a prisão de Maluf em domiciliar para confrontar decisão do ministro Edson Fachin, que é o relator da ação penal do congressista e determinou, no ano passado, a execução da pena.

"Em nenhum momento decidi contra decisões do ministro Fachin. Eu simplesmente deferi a prisão domiciliar humanitária. [...] Não é questão de cassar decisão de colega. Não decidi contra a execução de prisão", justificou Toffoli.

No início da sessão, o procurador Humberto Jacques, em nome da Procuradoria-Geral da República (PGR), defendeu pela rejeição dos pedidos de Maluf e destacou que a jurisprudência do STF é no sentido de que embargos infringentes não são cabíveis quando a pretensão do réu não é discutir sua absolvição, mas apenas se valer de questões prescricionais, que leva ao arquivamento do caso por decurso de prazo (prescrição de pena).

Para o procurador, permitir *habeas corpus* contra decisão monocrática de outro ministro tem "caráter desagregador, uma vez que quebra a unidade do funcionamento da jurisdição constitucional". Jacques citava a decisão de Toffoli, que logo interrompeu o procurador para ler o laudo médico do deputado afastado Paulo Maluf e ressaltar que sua decisão não se deu com base em notícias de imprensa.

Saúde de Maluf

De acordo com o boletim médico divulgado ontem (terça-feira, 17) pelo hospital Sírio-Libanês, o quadro de saúde do deputado permanece inalterado. Maluf está internado desde o último dia 6 de abril. O boletim afirma que o congressista faz tratamento contra um câncer de próstata, que está em estágio evoluído, com metástase.

Acusação

Maluf foi acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de ter recebido propina em contratos públicos com as empreiteiras Mendes Júnior e OAS quando era prefeito de São Paulo, entre 1993 a 1996. Os recursos foram desviados da construção da Avenida Água Espraiada, hoje chamada Avenida Roberto Marinho, de acordo com a denúncia. O custo total da obra foi cerca de R\$ 800 milhões.

As investigações se arrastaram por mais de 10 anos desde a instauração do primeiro inquérito, ainda na primeira instância da Justiça. Os procuradores responsáveis pelo caso estimaram em US\$ 170 milhões a movimentação total de recursos ilícitos. O Supremo assumiu o caso após a eleição de Maluf como deputado federal.

O entendimento foi de que Maluf “ocultou e dissimulou” valores originários de corrupção passiva. Devido à gravidade do crime, ministros do STF decidiram que ele teria de cumprir a sentença em regime fechado.

”

<< Câmara suspende salários e benefícios de deputados presidiários

<<

Réu da Lava Jato, Maluf e o deputado do confete estão entre os mais faltosos na Câmara

[Alexandre De Moraes](#) [Cármem Lúcia](#) [Condenação](#) [Corrupção Passiva](#) [Crise Brasileira](#)
[Ex-Prefeito De São Paulo](#) [Paulo Maluf](#) [Pictures](#) [STF](#) [Supremo Tribunal Federal](#)



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 **Assine**



Joelma Pereira

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por:  ELAV

ANEXO R – “STF interrompe sessão que já tem maioria para restringir foro a crimes em razão do cargo”



Home > Corrupção >

STF interrompe sessão que já tem maioria para restringir foro a crimes em razão do cargo

Por Joelma Pereira

Em 02 maio, 2018 - 18:29

Última Atualização 02 maio, 2018 - 19:14

Corrupção Justiça



No início do mês, os ministros decidiram restringir o foro privilegiado a deputados e senadores

O Supremo Tribunal Federal (STF) interrompeu a sessão plenária que, retomada nesta quarta-feira (2), já alcançou maioria para determinar que somente crimes cometidos em razão do cargo parlamentar em exercício devem ser abarcados por foro privilegiado, o que permite ao parlamentar somente ser investigado e julgado pelo Supremo. A alteração na lei vigente representará uma diminuição significativa da

sobrecarga do STF, uma que vez que 95% dos processos em curso na instância máxima descem para a primeira instância. Por volta das 18h, depois de cerca de quatro horas de sessão, a presidente do STF, Cármen Lúcia, adiou para amanhã (quinta, 3) a consecução do julgamento, restando somente o voto do ministro Gilmar Mendes.

”

<< Restrição de foro privilegiado deve tirar 95% dos processos de parlamentares no STF, diz estudo

<< Um em cada cinco processos caduca no Supremo

O caso em questão no Supremo restringe o benefício de julgamento apenas para parlamentares e ministros dos três Poderes investigados por crime cometido em razão e no exercício do cargo. Duas propostas foram levantadas no julgamento iniciado em novembro do ano passado, sendo uma no sentido de manter no STF apenas os processos penais de deputados e senadores flagrados por crime no exercício do mandato. A primeira alternativa teve a adesão de seis ministros, e diz respeito aos ilícitos eventualmente praticados no transcurso do mandato eletivo, desde que necessariamente atrelados à função parlamentar.

A tese foi defendida em plenário pelo ministro Luís Roberto Barroso, apoiada por Cármen Lúcia, Celso de Mello, Edson Fachin, Luiz Fux, Marco Aurélio Mello e Rosa Weber. Consequentemente, descem para a primeira instância processos com acusação de estupro e homicídio, por exemplo, desde que não haja relação com o mandato.

Alexandre de Moraes abriu divergência no sentido de que o foro especial deve valer para todos os tipos de crimes e não só os cometidos em função do cargo. Toffoli e Lewandowski também votaram para que apenas crimes cometidos após a diplomação do parlamentar fossem investigados pelo Supremo, mas independentemente da

conduta. No entanto, apesar da divergência dos três ministros, todos também concordam que o foro deve ser restringido e que a renúncia ao cargo já nas alegações finais do processo penal não altera a competência do Supremo para julgar o caso.

"Resolvo por fixar competência do STF para julgar membros do Congresso exclusivamente aos crimes praticados após a diplomação, independentemente de sua relação ou não com função pública em questão", disse Dias Toffoli, que havia pedido vista (interrompeu o julgamento com pedido de mais tempo para analisar o caso) da ação no ano passado, quando a Corte já tinha maioria.

”

<<

Quatro anos de Lava Jato: 188 condenações na Justiça, nenhuma delas no STF

A estimativa é que, em todo o país, existam 37 mil autoridades com foro por prerrogativa de função, dos quais 800 respondem a processos no Supremo. Outros 2.700 no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e mais de 30 mil nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.

O caso em questão no Supremo restringe o benefício de julgamento apenas para parlamentares e ministros dos três Poderes investigados por crime cometido em razão e no exercício do cargo. Durante o julgamento, o ministro Gilmar Mendes que ainda votará no caso, criticou o fato da Corte não estar discutindo também a situação para outras autoridades. "Não dá para fazer distinção. Por que parlamentar não terá mais foro, mas promotor de Justiça que fez concurso público terá? Se isso valerá para deputado, valerá para juízes e comandante do Exército?", questionou.

Para ele, ainda que a Corte não esteja citando juízes, promotores e outras autoridades beneficiadas pelo foro privilegiado, o entendimento vai acabar se estendendo para todos. "Ainda que digamos que só se aplica a parlamentares, é óbvio que vamos estar

estendendo a todas as instituições, para juízes do STF, STJ e todos outros agentes."

O ministro Ricardo Lewandowski falou de possíveis influências regionais aos magistrados de primeira instância e ponderou que, em muitos casos, o promotor da cidade é rival político do agente público investigado, o que poderá ser prejudicial ao modelo que a Corte pretende adotar. Mas, concordou que parte dos atuais casos de políticos que estão no Supremo devem ser julgados por outras instâncias.

Procrastinação do julgamento

Em seu voto, Barroso lembrou que a legislação em vigor têm levado diversos casos à prescrição por decurso de prazo, livrando corruptos e demais criminosos da punição, dada a morosidade do STF – é consenso entre os operadores do Direito que o tribunal não tem estrutura apta a cuidar de tantos processos criminais. Barroso lembrou que, a cada mudança de posto, o político é beneficiado pela demora de conclusão de um processo toda vez que há transferência do caso de um tribunal para outro.

A tese de Barroso prevê ainda que um determinado processo não poderá migrar de instância quando já estiver no final da instrução processual. É nessa fase que, no encaminhamento do julgamento de ações penais, alegações finais são apresentadas pelas partes. Isso garante que o agente público processado no Supremo continue a ser julgado na corte mesmo se deixar o mandato – seja qual for o motivo (renúncia, mudança de posto etc), o caso que tenha atingido a fase de instrução não mudará de instância, o que impede a procrastinação do julgamento.

O caso concreto

Iniciado em maio do ano passado, o julgamento de hoje é baseado no caso do prefeito de Cabo Frio (RJ), Marcos da Rocha Mendes (MDB). Acusado de crime eleitoral, ele chegou a ser empossado como suplente do deputado cassado Eduardo Cunha (MDB-RJ). Porém, Marcos da Rocha Mendes, cujo nome político é Marquinho, renunciou ao mandato parlamentar para assumir o cargo no município.

Ele respondia a uma ação penal no STF por suposta compra de votos, mas, em função da posse no Executivo municipal, o processo foi remetido para a Justiça. Ainda no ano passado, Mendes teve o mandato cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

”

<< **Maioria do STF decide restringir foro privilegiado aos casos de crime cometido durante o mandato**

<< **Senado aprova foro privilegiado a ministro de Temer denunciado no “quadrilhão do PMDB”**



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 Assine



Joelma Pereira

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por:  ELAV

ANEXO S – “Senado aprova Sistema Único de Segurança Pública; texto segue para sanção”



Home > Especial > Notícias >

Senado aprova Sistema Único de Segurança Pública; texto segue para sanção

Por Joelma Pereira Em 16 maio, 2018 - 19:21 Última Atualização 16 maio, 2018 - 19:42

Notícias



Os senadores

O plenário do Senado aprovou, nesta quarta-feira (16), o projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). A proposta faz parte do pacote de temas da segurança pública que

ganharam prioridade na Casa desde o início do ano legislativo. O texto apresentado pelo senador tucano Antonio Anastasia (MG), relator do PLC 19/2018, foi aprovado 41 votos favoráveis, 16 contrários e com uma abstenção.

Aprovado ainda na manhã de hoje na Comissão de Constituição e Justiça da Casa, Anastasia rejeitou todas emendas feitas pelos senadores do colegiado e defendeu o mesmo texto aprovado na Câmara. De autoria do poder Executivo, a proposta tramitou na Câmara como PL 3734/2012, e lá foi aprovada no dia 11 de abril, sob a relatoria do deputado Alberto Fraga (DEM-DF).

Pelo texto, a União deverá estabelecer a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, bem como estados, municípios e Distrito Federal deverão estabelecer suas respectivas políticas, observadas as diretrizes nacionais.

A proposta garante que as estratégias da PNSPDS deverão garantir integração, coordenação e cooperação federativa, interoperabilidade, liderança situacional, modernização da gestão das instituições de segurança pública, valorização e proteção dos profissionais, complementaridade, dotação de recursos humanos, diagnóstico dos problemas a serem enfrentados, excelência técnica, avaliação continuada dos resultados e garantia da regularidade orçamentária para execução de planos e programas de segurança pública.

O projeto também determina que será considerada de natureza policial a atividade exercida pelos agentes penitenciários e tem a finalidade de "preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade".

Unificação

Entre as principais linhas de ação do sistema estão a unificação dos conteúdos dos cursos de formação e aperfeiçoamento dos policiais, a integração dos órgãos e instituições de segurança pública e a utilização de métodos e processos científicos em investigações, por exemplo.

No rol das mudanças de procedimento, o texto estabelece a criação de uma unidade de registro de ocorrência policial, além de procedimentos de apuração e o uso de sistema integrado de informações e dados eletrônicos.

O Sistema Único de Segurança Pública será composto pelas Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar. Também farão parte do sistema o Corpo de Bombeiros militares e a Força Nacional de Segurança Pública. As guardas municipais poderão colaborar em atividades suplementares de prevenção.

Os órgãos que integrarão o Susp deverão adotar operações planejadas e executadas em conjunto, estratégias comuns para atuação na prevenção e controle qualificado de infrações penais, aceitação mútua de registro de ocorrência policial, compartilhamento de informações, intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos e integração das informações e dados de segurança pública.

A proposta determina ainda que será atribuição da União criar o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, destinado a articular as ações do poder público, com a finalidade de promover a melhora da qualidade da gestão das políticas da área, contribuir para a organização dos conselhos, assegurar a produção de conhecimento no tema destinado ao melhor diagnóstico, à definição de metas e à avaliação dos resultados das políticas e priorizar ações preventivas e fiscalizatórias de segurança interna nas divisas, fronteiras, portos e aeroportos.

O plano nacional terá duração de dez anos e deverá considerar um contexto social amplo, abrangendo também áreas como educação, saúde, lazer e cultura. Uma das prioridades desse plano terá que ser o planejamento de ações de prevenção à criminalidade

Um regulamento disciplinará os critérios de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen), considerando os aspectos geográficos, populacionais e socioeconômicos dos entes federados.

Com informações da Agência Câmara e Agência Senado

”

<<

Congresso prioriza projetos de segurança pública e direitos das mulheres

<<

Com intervenção, relaxamento do Estatuto do Desarmamento volta à pauta da Câmara

[Pictures](#)[Segurança Pública](#)[Sistema Unico De Segurança Pública](#)[Susp](#)

Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 **Assine**



Joelma Pereira

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por:  ELAV

ANEXO T – “Falta de acordo adia votação do marco regulatório dos caminhoneiros; anistia de multas será via MP”



Home > Especial > Notícias >

Falta de acordo adia votação do marco regulatório dos caminhoneiros; anistia de multas será via MP

Por Fábio Góis Em 06 jun, 2018 - 22:00 Última Atualização 07 jun, 2018 - 0:27

Notícias



Contrário à anistia de multas por projeto de lei, Maia conduz mais uma sessão sem votar marco regulatório em plenário

Ficou para a próxima semana a votação do projeto de lei (PL 4860/2016) que regulamenta o transporte rodoviário de cargas (confira os principais pontos abaixo), apelidado de "marco regulatório dos **caminhoneiros**". Incluída na pauta da Câmara nesta quarta-feira (6), a matéria divide bancadas estaduais acerca das diversas emendas apresentadas ao texto original, de autoria da deputada Christiane Yared (PR-

PR). A parlamentar disse ao **Congresso em Foco** que uma delas se refere a normas sobre o descanso de motoristas, que corria o risco de ser modificado em plenário. Mas questões como a anistia a multas aplicadas aos condutores durante a greve, tema retirado da matéria e a ser retomado em medida provisória, também prejudicam a obtenção de acordo. O texto será votado na próxima terça-feira (12).

Christiane ainda esperava a votação da matéria para esta quarta-feira. Ela disse não abrir mão dos direitos dos caminhoneiros durante o período de descanso em transporte de cargas, e que vai pedir a manutenção do texto original. "Isso é muito sério. Para nós, é primordial que esse ponto não seja retirado", afirmou a deputada.

”

<< **Caminhoneiros autônomos acusam deputados de legislar para empresários do setor**

Ela se refere às regras de contratação de seguro para cobrir danos acidentais à carga transportada, algo atualmente obrigatório. O mesmo vale para os casos de assalto, roubo ou furto do carregamento, bem como para prejuízos causados a terceiros. Mas a atual legislação é omissa ao não deixar claro se a contratação do seguro cabe ao proprietário da carga ou ao caminhoneiro. Por isso, o projeto confere ao transportador a responsabilidade pela contratação do seguro, cabendo ao contratante do serviço o custeio dos seguros adicionais.

Ao atribuir ao transportador a responsabilidade pela contratação do seguro, o projeto visa integrá-lo no processo de elaboração do Plano de Gerenciamento de Risco (PGR) junto às seguradoras do setor. Hoje, o PGR é integralmente elaborado por transportadoras e dá margem, por exemplo, à seguinte situação: caso um condutor seja roubado ao parar para dormir em um ponto de descanso que não esteja no plano, caberá a ele arcar com o prejuízo. A deputada quer evitar justamente que isso aconteça, e que as empresas se responsabilizem pelo custo.

Anistia

Chamado de “marco regulatório dos caminhoneiros”, o PL foi **pinçado** dos arquivos do Congresso justamente para ajudar no enfrentamento da crise do transporte de cargas, mas tem causado atritos entre parlamentares, donos de transportadora e condutores autônomos, que veem na matéria um instrumento de retirada de direitos. Representantes dos caminhoneiros disseram ao **Congresso em Foco** que, além de atingir direitos, o PL foi concebido sob medida para beneficiar os patrões – neste sentido, lembram que o primeiro acordo com o governo, no calor da paralisação nacional, foi assinado por oito entidades, sete das quais representantes do patronato.

O relator da proposição, Nelson Marquezelli (PTB-SP) disse ontem (terça, 5) à reportagem que o texto não prejudica trabalhadores e não favorece apenas empregadores. Hoje, enquanto a Câmara se reúne em plenário para votar assuntos secundários da pauta, Marquezelli confirmou que será retirado do texto o dispositivo sobre anistia – tema que, aliás, foi inserido pelo relator como demanda de caminhoneiros, de carona no estágio avançado de tramitação do projeto de Cristiane Yared.

Para Marquezelli, bancadas estaduais apresentam divergências sobre o relatório, de maneira que o texto será votado apenas na próxima semana. "Há uma divisão de estados e municípios que está enroscada [na discussão] em plenário. Se não votar hoje, vota terça", vislumbrou o deputado, para quem "dificilmente" o texto vai a voto ainda na noite desta quarta-feira. O parlamentar negou que a questão da anistia, que enfrente resistências dentro e fora da Câmara, teve peso no provável adiamento da votação. "Não. Nós tiramos [do projeto] e vai ser incluído em uma medida provisória", acrescentou.

”

<< **Queda de Parente, desabastecimento, escoltas, inquéritos... veja números e fatos sobre a greve dos caminhoneiros**

No texto original do relatório, o termo “anistia” estava explicitamente registrado, mas uma reunião com representantes do setor fez o relator mudar de ideia. Assim, ficou acertado que as multas e sanções seriam convertidas em advertências, desde que haja justificativa para a conversão. Mas autoridades direta ou indiretamente ligadas à tramitação do projeto já demonstraram objeção à proposta de anistia.

Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) diz que perdão de multas é algo a ser encarado com cuidado e, além disso, o assunto deveria ser discutido por meio das três medidas provisórias editadas pelo presidente Michel Temer (MDB) no âmbito do acordo com os caminhoneiros. O deputado alega que, por meio das MPs, há mais tempo para o debate.

Advogada-geral da União, Grace Mendonça já avisou não cabe anistia para as multas. Ela argumenta que, por se tratarem de punições processuais em razão de descumprimento de decisão judicial, as penalidades são impositivas e não recorríveis, pois não têm natureza administrativa (como multas de trânsito, por exemplo) e foram impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Grace foi quem acionou o STF para aplicar multas a corporações envolvidas na greve (crime de locaute) e diz que, uma vez aprovada, a anistia incorrerá em inconstitucionalidade por desrespeito à independência entre Poderes.

O relatório de Marquezelli também modificou o artigo que amplia o limite de pontos, de 20 para 40, a quem caminhoneiros têm direito na carteira de habilitação. Também são beneficiados no relatório os demais motoristas (van, táxis, *motoboy*s). Mas a mudança só vai valer, esclarece Marquezelli, para condutores sem infrações graves ou gravíssimas.

Objeção

Por volta das 21h30, 455 deputados marcavam presença no painel de votações, e 478 estavam em dependências da Câmara. O número de comparecimento, considerado alto para efeitos de votação, costuma ser reduzido à medida que avançam as horas. Além disso, o projeto não é de interesse do governo, o que reduz suas chances de aprovação em caráter prioritário.

Se dependesse do presidente da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam), José Araújo Silva, o projeto sequer seria votado da matéria com que foi levado ao plenário. Representante de milhares de caminhoneiros autônomos, ele disse ao **Congresso em Foco** que, de acordo com o que viu nas movimentações da Câmara, o relator tem encontrado mais dificuldade do que esperava.

"Marquezelli ficou para cima e para baixo pegando deputado [na Câmara] para votar. Era para votar ontem [terça, 5] e creio que não vai votar hoje. Só tem eu, por incrível que pareça, contra esse projeto de lei. É brincadeira", reclamou o dirigente, talvez equivocado quanto à rejeição da matéria por parte de outros grupos de caminhoneiros.

Como **este site mostrou** ontem, o líder do Movimento Caminhoneiros por um Brasil Melhor, Wallace Landim, tem circulado pela Câmara e distribuído a quem solicita uma "pauta de reivindicações" com data da última segunda-feira (4) contendo nove pontos. Sem muita esperança no Congresso, ele reclama também do governo Temer por não ter recebido seu grupo – que, garante, estuda estratégias para se fazer ouvido mesmo depois do acordo firmado na semana passada entre Executivo e representantes da categoria. Ele diz lutar pelo litro da gasolina a R\$ 3,15 e do diesel a R\$ 3.

"A gente continua lutando. Há uma esperança de o governo pegar a nossa pauta de reivindicação. Que ele possa entender que não está atendendo só a categoria do transporte rodoviário, mas toda a população. Não se conversa com os representantes das categorias, e sim com os dos sindicatos. Claro, tem muita coisa que o governo já deu", disse Wallace, citando conquistas como a isenção de pedágio para veículos sem carga e a ampliação do número máximo de pontuação de multas na Carteira Nacional de Habilitação. Ele lembrou ainda que parlamentares lhe prometeram manter os termos do acordo, via medidas provisórias, pelo prazo máximo de tramitação e vigência delas, 120 dias. "Mas e depois disso?"

”

<< **Ministro da Fazenda diz que governo não estuda subsídio para reduzir preço da gasolina**



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 **Assine**



Fábio Góis

Repórter do Congresso em Foco desde 2007, atuou antes como jornalista de cultura e assessor de imprensa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), entre outras instituições. Em 2014, integrou a equipe do Broadcast Político, serviço de reportagem em tempo real do jornal O Estado de S. Paulo.

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433

Desenvolvido por: 

ANEXO U – “Câmara adia conclusão de projeto que dá permissão à Petrobras para negociar áreas do pré-sal”



Home > Especial > Notícias >

Câmara adia conclusão de projeto que dá permissão à Petrobras para negociar áreas do pré-sal

Por Congresso Em Foco Em 20 jun, 2018 - 19:25 Última Atualização 20 jun, 2018 - 23:10

Notícias



Camara

O plenário da Câmara aprovou, na noite desta quarta-feira (20), o texto-base da proposta que permite à Petrobras transferir até 70% de seu direito de exploração de 5 bilhões de barris de petróleo na área de cessão onerosa. O projeto também estipula regras para a revisão do contrato de cessão onerosa entre a União e a Petrobras. Os deputados rejeitaram cinco dos oito destaques propostos para alterar o projeto e a conclusão da votação ficou para a próxima terça-feira (26).



<< Deputados adiam votação de projeto que autoriza Petrobras a negociar áreas do pré-sal

A discussão da matéria já tinha sido concluída ontem (terça, 19) e, com a obstrução de deputados contrários, a votação foi adiada para hoje. O texto-base aprovado pelos deputados por 217 votos a favor e 57 contra, além de 4 abstenções, é uma proposta alternativa apresentada pelo deputado Fernando Coelho Filho (DEM-PE) para o projeto de lei 8939/17, de autoria de do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA).

Com o avanço do horário, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) decidiu adiar a conclusão da análise dos destaques. Por volta das 22h, para evitar que a votação se estendesse por mais tempo e o quórum caísse, o deputado fluminense anunciou que os três últimos destaques seriam votados na próxima semana.

Os deputados em seguida votaram a urgência para um projeto de decreto legislativo (PDC) que visa sustar uma resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A urgência foi rejeitada por não ter número regimental suficiente. Foram apenas 213 votos favor, 98 e 3 abstenções. Para este tipo de projeto, era necessário maioria absoluta. O PDC 916/2018 suspende a obrigatoriedade de que as usinas obtenham autorização da ANP para comercializar etanol diretamente aos postos de combustíveis.



<< **Temer indica Ivan Monteiro para comandar Petrobras e diz que diretor manterá política de preços de Parente**

**Texto atualizado às 23h07*

 [Bacia Do Pré-Sal](#) [Câmara](#) [Cessão Onerosa](#) [Petrobras](#) [Pictures](#) [Pré-Sal](#)



Clicando em assinar você nunca perderá postagens importantes!

 **Assine**

congresso
emfoco

Congresso Em Foco

COMENTÁRIOS

[Anuncie](#) [Revista Congresso em Foco](#) [Fale conosco](#) [Política de Privacidade](#)

© 2019 - Congresso em Foco. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização por escrito da direção deste site. SIG Qd. 01 - Ed. Platinum Office - Lote 385 sala 207 - Brasília-DF - CEP 70.610-410 Tel: (61) 3226-2433